



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Dissertação

DANIEL VILAÇA DOS SANTOS

dvilaca@hotmail.com

**O COLÉGIO PEDRO II E O BAIRRO DE REALENGO (2001-2008):
O PREÂMBULO DE UMA HISTÓRIA**

Linha de pesquisa: História, Sujeitos & Processos Educacionais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Miriam Waidenfeld Chaves

Rio de Janeiro

2018

DANIEL VILAÇA DOS SANTOS

dvilaca@hotmail.com

**O COLÉGIO PEDRO II E O BAIRRO DE REALENGO (2001-2008):
O PREÂMBULO DE UMA HISTÓRIA**

SS237c Santos, Daniel Vilaça dos
O Colégio Pedro II e o bairro de Realengo (2001
2008): o preâmbulo de uma história / Daniel Vilaça
dos Santos. -- Rio de Janeiro, 2018.
193 f.

Orientador: Miriam Waindenfeld Chaves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2018.

1. História das Instituições Educativas. 2.
Colégio Pedro II. 3. Realengo. 4. comunidade
imaginada. 5. história oral. I. Chaves, Miriam
Waindenfeld, orient. II. Título.

Rio de Janeiro

2018



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "**O Colégio Pedro II e o bairro de Realengo (2001-2008): o preâmbulo de uma história**"

Mestrando(a): **Daniel Vilaça dos Santos**

Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Miriam Waidenfeld Chaves**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2018.

Banca Examinadora:

Prof(a). Dr(a). Miriam Waidenfeld Chaves- Presidente

Prof(a). Dr(a). Amílcar Araujo Pereira

Prof(a). Dr(a). Patricia Coelho da Costa

Ao meu muito amado filho João Pedro, a minha maior riqueza, por quem e para quem dedico a vida.

Aos meus amados pais José (*in memoriam*) e Maria das Graças, que me deram à vida, aos estudos e ao trabalho.

Aos meus irmãos Fabiano e Marcus e aos seus filhos, meus sobrinhos, Diego e Maria Antônia. Às tias Ana Maria, Aparecida, Fátima, Lucy e Regina. E aos primos mais presentes: Adriano, Alessandra, Beatriz, Caulí, Fábio, Jaqueline Campos, Jaqueline Duarte, Maria Clara, Maria Verônica e Ricardo.

Aos meus amigos mais próximos que, por isso, também são considerados como irmãos: Aline de Paula, Aline Lima, Ana Cândida, Érica, Guto, Jorge, Katharina, Márcia, Luciano, Luiz Paulo, Rosângela e Valéria.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha sincera gratidão à **Prof.^a Dr.^a Miriam Waidenfeld Chaves**, por ter abraçado meu projeto de pesquisa e orientado a dissertação que ora se apresenta. Com vasta experiência entre os estudos históricos e sociológicos, conduziu com distinção e brilhantismo cada uma das etapas de composição deste trabalho. Discutiu sempre atentamente o objeto de pesquisa, ajustando-o e formatando-o. Soube imbuir-me de sua tenacidade na escolha acertada das fontes, assim como no manuseio do quadro teórico e metodológico. Examinou de forma crítica e aplicada a redação dos capítulos, regulando a minha tendência à prolixidade, mas sempre defendendo o aprimoramento do meu estilo de escrita. Foi ouvinte arguta e interlocutora prestimosa ante às minhas dúvidas, lacunas e angústias. Incentivou, repreendeu, instigou e animou com voz doce, semblante cândido e mãos briosas e carinhosas. É eterna fonte de inspiração, porque é professora no sentido amplo e real do termo.

Agradeço imensamente à **Prof.^a Dr.^a Sonia Maria de Castro Nogueira Lopes**, que acreditou em mim e, assim, reacendeu o meu gosto adormecido pela pesquisa. A Prof.^a Sonia alinhavou com incontáveis conversas e sugestões a minha decisão de me voltar para o campo da História da Educação, sendo a responsável pela minha paixão pela metodologia da História Oral e, por decorrência, pelo estudo e a aplicação de seu conceito-chave: a memória. Também soube ouvir e responder, sempre zelosa, às minhas questões, auxiliando-me a transmutar inquietações em confiança. Ao longo do curso de Mestrado, deu provas de desmedida generosidade perguntando-me constantemente pelo andamento de minha pesquisa. Encorajou, recomendou, robusteceu, acarinhou e angariou a minha infinita admiração. É professora na voz, nas inflexões do rosto e na incessante partilha de seus conhecimentos: é um exemplo que devo seguir em minha trajetória docente.

Agradeço à **Prof.^a Dr.^a Patrícia Coelho da Costa** e ao **Prof. Dr. Amilcar Araújo Pereira** pela brilhante proposta formativa que mantém, pelas valiosíssimas sugestões oferecidas por ocasião de meu exame de qualificação e pelo aceite para a formação da banca de defesa de dissertação. E por também terem acolhido o convite para avaliarem o meu trabalho, envio os meus sinceros agradecimentos à já citada **Prof.^a Dr.^a Sonia Lopes** e ao **Prof. Dr. Jefferson da Costa Soares**.

Agradeço ainda aos professores que tive durante o curso, seja pela forma de coordenar suas disciplinas, seja por terem sabido me encaminhar nos meus estudos: **Prof.^a Dr.^a Adriana Mabel Fresquet, Prof.^a Dr.^a Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, Prof.^a Dr.^a Libânia Nacif Xavier, Prof.^a Dr.^a Maria Margarida Pereira de Lima Gomes, Prof.^a Dr.^a Patrícia Corsino, Prof.^a Dr.^a Teresa Paula Nico Rego Gonçalves.**

Faço um agradecimento especial à **Solange Rosa de Araújo**, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela infinita solicitude no atendimento a todas as demandas que lhe são apresentadas. Solange é o paradigma da eficiência, da boa vontade, da alegria e do alto astral.

Sou grato aos meus **familiares** por terem sabido compreender as minhas ausências. À minha **mãe** e ao meu **filho** agradeço o carinho e a paciência irrestritos, sem os quais eu não teria prosseguido com a calma e a segurança devidas.

Minha eterna gratidão aos **amigos de toda uma vida** e aos **colegas de profissão** pelo estímulo e as preciosas contribuições que propiciaram o surgimento e o desenvolvimento deste trabalho dissertativo. Sintam-se abraçados: Alessandra Pio Silva, Alessandro Ribeiro da Silva, Aline de Paula Alves, Aline Santos de Lima, Ana Cândida Brandão, Ângela de Araújo Cantoni, Antônio Augusto Pereira de Mattos, Benjamin Cândido Coelho (*in memoriam*), Claudia Maria Pereira de Almeida, Cristiano Marcell Isquierdo de Amorim, Diva Maria Pimentel Rocha, Edmar Guirra dos Santos, Ednize Judite Andrade da Silva Monteiro, Eduardo Prestes Massena, Elaine Lopes Ribeiro Mello (*in memoriam*), Érica Barreiros de Assis Mascarenhas, Fabiana dos Anjos Pinto, Fábio Antonio da Costa, Flávia Soares de Siqueira, Gabrielle Bonzoumet Cardoso Salles, Heloisa Valeria Mangia Torres, Hugo Paula Almeida da Rocha, João Carlos Teixeira de Mello, Jorge Azevedo Moreira, Katharina Jeanne Kelecom, Katia Ferreira Fraga, Luciano Passos Moraes, Luiz Felipe Andrade Silva, Luiz Paulo dos Santos Monteiro, Luiza Schiavo Magalhães, Márcia da Anunciação Barbosa Gamaury, Marcone Edson de Souza Rocca, Marcus Vinicius Pinheiro Costa, Maria Gabriela Braga da Silva, Maria Inês Coimbra Guedes, Maria Teresa de Castello Branco Fantinato, Mariana Apoteker Azevedo de Souza, Paula do Amaral de Souza Cruz, Rachel Monnier Ferreira, Raquel Cristina de Souza e Souza, Renan Saldanha Godoi, Renata Laranjeira Dargains, Rita de Cassia de Souza Machado, Robério Oliveira Silva, Simone da Cruz Chaves, Simone da Costa Lima, Valéria Aparecida Trambaioli da Rocha e Lima, Vania Lacerda de Sá Teles e Venício da Cunha Fernandes. A essa

listagem, acrescento aqueles que se dispuseram a gravar as entrevistas que foram utilizadas como fontes de pesquisas, além dos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional, dos membros do NUDOM e os do NUPPPI, que mui gentilmente me receberam com minhas questões, necessidades e dúvidas.

O curso de Mestrado me agraciou com muito boas amizades, às quais agradeço a convivência profícua e as conversas instigantes, animadas e harmoniosas. Destaco, com muito carinho, os amigos Bruna Lana Prado Velozo Barroso, Joana Elisa Costa Oscar, Jonathan Fernandes de Aguiar, Leila Patrícia Silva de Oliveira, Rodrigo Cerqueira do Nascimento Borba e Wagner de Queiroz Corbo.

Dentre esses novos amigos, destaco especialmente a parceria de todas as horas, o afeto, o impulso e o amor fraternais explícitos, bem como as imensuráveis trocas que pude estabelecer com **Rosaline Alves da Silva**: muito obrigado, minha amiga, minha irmã! Sua companhia, seus conselhos e seus “puxões de orelha” foram essenciais para que esse trabalho chegasse a bom termo!

Agradeço aos meus médicos, amigos e conselheiros, **Erick Souto Maior Petry, Leandro Silva Vale, Márcia de Menezes Machado, Márcia de Castro Freitas, Paulo Maultasch e Sarah Romeo**, cada qual na sua especialidade, pelo trabalho de harmonização de ideias e ideais, além das proveitosas discussões que me fortaleceram e me permitiram olhar e seguir sempre em frente.

Nenhum passo teria sido dado pela escrita dessas linhas não fosse a inspiração diária e constante de **Deus** e de meus **guias espirituais**. Obrigado, meu Deus! Obrigado, meus guias! Agradeço também a quem, mui habilmente, vem contribuindo para que minha caminhada reflita cada vez mais a vontade do Pai: pelo carinho maternal e orientação arguta e tenaz, deixo meu abraço e meu muito obrigado às minhas mentoras espirituais **Maria de Lourdes dos Santos Albernaz e Marcela Albernaz Fernandes**.

Este trabalho traduz um sonho. É motivo de orgulho e felicidade. É fruto de muito empenho e prazer. Que ele possa, de fato, contribuir para o desenvolvimento dos estudos em História da Educação.

Como se fora brincadeira de roda — memória!
Jogo do trabalho na dança das mãos — macias!
O suor dos corpos na canção da vida — história!
O suor da vida no calor de irmãos — magia!

Redescobrir (Gonzaguinha, 1980)

RESUMO

SANTOS, Daniel Vilaça dos. **O Colégio Pedro II e o bairro de Realengo (2001-2008): o preâmbulo de uma história.** Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Esta dissertação, inserida no campo da História das Instituições Educativas, versa sobre o projeto de criação da unidade de Realengo do Colégio Pedro II (CPII), na zona oeste do Rio de Janeiro, projeto esse que decorre de uma interseção entre duas propostas no ano de 2001: se de um lado está a luta de um movimento associativo e, portanto, de uma parcela de moradores, em prol da ampliação do número de vagas públicas de Ensino Médio para o bairro e cercanias, de outro está a intenção do CPII — a primeira instituição brasileira de ensino secundário, dona de pronunciada tradição elitista — de expandir para regiões periféricas a sua rede de unidades, a partir do mosaico político que se forma na esfera federal. Portanto, enquanto o sobredito movimento, em dezoito anos de atividades junto a lideranças políticas regionais, conquista a positivação do tombamento de um dos espaços de uma usina militar, bem como a garantia de sua conversão para finalidades educativas mediante decreto, o Governo Federal intenciona democratizar o acesso à educação básica, o que exorta o CPII a pensar em desatar o seu quadro de insuficiência material e de pessoal. Com o objetivo de estudar as condições de produção e de execução das duas propostas acima descritas, esta dissertação, tendo definido como marco inicial o ano de 2001, entende como marco final o ano de 2008, quando a tessitura de um termo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação afiança a continuidade do CPII de Realengo, após um prelúdio de dificuldades e de improvisos. Nesse sentido, após revisitar as origens de Realengo e aquilatar as motivações e estratégias de parcela de seus moradores para a concretização de seu intento, examina-se a relevância histórica do CPII e os meandros de seu processo de expansão, culminando em uma reflexão acerca do impacto dessa expansão por sobre Realengo. Para tanto, são acionados os conceitos teóricos de *configuração social* (ELIAS, 1994, 2008), *mercado linguístico* (BOURDIEU, 2003), *espaço, lugar, bairro e região* (CERTÉAU, 2013 [1994], 2014 [1990]), *identidade* (DUBAR, 1997 [1991]) e *comunidade imaginada* (ANDERSON, 2008 [1983]). A metodologia de pesquisa mescla a *história oral* (DELGADO, 2010; PORTELLI, 1997) e seu conceito-chave, a *memória* (NORA, 1993; POLLAK, 1989; 1992), à análise documental (BOURDIEU, 1996; FARIA FILHO, 1998b) e à análise iconográfica (MAUAD, 2008).

Palavras-chave: História das Instituições Educativas – Colégio Pedro II – Realengo – comunidade imaginada – história oral.

RÉSUMÉ

SANTOS, Daniel Vilaça dos. ***Le Colégio Pedro II et le quartier de Realengo (2001-2008): le préambule d'une histoire.*** Mémoire (Master en Éducation). Faculté d'Éducation, Université Fédérale de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Ce travail, inséré dans le domaine de l'histoire des établissements d'enseignement, traite du projet de création de l'unité de Realengo du Collège Pedro II (CPII), située dans la zone ouest de Rio de Janeiro, comme le résultat de l'intersection de deux propositions dans l'année 2001: d'un côté, on place la lutte d'un mouvement associatif et donc d'une partie des habitants en faveur de l'augmentation du nombre d'espaces publics tournés vers l'enseignement moyen dans le quartier et les environs, de l'autre on situe l'intention du CPII — la première institution brésilienne de l'enseignement secondaire, propriétaire d'une tradition élitiste prononcée — d'étendre son réseau à des régions périphériques, à partir de la mosaïque politique qui se forme au niveau fédéral. Par conséquent, alors que le mouvement précité, en dix-huit ans d'activités avec les directions politiques régionales, conquiert la positivisation de la sauvegarde de l'un des espaces d'une usine militaire, ainsi que la garantie de sa conversion à des fins éducatives par décret, le gouvernement fédéral a l'intention de démocratiser l'accès à l'éducation de base, ce qui incite le CPII à envisager de déchaîner son cadre d'insuffisance de matériel et de personnel. Afin d'étudier les conditions de production et d'exécution des deux propositions décrites ci-dessus, cette dissertation prend l'année 2001 comme point de départ et considère l'année 2008 comme point final, grâce à la signature d'un accord de coopération avec le Le Fonds national pour le développement de l'éducation, ce qui assure la continuité de l'unité de Realengo, après un prélude de difficultés et d'improvisations. En ce sens, après avoir revisité les origines de Realengo et évalué les motivations et les stratégies de ses habitants pour ce qui est de la réalisation de son but, on part à l'examen de l'importance historique du CPII et les subtilités de son processus d'expansion et on aboutit à une réflexion sur l'impact de cette expansion sur Realengo. Pour ce faire, on se sert des concepts théoriques de *configuration sociale* (ELIAS, 1994, 2008), *le marché de la langue* (BOURDIEU, 2003), *l'espace, le lieu, le quartier et la région* (CERTEAU, 2013 [1994], 2014 [1990]), *l'identité* (DUBAR, 1997 [1991]) et *la communauté imaginée* (ANDERSON, 2008 [1983]). Le cadre méthodologique se base sur l'histoire orale (DELGADO, 2010; PORTELLI, 1997) et son concept clé, la mémoire (NORA, 1993, POLLAK, 1989; 1992), l'analyse documentaire (BOURDIEU, 1996, FARIA FILHO, 1998b) et l'analyse iconographique (MAUAD, 2008).

Mots-clés: Histoire des établissements d'enseignement – Collège Pedro II – Realengo – communauté imaginée – histoire orale.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – As zonas do município do Rio de Janeiro
- Figura 2** – “Visita ao sertão carioca”, nota de *Correio da Manhã* de 30/04/1933
- Figura 3** – Detalhe da nota do *Correio da Manhã* de 30/04/1933
- Figura 4** – Vista aérea de Realengo
- Figura 5** – Nota sobre o número de escolas na zona oeste – *O Globo* de 13/10/2002
- Figura 6** – Movetec nas escadarias da Câmara dos Vereadores nos anos 90
- Figura 7** – Movetec fura o bloqueio de comitiva presidencial
- Figura 8** – Vista geral da Fábrica de Cartuchos do Exército
- Figura 9** – Casa do Diretor da FCE transformada em biblioteca digital – fachada
- Figura 10** – Casa do Diretor da FCE transformada em biblioteca digital – lateral direita
- Figura 11** – Casa do Diretor da FCE transformada em biblioteca digital – interior
- Figura 12** – Discussão sobre a expansão do CP II – *Diário de Notícias* de 02/07/1961
- Figura 13** – Escola Municipal Gil Vicente, em Realengo
- Figura 14** – Capela de N. Sra. Estrela da Evangelização e São João Paulo II (2016)
- Figura 15** – Planta baixa ilustrada da FCE transformada em escola
- Figura 16** – “Sertões Municipaes”, artigo de *O Paiz*, de 15/07/1909
- Figura 17** – “O Sertão Carioca”, suplemento de *Correio da Manhã*, de 21/02/1932
- Figura 18** – “O Sertão Carioca”, suplemento de *Correio da Manhã*, de 21/08/1932
- Figura 19** – Oficina de fundição (FCE)
- Figura 20** – Sala de forja (FCE)
- Figura 21** – Operários da Fábrica
- Figura 22** – Construção da usina termoelétrica – Anos de 1910
- Figura 23** – Capa do primeiro dossiê organizado pelo Movetec – 1983
- Figura 24** – Página de petição com assinaturas de representantes de associações
- Figura 25** – Carta à população: balanço das conquistas do Movetec – Anos de 1990
- Figura 26** – Carta ao sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho (1993)
- Figura 27** – Min. da Educação declara apoio à abertura de escola em Realengo (1994)
- Figura 28** – Cessão de parte da fábrica de cartuchos (1997)
- Figura 29** – Despacho que acompanha o documento da Figura 28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Revisão bibliográfica: periódicos acadêmicos

Tabela 2 – Relação de dados sobre os sujeitos entrevistados

Tabela 3 – Relação de dados sobre as entrevistas concedidas

Tabela 4 – Disciplinas *versus* séries, ciclo fundamental, Reforma Francisco Campos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANPEd** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
- CAp/UFRJ** – Colégio de Aplicação da UFRJ
- Capes** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBHE** – Congresso Brasileiro de História da Educação
- CCS** – Centro de Ciências da Saúde
- CEDES** – Centro de Estudos Educação e Sociedade (Unicamp)
- CEFET** – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (RJ)
- COLUBHE** – Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação
- CPII** – Colégio Pedro II
- FACED** – Faculdade de Educação (UFU)
- FAE** – Faculdade de Educação (UFMG)
- FAETEC** – Fundação de Apoio à Escola Técnica (RJ)
- FCE** – Fábrica de Cartuchos do Exército
- FE** – Faculdade de Educação
- FNDE** – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- GT** – Grupo de Trabalho
- Movetec** – Movimento Pró-Escola Técnica em Realengo
- NUDOM** – Núcleo de Documentação e Memória (CPII)
- NUPPPI** – Núcleo de Pesquisas em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares (CPII)
- PPGE** – Programa de Pós-Graduação em Educação
- PROEJA** – Programa de Educação de Jovens e Adultos
- UCDB** – Universidade Católica Dom Bosco
- UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais
- UFMT** – Universidade Federal de Mato Grosso
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UFU** – Universidade Federal de Uberlândia
- Unicamp** – Universidade Estadual de Campinas
- USP** – Universidade de São Paulo
- SBHE** – Sociedade Brasileira de História da Educação
- SME-RJ** – Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro
- SESOP** – Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica (CPII)

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Registro de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice B – Questionários para as entrevistas temáticas

Apêndice C – Transcrições das entrevistas

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – “Sertões Municipaes”, artigo de *O Paiz*, de 15/07/1909

Anexo B – “O Sertão Carioca”, suplemento de *Correio da Manhã*, de 21/08/1932

Anexo C – Fotografias digitalizadas da Fábrica de Cartuchos do Exército

Anexo D – Documentos elaborados pelo Movetec

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. REALENGO REVISITADO: DAS ORIGENS ÀS MEMÓRIAS DE UMA LUTA	35
1.1. <i>Sertão Carioca</i> : uma denominação atípica	36
1.2. Uma nova escola para Realengo: tomada de decisão, luta e conquista	50
1.2.1. O introito da empreitada: por uma escola técnica em Realengo	51
1.2.2. A conquista de uma escola: Realengo merece um Colégio Pedro II	63
2. O COLÉGIO PEDRO II CHEGA A REALENGO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UMA TRADIÇÃO ELITISTA	67
2.1. A identidade social do CPII: pode o tempo esmaecer o brilho de sua aura?	69
2.1.1. O CPII no Império do Brasil: o orto da aura de colégio padrão da elite	71
2.1.2. A República e suas propostas: o Decreto-lei 18.890 e o enquadramento do CPII	74
2.1.2.1. A dessacralização do CPII, mas não o fim de sua autoridade moral	81
2.2. O CPII de Realengo: um novo tempo e um novo lugar	85
2.2.1. O primeiro concurso para Realengo e a resignificação de uma tradição	93
3. O CPII DE REALENGO: A REPRESENTAÇÃO DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA	97
3.1. Reforçando os pilares e retocando as tintas	99
3.2. Sob o signo do improviso: os endereços da Unidade Realengo	101
3.2.1. Entrando em cena com Gil Vicente	101
3.2.2. Por entre poças, goteiras e carolas: as memórias do <i>quintal do padre</i>	106
3.2.3. A nova caserna dos Soldados da Ciência e um novo CPII para o Rio de Janeiro	110
3.3. A irradiação do sentimento de pertencimento ao Colégio Pedro II	115
3.3.1. A Unidade Realengo e a comunidade imaginada do centro — o centro do Brasil	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	126
APÊNDICES	135
Apêndice A	136
Apêndice B	138
Apêndice C	140

ANEXOS	182
Anexo A	183
Anexo B	184
Anexo C	186
Anexo D	188

INTRODUÇÃO

A canção “Redescobrir” (GONZAGUINHA, 1980) vem a público sob o processo de restauração da democracia e do estado de direito por que passava o Brasil nos anos de 1980 (SILVA, J., 2016). À medida que o Brasil se redemocratiza e então se “redescobre”, a população passa a se organizar em movimentos e a lutar por seus direitos de cidadania (BOSCHI, 1983; KOWARICK, 1987).

Para esta dissertação, a sobredita canção suplanta a função de mote: ela foi escrita no mesmo período em que um grupo de moradores do bairro de Realengo, situado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, engaja-se em uma campanha cujo objetivo é o de lutar por um novo futuro escolar para seus filhos e netos naquela localidade e suas imediações. Quem sabe essa luta não é inspirada pelos novos ventos democráticos cantados por Gonzaguinha (1945-1991)?

A campanha de Realengo se concretiza no início dos anos 2000 quando é acolhida pelo Colégio Pedro II (CPII), que considera a expansão para áreas menos privilegiadas do Rio de Janeiro como uma estratégia para repensar a sua pronunciada tradição elitista.

Nessa confluência, a fração dos moradores e os idealizadores da ampliação do Colégio para novas áreas do Rio de Janeiro saem vitoriosos: a implantação da Unidade de Realengo é efetivada em 2004, como fruto de um planejamento desenvolvido entre os anos de 2001 e 2003. Um concurso específico, com exames diferenciados, que resulta em 06 (seis) turmas de 1ª Série do Ensino Médio, compostas por estudantes que têm entre 14 e 56 anos e que são em sua maioria residentes em Realengo e suas redondezas marca o início do funcionamento da escola.

Inserida no domínio da história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2005), esta dissertação tem como escopo a recuperação do preâmbulo da criação do CPII de Realengo — 2001/2003 — e de seus quatro primeiros anos de operação — 2004/2008 —, os quais foram fundamentais para sua continuidade e permanência no interior da rede de 10 (dez) unidades¹ de ensino do CPII.

¹ Antes da criação da unidade de Realengo, formavam a rede do CPII as seguintes unidades de ensino: Centro, Engenho Novo I, Engenho Novo II, Humaitá I, Humaitá II, São Cristóvão I, São Cristóvão II, São Cristóvão II, Tijuca I e Tijuca II. As unidades I ocupam-se do primeiro segmento do Ensino Fundamental. As unidades II, em geral, reúnem turmas de segundo segmento do Ensino Fundamental, de Ensino Médio (regular e integrado) e de formação específica para jovens e adultos. Em São Cristóvão, por conta do amplo espaço físico, há uma unidade II que se ocupa apenas do segundo segmento do Ensino Fundamental e uma unidade III que está voltada somente para o Ensino Médio; sua unidade I é destinada ao mesmo público-alvo de seus congêneres na distribuição da rede. A

Para esse fim, são examinadas as memórias subjacentes às vozes ausentes dos documentos oficiais que, uma vez reunidos, narram o processo que culminou na fundação da referida escola. Em outras palavras, visa-se compreender as condições históricas para criação, a instalação e o início de funcionamento da unidade de Realengo, partindo-se de pontos de vista ainda não trabalhados: as memórias de sujeitos que reivindicam a criação da escola como membros de um movimento de seu bairro, assim como as memórias de diretores, professores e estudantes atuantes na instituição por ocasião de sua abertura e ao longo de seus quatro primeiros anos de existência. Essas memórias, quando confrontadas com a parca documentação escrita aqui também analisada, concorrem para a construção de uma versão ainda não apresentada sobre a trajetória do CPII de Realengo, durante o fluxo selecionado — 2001/2008.

E se a história da criação da Unidade Realengo aqui privilegiada de imediato aponta para uma iniciativa capitaneada por alguns moradores de seu bairro e cercanias — aspecto esse que não é devidamente dimensionado pelos documentos oficiais — também chama a atenção para o papel decisivo de certos agentes do CPII que, aliados aos primeiros pleiteantes, contribuem igualmente para a criação da nova unidade do CPII.

Em seus primeiros anos de funcionamento, a escola se vê obrigada a utilizar duas sedes temporárias, até que em 2006 muda-se para um novo endereço, onde permanece até hoje. A primeira sede resulta de um convênio com a SME-RJ que perdura até o final de 2004 e que prevê o empréstimo do prédio de uma escola do município durante o turno da noite. No ano seguinte, para que não se extinguisse, o CPII de Realengo recebe o auxílio de um pároco local e se instala em um centro de convivência, no qual futuramente seria erguida uma capela. Tendo o empréstimo da Igreja o prazo máximo de um ano, para 2006 o CPII restaura e equipa com fundos de concursos internos uma parte de seu terceiro e definitivo endereço: uma fábrica de munição inaugurada no final do século XIX, que se encontrava abandonada desde o final dos anos de 1970 e que, segundo um grupo de moradores do bairro, poderia ser transformada em escola.

Localizado na rua Bernardo de Vasconcelos, número 941, o CPII finalmente inaugura, no ano de 2007, a sua nova unidade diante do Presidente da República,

unidade Centro, a primeira a ser criada, é a única unidade que não trabalha com o primeiro segmento do Ensino Fundamental.

Luiz Inácio Lula da Silva, do Ministro da Educação, Fernando Haddad, do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, dentre outros políticos de expressão municipal, estadual e federal.

Considerado como bastante expressivo, o provimento parcial de insumos diligenciado pelo CPII impacta as tratativas federais, gerando em 2008 a assinatura de um termo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (RODRIGUES, 2012), fato esse que justifica o recorte temporal escolhido — 2001/2008. Isto é, sendo o objetivo desta dissertação o de resgatar o pródromo da criação e as condições históricas de produção do primeiro momento de existência do CPII de Realengo, acredita-se que se essa trajetória se inicia em 2001 com o movimento dos moradores em prol das melhorias educacionais para seu bairro, ela termina em 2008, quando a Unidade de Realengo encontra meios para se integrar em definitivo ao complexo institucional do CPII, através do termo de cooperação acima citado.

Portanto, esta dissertação busca entender em que medida duas entidades, uma associação — chamada de Movimento Pró-Escola Técnica em Realengo² (Movetec) — e uma instituição pública de ensino do sistema federal — o CPII —, unem esforços para a execução de um mesmo projeto — a criação da Unidade Escolar Realengo. Também se ressalta a importância que tem a concórdia entre essas duas entidades como catalisadora da política educacional implementada pelo governo federal já a partir do primeiro mandato (2003-2006) de Luiz Inácio Lula da Silva.

A posição central do CPII entre as escolas brasileiras, justificada por seu estofo como o primeiro investimento sistemático no Ensino Secundário e seus resultados de pronunciado reconhecimento, é a chave do oportuno diálogo que se estabelece entre essa instituição e o programa educacional do governo federal. Intitulado *Uma Escola do Tamanho do Brasil*, esse programa focaliza a universalização da escola básica e o emprego de todos os meios necessários como algo que assegure não apenas o acesso, como também a permanência dos estudantes no âmbito das unidades de ensino (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012).

² Assinale-se, à guisa de esclarecimento, que o termo “moradores”, quando atrelado ao Movetec, não diz respeito à totalidade irrestrita dos moradores do bairro de Realengo, tampouco a dos habitantes da zona oeste. Esta dissertação parte do entendimento de que esses “moradores” seriam, a princípio, os descendentes dos membros do Movetec, suas relações e assemelhados, além de uma parcela dos habitantes de localidades circunvizinhas que, de alguma forma, tenha sido enredado por sua luta e, com isso, tenha sido afetado por ela.

Assim como contempla o CPII em seu anseio expansionista, o cerne do programa do governo Lula coaduna-se igualmente com as motivações do Movetec.

A fundação do CPII ocorre durante o Período Regencial (1831-1840), no ano de 1837, como parte de um dispositivo que visa equiparar o Brasil às nações que para aquele contexto eram consideradas como as nações civilizadas. Destina-se a formar as elites à luz da cultura e dos valores vistos, à época, como o “berço da civilização”, a Europa, a fim de que ocupem os postos de notoriedade na sociedade brasileira.

Para tanto, o Colégio toma por inspiração a estrutura e o currículo da educação clássica francesa, sendo investido da função de orientar a constituição e o funcionamento de seus congêneres em todo o país (CUNHA JÚNIOR, 2008; DÓRIA, 1997; HAIDAR, 2008 [1972]; MENDONÇA et al., 2013; NAGLE, 2001 [1974]; NEEDELL, 1993; SANTOS, ANDRADE, 2016; VECHIA, LORENZ, 2003, 2015; ZOTTI, 2005). Por essa função, o CPII é vinculado à insígnia de “escola padrão” ou “colégio das elites” — uma divisa atrelada a resultados socialmente reconhecidos e, portanto, invocada por todos quantos desejam contrair uma educação de qualidade. Inclusive, sua política de expansão visa justamente distanciar a instituição desse paradigma elitista³, propondo a inauguração de novas unidades em regiões do Rio de Janeiro que se imaginasse como pouco privilegiadas no âmbito social, cultural e econômico.

Por outro lado, o Movetec compreende 72 associações⁴ de moradores de bairros das zonas norte e oeste. Empenha-se desde 1983 para que os residentes em Realengo e seu entorno tenham acesso à educação de nível médio, especialmente a de expressão profissionalizante, mais perto de suas casas. E se no início dos anos 2000, a zona oeste dispõe de uma infraestrutura educacional insuficiente, principalmente no Ensino Médio⁵, mesmo que concentre os bairros mais populosos

³ É importante observar que no interior da rede federal de ensino a voga de democratização e abandono do elitismo não pode ser vista como uma prerrogativa do CPII. Nesse sentido, cite-se o exemplo do CAP/UFRJ, que desde 1998 adota o sistema de sorteio para o ingresso de estudantes seja nas séries iniciais dos dois segmentos do Ensino Fundamental, seja na 1ª Série do Ensino Médio. Ressalte-se, porém, que se a seleção para o Ensino Fundamental utiliza apenas o sorteio como mecanismo de acesso, a seleção para o Ensino Médio sorteia o número de vagas disponíveis somente entre os candidatos que tiverem passado por um nivelamento em Língua Portuguesa e em Matemática. Ainda que o CAP/UFRJ não seja tão antigo quanto o CPII — foi fundado 110 anos depois do CPII —, pode-se afirmar que goze de certo magnetismo e que tenha tomado uma importante posição no que se refere à equalização do acesso à escola básica (Cf. <http://cap.ufrj.br/>. Acesso em 16 set 2018).

⁴ Dentre essas associações, conforme afiança a Figura 24 do Anexo D (p. 189), estão a Associação de Mulheres dos Gouvêias (do bairro de Paciência, na zona oeste) e a Associação dos Artistas da Zona Oeste (Associarts), dentre outras.

⁵ RODRIGUES, Débora. Há escolas de ensino médio suficientes na Zona Oeste? **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 out. 2002. O Globo Zona Oeste.

do município do Rio de Janeiro⁶, a meta inicial do Movetec é a de atrair a instalação de uma instituição que oferecesse formação técnica e tecnológica e, desse modo, fornecesse mão-de-obra local para os distritos industriais⁷ situados na região.

Sem o suporte legal para a abertura de uma escola técnica, de acordo com seu plano inicial, o movimento passa a buscar uma instituição de tradição propedêutica, voltada para a formação preliminar de base ao Ensino Universitário. É quando o Movetec procura o CPII, em 2001, motivado por seu lastro sempiterno como instituição modelar.

Com a aderência do CPII, o Movetec atinge seu intento e finalmente ressignifica um dos alicerces da história de seu bairro-sede. Para que a almejada escola fosse implantada, o movimento intervém junto ao Exército Brasileiro pela liberação de um dos espaços ociosos da fábrica de munição abandonada. No mesmo diapasão está a conquista do tombamento desse espaço como patrimônio histórico e, também por força de lei, a sua conversão para finalidades de ensino⁸.

A escolha do objeto de investigação acima descrito deve-se em parte à minha própria trajetória no CPII: sou ex-aluno (1990-1996) e professor (2003-2004; 2008-) do Departamento de Francês do Colégio. É nele que meu percurso docente se inicia formalmente, quase que na sequência da conclusão do bacharelado e da licenciatura plena. O acesso à história de criação do CPII de Realengo se dá em 2011, quando sou integrado a essa unidade como o primeiro professor efetivo de minha disciplina.

O fato de estar em contato direto com alguns dentre os sujeitos dessa história tanto delinea meu lugar de fala como pesquisador, quanto torna patente a minha posição privilegiada no que tange o manuseio das fontes de pesquisa. Ainda há que se destacar que essa posição, aliada à observação dos princípios éticos, também suscita a confiança por parte de meus depoentes potenciais, sendo esse o requisito crucial para o desenvolvimento e o aproveitamento de uma entrevista (ZAGO, 2011).

Todavia, o meu vínculo profissional com o CPII não me isenta dos problemas inerentes à atividade de todo pesquisador que trata com fontes vivas. Cabe enfatizar,

⁶ Dados publicados pelo Instituto Pereira Passos, com base nos censos populacionais elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos de 1980 e 2000. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bdario/tabulacao.aspx>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

⁷ Dos dez distritos industriais do estado do Rio de Janeiro, três estão situados na zona oeste do município, precisamente nos bairros de Campo Grande, Paciência e Santa Cruz. Disponível em: <<http://www.codin.rj.gov.br/Paginas/ApoiInvestidor/AlternativaLocalizacao/DistritoCampoGrande.aspx>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

⁸ Lei Municipal nº 1.962, de 04 de maio de 1993, ratificada pelo Decreto Municipal nº 13.679, de 15 de fevereiro de 1995.

então, que o período de realização das entrevistas transcorre de forma não-linear, o que acarreta o acréscimo de sessenta dias à previsão apresentada por ocasião de meu exame de qualificação. Isso porque até concluir a gravação das entrevistas são registrados episódios de visita a locais de difícil acesso, de esquecimento inesperado de encontros confirmados e de muitos adiamentos e remarcações em função da disponibilidade limitada de alguns depoentes. Somem-se a isso as restrições na elucidação de determinadas informações, tendo em vista as suscetibilidades colocadas pela posição hierárquica de alguns dentre os depoentes no interior da engrenagem do CPII.

Ademais, conforme já explicitado, esta dissertação se refere a uma instituição escolar cuja fundação está na origem da organização sistemática das instituições escolares brasileiras em nível secundário. E aí está a relevância do tema, visto que essa instituição — o CPII — ainda é reconhecida como um estabelecimento de largo espectro em termos de terminalidade escolar. Também está aí a razão para a existência de uma importante quantidade de estudos ancorados seja no estofo, seja no alcance da representatividade do CPII para a educação brasileira.

Nesse sentido, a busca por publicações sobre o CPII é efetuada a partir de um período de 10 (dez) anos (2006-2016). No banco de teses e dissertações do portal da Capes são encontradas 5682 (cinco mil seiscentos e oitenta e duas) ocorrências, dentre as quais apenas 01 (uma) tangencia a história da criação CPII de Realengo. Trata-se de uma dissertação⁹ que toma o referido educandário como *locus* discursivo para estudar o desenvolvimento e a execução da política de reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas pelo imperativo da Lei nº. 12.711/12, em meio à efervescência dos atos de ampliação e democratização da educação encetados pelo governo federal, entre 2003 e 2004.

Sete repositórios virtuais de revistas acadêmicas de grande importância para o campo da História da Educação também são consultados, mas apenas 04 (quatro) apresentam trabalhos que se referem ao CPII¹⁰. Contudo, nenhum desses trabalhos diz respeito à problemática da implantação de uma unidade do CPII no bairro de Realengo.

⁹ O título dessa dissertação é “A política invisível: o caso da implantação das cotas raciais no Colégio Pedro II”. Ela foi defendida em 2015 no âmbito do PPGE-UFRJ, por Renata Laranjeira Dargains.

¹⁰ Os três repositórios que não acusaram trabalhos sobre o CPII no período de 10 (dez) anos são: Revista da Educação Pública (Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT), Educação em Revista (FAE/UFMG) e Educação & Sociedade (CEDES/Unicamp).

Além disso, dentre as ocorrências levantadas, nem todas contemplam o CPII em uma perspectiva histórica; as que o fazem, apoiam-se no papel da instituição para a estruturação do ensino secundário no Brasil para o estudo de temáticas variadas, conforme explicita a tabela a seguir:

Tabela 1 – Revisão bibliográfica: periódicos acadêmicos

Revista/Origem	Número de ocorrências	Temática(s) investigada(s)
Educação & Realidade FE/UFRGS	01	Exclusão e desigualdade educacional
Cadernos de História da Educação FACED/UFU	08	História de disciplinas escolares e formação da juventude brasileira
Educação & Pesquisa FE/USP	01	História dos professores secundaristas no Brasil
Revista Brasileira de História da Educação SBHE	05	História da criação do CPII; história de instituições educativo-musicais; o CPII como espaço público da corte imperial; história de disciplinas escolares; história dos professores secundaristas no Brasil.

Igualmente, a consulta aos anais eletrônicos de 02 (dois) congressos acadêmicos corroboram com o ineditismo do tema a ser desenvolvido por esta dissertação. Os primeiros anais estudados são fruto do trabalho do GT de História da Educação da ANPEd, que é responsável pela organização do COLUBHE. De um total de 295 (duzentos e noventa e cinco) trabalhos apresentados, apenas 05 (cinco) dizem respeito ao CPII, sendo que nenhum deles discute a criação da Unidade de Realengo.

São, outrossim, examinados os anais eletrônicos do CBHE, uma realização da SBHE. Em 04 (quatro) edições do CBHE, há 249 (duzentos e quarenta e nove) trabalhos apresentados no eixo de interesse desta dissertação. No meio deles, apesar de somente 03 (três) retratarem o CPII, não há registros de trabalhos que tenham problematizado a criação da Unidade de Realengo: prevalece uma predileção pela gênese do CPII, no século XIX, sendo ainda muito tímidas as produções que abraçam o século XX.

Os dados bibliográficos recolhidos deixam ver que existem duas abordagens no interior do domínio da história das instituições educativas. A primeira e mais vasta delas é a que dá conta de trabalhos que comungam de um enfoque mais estrutural ou institucional. Considerada como a mais tradicional, é nela que se encontram as pesquisas sobre escolas primárias, secundárias (dentre as quais, as que abraçam o CPII), religiosas, privadas, públicas, financiadas por empresas etc. A segunda abordagem, entretanto, pode ser avaliada como menos ortodoxa, pois aborda a

instituição escolar como um espaço social, como algo que se encontra em permanente construção.

Ancorada nessa segunda perspectiva que, inclusive, fomenta o diálogo entre a História da Educação Escolar e a Sociologia (CHAVES, 2014; VEIGA, 2005), relação essa que, por seu turno, é subsidiada por uma lente histórico-cultural (CHARTIER, 2002; XAVIER, 2011), esta dissertação arvora-se no entorno de conceituações de dois sociólogos, Elias (1994; 1998; 2008) e Bourdieu (1996; 2003), e de dois historiadores, Certeau (2013 [1994]; 2014 [1990]) e Anderson (2008 [1983]). A imbricação dessas conceituações enseja o exame da implantação da unidade de Realengo do Colégio Pedro II como uma fabricação histórica (VIDAL, FARIA FILHO, 2000) dotada de uma identidade específica (MAGALHÃES, 2005) e articulada pela forma como os indivíduos se comportam, se movimentam e se inter-relacionam naquele espaço social.

Portanto, este trabalho, de acordo com Elias (1994, 1998, 2008), baseia-se na concepção de que os indivíduos — aqui, uma fração de moradores, de diretores, professores e estudantes, representados pelos que se dispuseram a ser entrevistados —, apesar de estarem submetidos às estruturas sociais, figuram como elementos constitutivos que definem o próprio modo como se constitui o espaço social por onde circulam — no caso, o CPII de Realengo.

Segundo essa perspectiva, a chegada do CPII a Realengo é analisada a partir do modo como os seres humanos individuais — os representantes do Movetec e os do CPII — se interligam por meio de objetivos comuns e específicos. Observa-se que tais objetivos têm vinculações que se desdobram em dependências recíprocas que, em última instância, produzem a própria configuração escolar em questão, a Unidade de Realengo do CPII (ELIAS, 1994, 2008).

Posto que os encaminhamentos pela instalação do CPII em Realengo são formulados em um passado recente, torna-se possível buscar pelos indivíduos implicados no ordenamento dessa formulação, a fim de colher suas declarações como atores dessa história. Verifica-se que a ida do CPII para Realengo é fruto de uma confluência de indivíduos, de sorte que é no defrontamento desses mesmos indivíduos que se encontra seu caráter de singularidade como processo histórico (CATANI, 1998). De modo efetivo, busca-se entender a constituição do Colégio como uma dinâmica marcada por sintonias e dissintonias que justamente são tecidas pelos

agentes — representantes do Movetec e do CPII — que compõem essa configuração escolar.

E se toda história é invariavelmente a história de uma sociedade que é, por certo, uma sociedade de indivíduos (ELIAS, 1994), quando se perscruta a história de criação do CPII de Realengo pela ótica da horizontalidade das relações entre os responsáveis por esse encadeamento, considera-se essa instituição como uma “configuração social” (ELIAS, 1994, 2008): “simples instrumento conceptual que tem em vista afrouxar o constrangimento social de falarmos e pensarmos como se o *indivíduo* e a *sociedade* fossem antagónicos e diferentes” (ELIAS, 2008, p.141) [grifos nossos].

À vista disso, se indivíduo e sociedade, conforme essa concepção teórica, compõem dois níveis diferentes e interligados de análise, neste trabalho o bairro e a escola são os dois níveis diferentes e inseparáveis no âmbito do problema da abertura do CPII da zona oeste. Ou seja, a ação do primeiro nível, desempenhada pelos representantes do Movetec, só tem efeito se for atrelada à ação do segundo nível, impelida pelos funcionários do CPII.

Por essa lógica, o curso de instalação do CPII de Realengo, para remediar o sistema educacional deficitário da zona oeste, teria outros parâmetros caso fosse constituído por outra configuração que não a que é concebida pela campanha do bairro e o projeto de expansão da rede de escolas de notória tradição modelar.

Ainda segundo a perspectiva teórica aqui adotada, a configuração social que legitima o CPII de Realengo é analisada a partir de duas características cruciais para a sua existência: a) a tensão referente à demarcação de seu espaço físico (CERTEAU, 2013 [1994], 2014 [1990]; ESCOLANO, 2000; FARIA FILHO, 1998b; MAGALHÃES, 2005; WERLE, BRITTO, COLAU, 2007); b) a forma de exceção por meio da qual é composta a primeira geração de seu corpo discente (BOURDIEU, 2003). Isto é, pretende-se mostrar que os três endereços do CPII, ao serem entendidos como espaços sociais que se constituem a partir da inter-relação que se estabelece com os indivíduos por ele responsáveis, bem como a “adequação” sofrida pelo primeiro concurso de provisão de vagas do Colégio, a fim de que se adaptasse ao nível dos concorrentes — uma parcela dos moradores da zona oeste — definem o próprio modo como os primeiros anos da referida instituição escolar é analisada.

Por essa ótica, a autoridade do CPII na seara educacional alude à sua própria origem, no século XIX, como escola secundária de referência às escolas análogas no

Brasil. Sua aura imanente (BENJAMIN, 2014 [1989]) e sua unicidade como instituição formadora das elites lhe constituem, por decorrência, de um valor simbólico (BOURDIEU, 2016 [2011]) que transcende as suas próprias condições materiais, as noções de espacialidade territorial e a ação implacável do tempo (ELIAS, 1998).

Acima de tudo, se esta dissertação ainda concebe o CPII como monumento (LE GOFF, 2013 [1977]), ela analisa sua aura como algo que, inclusive, se encontra presente entre os elementos que conformam a própria identidade nacional brasileira. Nesse caso, o conceito de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1983]) é bastante frutífero para este trabalho, na medida em que explica o valor de culto deferido a essa instituição como uma força que desperta em uma parcela dos moradores da zona oeste o sentimento de pertencimento ao grupo que usufrui da realidade educativa propiciada pelo CPII. Aliás, um sentimento de pertencimento em função do que o CPII, inclusive, representa em sentido de identidade nacional.

Por esse ângulo, esta dissertação entende que levar o CPII para a zona oeste significa levar para a periferia algo que faz parte do centro, o centro de interesse para onde convergem as ações de importância concreta para o país. Isto é, significa incluir Realengo — um bairro desvalido, de origem rural, cuja história mostra uma vultosa fábrica que sucumbe ao tempo — na comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1983]) do centro. Esse centro é o Brasil, notadamente um Brasil que se torna mais inclusivo à medida que democratiza o acesso à escola básica e se preocupa com a permanência dos estudantes nesse segmento.

Assim sendo, a comunidade do centro é imaginada porque é formada por indivíduos interligados apenas por uma imagem mental, de afinidade recíproca, sobre um aspecto identitário comum: pertencer à uma escola emblemática e garantir a construção de um futuro promissor.

A vertente empírica que envolve a escolha teórica exposta acima determina a própria opção metodológica aqui trabalhada. Por decorrência, a memória (DELGADO, 2010; NORA, 1993; POLLAK, 1989; 1992) assume a condição de ponto chave para esta dissertação. Ou seja, a história oral (DELGADO, 2010; DELGADO; FERREIRA, 2013; PORTELLI, 1997; ZAGO, 2011), frente à parca documentação escrita sobre o objeto em foco, transforma-se no grande trunfo metodológico aplicado a este trabalho.

A esse respeito, enquanto Delgado (2010) defende que a memória é o receptáculo da consciência do passado, um território plural, contornado por uma linha tênue entre o real e o ficcional, que proporciona a atualização permanente do passado,

Nora (1993) entende que a memória se encontra materializada no empenho de sujeitos coletivos no sentido de refrear a tácita tendência ao esquecimento empreendida pelo presente, que é eterno.

Assim, para Nora (1993), a memória está arraigada a múltiplos lugares, os lugares de memória. Revestidos de uma dimensão material, outra funcional e uma aura simbólica, esses lugares corroboram a inexistência de uma memória espontânea, atestando que toda lembrança precisa de um estímulo para ser deflagrada. Portanto, conforme assegura Pollak (1989; 1992), a memória é um fenômeno seletivo, de manifestação individual e coletiva, formado por uma confluência de acontecimentos, personagens e lugares que se põem em contiguidade na conformação das identidades sociais.

Nessa situação fazer história oral implica absolutamente em levar em consideração a memória. Pressupõe levar em conta os truques e as emboscadas enfatizados pelos autores mencionados acima. Consiste, na prática, em organizar fontes históricas por intermédio da gravação de relatos ¹¹ induzidos e de desenvolvimento estimulado.

Para Portelli (1997), esse percurso por entre memórias ainda não ouvidas, tal como se pretende, faculta o recolhimento e a socialização de apreciações singulares fornecidas pelo indivíduo comum, que, por sua vez, tem a possibilidade de se ver e de ser visto como membro efetivo da História. Entende-se, então, que se evoca a possibilidade de os entrevistados — representantes do Movetec e do CPII — aperceberem-se como sujeitos da história que estão contando, a história da criação da Unidade Realengo do CPII.

Além disso, ao possibilitar um confronto entre os depoimentos dos entrevistados das mais diferentes categorias — representantes do Movetec, estudantes que tenham composto as primeiras turmas da escola e também diretores e professores que tenham atuado na instituição no decorrer de seus quatro primeiros anos de existência —, viabiliza a redação de uma versão sobre a criação do CPII de Realengo que possa ser assimilada como uma história cujo esteio é a diversidade de experiências e de lembranças. Portanto, plural e marcada por tensões.

¹¹ Estão reunidos no Apêndice A os questionários que embasam as entrevistas do tipo temático (DELGADO, 2010) utilizadas nesta dissertação. As transcrições das entrevistas vêm na sequência, no Apêndice B.

As tabelas a seguir trazem, respectivamente, a relação dos indivíduos arrolados como depoentes e os dados das entrevistas concedidas. Ressalte-se que os nomes dos depoentes são fictícios.

Tabela 2 – Relação de dados sobre os sujeitos entrevistados

Nome	Origem	Ocupação	Idade	Bairro de residência
Álvaro	Movetec	Petroleiro aposentado	64 anos	Vila Isabel (zona norte)
Ernesto	Movetec	Contador	61 anos	Realengo (zona oeste)
Larissa	Ex-aluna	Operadora de câmera de TV	29 anos	Realengo (zona oeste)
Robson	Ex-aluno	Biólogo Marinho	28 anos	Recreio dos Bandeirantes (zona oeste)
Ronaldo	Ex-aluno	Bibliotecário	30 anos	Realengo (zona oeste)
Irene	CPII	Diretora de Ensino	67 anos	Barra da Tijuca (zona oeste)
Sebastião	CPII	Diretor-adjunto	63 anos	Leme (zona sul)
Amaury	CPII	Diretor-geral de unidade	59 anos	Taquara (zona oeste)
Roberto	CPII	Bedel	58 anos	Campo Grande (zona oeste)
José	CPII	Professor regente	50 anos	Ipanema (zona sul)

Tabela 3 – Relação de dados sobre as entrevistas concedidas

Depoente	Data	Local	Duração
Álvaro	24/10/2017	Escritório particular/Reitoria do CPII/ São Cristóvão	37'05"
Ernesto	24/03/2018	Anexo à Sala dos Professores/ CPII Realengo	43'01"
Larissa	11/09/2017	Anexo à Sala dos Professores/ CPII Realengo	15'10"
Robson	11/01/2018	Laboratório de Microbiologia Marinha – CCS-UFRJ	19'49"
Ronaldo	11/12/2017	Sala de estar dos funcionários da Biblioteca/ CPII Realengo	34'59"
Irene	27/03/2018	NUDOM/CPII Centro	38'08"
Sebastião	04/10/2017	Gabinete da Direção-Geral/ CPII Realengo	13'54"
Amaury	24/10/2017	Gabinete do Reitor/ CPII São Cristóvão	44'52"
Roberto	13/09/2017	Antessala da Reprografia/ CPII Realengo	08'57"
José	27/09/2017	Antessala da Reprografia/ CPII Realengo	27'33"

À constituição de fontes orais soma-se a análise documental em um processo bidirecional e suplementar, visto que ambos os procedimentos se abastecem conjuntamente (DELGADO, 2010). Essa pesquisa documental compõe-se de um livro de memórias sobre a expansão do CPIL, publicado pelo primeiro diretor da Unidade de Realengo, leis que regulam o uso do espaço da fábrica abandonada, discursos oficiais, fotografias e jornais de época.

A base de análise de documentos escritos toma assento nas ponderações de Bourdieu (1996), pelo que se entende pelo “princípio da eficácia da palavra” (p. 87), princípio esse que versa sobre a legitimidade autorizada da chamada “letra da lei”; e de Faria Filho (1998a), que observa que não se faz compulsório discutir os documentos escritos em seu caráter literal se os mesmos forem considerados como produtos de um dado contexto social, histórico e cultural.

O exame dos documentos extraídos de jornais também se orienta pela investigação histórico-cultural do texto (CHAVES, 2003; DE LUCA, 2015), que ressalta a necessidade de se observar o contexto de produção dos periódicos, a fim de que se possa apreender os sentidos das vastas dimensões desse *corpus* documental. Deve-se considerar que os sentidos dos textos de jornal estão presos ao suporte que os comunica, uma vez que eles não têm existência fora desse suporte. Diante disso, os aspectos relativos à impressão do periódico, assim como os estratagemas discursivos e a linha de pensamento empregados por seus produtores não determinam somente os estilos de escrita e de impressão, mas essencialmente as chaves de leitura que devem ser seguidas por seus leitores.

São quatro os jornais consultados: a) *O Paiz* (1884-1934), um jornal diário de orientação conservadora, de grande expressão e circulação, auto definido “independente, político, literário e noticioso”, além de ter sido considerado pela crítica como “o mais robusto órgão governista da República Velha, [e] um dos maiores formadores de opinião na política e na sociedade brasileiras entre o fim do século XIX e o começo do século XX”¹²; b) *Correio da Manhã* (1901-1974), um dos mais influentes periódicos de circulação diária no século XX, apreciação essa que se deve à sua classificação como um “jornal de opinião”, dono de uma ética própria e de um estilo refinado e impactante, à sua linha editorial combativa, bem como à sua identificação

¹² BRASIL, Bruno. *O Paiz*. 02 abr. 2015. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

com as classes e questões populares¹³; c) *O Globo* (1925-), que é um dos jornais mais afamados e de maior tiragem dentre os veículos de comunicação impressa em atividade no Brasil. Trabalha-se precisamente com um exemplar de *O Globo Zona Oeste*, um suplemento em formato de tabloide publicado aos domingos, cuja circulação e conteúdo se restringem à região que lhe dá nome; d) *Diário de Notícias* (1930-1974), um jornal matutino que circulou apenas em âmbito municipal, sendo caracterizado por sua expressão suprapartidária, porém contrária à ordem política vigente. Desde sua fundação, buscou construir uma postura antagônica no que concerne à estrutura oligárquica da República, mas sensível a um ethos revolucionário e transformador da sociedade¹⁴.

Os documentos iconográficos, as fotografias, por sua vez, são lidas e interpretadas como “imagem/documento” e “imagem/monumento”. Nesses termos, eles detêm igualmente uma “mensagem significativa” engendrada por uma dada motivação, que é vinculada a um contexto no sentido lato da expressão (MAUAD, 2008).

Com esse quadro teórico e metodológico, esta dissertação é composta de três capítulos, além destas palavras iniciais e daquelas que fecham o trabalho, como considerações finais.

O capítulo 1 busca dimensionar o bairro de Realengo a partir de sua relação com a fábrica de munição abandonada e, posteriormente, de sua relação com o CPIL, no intuito de se determinar o lugar ocupado pelo CPIL nessa geografia física e social. E se em seguida, apresenta-se a luta dos moradores — sob a interferência do Movetec — pela conquista de uma escola de Ensino Médio de qualidade no bairro, ao final mostra-se que essa peleja é concretizada não através da inauguração de uma escola técnica, conforme o desejo inicial de parte dos moradores, mas por meio da criação de uma unidade do Colégio Pedro II, estabelecimento de ensino esse que devido à sua própria política na época tornou-se mais viável de ser inaugurado.

O capítulo 2 refere-se ao processo de construção da identidade social do CPIL. Explana-se a política de expansão de sua rede de unidades lançada com a abertura da Unidade de Realengo e se enfatiza a relevância desse processo dentro de uma

¹³ BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*. 17 nov. 2014. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

¹⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. *Diário de Notícias (Rio de Janeiro)*. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

conjuntura política educacional que prima pela democratização do acesso à escola básica, sobretudo nas periferias, assim como pela equalização de oportunidades.

O capítulo 3 atém-se ao impacto que a ida do CPII causou a Realengo. Mostra em que medida a recuperação do terreno da fábrica abandonada e sua transformação em um colégio federal, tradicional e historicamente de elite repercute em parcela dos moradores do bairro. Portanto, a partir desse fato, ao tomar como referência o conceito de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1983]), analisa-se o surgimento de um novo sentimento de pertencimento nessa fração dos moradores do outrora chamado *sertão carioca*, ao mesmo tempo em que se questiona se esse sentimento é algo comum à maioria daquela população.

CAPÍTULO 1

REALENGO REVISITADO: DAS ORIGENS DO BAIRRO ÀS MEMÓRIAS DE UMA LUTA

Realengo é um bairro localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, historicamente conhecido como uma parte do *sertão carioca*. Desde o século XIX, esse bairro convive com empreendimentos de grande porte que, em última instância, contradizem a alcunha rural atribuída à sua região por jornalistas e intelectuais que, imbuídos pelo ideário republicano, queriam ver espalhadas por toda a Cidade as suas benfeitorias, principalmente aquelas de ordem social.

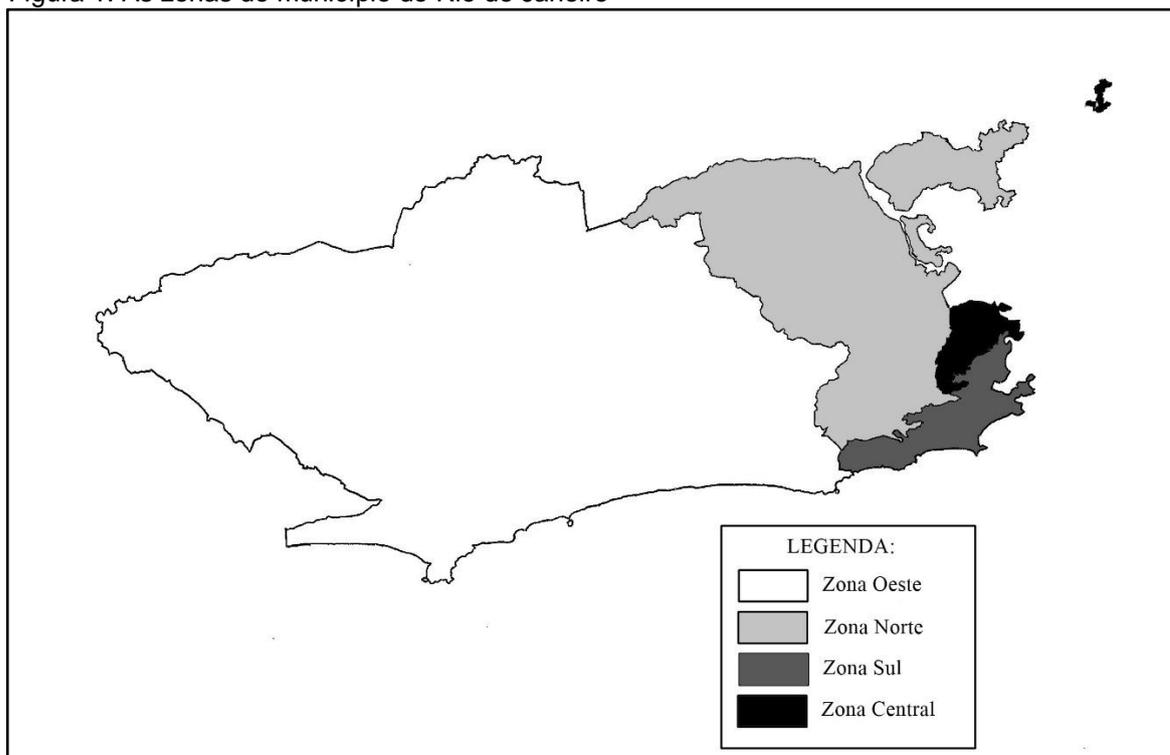
Já nos anos 2000, novas atribuições são reivindicadas ao bairro que, apesar de ter crescido e se desenvolvido, ainda encerra algumas questões sociais insolúveis. Dentre essas questões, a abertura de uma escola pública que ensejasse a ampliação do número de vagas de Ensino Médio desponta como o objetivo central de um movimento dos moradores do bairro e suas proximidades — o Movetec.

Este capítulo é dividido em duas partes. Enquanto a primeira apresenta uma exposição panorâmica sobre a história de Realengo, sua ligação com a denominação *sertão carioca* e sua transformação em um complexo militar, a segunda parte mostra de que forma o Movetec inicia uma luta para criar no interior de uma fábrica de cartuchos desativada uma escola pública de nível médio.

1.1. Sertão Carioca: uma denominação atípica

A historiografia sobre os processos de repartição da propriedade fundiária no município do Rio de Janeiro indica que as terras que correspondem ao bairro de Realengo têm seu embrião na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande. Situada nos arredores da cidade, a referida freguesia formava, juntamente com as freguesias de Jacarepaguá, São Salvador do Mundo de Guaratiba e Santa Cruz, aquilo que o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 institucionalizou como zona rural do município da Corte ou Município Neutro, que nessa época era a capital do Império (FRIDMAN, 1999). Esta zona rural corresponde administrativamente à atual zona oeste, a maior região do município do Rio de Janeiro, conforme ilustra a figura 1, disposta abaixo.

Figura 1: As zonas do município do Rio de Janeiro



Fonte: ASSIS, Felipe Camargo de¹⁵. **As zonas do município do Rio de Janeiro**. 2018. 1 unidade física: preto e branco; 23,38 x 16,54 cm.

No século XIX, a lógica da repartição do município do Rio de Janeiro não levava em conta apenas a tipificação do espaço geográfico de suas circunscrições, mas também considerava a distância de sua localização em relação ao centro de ações sociais e políticas da capital do Império. As freguesias mais próximas desse centro eram declaradas freguesias urbanas ou “de dentro”, enquanto que as freguesias rurais eram tidas como suburbanas ou “de fora”, visto que se achavam longe do perímetro urbano definido pelo centro decisório, o qual corresponde à atual zona central da Cidade (cf. figura 1). Nesse sentido, tome-se a explicação de Mattos (1987), construída com base na repartição do município no ano de 1849:

oito eram as freguesias urbanas ou “de dentro” — Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, Santana, Lagoa, Glória e Engenho Velho — e nove as suburbanas ou “de fora” — Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Santa Cruz, Governador, Paquetá e Santo Antônio. Dentre as freguesias urbanas, as quatro primeiras relacionadas formavam as freguesias do “centro”, e nelas se localizavam as instituições e instalações que tornavam possíveis a reprodução dos interesses dominantes: o Paço, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal; a Escola Militar, a Academia de Marinha, os quartéis e a casa de saúde; as inúmeras igrejas

¹⁵Felipe Camargo de Assis, ex-aluno no CPIL de Realengo, desenhou esse mapa sob encomenda. Francamente interessado pela história do Rio de Janeiro, ele se dedica ao assunto como estudante do curso de História da UFF.

católicas, a igreja episcopal inglesa e a igreja alemã protestante; a Tipografia Nacional, os teatros de São Pedro de Alcântara e de São Januário; o Correio e a Caixa de Amortização; o porto e os diversos trapiches. (p. 79)

Convém ressaltar que também o CPII¹⁶ era uma dessas instituições que asseguravam a reprodutibilidade dos interesses dominantes, as quais podem ser chamadas de “instituições formais da elite” (NEEDELL, 1993) e que se situava exatamente na freguesia de Santa Rita, onde também ficavam o Cais do Valongo, a Matriz de Santa Rita de Cássia e o Palácio Episcopal, sendo essas últimas instituições de grande porte que, de algum modo, eram a síntese do Governo da Corte, conforme o texto acima, de Mattos (1987).

Ainda com o auxílio de Fridman (1999), cabe salientar que dada a sua situação periférica, essas freguesias “de fora” mantinham, ainda no século XIX, um sistema de aproveitamento que remontava ao modelo de exploração imposto pela colonização. De forma geral, ao se dedicarem quase que exclusivamente à agricultura ou à pecuária, mantinham com a Cidade apenas um intenso fluxo comercial, na medida em que, naquela época, as distancias dificultavam a circulação de seus moradores.

Especificamente Realengo, mesmo que compusesse uma região afastada da Coroa, sua denominação por si só já o aproxima da realeza. Isso porque o termo Realengo etimologicamente pressupõe uma derivação do vocábulo latino *regalengus*¹⁷, que significa “real”, “régio”, ou seja, aquilo que se refere ou pertence ao Rei. Ainda assim, justamente porque o contato com a Cidade era pequeno, não foi difícil que seus terrenos aos poucos tenham sido dominados pela ação violenta de posseiros e grileiros, que avidamente vislumbraram o grande potencial agrário-comercial tanto das terras realengas, quanto dos demais parcelamentos da zona rural que compunham o que ficou conhecido como sendo o *sertão carioca*.

No início século XX, conforme Galvão (2009 [1963], p. 181), a zona rural como um todo compreendia “73% da superfície do estado [Estado da Guanabara] e [abrigava] 15% de sua população”. Seu histórico de atraso econômico, político e social, além da fraca densidade demográfica, fez com que especificamente essa

¹⁶ Criado na primeira metade do século XIX exatamente para dar formação aos indivíduos que se encarregariam de fazer funcionar outras instituições dentre aquelas que compunham o centro decisório do Império, tais como o Paço e o Senado, por exemplo.

¹⁷ REALENGO. In: CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. p. 548.

região, que hoje é definida como a zona oeste do município, fosse apresentada como o *sertão carioca* da “opulenta cidade, que se fez capital do Brazil desde o anno de 1763”. Inclusive, o mesmo texto, oriundo do artigo “Sertões Municipaes” (cf. Anexo A), assinado por Curvello de Mendonça¹⁸ e publicado em destaque na primeira página da edição de 15 de julho de 1909 de *O Paiz*, dispõe, em tom bastante ácido, sobre “uma excursão de intendentos aos recantos deste glorioso e embelezado Districto Federal”.

Tratada como um “movimento alviçareiro de generosidade”, “um movimento de *sport* pelas estradas tortuosas dos subúrbios”, a realização dessa excursão expressa o ímpeto governista em prol da “regeneração e [do] progresso nos serviços públicos das regiões suburbanas”, mais adiante cognomadas de *sertão carioca* — zona remota da Capital, que inclui o Realengo do Campo Grande, “onde o espírito descansa da vida urbana intensa”.

Além disso, se o artigo em determinados momentos alega que essas terras eram ainda habitadas por cariocas que viviam em meio à uma “prostração” que precisa ser “regenerada” e revestida de “progresso”, ele também tem o mérito de, através de seu tom ácido, denunciar a precariedade das escolas primárias na região — “escolas que funcionam como se estivessem localizadas no legítimo e verdadeiro Matto Grosso das nossas fronteiras abandonadas” (página 1) —, bem como o descaso para com as condições de desenvolvimento do trabalho docente, assinalado como um “vergonhoso descalabro”. O funcionamento dessas escolas privaria o magistério primário “de remunerações que lhe competem por várias leis, como sejam as gratificações addicionaes, única compensação justíssima em face de outras classes do funcionalismo público” (página 1).

Entretanto, cabe salientar que a região tímida, acabrunhada e distante da sofisticação da Cidade, é investida, desde o século XIX, de determinados atributos que o artigo “Sertões Municipaes” prefere ignorar. Dentre esses atributos consta a Estação de Realengo, inaugurada em 1878, como parte da Companhia de Estrada de

¹⁸ Manuel Curvello de Mendonça (1870-1914) foi chefe de seção na Intendência Municipal e membro do Conselho de Instrução Pública, professor e diretor do Instituto Comercial do Distrito Federal. Também se dedicou à literatura: é de sua autoria um dos primeiros romances sociais de expressão anarquista — *Regeneração* (Rio de Janeiro, Garnier, 1904). De sua pena sobressai uma concepção estética de caráter utilitário, centrada no comprometimento com a transformação social (FENERICK, 2004).

Ferro D. Pedro II¹⁹, a Companhia Progresso Industrial do Brasil²⁰, criada em 1889, e a própria FCE, cuja construção iniciou-se em 1874, em função da instalação de um complexo militar na região a partir de 1850.

Nesse sentido, apesar de a existência de uma estação ferroviária, de uma fábrica de tecidos e de todo um complexo político-militar na região, a imprensa ainda nos anos de 1930 continuava a definir a região como *sertão carioca*: algo periférico, pouco desenvolvido e, principalmente, agrário, na medida em que tomam como referência o centro — a Cidade. Assim é que o *Correio da Manhã*, fazendo jus ao fato de ser definido como um jornal de opinião, durante os anos 1932 e 1933, através de seu jornalista Magalhães Corrêa²¹, pública uma série de artigos intitulados *O sertão carioca* (cf. Anexo B), sob a forma de um suplemento literário e que, do mesmo modo que seus antecessores, também prefere dilapidar a marcha de desenvolvimento e progresso que aos poucos se distende pela região.

Com a série *O sertão carioca*, Magalhães Corrêa optou por definir a região de modo mais naturalista, imbuindo-se de um tom bastante crítico, posto que ele se incumbira de alertar para o que considerava ser o principal problema estrutural do Brasil: a indiferença e a falta de assistência dos poderes públicos para com aquele “sertão” que se localizava a poucos quilômetros da Cidade. Nessas condições, Corrêa colocava para a garbosa Capital, sem picardia e intermediários, mas com muita empatia, que os infortúnios vividos pelos moradores da zona rural “começavam a poucas dezenas de quilômetros do seu centro asfaltado e agitado” (FRANCO, DRUMMOND, 2005, p. 1038).

¹⁹ A Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II, organizada em 1855, inaugurou sua primeira seção de ferrovia em 1858. A ampliação dessa seção e a criação de outras, donde a montagem daquela que compreende a Estação de Realengo, vieram na sequência, sempre sob o efeito do processo de industrialização que se estabeleceu no Brasil a partir das três últimas décadas do século XIX. A construção de ferrovias é um dos sinais da marcha capitalista, que gerou profundas transformações nas relações de trabalho, bem como nas formas de produção seja no campo, seja nas cidades em quase todo o território nacional (MARINHO, 2015).

²⁰ Fundada em 06/02/1889, a Companhia Progresso Industrial do Brasil deu origem à Fábrica de Tecidos Bangu, inaugurada, por seu turno, em 08/03/1893 sob os auspícios progressistas da República. Durante algumas décadas ao longo de sua existência, inclusive, tornou-se referência para a Cidade. (FARIA, 1999; FREITAS, 2005; MANSUR, 2016).

²¹ Armando Magalhães Corrêa (1889-1944) era carioca de nascimento e foi morador da zona oeste, onde começou seus estudos de nível superior pela Escola Militar de Realengo. Depois, optou por transferir-se para a Escola Nacional de Belas-Artes, onde se diplomou por suas habilidades no curso de escultura. Os artigos que publicou no *Correio da Manhã* são fruto de um minucioso trabalho de campo realizado por ele mesmo que, além de exercer atividade jornalística, também atuou como escultor, professor, desenhista e escritor. Convém destacar, a julgar por tantas habilidades artísticas, que todos os artigos foram ilustrados a bico de pena pelo próprio jornalista. A série *O sertão carioca*, incluindo suas ilustrações, foi transformada em livro de mesmo nome, livro esse que foi publicado pela Imprensa Nacional em 1936 (FRANCO, DRUMMOND, 2005).

As considerações de Franco e Drummond (2005), destacadas abaixo, explicitam ainda mais os sentimentos de Magalhães Corrêa a respeito do *sertão carioca*:

Corrêa queria mostrar que nas vizinhanças da própria capital federal existia uma realidade pouco conhecida daqueles que viviam em meio aos confortos do mundo urbano. Essa realidade ‘sertaneja’ representava para ele, no entanto, a condição da maior parcela da sociedade brasileira. O próprio título do livro incluía a expressão ‘sertão carioca’ que, embora constasse de mapas e outros documentos antigos e da época, buscava causar no leitor um efeito desconcertante, ao combinar duas palavras como que opostas. A palavra ‘sertão’ – designação genérica dada até hoje pelos brasileiros citadinos aos lugares ermos, ignotos e inóspitos do vasto interior brasileiro – era justaposta a ‘carioca’ – gentílico reservado aos urbaníssimos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, metrópole cosmopolita que fora capital colonial e imperial e ainda era a capital republicana e a maior cidade do país. (p. 1038)

Enfim, as preocupações do jornalista devem-se à cena político-intelectual brasileira dos anos de 1930 e 1940, na medida em que se ansiava por uma modernização da sociedade e das instituições públicas, formadoras do Estado brasileiro (FRANCO e DRUMMOND, 2005).

Entretanto, por mais que os anos 1930-1940 estivessem sob a égide de um discurso nacionalista que procurava forjar uma ideia de nação urbana e industrial (CHAVES, 2014) e, assim, extirpar a imagem de que existiria um *sertão carioca* tão perto do Palácio do Catete, os méritos a respeito do serviço prestado por Magalhães Corrêa à legitimação da visibilidade “do campo da Guanabara” (CORRÊA, 1936, p. 8), com o destaque dado às paisagens, às “feições geográficas”²², aos tipos humanos — como os “bananeiros”, retratados na edição de 21/08/1932 do *Correio da Manhã* (cf. Anexo B) — e aos feitos do sertão em face do poderio urbano do Rio de Janeiro, são poucos. Ou seja, o sumo desse trabalho é apenas dado à fruição de seus leitores, na medida em que o *Correio da Manhã*, apesar de oposicionista, não guardava qualquer ideal de governança pública, mas preferia apenas desconcertar seu público leitor (FRANCO, DRUMMOND, 2005) por um viés enciclopédico e anedótico, tal como assegura o trecho da apresentação do livro homônimo, lançado alguns anos depois:

Sim, embora o carioca da Avenida, do posto 4, dos chás e cinemas chics fique espantado, existe, nesta sua maravilhosa terra um “sertão”, como na Amazônia, em Matto Grosso, em Goyaz, em Minas, na Bahia. Embora

²² CORRÊA, 1936, p. 8.

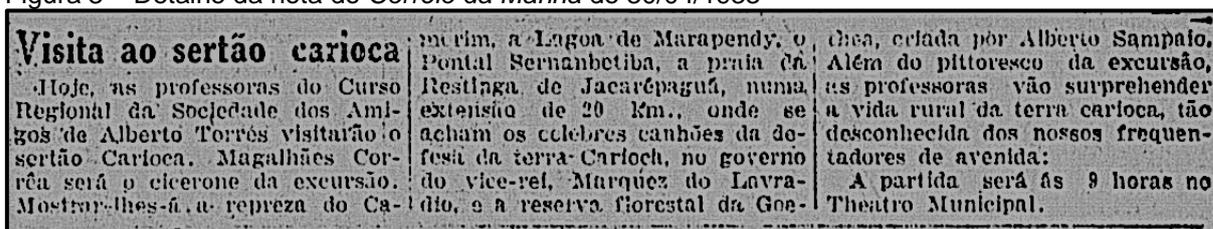
menos bravio... [...] Quantos cariocas saberão, por ventura, que, a tres ou quatro horas do centro urbano, ainda se encontram onças, entre ellas a sussuarana e a jaguatirica, e capivaras, e estranhos simios, entre os quaes o guariba, que ha muitos annos, Emilio Goeldi já dava como raridade nas serras de Therezopolis? (CORRÊA, 1936, p. 12)

O tratamento pitoresco dado ao *Sertão Carioca*, com o intuito de desconcertar o leitor, também pode ser percebido de forma mais explícita por meio de uma nota publicada no mesmo *Correio da Manhã*, em sua edição de domingo, em 30/04/1933: ladeada de publicidades sobre filmes de cinema de grande destaque (cf. figura 2, mais abaixo), Magalhães Corrêa parece querer indicar um passeio dominical — para os que preferem não ir ao cinema — ao despontar como cicerone de uma excursão — não mais de intendentes, como a de 1909 — de um grupo de professoras ao *sertão carioca*, excursão essa que “além do pitoresco [...] [visa a] surpreender a vida rural da terra carioca, tão desconhecida dos [...] frequentadores de avenida”.

Em se observando a página do jornal em que se encontra a referida nota, é possível presumir que a ida ao *sertão carioca* terá sido uma atração ou uma aventura tão agradável, porém, mais pitoresca, com certeza, quanto uma ida ao cinema para uma sessão com o filme “Venus Loura” (1932), com a “beleza magnética” de Marlene Dietrich (1901-1992) — atriz e cantora, uma das referências culturais em voga, à época — em cartaz durante toda aquela semana de abril de 1933 para que “toda a cidade [pudesse] assistir”. Em tom de chacota, a reportagem, portanto, apenas chama a atenção para o atraso das terras periféricas onde hoje se encontra a zona oeste.

Assim, como que preocupado em apresentar uma parte do Rio de Janeiro — o *sertão carioca* — não apenas como um território desassistido pelo poder público, mas também, de certa forma, como um torrão a ser desbravado, Magalhães Corrêa passa ao largo da vocação industrial-militar, aspecto esse já anteriormente assinalado como característica constituinte da identidade do *sertão carioca* desde a segunda metade do século XIX — mas que seus analistas permanentemente tratam de desconsiderar —, embora o texto da nota outrora comentada e destacada a seguir (cf. figura 3) faça menção aos “célebres canhões da defesa da terra Carioca, no governo do vice-rei, Marquez do Lavradio”.

Figura 3 – Detalhe da nota do *Correio da Manhã* de 30/04/1933



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional²⁴

A sobredita constatação defronta-se com o que Galvão (2009 [1963]) expõe em um estudo acerca das particularidades da geografia agrária do *sertão carioca*, publicado nos anos de 1960, na medida em que essa denominação — *sertão carioca* — dada à região vai aos poucos se tornando sem sentido devido às transformações econômicas e urbanas sofridas pela região ao longo da primeira metade do século XX:

Hoje, com o crescimento da cidade e o desenvolvimento de uma população cada vez mais ligada a atividades industriais e comerciais, o *sertão carioca* passou a ser apenas uma área excêntrica, que confina com as zonas urbana e suburbana e que deve prover sua população de gêneros alimentícios destinados ao consumo imediato. Constituem-se os distritos de Santa Cruz, Campo Grande, Jacarepaguá e Realengo. Este último vem perdendo rapidamente suas características rurais com a criação de centros industriais, como a fábrica de tecidos Bangu ou a fábrica de cartuchos do Exército. Nos demais distritos, porém, é a agricultura a atividade econômica mais importante. (p. 181-182)

Portanto, a localidade nos anos 1960 já seria mais industrial do que agrícola, mais urbana do que rural. Além disso, se desde 1926 as terras realengas já se

²⁴Idem.

encontravam separadas da freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, ganhando assim contornos autônomos, era justamente por conta de suas edificações bastante relevantes para a época: a fábrica de tecidos e a fábrica de cartuchos, além da estação de trem de Realengo, apesar dessas últimas não serem mencionados no trecho abaixo:

As antigas terras realengas só se separariam de Campo Grande, de cuja freguesia sempre fizeram parte, em 1926, quando foi instituído o Distrito de Realengo. Entre os dois estava Bangu, já em crescente processo de urbanização promovido pela Fábrica e, portanto, não havia mais nada que impedisse a autonomia de Realengo. (MANSUR, 2008, p. 46-47)

Convém evidenciar que a fábrica tangenciada acima — a Fábrica de Tecidos Bangu — é o nome comercial para a Companhia Progresso Industrial do Brasil, outrora mencionada neste capítulo. Esse empreendimento, ao qual se deve, conforme se indica, o balizamento e a configuração urbana do bairro de Bangu, não tão rural, como se apregoava, espelha de modo bastante assertivo o arquétipo republicano que se delineava quando de sua fundação, no ano de 1889. Inclusive, o próprio Mansur (2016), toma em consideração o fato de a sobredita companhia comportar a palavra “progresso” em seu nome e explica o que isso significava para Bangu:

Quando a fábrica foi inaugurada, já haviam sido construídas 95 casas, medida incentivada pelo governo, que concedia privilégios fiscais na importação de equipamentos para as fábricas que construíssem “casas higiênicas” para seus trabalhadores. Mesmo assim, as primeiras habitações eram destinadas aos mestres e contramestres, com três cômodos e um pequeno anexo de madeira nos fundos, que servia de cozinha. Não havia banheiro individual. Com o tempo, aumentou a oferta de habitações, inclusive de um e dois quartos e com banheiros individuais. Aos operários que ainda não possuíam casas próprias e que desejavam construir, a fábrica oferecia o terreno, mas a planta tinha de ser aprovada pela diretoria para não sair do padrão de construção. (p. 25-26)

Na sequência, Mansur (2016) discorre sobre a organização e o modelo de funcionamento da Fábrica Bangu, acrescentando relevantes informações acerca do perfil de seus funcionários e a relação entre esses e a empresa. Observe-se no texto abaixo que esses funcionários, que eram moradores do *sertão carioca*, talvez não fossem tipos tão rústicos ou simplórios como aqueles que Magalhães Corrêa preferiu exaltar em seus artigos. Diversamente, esses moradores/funcionários encontravam-se ligados a um tipo de vida bastante contemporânea para a época:

A Bangu (como passou a ser chamada a fábrica), que desde o início recebeu uma grande quantidade de trabalhadores britânicos, foi construída segundo o modelo de fábrica inglês, mais especificamente de Manchester, a cidade inglesa mais industrial naquela época. Era o chamado sistema fabril completo, com prédios próprios, organização racional dos espaços, divisão especializada do trabalho, construção de uma vila de casas para os trabalhadores e uso de muita mão de obra feminina e infantil. [...]

O sistema de produção utilizado pela Fábrica Bangu exercia um grande controle sobre a mão de obra, concentrando a vida do trabalhador próximo à fábrica e isolando-o dos centros urbanos e dos bairros burgueses.

Além das casas e da instalação de uma infraestrutura de serviços, a fábrica também oferecia atrativos culturais, entre eles, os clubes e grêmios recreativos, como o Casino Bangu, e esportivos, como o Bangu Athletic Club. (p. 26-27)

É força que seja sinalizado que ao final dos oitocentos, por sobre a queda do Império e o nascimento da República — e, dessa forma, por sobre o *sertão carioca*, onde se achava a Fábrica de Tecidos —, pairava um *ethos* positivista que, de certa forma, conduzia a proposta de tornar o Brasil uma nação civilizada, abstersa, urbanizada, além de devidamente receptiva às noções de trabalho, capital e renda.

Nesse cenário, em face da decadente burguesia tradicional do pós-Abolição, que fomentava notadamente o comércio de produtos como o café e o açúcar, despontava a figura do investidor industrial, que no caso do *sertão carioca* foi representada por dois banqueiros — o Conde Francisco de Figueiredo (1843-1917) e o Barão Manoel Salgado Zenha (1837-1894)²⁵. Foram eles, então, que financiaram a construção da Fábrica Bangu, que havia sido projetada pelo engenheiro brasileiro, descendente de ingleses, Henrique de Morgan Snell²⁶, contribuindo para que a região deixasse definitivamente para trás a ideia de que fosse apenas caracterizada como uma área rural.

Esse empreendimento têxtil, localizado em Bangu e, ainda, presente em outras partes da capital, influenciada pelo modelo inglês — empresas particulares, portanto —, torna-se, inclusive, o responsável, pelo provimento de serviços básicos

²⁵ Vinculados ao capital mercantil, o Conde de Figueiredo e o Barão de Salgado Zenha constituíram a Companhia Progresso Industrial do Brasil pelo investimento de um capital de 3.000 contos, equacionado em 15.000 ações de RS200\$000 cada uma. Considerada como um empreendimento de grande vulto, a companhia foi inicialmente equipada de 1200 teares, além de máquinas de alvejar, estamparia e tinturaria, e chegou a empregar mais de 1600 operários (FARIA, 1999; FREITAS, 2005; OLIVEIRA, 2006).

²⁶ Henrique de Morgan Snell, membro da firma “De Morgann Snell & Co.”, sediada em Londres, elaborou as plantas da Fábrica Bangu, prevendo custos e prazos de execução, bem como os estudos de sua localização. A opção por Bangu é devida a dois fatores: a) às abundantes fontes de água da região, em quantidade adequada ao consumo fabril; b) à proximidade da Estrada de Ferro Central do Brasil, que permitiria o provimento da fábrica de matéria-prima e o escoamento de sua produção em grande volume e sem nenhum transbordo (FARIA, 1999; FREITAS, 2005; OLIVEIRA, 2006).

como iluminação elétrica, água encanada e esgotamento sanitário, além de construção de moradias e do assentamento de toda a maquinaria urbana inexistente naquela parte do *sertão carioca*.

Já no caso de Realengo, além da inauguração pelas mãos de particulares de oficinas de fabricação de tijolos, de laminadores e uma usina de drenagem, a instalação de instituições militares foi a estratégia adotada pelo Estado para ocupar a localidade de forma planejada, desenhando ali os contornos de um bairro. Foi por conta da construção, ainda durante o Império, do novo Arsenal de Guerra e, posteriormente, de espaços de caserna e da fábrica de cartuchos, que as terras realengas foram reordenadas do ponto de vista espacial. Com sua repartição em quadras regulares, Realengo foi dotado de novas ruas, de praças e de passeios públicos. E outras ruas, já existentes, ao terem a sua direção, inclusive, modificadas, em muito contribuíram para esvaziar a ideia de que se definia apenas por suas terras de plantio e cultivo de gado (FRIDMAN, 1999; MANSUR, 2016; VIANA, 2016).

A presença dessas edificações, os aquartelamentos e a indústria bélica, avolumou ainda no século XIX a região do entorno da Praça do Campo de Marte, localidade central em Realengo. Nesse entrementes, somou-se à Estrada Real de Santa Cruz outra via de acesso à região: a linha férrea. A estação de trem de Realengo, inaugurada em 1878, não somente propiciou a ampliação do escoamento da produção fabril de Realengo, como também criou para os seus moradores o benefício de chegar mais rapidamente à Cidade.

Com efeito, pelo exposto, quando o Movetec faz contato com o CPII, em 2001, com a ideia de abrir na zona oeste uma unidade da centenária instituição de ensino, sua intenção também era a de ressignificar parte da história e da identidade do bairro de Realengo. E quem sabe até contribuir para o fim da mística em torno da identificação da região como *sertão carioca*, ao se buscar inaugurar em seu entorno uma unidade de um colégio que outrora pertencera à freguesia de Santa Rita, considerada como uma das “freguesias urbanas de dentro” (MATTOS, 1987, p. 79).

Entenda-se, pois, que a história da FCE remonta aos primórdios da fabricação de pólvora e artefatos bélicos no Brasil. Assim é que sua instalação no *sertão carioca* representa a continuidade de um segmento iniciado no século XVIII, concentrando as atividades de instituições assemelhadas, desmontadas por razões diversas, tais como o já citado Arsenal de Guerra da Corte, a Real Fábrica de Pólvora, a Fábrica de Armas da Conceição e o Laboratório Pirotécnico do Campinho (VIANA, 2016).

A pedra fundamental para a construção da FCE foi lançada em 17 de maio de 1874, em uma cerimônia que contou com a presença de D. Pedro II (1825-1891), então Imperador do Brasil. Os trabalhos de edificação foram iniciados no dia seguinte, transcorrendo regularmente até 1878, quando tiveram de ser paralisados por medidas de economia. As obras só foram retomadas durante a Primeira República (1889-1930), em 1896, tendo a inauguração da FCE ocorrido dois anos depois, em 1898.

A FCE possuía um numeroso quadro de funcionários dentre homens, mulheres e crianças. Seu funcionamento pautava-se na produção de pólvora, bem como na montagem e na recuperação de cartuchos de pequeno calibre para o proveito do Exército. Com resultados respeitáveis desde o início de suas atividades, nos anos de 1930 a fábrica acompanhou a contento a dinâmica de industrialização ensejada por Getúlio Vargas (1882-1954) que, imbuído do ideal de estruturação de um Estado genuinamente brasileiro, buscou tornar o Brasil mais independente no que concerne à produção de equipamentos militares. Tendo se sagrado exitosa, a medida de Vargas conseguiu tornar a FCE e outras usinas do segmento capazes de atender por seus próprios recursos às expectativas e necessidades das forças armadas nacionais.

Com grandiosas dimensões e presença marcante no bairro de Realengo, os prédios da FCE foram distribuídos em quatro áreas, cuja descrição aqui se apresenta de acordo com os dados levantados por Mansur (2016) e Viana (2016)²⁷:

- a) A área 1 localizava-se na Rua Bernardo de Vasconcellos, nº 941. Reunia os gabinetes do diretor e dos chefes, a tesouraria, o almoxarifado, o posto de atendimento médico, bem como as oficinas de produção de munição. Abrigava ainda armazéns e padarias que supriam as demandas de provisão dos funcionários. Essa área 1 tem 54.094,25 m² e abriga atualmente o CPII de Realengo;

²⁷ No Anexo C, é possível apreciar algumas fotografias constantes de uma série de cinquenta imagens digitalizadas da FCE em funcionamento, pertencentes ao Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, um dos setores do CPII de Realengo, setor esse que funciona no espaço onde outrora era a Casa do Diretor da FCE. Algumas dessas fotografias trazem a assinatura de Marc Ferrez (1843-1923), o que as situa entre a segunda metade do século XIX e início do século XX, o período compreendido pela obra desse que é considerado como o principal cronista visual urbano da cidade do Rio de Janeiro (cf. <http://www.ims.com.br/ims/explore/artista/marc-ferrez> e <http://brasilianafotografica.bn.br/?tag=marc-ferrez> – Acesso em 30 mar. 2017)

- b) A área 2 encontrava-se na Avenida de Santa Cruz, sem número. Era lá que ficava a escola de aprendizagem industrial, voltada para o ensino e o aperfeiçoamento técnico de mecânica, a escola maternal, destinada aos filhos dos funcionários, o setor de transportes e o refeitório. Nessa área, de 28.329 m², também havia um campo de futebol e quadras esportivas;
- c) Situada na Rua Oliveira Braga (atual Rua Professor Carlos Wenceslau), sem número, a área 3, de 177.744 m², também concentrava oficinas de munição, além da casa balística, onde se aferia a eficiência da munição produzida e se desmanchava a munição que se achasse estragada;
- d) A área 4 ficava na Rua Princesa Imperial, ao norte do Campo de Marte, do outro lado da linha de trem da estação de Realengo. Acomodava os depósitos de munição e explosivos.

Embora a FCE fizesse parte de um projeto emanado do governo em prol da concentração e do ordenamento estratégico de instituições militares e que sua criação esteja ligada às origens da fabricação industrial de artigos de guerra para o Brasil, sua importância para Realengo reside naquilo que sua instalação pôde legar à localidade em termos de emancipação territorial e de desenvolvimento social e urbano.

Além de suas funções vitais, referentes à fabricação de cartuchos e material correlato, a fábrica voltava-se para outras atividades. Viana (2016) coloca que a partir de 1906, os operários da FCE passaram a prestar ao seu entorno um serviço de arborização, que contava com um apanhado inicial de cerca de 200 mudas de árvores. No ano de 1908, também a fábrica produziu, em suas oficinas de fundição, o encanamento de chumbo utilizado nas obras de construção da Vila Militar que fica no bairro de Deodoro, em sua circunvizinhança. Igualmente, há registros de que a FCE acolhia turmas de alunos da Escola Militar, no Campo de Marte, para sessões de instrução encaminhadas por profissionais da referida escola em parceria com oficiais lotados na fábrica.

Entretanto, a maior contribuição da fábrica no que concerne à estruturação do bairro de Realengo está no fato de ter partido de seus geradores a energia que mantinha outras instituições militares e dependências de serviços, para além de suas próprias instalações. Vinha da fábrica a iluminação elétrica para a estação de trem de

Realengo: segundo Viana (2016), esse arranjo funcionou até 1914, quando o bairro foi provido de energia elétrica por intermédio de um acordo com a *The Rio de Janeiro Tramway and Power Company Limited*, acordo esse que previa o fornecimento de luz e força às oficinas, as quais puderam, então, deixar de depender de seus próprios geradores. É possível afirmar que esse tenha sido um marco para a época, mas sobretudo para o planejamento da transição rural-urbana ocorrida em Realengo, um pedaço do *sertão carioca*, tão distante do centro.

A FCE foi desativada em 1975 e definitivamente extinta em 1977. Seu patrimônio e expertise foram transferidos para uma indústria criada no mesmo ano de sua desativação, a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), sediada em Brasília, com o intuito de assimilar todas as funções referentes à produção de munição do Exército Brasileiro.

Diante do exposto, fica estabelecido que o *sertão carioca* desde a segunda metade do século XIX conviveu com empreendimentos de fôlego que de certo modo não condizem com essa denominação, que fora cunhada no início do século XX como uma forma de criticar a falta de compromisso social com uma região que ficava a poucos quilômetros da reluzente Capital, que na época vivia o auge da *belle époque* (NEEDELL, 1993).

1.2. Uma nova escola para Realengo: tomada de decisão, luta e conquista

O encerramento das atividades da Fábrica de Cartuchos, no final dos anos de 1970, revelou a sua importância para a dinâmica do bairro de Realengo e cercanias. Seus portões cerrados calou os ruídos das máquinas, o tilintar intermitente das bigornas, os caminhões de transporte de peças e, antes de tudo, reprimiu os passos de diretores, técnicos, operários e todas quantas eram as pessoas de cujo cotidiano a fábrica fazia parte, pelas mais diversas razões.

Os amplos espaços da fábrica, estando fechados e à primeira vista ermos e abandonados, passaram a dar vazão à delinquência e a comportamentos desviantes²⁸

²⁸ Em depoimento gravado em 24/03/2018, um dos membros do Movetec explicou que o terreno abandonado da FCE, uma vez tomado por espessa vegetação, passou a ocultar produtos de roubo,

que se repetiam sistematicamente, alterando o cotidiano do bairro. Efetuadas sem pruridos fosse durante o dia, fosse ao cair da noite, essas condutas traziam riscos e despertavam grande inquietação naqueles que precisassem transitar nos arredores da fábrica, principalmente se esses transeuntes fossem jovens e/ou crianças.

O abandono e a proliferação de comportamentos não reconhecidos facilitaram a degradação das instalações e repartições da usina. Em meio aos fatos que desconcertavam os moradores, a realização de testes de capacitação técnica de tiro sem critérios e rotina específicos por parte do Exército contribuíram para que os francos espaços fabris se mostrassem sempre mais arruinados. Somada a isso, uma vasta e espessa cobertura de vegetação garantia o clima lúgubre que se apropriara do velho adorno daquele pedaço do sertão carioca.

É com esse cenário que os moradores da região, movidos pelos ventos democráticos dos anos 1980, decidem alterar essa situação. Inconformados, têm como finalidade devolver à Realengo o brilho de outrora da edificação abandonada.

1.2.1. O introito da empreitada: por uma escola técnica em Realengo

Observado do ponto de vista da FCE, nota-se que Realengo pactua dois espaços separados pela linha férrea que, como já foi sinalizado, fez uma estação no bairro justamente por conta do potencial industrial que se desenvolvia na região. A figura a seguir, uma fotografia aérea do bairro, inclusive, auxilia no mapeamento dessa realidade dividida em dois contextos sociais e econômicos bastante distintos:

quando não de latrocínio, bem como a encobrir deliberadamente situações de venda e consumo de entorpecentes e de contratação e/ou de consumação de serviços de prostituição.

Figura 4 – Vista aérea de Realengo



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografia digitalizada; 10,06 x 15,81 cm; s.d.

A fábrica, hoje o CPII, à esquerda da estação de trem, está localizada em uma área um pouco mais privilegiada do bairro, com mais áreas verdes, mais serviços e mais mobilidade, por conta da proximidade com a Avenida de Santa Cruz e a ligação que essa via propicia com as principais vias da zona norte e, a partir desta, com a zona central da Cidade²⁹. O outro lado do bairro, à direita da linha férrea, é predominantemente residencial. Apesar disso, é o lado mais carente de recursos: há menos serviços, menos transportes e uma relevante concentração de

²⁹ Ademais, essa localização privilegiada da fábrica/colégio esclarece em alguma medida o fato de a grande parte dos moradores de Realengo em idade escolar não estarem matriculados no CPII. Apartados social, econômica e culturalmente, eles não têm condições de competir com os estudantes de outras regiões, que, por serem normalmente mais qualificados e terem fácil acesso às unidades do CPII, tentam uma vaga nesse renomado estabelecimento de ensino.

empreendimentos habitacionais de interesse social, de iniciativa pública, além das comunidades de habitações modestas e informais, as chamadas favelas. E se os moradores desse lado da linha de trem são menos beneficiados pelos serviços, também é fato que seu aquartelamento espacial ainda gera uma disparidade econômico-social que faz com que se sintam à margem das próprias melhorias ali construídas. Diante desse aspecto, cabe questionar: será que essa parcela de moradores do bairro participou da luta levada a cabo pelo Movetec? Sentiram-se agraciados com a chegada do CPII? O terceiro capítulo buscará refletir sobre essas perguntas.

Por decorrência, há um maior índice de disparidades econômico-sociais. Essas aglomerações também existem no lado da fábrica, mas em menor número. Isso é o que explica o relato de Robson, ex-morador do bairro e ex-aluno das primeiras turmas do CPII de Realengo, o objeto focal desta dissertação:

“Realengo é um bairro dividido, não é? Tem a linha férrea que divide o espaço onde está o colégio desse outro espaço. [...] São espaços totalmente diferentes: o espaço que é o lado do colégio é um lado bem mais beneficiado por transporte, *n* linhas de ônibus passam por lá, a maioria das lojas são encontradas desse lado também. Já o outro lado, que era o lado em que eu morava, você não tem quase linha de ônibus, é um bairro muito mais residencial, você encontra muitas poucas lojas, tem poucos supermercados, só tem 2 supermercados grandes perto de onde eu morava e é onde estão localizadas mais as favelas. Não tem como definir isso. Tem favela do outro lado? Tem, mas é uma definição bem direta, você tem um lado que é mais pobre e com mais favelas e um lado que é um pouco mais bem desenvolvido. Seria bem assim a definição.” (Entrevista com Robson, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/01/2018)

Se forem vistos de cima, no interior dessa realidade dividida e repleta de distorções, os problemas causados pela desativação da fábrica encontram uma justificativa. Contudo, se forem analisados de baixo, no âmbito da micro realidade de seus arredores, esses problemas deixam de ser apenas um ponto de síntese para ser também um ponto de multiplicação para as disparidades do bairro e cercanias, por causa do amplo espaço físico de que dispunham para se alastrar.

Nessa direção, do mesmo modo que os anos de 1980 viram raiar uma fábrica silenciada de suas funções primárias, mas exclamando desproporções econômicas e sociais, eles trouxeram a consciência do relevo da FCE como lugar de memória (NORA, 1993) em sentido amplo, seja por seu papel no desenvolvimento da indústria bélica no Brasil, seja por sua participação na configuração de Realengo como bairro.

Dessa consciência nasce a possibilidade de redimir as dimensões material, funcional e simbólica da fábrica pelo investimento em uma das soluções para as desproporções supracitadas: a educação escolar.

O mencionado despertar de consciência veio da voz e do ímpeto de alguns setores dos moradores do bairro. Cientes de que sua região não dispunha de vagas públicas de Ensino Médio — a etapa de conclusão da educação básica — em número suficiente e que isso os obrigava a matricular seus filhos e netos em escolas distantes de suas residências, um grupo de moradores ligados a associações locais decidiu lutar para que a fábrica abandonada pudesse abrigar pelo menos uma escola que oferecesse educação de qualidade e impulsionasse a criação de oportunidades concretas de mudança de vida, mitigando, assim, as disparidades que caracterizavam seu bairro.

À exemplo da desassistência que assolava o *sertão carioca* de Magalhães Corrêa, o caráter ineficiente da infraestrutura educacional e os seus rebatimentos, bem como a referida decisão dos moradores de transformá-los em uma campanha social também convocaram a atenção da imprensa.

A diferença é que desta feita os problemas do antigo sertão da zona rural, agora zona oeste, perderam o tratamento literário e a promoção que lhe dava a publicação em um suplemento de página inteira no *Correio da Manhã* (cf. Anexo B), mesmo que essas dificuldades persistissem e fossem denunciadas décadas depois no jornal *O Globo* — um dos jornais mais antigos, mais afamados e de maior tiragem dentre os veículos de comunicação impressa do Brasil:

Figura 5 – Nota sobre o número de escolas na zona oeste – *O Globo* de 13/10/2002

FALA, ZONA OESTE!

Há escolas de ensino médio suficientes na Zona Oeste?

- “A Zona Oeste ainda é considerada a área mais carente do município do Rio de Janeiro e sua infra-estrutura educacional está aquém das necessidades da população, sobretudo no ensino médio. Se fizermos a relação entre a população e o número de escolas na cidade, observaremos que a média municipal é de 29.735,6 habitantes para cada unidade, enquanto que na Zona Oeste essa média é de 32.427,2. Os números já demonstram a deficiência no sistema educacional da faixa na região e medidas urgentes precisam ser tomadas a curto e médio prazos. Além de faltar vagas, é importante se chamar a atenção para a sua má distribuição no espaço. As comunidades localizadas nas áreas centrais do bairro são mais contempladas com o sistema de ensino médio do que o conjunto de moradores que estão baseados na periferia dos bairros da Zona Oeste.” (*Debora Rodrigues, geógrafa e pesquisadora do Grupo Geoeste*)
- “A Zona Oeste possui uma carência de colégios voltados para a educação profissional. O projeto da escola técnica torna-se extremamente relevante para a região, tendo um peso social muito grande, pois cria novas oportunidades para os jovens. Nesse sentido, o Movimento Pró-Escola Técnica em Realengo, que engloba 72 associações de moradores, atua desde 1983.” (*Antonio Palmeira, coordenador do Movimento Pró-Escola Técnica em Realengo*)
- **NA PRÓXIMA EDIÇÃO:** Você tem medo de participar de manifestações contra a violência? As respostas devem ser enviadas até terça-feira, com nome e profissão do remetente, para o fax número 2534-5535 (seção Fala, Zona Oeste!) ou para o e-mail: falazoeste@oglobo.com.br

Fonte: Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil

Os trechos transcritos acima, extraídos do jornal de bairro *O Globo Zona Oeste*, que acompanha a edição de domingo de *O Globo*, mostram os depoimentos de uma pesquisadora e de um líder comunitário que, de fato, confirmam a legitimidade do pleito das associações. Ambos reforçam a ideia de que o *sertão carioca*, apesar de sua importância histórica — fabril e militar — continua carente quando se refere aos serviços públicos — educação, neste exemplo. Ou ainda, em uma análise do suporte de publicação desse trecho (CHAVES, 2003), tome-se como sintomática a módica relevância que tem a deficiência da infraestrutura educacional da zona oeste para a administração pública. A falta de escolas ou, em sentido amplo, a ausência do poder público na região, não condiz com o tratamento dado pelo jornal à reportagem: o trecho em questão encontra-se no verso da capa do suplemento, mais precisamente no canto inferior direito — uma localização que não está entre as primeiras seções que buscam os olhos do leitor em um jornal.

Nesse sentido, os moradores tinham consciência de que essa luta era, acima de tudo, deles próprios, apesar de a imprensa acompanhar à distância essa peleja. E se essa mobilização remonta à década de 1980, ela se desenvolveu no período em

que o Regime Militar (1964-1985) que controlava o Brasil entrou em decadência, do mesmo modo que outros regimes de exceção atuantes em países da América Latina. Com efeito, o fracasso desse projeto econômico e político, devido aos altos índices de inflação e de pobreza e, sobretudo, em razão de uma mobilização social cada vez mais intensa, conseguiu reunir os diversos setores da sociedade em torno do ideal de remontagem do estado democrático de direito (BOSCHI, 1983; KOWARICK, 1987).

Será justamente nesse cenário de luta pelos direitos tanto políticos quanto sociais que emerge do *sertão carioca* a campanha de um movimento reivindicatório exigindo mais escolas técnicas, bem como a remodelação do terreno da fábrica de cartuchos abandonada, um terreno de cerca de 55.000 m² que se transformara em um transtorno para o bairro.

Configurada em 08/08/1983, a campanha de Realengo foi denominada “Movimento Pró-Escola Técnica em Realengo”³⁰, aqui chamada de Movetec. O nome do movimento demarca uma opção inicial pelo estabelecimento de uma instituição escolar secundária que estivesse voltada para a formação profissional e, por conseguinte, para a integração de seus concluintes no mercado de trabalho, especialmente naquele que poderiam oferecer os distritos industriais instalados na própria zona oeste desde o final dos anos de 1970³¹.

Um dos membros desse movimento explica essa opção:

“E, naquela época, eu ainda trabalhava na Petrobrás, e tinha sido formado pela Petrobrás para trabalhar [...] na operação industrial [...] e um pensamento particular meu, naquela época, dizendo o seguinte: ‘olha só, eu passei mais de um ano estudando essa tecnologia de Petrobrás, por que esse negócio não pode se expandir na zona oeste também?’. Maior dificuldade de se entrar numa escola técnica – [...] pouquíssimas, concentradas do Maracanã pra baixo. [...] não tinha nada lá em cima, naquela região que pegava o Campo dos Afonsos até Santa Cruz³². E aí, já pensando

³⁰ Os documentos consultados acusam denominações diferenciadas, tais como “Escola Técnica de 2º Grau em Realengo” (cf. Anexo D) e “Movimento Pró-Escola Técnica na Zona Oeste” (RODRIGUES, 2012).

³¹ O Distrito Industrial de Campo Grande, voltado para a indústria de serviços, tem 2,5 milhões de m². Desde 1976 é administrado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), que também fomenta os outros dois distritos situados na zona oeste: o de Paciência, com 430 mil m², que reúne empresas de médio e pequeno porte; e o de Santa Cruz, o maior dos três, com 6,2 milhões de m², também voltado para a indústria de serviços, com aproximadamente 20 empresas em operação. Fonte: <<http://www.codin.rj.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

³² Pode-se obter informações mais aprofundadas sobre os 36 (trinta e seis) bairros da zona oeste do município do Rio de Janeiro, como sua história, sua área geográfica de atuação e seus índices populacionais e de desenvolvimento humano, por meio dos seguintes links: <http://www.institutorio.org.br/sobre_a_zona_oeste> (Acesso em: 12 ago. 2016) e <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/mapa-dos-bairros.html>> (Acesso em: 13 ago. 2016).

no polo petroquímico, tão falado naquela época, de Itaguaí³³, que ia acontecer e hoje é uma realidade, várias empresas estão no polo petroquímico. Então, eu pensando essa história: “por que que esse povo lá de cima – eu ainda morava em Realengo – não pode ter a mesma facilidade”, pensando como cidadão, ‘de ter escolas aqui em cima que não precisasse sair dessa região, estudasse nessa região e fosse trabalhar aonde que o Brasil chamasse, cada um tomar seu...” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017)

A opção pela instalação de uma escola técnica em Realengo também reflete a concepção tecnicista de educação, característica do período em que o Brasil esteve sob a intervenção de um regime militar — o período histórico de configuração do Movetec. Inclusive, o próprio entrevistado acima confirma através de suas palavras a força simbólica com que esse tipo de formação se revestiu no interior da população brasileira.

Portanto, com a industrialização e a urbanização a passos largos, as escolas de Ensino Médio — escolas de 2º grau, à época —, que passam a preparar os profissionais que se encarregariam de alavancar o desenvolvimento econômico e social do país (SILVA, J., 2016), tornam-se uma ótima opção para aqueles que não teriam grandes chances no vestibular para uma universidade pública.

De acordo com Cunha (2014), em sólida análise sobre a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que determina que todas as escolas de 2º grau negligenciem o currículo propedêutico em proveito do oferecimento exclusivo e irrestrito dos cursos ditos *profissionalizantes* (p. 915) [grifo do autor], a concepção definida pelos estudiosos como tecnicista de educação é insuflada pela relação simbiótica entre o Estado e o capital, relação essa que apregoa que a escola deva assumir um caráter regenerador. Assim, uma vez regenerado o indivíduo por intermédio do aprendizado das bases técnicas de uma ocupação profissional, conseqüentemente também estaria regenerado todo o aparato de funcionamento da sociedade.

Foi dentro dessa lógica que o Movetec avançou em sua luta: imbuído do “princípio da eficácia da palavra” (BOURDIEU, 1996, p. 87), o movimento conquista a positivação do tombamento da área pública ociosa como patrimônio histórico. Inclusive, o ocorrido reverbera no plano nacional, visto que a área ociosa era de propriedade do Exército Brasileiro. Logo, o amparo de uma luta pela abertura de uma

³³ Município da região metropolitana do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro.

escola em uma região pouco favorecida é um ponto a favor no combate às consequências da pobreza.

Na sequência ao ato de patrimonialização, o Movetec diligencia a legalização da conversão da antiga área do Exército para finalidades educacionais, o que dissolve prováveis especulações comerciais e imobiliárias (HALAC, 2010?). O segundo e o sétimo parágrafos do Decreto Municipal nº 13.679, de 15 de fevereiro de 1995 tornam-se a prova cabal dessa vitória:

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.962/93, como manifestação de interesse do Poder Legislativo em matéria de exclusiva competência administrativa, indicou o Prédio da Fábrica de Cartuchos como digno na opinião da Câmara, da proteção do tombamento;

[...]

CONSIDERANDO o compromisso das autoridades militares em destinar parcela de seu complexo imobiliário para o atendimento da comunidade local, a qual pretende a construção de escola Técnica Federal na região; (RIO DE JANEIRO. Decreto Municipal nº 13.679, de 15 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o tombamento do corpo principal da Fábrica de Cartuchos do Exército. Disponível em

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4722991/4121900/106DECRETO13679FabricaCartuchosdoExercito.pdf>)

Para ambas as conquistas, tome-se como embasamento os propósitos descritos por Faria Filho (1998a):

a lei [deve ser vista] como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais. Aqui destaco tanto o caráter de intervenção social subjacente à produção e realização da legislação [...], quanto o fato de ser a legislação, em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais. (p. 106)

Na condição de lugar de expressão social, tanto a legislação que tomba a área, quanto aquela que lhe assegura a conversão para finalidades de ensino, vale ressaltar, são representativas da intenção do Movetec de promover a ressignificação de um lugar de memória (NORA, 1993), conforme este capítulo já previu. Acrescenta-se, ainda, que a renovação da própria identidade social (POLLAK 1989; 1992) do bairro de Realengo também é colocada em jogo: se essa localidade deve parte de sua estruturação e aparelhamento à tradição de sediar aquartelamentos e instituições militares, a luta pela implantação de uma escola no lugar da fábrica tende a rompê-la. Ou seja, tende a imprimir-lhe um novo lugar de memória (IDEM, 1989).

Não obstante, o depoimento do Sr. Álvaro nos mostra que essa conquista não se fez sem lutas. Ao contrário, para manter sempre vivo o fluxo propositivo das

reivindicações, a associação em Realengo precisou do apoio de outras tantas da região:

“E os anos foram passando, a gente foi aprimorando essa história, juntando gente, chegamos a juntar 72 associações de moradores, do Campo dos Afonsos e Sulacap até Santa Cruz, e esse movimento, através de abaixo-assinados³⁴, de mídia, de deputados federais, estaduais e da Câmara de Vereadores, né? Nós conseguimos o tombamento da fábrica.” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017)

As duas fotografias abaixo apontam justamente para a força e o calor dessa luta:

Figura 6 – Movetec nas escadarias da Câmara dos Vereadores nos anos 90



Fonte: Arquivos do Movetec. Fotografia digitalizada; 10,07 x 15,07 cm; s.d.

³⁴ No Anexo D estão reunidos alguns dentre esses documentos constituídos pelo Movetec em seus nos de luta.

Figura 7 – Movetec fura o bloqueio de comitiva presidencial



Fonte: Arquivos do Movetec. Fotografia digitalizada; 09,72 x 14,87 cm; s.d. (provavelmente em meados dos anos de 1990)

A figura 6, em sua textualidade (MAUAD, 2004), mostra um ato público, cujas faixas sintetizam a luta do Movetec: se uma delas brada pelo fim da violência na região, a outra reivindica uma Escola Técnica, com o intuito de alterar o perfil negativo do bairro. Com tais características, o ato na escadaria da Câmara retrata jovens alunos ao centro e à esquerda alguns adultos, provavelmente professores ou membros da associação. Inclusive, em seu depoimento, o Sr. Álvaro, ao comentar essa foto, remeteu-nos ao conceito de configuração de Elias (1994, 1998), na medida em que para o sociólogo alemão todo espaço social se compõe a partir de uma rede de indivíduos — nesse caso, alunos, professores, diretores e membros das associações da zona oeste, pais de alunos — que a partir de diferentes posições sociais movimentam e tecem a própria configuração no jogo social:

“Aqui eram alunos, que a gente ia nas escolas municipais e dizia: ‘olha só, gente, vocês estão terminando o ensino fundamental, daqui a pouco vão entrar no ensino médio e não tem escola pra todo mundo, não’. Então, algumas professoras da região, elas aderiram também a esse movimento e incentivavam os alunos, iam com os alunos pra dentro dos locais que nós iríamos fazer aquelas reuniões, seja com o poder público estadual, municipal ou federal. Nesse caso, aqui, foi uma manifestação na Câmara, onde o

pessoal pediu o tombamento da fábrica de cartuchos.” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017)

A figura 7, por outro lado, revela de modo emblemático o momento de um embate entre o presidente e o governador e um dos líderes do Movetec que, naquele exato instante, teve a chance de entregar sua reivindicação ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC)³⁵. Assim, o que se vê no plano central da gravura é um dos membros do Movetec que burla a segurança do presidente com o propósito de lhe entregar seu projeto de escola técnica para a zona oeste, tendo em conta a premissa de que a criação de escolas técnicas no Brasil era uma prerrogativa do governo federal (FRIGOTTO, 2011; PAIVA, 2013).

De fato, pode-se depreender que lutar pela abertura de uma escola em uma região historicamente empobrecida era uma questão de persistência, cujo andamento requeria uma postura corajosa e astuta, postura essa que, sem sombra de dúvidas, o Movetec aprendeu a ter.

O Sr. Álvaro, enquanto discorreu sobre essa mesma foto, apontou dois fatos importantes: a) o Movetec não perdia a oportunidade em se defrontar com os governantes. Taticamente (CERTEAU, 2014 [1990]) procuravam estar onde os governantes estariam para assim poder expor a sua reivindicação; b) o Movetec desejava levar para Realengo uma escola técnica específica, a Escola Técnica Federal de Química, que dialogaria com o já citado polo petroquímico de Itaguaí, indústria essa também ambicionada por inúmeros trabalhadores da região que se encontravam ansiosos por entrar no mercado de trabalho.

Com a fotografia em mãos, o Sr. Álvaro ainda afirma:

“Isso aqui era um trabalho que a gente sempre fazia, através de documentos. Aqui está o [*diz o nome de um membro do Movetec*]. Ele, certamente, deveria estar entregando alguma coisa do movimento, pedindo a criação de uma escola na zona oeste, que era a Escola Técnica de Química. Tanto é que está aqui o FHC, o Marcello Alencar... Então, a gente aproveitava todas as oportunidades, onde estava a presidência, onde estava o governador, alguma coisa, e panfletávamos, dizendo o seguinte: ‘isso aqui é a proposta para a zona oeste’.” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017)

O mesmo depoente prossegue:

³⁵ Fernando Henrique Cardoso (1931 -) é sociólogo de formação e foi Presidente da República Federativa do Brasil durante o período de dois mandatos consecutivos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003, defendendo uma postura política de orientação conservadora.

[...] no finalzinho do tempo do governo do FHC, praticamente novembro e dezembro, nós tivemos uma assinatura, ainda com o então Ministro Paulo Renato³⁶ [...], ele esteve aqui no Palácio Capanema³⁷, aqui no Rio de Janeiro, teve um ato com sacerdote, com todo mundo, com a sociedade toda lá e fez um ato autorizando a construção da escola técnica aqui em Realengo. Só que, no apagar das luzes, o orçamento era muito escasso [...]. [...] infelizmente, no governo FHC, colocaram uma cláusula lá que estava proibido fazer novas escolas técnicas no país...” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017)

Nesse trecho, o depoente Álvaro pontua que a escassez orçamentária que malogrou o projeto de implementação de uma escola técnica em Realengo confirma que a luta da associação não se deu de forma linear, livre de adversidades. Talvez essa dificuldade em construir novas escolas técnicas possa ser explicada por meio das ponderações de Frigotto (2011):

As reformas neoliberais, ao longo do Governo Fernando Henrique, aprofundaram a opção pela modernização e dependência mediante um projeto ortodoxo de caráter monetarista e financista/rentista. Em nome do ajuste, privatizaram a nação, desapropriaram o seu patrimônio (Petras; Veltmeyer, 2001), desmontaram a face social do Estado e ampliaram a sua face que se constituía como garantia do capital. Seu fundamento é o liberalismo conservador redutor da sociedade a um conjunto de consumidores. Por isso, o indivíduo não mais está referido à sociedade, mas ao mercado. A educação não mais é direito social e subjetivo, mas um serviço mercantil. (p. 240)

Sendo assim, dada a impossibilidade de concretizar o seu projeto — a abertura de uma escola voltada para a formação técnica —, o Movetec decide reordenar seus dispositivos, a fim de que suas formas de sociabilidade (CHARTIER, 1991) sejam ressignificadas pela interlocução com uma escola de expressão propedêutica, que tenha a tradição de bons resultados como um traço socialmente reconhecido. Fazendo jus ao caráter dinâmico da configuração que representa, essa rearticulação leva o Movetec até o CPPII, graças às condições históricas de criação dessa instituição, condições essas que lhe rendem a insígnia de “colégio padrão”, voltado para as elites.

³⁶ Paulo Renato Costa Souza (1945-2011), economista de formação, foi Ministro da Educação do Brasil durante os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso.

³⁷ O Palácio Gustavo Capanema era a sede do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Rio de Janeiro.

1.2.2. A conquista de uma escola: Realengo merece um Colégio Pedro II

A frase, “Mas, vem cá, por que a gente não pode bater na porta do Pedro II?”, tendo sido proferida pelo Sr. Álvaro em sua entrevista, sintetiza a mudança de rota do Movetec, quando diante da impossibilidade de se expandir a rede federal de escolas técnicas, inclusive no bairro.

A referida sentença, portanto, dá conta do preâmbulo de criação do CPIL de Realengo, processo esse que foi desencadeado em junho de 2001, no momento em que um grupo de partícipes do Movetec, depois de dezoito anos de luta, conscientizou-se de que o bairro merecia ter em suas cercanias uma escola tão distinta. Quem sabe, seus moradores/estudantes não mudariam a história de seus antepassados, podendo a partir, da formação propedêutica, entrar em uma Universidade?

A adesão do CPIL à proposta do Movetec é creditada ao desejo em se alterar a situação em que se encontra a instituição: no início dos anos 2000, o CPIL encontra-se ante o impacto de uma política que exauriu as instituições públicas e fez retroceder as questões educacionais. A rede de 10 (dez) unidades do CPIL vive, pois, sob certa estagnação e opera ante à insuficiência de recursos materiais e humanos, que se traduz em importantes perdas didático-pedagógicas.

Entre 2001 e 2003, a ideia de abrir uma nova unidade é amadurecida, sendo assimilada como uma forma de o colégio repensar a sua tradição elitista. Infere-se que expandir a rede de unidades pode suscitar a visibilidade necessária à dissolução dessa já indigesta imagem e, quem sabe, ainda construir uma nova tradição: a de um CPIL mais comprometido com certas parcelas da população que até aquele momento não haviam tido a oportunidade de usufruir de seu ensino.

Eis, então, que se encontram a “sede” da zona oeste de romper com a “marginalidade” que gera “violência”, conforme inscrição na faixa exposta na figura 7, apreciada mais acima, com a “vontade” do CPIL de “beber” da fonte da democracia.

Essa fonte, segundo a análise que ora se apresenta, encontra-se no mosaico desenhado pela política educacional do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva³⁸ (2003-2006), que tinha por escopo a criação de *uma escola* que tivesse

³⁸ Luiz Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico e ex-sindicalista, foi o primeiro presidente civil eleito sem uma formação universitária, ao contrário de seu antecessor. Igualmente, é também o primeiro presidente detentor de uma plataforma de esquerda, emanada do partido que ajudou a criar, o Partido dos Trabalhadores (PT). Tem 73 anos atualmente.

o tamanho do Brasil. Ou seja, visava a equalização de oportunidades de acesso à escola básica que, investida de um caráter universal, deveria empenhar-se em empregar todos quantos fossem os métodos para que os estudantes permanecessem ocupados com a sua formação em sentido amplo (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012).

A efetivação do projeto do CPIL de Realengo, entretanto, implicou, de imediato, em um convênio do CPIL com a SME-RJ. Esse convênio estabelecia que a Prefeitura emprestasse um de seus prédios ao CPIL, enquanto cuidava de revitalizar as ruínas da FCE, que a essa altura já fora incorporada ao patrimônio do CPIL. O CPIL, por seu turno, deveria destinar 50% das vagas do concurso de alunos para a unidade de Realengo para candidatos da rede municipal.

Nesses termos, a nova unidade foi inaugurada formalmente no dia 06 de abril de 2004 em uma solenidade realizada no pátio da Escola Municipal Gil Vicente³⁹, cujas dependências lhe serviriam de sede provisória. Como as escolas da rede municipal funcionam pela manhã e à tarde, a nova unidade do CPIL, denominada Unidade Experimental de Realengo, deveria operar no turno da noite.

A Aula Inaugural do ano letivo de 2004 para a comunidade escolar de Realengo ocorreu na manhã do dia 12 de abril, no Salão Nobre da Unidade Centro. No mesmo dia, à noite, a nova unidade do CPIL iniciou suas atividades didático-pedagógicas, somando 186 estudantes divididos em 06 turmas de primeira série do Ensino Médio. Esse contingente de alunos foi atingido após a realização de um certame extemporâneo e especial, composto de vinte questões objetivas sobre conteúdos de Língua Portuguesa e de Matemática (HALAC, 2010?), que será abordado de modo mais aprofundado no segundo capítulo. O corpo docente contava com 11 professores, dentre os quais figuravam professores do quadro efetivo da casa e professores substitutos, contratados para exercer suas funções em caráter temporário.

Ao final de 2004 a Prefeitura do Rio de Janeiro optou por descontinuar o sobredito convênio. Em contrapartida, os moradores da região de Realengo

³⁹ A Escola Municipal Gil Vicente está situada a 700 m (distância percorrida a pé, de acordo com o aplicativo Google Maps) da entrada principal da FCE, exatamente na mesma rua, sob o número 1680. Assinale-se, a título de ilustração, que essa rua leva o nome de Bernardo Pereira de Vasconcellos, Ministro do Império e autor do projeto que cria o *Imperial Collegio de Pedro II* pelo Decreto de 02 de dezembro de 1837 (CUNHA JÚNIOR, 2008; DÓRIA, 1997; HAIDAR, 2008 [1972]; MENDONÇA et al., 2013; NAGLE, 2001 [1974]; NEEDELL, 1993; SANTOS, ANDRADE, 2016; VECHIA, LORENZ, 2003, 2015; ZOTTI, 2005).

solicitaram que o colégio abrisse turmas em horário diurno. Ainda sem uma sede e sob o risco de ter de fechar as portas, o colégio foi alojado por um ano no Centro Comunitário da Capela⁴⁰ Nossa Senhora Estrela da Evangelização e São João Paulo II, pertencente à Paróquia São José de Magalhães Bastos, um bairro próximo a Realengo. Nessa nova estrutura improvisada, a unidade aumentou seu efetivo, manteve o curso noturno e implantou o turno vespertino (HALAC, 2010?).

Em 2006, a unidade iniciou o ano letivo já no local da antiga FCE, contando com um terço do espaço restaurado com recursos próprios, oriundos dos concursos de ingresso para estudantes. O espaço acomodava um pavilhão de salas de aula e setores administrativos, duas quadras de esportes e um centro de inclusão digital, com atividades e serviços para a região. Em setembro daquele ano, o curso noturno da Unidade Realengo ainda se voltou para o PROEJA, com três turmas de um curso técnico em manutenção e suporte em informática.

A história da criação da Unidade Escolar Realengo recopila o decurso de dois processos de viragem concomitantes: paralelamente às possibilidades de transformação para o cotidiano da região de Realengo estão as chances de renovação que pairam por sobre as engrenagens do complexo institucional do CPIL.

Quando se focaliza a questão do espaço físico dentro do histórico do novo Colégio de Realengo, observa-se que esse espaço decorre de uma dinâmica de relações sociais articulada por representantes do Movetec e por agentes do CPIL, conforme acima citado. Nesse caso específico, a sobredita dinâmica se ramifica, uma vez que inclui representantes da Secretaria de Educação do Rio de Janeiro e da comunidade eclesial da zona oeste. No entanto, cumpre enfatizar que essas ramificações não ocorrem, nem atuam simultaneamente, porque têm motivações distintas. Por isso, elas produzem bases materiais diferentes, mas se mantêm irmanadas em sua natureza provisória e precária — o prédio de uma escola municipal utilizado em 2004 e o centro de convivência pertencente a uma paróquia vizinha, emprestado pelo ano de 2005.

Finalmente, a terceira base material, utilizada a partir de 2006, resgata a bilateralidade para o ajuste relacional de origem e assegura ao CPIL de Realengo a

⁴⁰ A Capela de Nossa Senhora Estrela da Evangelização e São João Paulo II está situada à rua Carinhonha, nº 180, a 2 km de caminhada da entrada principal da FCE, conforme o Google Maps. Foi erguida por iniciativa de um padre irlandês chamado John Cribbin (1936-2011), o mesmo que emprestou seu centro comunitário ao CPIL, intervindo, então, pela permanência da escola na zona oeste (SILVA, R., 201?).

posse de seu endereço definitivo, mesmo que ainda precário. No uso desse espaço está a realização de um dos objetivos da campanha do Movetec: a recuperação de parte do espaço de uma fábrica abandonada para que fosse transformada em uma escola.

Tanto essa terceira base material quanto as outras duas fornecem resíduos à conformação da identidade histórica da Unidade Realengo. Esses resíduos e, por conseguinte, a identidade histórica que eles formam vêm da concepção de que esses espaços emergem das relações individuais entre membros do Movetec e agentes do CPII, que se interligam e se interpenetram simultânea e ininterruptamente.

E essas bases materiais, por se constituírem em espaços de relações, aludem à premissa de Certeau (2014 [1990]), segundo a qual os passos, o deslocamento pela marcha dos pés de cada um dos indivíduos — os participantes do Movetec e os funcionários do CPII —, estão implicados na função de moldar os espaços e, assim, engendrar os lugares da escola pretendida pelos moradores de Realengo. Ou seja, a tessitura dos lugares do CPII de Realengo, quer os de transição, quer o definitivo, sintetizam o vínculo orgânico que se estabelece entre os membros do Movetec e os funcionários do CPII; todos como tecedores, com o bairro de Realengo.

Conforme avaliza Certeau (2013 [1994]), a operação de demarcação do território de Realengo está fundamentada na sucessão de passos dados pelos sujeitos do Movetec e os do CPII para o uso regular de um lugar de escola e no modo pelo qual eles se apropriam do espaço público de Realengo como bairro.

Consequentemente, a partir da abertura da nova unidade do CPII o bairro de Realengo deixa de ser apenas “uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável” (CERTEAU, 2013 [1994], p. 42) e passa a ser uma amálgama plasmada pelas trajetórias inscritas pelos participantes do Movetec e os funcionários do CPII na Cidade do Rio de Janeiro.

E, finalmente, o Movetec e o CPII conseguem devolver àquele espaço abandonado de Realengo parte de seu esplendor, posto que da área de cerca de 55.000 m², quase 19.000 m² voltam a ser ocupados. Enfim, a partir da fábrica transformada escola torna-se possível redesenhar o arquétipo militar predominante em Realengo com os ritos e o ritmo do cotidiano escolar.

CAPÍTULO 2
O COLÉGIO PEDRO II CHEGA A REALENGO: A RESSIGNIFICAÇÃO DE UMA
TRADIÇÃO ELITISTA

A deliberação do Movetec, que aponta o CPII como o substituto da escola técnica que por dezoito anos constituiu o seu objeto de luta, transcende o arrazoado pela implantação de uma escola possível dentro de um dado contexto político que se organizou pelo veto à ampliação da rede de escolas técnicas. Essa resolução revela a escolha de uma aura de distinção, que se refere ao valor simbólico que arremata a identidade social do CPII por ocasião de sua organização, na primeira metade do século XIX, quando o Brasil ainda era uma Monarquia.

A aura escolhida para Realengo rebrilha um marco inquebrantável, que vaticina o CPII como o primeiro investimento em termos de sistematização do ensino secundário no Brasil. Desse marco dardejia a venera do CPII como o *colégio padrão*, já que fora criado para servir de modelo a todos quantos fossem os estabelecimentos dedicados ao mesmo segmento de ensino existentes.

Ademais, essa aura ainda rutila a insígnia de *colégio da elite*, pois por seus bancos passavam aqueles que, em alguma medida, desempenhariam funções de projeção e expressão no país — como o ex-Presidente Marechal Floriano Peixoto (1839-1895), o escritor Raul Pompeia (1863-1895), o jurista Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), o empresário de mídia Adolpho Bloch (1908-1995), a cantora e compositora Leci Brandão (1944-) e a atriz Denise Fraga (1964-), dentre outros —, condição essa que lhe inseriu, desde sua criação, no bojo de um projeto civilizatório calcado na constituição, bem como na afirmação do estado nacional brasileiro.

Essa aura que engrinalda a identidade social do CPII serve de fio condutor para este capítulo, que se organiza em uma sequência de duas partes. Dessarte, enquanto a primeira parte se concentra no exame da constância da luminosidade dessa aura através de um panorama sobre a trajetória histórica do CPII, à segunda parte é consignada a tarefa de apresentar a abertura de uma unidade de ensino em Realengo como a oportunidade de o colégio ressignificar sua tradição elitista, já considerada como indigesta.

Por último, cabe ressaltar o quão laborioso foi o exercício de escrita sobre a trajetória histórica do CPII, tendo em vista o grande e nuançado volume de trabalhos sobre o tema, bem como o meu comprometimento como ex-aluno e membro do quadro de docentes efetivos da instituição.

2.1. A identidade social do CPII: pode o tempo esmaecer o brilho de sua aura?

Durante a realização das entrevistas para a constituição do *corpus* de análise desta dissertação, os membros do Movetec foram convidados a justificar a escolha do CPII como o substituto da escola de ensino técnico e profissionalizante que almejavam ver formar seus descendentes, para o proveito de Realengo e cercanias. Ambos os entrevistados responderam às perguntas “Por que o Colégio Pedro II? O que motivou essa escolha?” com as seguintes palavras:

“Qualidade! A Zona Oeste ela tinha um... do Campo dos Afonsos pra cima tinha uma cortina que não deixava aquele alunado ver o que tinha de bom aqui pra baixo. E por que que esse aluno não pode abrir essa cortina e por que... a falta de mobilidade, a dificuldade... Era 1, 2 ou 3 alunos que você conhecia que podiam ter condição de vir de São Cristóvão, Engenho Novo ou alguma coisa. Por que que não pode ter a mesma escola aqui em cima? Sempre aquela pergunta: por que que esses alunos não podem ser *contemplados*?” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017) [Grifo nosso]

“Pelo ensino de qualidade. Ela não é uma escola técnica, mas prepara o jovem para enfrentar o mercado de trabalho. Tá? O ensino é diferenciado sim. Ensino público diferenciado, de qualidade.” (Entrevista com o Sr. Ernesto, membro do Movetec, gravada em 24/03/2018)

Os estudantes que compuseram as primeiras turmas do CPII de Realengo também foram instados a se colocar sobre a decisão de prestar concurso para essa escola. Nos fragmentos transcritos abaixo, os três estudantes entrevistados, todos moradores da zona oeste, indicam a ascendência de suas famílias nessa tomada de decisão. Eis então as suas respostas à pergunta “Por que, exatamente, você decidiu prestar o concurso para estudar no Colégio Pedro II?”:

“Eu conhecia muito só de nome, mas a minha família já conhecia o colégio já há mais tempo e eles conversaram comigo, falaram que era um colégio bom, que ia ser muito bom pro meu futuro, aí eu resolvi fazer.” (Entrevista com Larissa, ex-aluna do CPII de Realengo, gravada em 11/09/2017)

“[...] meu pai [...] viu uma notinha no jornal de... dois e meio por três centímetros, assim, uma notinha pequenininha, falando que iam abrir um Colégio Pedro II em Realengo. 7 horas da manhã meu pai me acordou: ‘[*repete duas vezes o próprio prenome*], vão abrir um Pedro II em Realengo!’ ‘O que que é Pedro II, pai?’. Meu pai [...] já era idoso, né, eu sou o filho mais... mais novo, temporão... ele... ele falou ‘Não, Pedro II é um *colegião*, é um colégio muito antigo no Rio de Janeiro, o melhor colégio do Brasil, [...], você tem que fazer, tem que fazer!’” (Entrevista com Ronaldo, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/12/2017) [Grifo nosso]

“Pela excelência que é o Pedro II. Um colégio antigo, muito bem fundamentado, sempre ouvi bem sobre o colégio e o ensino... é um ensino de primeira linha, sendo um colégio público, que é uma coisa das mais raras no Rio de Janeiro. Então, na época era ou fazia uma escola técnica — CEFET⁴¹, FAETEC⁴² — ou seguir um 2º grau regular no Pedro II.” (Entrevista com Robson, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/01/2018)

As declarações trasladadas acima acusam que todos os depoentes aqui elencados, em alguma medida, reportaram-se ao CPII como uma “escola de qualidade”. No entretanto, o ato de se referir ao colégio com esses termos ultrapassa os limites do epíteto conferido a uma instituição que seja detentora de resultados socialmente referendados.

Essa ultrapassagem pode ser percebida nas palavras do Sr. Álvaro, quando este lança a pergunta retórica que fecha a passagem de sua entrevista — “por que que esses alunos não podem ser *contemplados*?”. O verbo *contemplar* — “oferecer algo como prêmio”⁴³ — endossa a maximização do valor simbólico (BOURDIEU, 2016 [2011]) da identidade social (POLLAK, 1989; 1992) do CPII. Assim, quando se estimula a reflexão sobre o motivo de os estudantes de Realengo não merecerem receber o CPII e o alçam à condição de uma condecoração, torna-se patente que a referida instituição é considerada como uma marca bastante especial.

Também do fragmento do depoimento de Ronaldo sobressai a vitória maiúscula da marca do CPII sobre o imperativo do tempo. Segundo o então estudante, seu pai assegurara-lhe que o CPII é um *colegião* — “um colégio muito antigo no Rio de Janeiro, o melhor [...] do Brasil” —, cujo concurso seria importante prestar, ainda que não se tivesse podido contar com o preparo devido. Juntos, o depoimento indireto de um pai de idade avançada, bem como os pressupostos da família de Larissa e os de Robson e sua mãe, concorrem para um patamar de credibilidade e de respeito ao qual chegou o CPII ao longo de trajetória histórica e social.

Tal constatação sobre o prestígio do CPII transmitido aos estudantes por seus pais, assim como o legado que o Movetec desejou deixar aos seus descendentes,

⁴¹ O CEFET (RJ) é uma instituição federal de ensino, cujo escopo de influência está ancorado em cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, em cursos subsequentes ao Ensino Médio (modalidade pós-médio), assim como em cursos de formação tecnológica e em cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

⁴² A FAETEC (RJ) é uma instituição estadual de ensino, que está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e que se propõe a oferecer cursos técnicos atrelados ao fluxograma do Ensino Médio, além de cursos de formação inicial e continuada com vistas à qualificação profissional. A instituição também tem inserção na Educação Superior.

⁴³ CONTEMPLAR. In: BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 228.

corroborar o entendimento de que os enquadramentos da memória (POLLAK, 1989) perpassam pela interação social. Nessa direção, Bosi (2015 [1979]) estima que:

[uma] memória coletiva se desenvolve a partir de laços de convivência familiares, escolares, profissionais. Ela entretém a memória de seus membros, que acrescenta, unifica, diferencia, corrige e passa a limpo. Vivendo no interior de um grupo, sofre as vicissitudes da evolução de seus membros e depende de sua interação. (p. 408-411)

A colocação acima arvora-se no entorno da relação contínua de interdependência e de cocriação que há entre os moradores de Realengo e a realidade da zona oeste (ELIAS, 1994; 2008), contribuindo para a elaboração de uma visão peculiar sobre o cerne de sua identidade social (POLLAK, 1992). E essa identidade é traspassada pelo desejo de receber formação de qualidade através de uma escola específica, o CPII, que detém um estofo histórico referendado pelo tempo.

Cabe, então, levantar a seguinte indagação: que escola é essa escolhida por Realengo?

2.1.1. O CPII no Império do Brasil: o orto da aura de *colégio padrão da elite*

A importância simbólica atribuída à identidade social (POLLAK, 1992) do CPII emana da textura histórica e social de sua organização, no século XIX, no período em que o Brasil era governado por um regime monárquico. Criado no Município da Corte durante o Período Regencial (1831-1840) através do Decreto de 2 de dezembro de 1837, o *Imperial Collegio de Pedro II*⁴⁴ tem valor fundante para a história do ensino secundário no Brasil, porque foi designada para representar o *padrão* a ser seguido pelos estabelecimentos de mesmo gênero já existentes e pelos que viessem a existir, quando, em todo o Império, a instrução pública ainda prescindia da organicidade de uma estrutura sistêmica.

Nesse sentido, a fundação do CPII consta das primeiras ações do poder público para que os estudos secundários, que visavam à preparação para as cadeiras universitárias, operassem consoante a um ritmo único, posto que até aquela época essa preparação era desenvolvida em um regime fracionado de aulas avulsas,

⁴⁴ Segundo Zotti (2005, p. 29), o CPII “foi a primeira instituição escolar que passa a usar nominalmente o termo ‘secundário’ como denominação legal”.

assemelhado ao que se chamava de “aulas régias”. Logo, a notoriedade do CPII está no fato de pertencer ao repertório preliminar do Governo em favor da institucionalização do trabalho de um segmento do ensino — o ensino secundário —, embora esse invólucro de progenitura não tenha sido de todo exitoso, por conta da manutenção da prática de se permitir que os candidatos aos cursos superiores prestassem exames parcelados e desvinculados uns dos outros (HAIDAR, 2008 [1972]).

A composição do projeto do CPII, de autoria do Ministro da Justiça e interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos (1795-1850), encontrou inspiração em estatutos de colégios europeus⁴⁵, sendo, com isso, considerado como o eixo que nortearia a consolidação da unidade nacional, almejada desde que o Brasil alcançara a independência política, em 1822. Em outras palavras, a criação do CPII representava, por extensão, a consubstanciação do Império Brasileiro pela importação de um ideal civilizatório que alinhavaria a construção do novo Estado/Nação.

Através do CPII, que se tornou a menina dos olhos de D. Pedro II (1825-1891) e, portanto, o espaço de relações do Império⁴⁶, buscou-se estabelecer uma agência de educação e cultura do Estado, que atendesse e formasse as elites intelectual, política, econômica e religiosa, isto é, as categorias sociais encarregadas de movimentar e dirigir o país (CUNHA JÚNIOR, 2008; DÓRIA, 1997; HAIDAR, 2008 [1972]; MENDONÇA et al., 2013; NAGLE, 2001 [1974]; NEEDELL, 1993; SANTOS, ANDRADE, 2016; VECHIA, LORENZ, 2003, 2015; ZOTTI, 2005).

⁴⁵ O Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos consultou estatutos de colégios prussianos, alemães, holandeses e franceses, buscando aproveitar aquilo que melhor conviesse à realidade brasileira. Entretanto, há que se assinalar que a principal referência para a organização do CPII foram os estatutos de liceus franceses, os Collèges Royaux criados por Napoleão I, que priorizavam uma formação propedêutica de base humanística, dentro da qual se sobressaíam os estudos de línguas e literaturas antigas e modernas, de religião, de história, de filosofia e de retórica, em detrimento dos estudos da lógica, da matemática, da física e das ciências naturais. Essas instituições, tanto quanto o CPII, a posteriori, visavam o ingresso nos cursos superiores e, desse modo, a formação das lideranças que se ocupariam as funções públicas de alto padrão, funções essas que compunham a chamada “elite da nação” (CUNHA JÚNIOR, 2008; DÓRIA, 1997; HAIDAR, 2008 [1972]; NEEDELL, 1993; SANTOS, ANDRADE, 2016; VECHIA, LORENZ, 2003, 2015).

⁴⁶ Para Needell (1993), o CPII consta do rol das “instituições formais da elite”, na categoria das casas, como o Collège de Sion, encarregadas da instrução intelectual e social da boa mocidade brasileira — os filhos das famílias de posses e de posição, aqueles que, trivialmente, eram os únicos que tinham acesso à educação secundária no país. Ainda integravam o rol mencionado acima muitas outras instituições, como clubes e teatros, além das escolas, nas quais se desenvolviam a alta sociedade e, com ela, o que naquela época era visto como a alta cultura. Eis o que afirma Needell (1993, p. 74) sobre esse contexto: “nesses meios, manifestava-se e era promovida grande parte da visão de mundo e da dominação social da elite. [...] Todos eles tinham como característica comum o fato de serem locais públicos e abrangentes no interior do universo da elite”.

Então, se o CPII, o sentimento e a noção de nacionalismo no Brasil surgiram simultaneamente, conforme, inclusive, defende Dória (1997), pode-se inferir que a função atribuída à instrução pública nessa época ultrapassava os limites do objetivo central do processo de ensino-aprendizagem escolar. Em uma reflexão sobre o contexto em que o CPII foi projetado, Cunha Júnior (2008), lembrando o caráter insipiente dos parâmetros educacionais praticados até então, afirma que:

O papel a ser desempenhado pela instrução pública do Império do Brasil teria que ser mais eficaz do que o trabalho desenvolvido no tempo colonial. Não bastava instruir, ou seja, ensinar a ler, contar e escrever. Com vistas à construção e ao desenvolvimento da *Nação*, era preciso educar, difundir princípios éticos e morais considerados como fundamentais à convivência social. (p. 20) [Grifo do autor]

Antes de Cunha Junior (2008), Andrade (1999) já havia ponderado que o CPII engendrara uma cultura escolar própria. Nas palavras da pesquisadora,

[a] produção de uma cultura escolar própria correlacionada à sua natureza institucional singular foi legitimada pelo papel desempenhado pelo Colégio no projeto civilizador do Império, como *instrumento de consolidação do Estado e construção da Nação*. (p. 96) [Grifo nosso]

Isto posto, resguardadas as devidas proporções de espaço e de tempo, observa-se que Realengo e seus moradores aproximam-se de um patrimônio intangível em sua materialidade, mas que está encastelado no entorno da condição de lugar de memória da história da educação brasileira (ANDRADE, 1999; NORA, 1993). Em 2001, quando o Movetec escolhe o CPII — uma escola centenária, a primeira com o porte de instituição no segmento secundário de ensino no país — para ocupar a vaga deixada pela escola técnica em seu projeto de trazer educação de qualidade para Realengo, essa escolha transcende a simples opção por uma instituição de ensino propedêutico.

Na medida em que o Movetec elenca e mobiliza o CPII e essa instituição aquiesce ante à ideia de abrir mais uma unidade de ensino, essa tomada de decisão reverencia a memória monumentalizada (LE GOFF, 2013 [1977]) relativa à atmosfera da constituição do CPII, aos primórdios da sistematização do ensino secundário e da afirmação do Brasil como *Nação*. À luz de Nunes e Mazzotti (2012), pode-se avaliar que os moradores de Realengo, através do Movetec, apropriam-se do CPII como

o símbolo de uma educação voltada a atender um grupo selecionado e exclusivo de alunos e professores, de acordo com atributos que os diferenciava dos demais, quer seja pela origem, quer seja pelo cabedal financeiro que nunca ostentavam, quer seja pelo coeficiente intelectual, valores pelos quais os construtores de sua história afirmam o preferível daquele grupo, e lhes garante, ainda hoje, a sensação de pertencimento a uma elite. (p. 110)

É nesse sentido que se considera que a chegada do CPII a Realengo denota o desejo de uma comunidade em usufruir de uma realidade antes impensada. Isto posto, através do Movetec e de sua luta, bem como do afã expansionista do CPII, essa parcela dentre os moradores de Realengo expressa não apenas uma preocupação quanto à qualidade da formação de seus filhos e netos, mas também revela o desejo de que esses mesmos descendentes possam vir a usufruir da aura (BENJAMIN, 2014 [1989]) de distinção e de singularidade que emana do CPII.

2.1.2. A República e suas propostas: o Decreto-lei 18.890 e o enquadramento do CPII

A marca de singularidade do CPII almejada por uma fração dos moradores de Realengo começou a ser questionada seis dias após a Proclamação da República com a modificação de seu nome original — *Imperial Collegio de Pedro II* —, um de seus principais distintivos, para “Instituto Nacional de Educação Secundária”. Em 1890, uma nova mudança de designação, assente em “Ginásio Nacional”, demarca o interesse do Governo Republicano em silenciar o passado monarquista, despojando a instituição de seu vínculo com o nome do Imperador.

A partir de então, outras reformas⁴⁷ de ensino produziram inúmeras transformações na estrutura e no funcionamento do CPII, mas nenhuma delas afetou

⁴⁷ Para uma investigação detalhada acerca das principais reformas educacionais ocorridas durante o Império e a República e seus rebatimentos por sobre a estrutura e o funcionamento do CPII, são recomendadas as seguintes leituras, além das referências às quais esta dissertação recorreu:

- 1) MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos et al. Os professores régios dos estudos secundários: balanço final de uma (longa) pesquisa. In: CARDOSO, Tereza Fachada Levy (Org.). *História da Profissão Docente no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2014. p. 17-50.
- 2) CURY, Carlos Roberto Jamil. A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 30, n. 108, p. 717-739, out. 2009.
- 3) CUNHA, Luiz Antônio. O Estado Novo e a formação da força de trabalho. In: _____. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 17-43.
- 4) LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 39, n. 137, p. 597-619, maio/ago, 2009.

o núcleo duro que resplandecia a aura da instituição. Tanto antes, quanto depois da Proclamação da República, o Governo sofreu mudanças internas, que apenas acorreram à preservação dos parâmetros já praticados, conforme cauciona a reflexão de Nagle (1974) destacada a seguir:

As funções da escola secundária [continuam] as mesmas pois esta instituição se mantinha isolada dos outros tipos de escola de nível médio; permanecia como o núcleo que sustentava [...] [o] sistema escolar brasileiro. [...] Diminuir a importância de determinadas disciplinas, introduzir outras, estabelecer a seriação, aumentar a duração do curso e outras questões da mesma ordem não poderiam constituir recursos para a modificação da natureza dessa escola. Da imagem [...] romântica da realidade, muitas vezes decorriam idealizações de uma estrutura para a escola secundária que, por isso mesmo, não poderia dar os frutos que se desejavam, se é que se desejava resultado diferente daquele que vinha sendo alcançado. (p. 155)

Foi apenas nos anos de 1930, pelos desdobramentos do recém-formado Governo Provisório (1930-1934), que o CPII vê diminuir o seu escopo de influência e, desse modo, esmaecer a sua aura como a principal referência para o ensino secundário.

A ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) à Presidência da República dos Estados Unidos do Brasil, em decorrência do levante de 1930, propicia a constituição de um Estado centralizado que atenda à ordem peremptória da modernidade. Vive-se, portanto, a era das massas, ante a ruína da aristocracia rural, a escalada da burguesia urbana e o desenvolvimento da industrialização (FRANCISCO FILHO, 2013).

A construção desse Estado moderno brasileiro, nesse caso, requererá um regime de autoridade que arregimente o crescimento das massas e que, de acordo com Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), se distinga

por um clima de ordem garantido pela existência de um chefe que se sente em comunhão de espírito com o povo de que se fez guia e condutor. Somente o chefe pode tomar decisões porque ele encarna, na excepcionalidade de sua natureza, a vontade e os anseios das massas. É essa potencialidade intransferível que assegura o caráter popular do novo Estado, uma perfeita simbiose entre as duas entidades do regime: o povo e o chefe. (p. 83)

O êxito desse processo de afirmação do Estado Nacional e de seu caráter popular consistirá em amparar firmemente a juventude, amoldando sua maneira de

pensar, de se expressar e de agir, a fim de que se mostre harmonizada à nova ordem política (idem, p. 83).

Para dar corpo à tutela da juventude e, ainda, fortalecer o ideário nacional (DALLABRIDA, 2009), o Governo Provisório cria o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, pelo Decreto-lei nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, cujo primeiro titular é Francisco Luís da Silva Campos⁴⁸ (1891-1968), educador, advogado e jurista cujo pensamento político encontra-se em perfeita sintonia com as propostas de Getúlio Vargas (SANTOS, 2007).

Os atos empreendidos pelo Ministro Francisco Campos são bastante representativos da centralização desejada pela máquina estatal de Vargas. E, nesse caso, ressalta-se o Decreto-lei nº 18.890, de 18 de abril de 1931 que, enquanto propõe a reconfiguração do ensino secundário, aspira o fim regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, herança do período imperial, bem como a organização de um sistema educacional integrado para todo o país. O desmonte do regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, suplanta a análise prática que prevê a quebra de uma estrutura engessada por políticas de pouca envergadura: essa desarticulação representa o esfacelamento do primado da descentralidade diletante e a fabricação de um sistema de ensino integrado e coeso. Conforme Shiroma, Moraes e Evangelista (2011),

[consequência] da estrutura federativa da Primeira República, a estrutura de ensino vigente no Brasil até 1930 nunca pudera se organizar como um sistema nacional integrado. Ou seja, inexistia uma política nacional de educação que prescrevesse diretrizes gerais e a elas subordinasse os sistemas estaduais. Os projetos implementados pela União, até aquele momento, limitavam-se, quase que exclusivamente, ao Distrito Federal e, embora apresentados como “modelo”, os estados da Federação não eram obrigados a adotá-los. (p. 16)

Desta forma, reformar o ensino significa integrar o sistema escolar a fim de que se anele pela reprodução e modernização das elites detentoras do saber e pela criação de um cidadão participativo, capaz de, por exemplo, atuar qualitativamente ante o processo eleitoral (SANTOS, ANDRADE, 2016). Segundo essa lógica, as estratégias do Ministro Francisco Campos explicitam a intenção de se “*produzir*” estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade

⁴⁸ Em 1940, publicou o livro “O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico”. Trata-se de uma detalhada explanação sobre as bases política e ideológica do Estado brasileiro (SCWARTZMAN, BOMENY, COSTA, 2000, p. 79).

disciplinar e capitalista que se [consolida], no Brasil, dos anos de 1930” (DALLABRIDA, 2009, p. 185-186) [Grifo nosso].

O Decreto-lei nº 18.890, nesse sentido, confere organicidade e unicidade necessárias ao ensino secundário, na medida em que firma um núcleo comum e homogêneo para toda a rede de escolas atuantes nesse segmento. Para tanto, amplia-se a duração dos estudos secundários, que passam a ser divididos em dois ciclos de proposição distinta; estabelece-se o currículo seriado; impõe-se a obrigatoriedade de frequência às aulas e a vinculação dos estudantes a um único instituto; regulariza-se o sistema de avaliação discente; e se reordena o sistema de controle das atividades didático-pedagógicas institucionais pelo Estado (DALLABRIDA, 2009; ABREU, 2010).

Com a duração de sete anos e não mais de cinco, o ensino secundário ainda nesse período permanece voltado para as elites e as classes médias. Distribuídos em dois ciclos, enquanto o primeiro e mais longo deles, organizado em cinco anos, denominado “ciclo fundamental”, refere-se a um curso de cunho generalista, dotado de um fluxograma comum a todos os estudantes secundaristas, o segundo ciclo, chamado de “ciclo complementar”, tem a duração de dois anos e se encontra calcado na formação propedêutica, sendo “obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior, [devendo ser] feito em dois anos de estudo intensivo, com exercícios e trabalhos práticos individuais” (cf. art. 4º do Decreto-lei nº 18.890, de 18/04/1931).

A ênfase dada ao trabalho individual remete ainda a uma questão de terminalidade específica, pois esse curso comporta três fluxogramas que variam conforme as aspirações universitárias dos estudantes. Aqueles que postulam ao curso jurídico têm uma composição obrigatória de disciplinas diferente daqueles que almejam atingir os cursos de medicina, farmácia e odontologia. E ambas as composições também diferem daquela que abarca os postulantes aos cursos de engenharia ou de arquitetura.

Dallabrida (2009) assinala que o aumento do número de anos do ensino secundário exacerbou-lhe o caráter elitista, dado o teor enciclopédico de seus programas. E embora os estudos secundários tenham assimilado maior complexidade, pelos encaminhamentos mais específicos no que tange ao ensino superior, é fato que somente os jovens oriundos de famílias abastadas cultural e financeiramente conseguiriam se dedicar durante cinco anos à construção de sua

cultura geral. Daí, inclusive, entende-se parte do caráter elitizante do Colégio Pedro II na República.

Outro aspecto de grande relevância no interior da Reforma Francisco Campos diz respeito à fixação da frequência obrigatória a, no mínimo, três quartos das aulas dadas como requisito para a aprovação à série subsequente. Ou seja, se o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados, agora deposto, não preceituava sobre a frequência e a participação às aulas — era suficiente que o estudante se apresentasse a um dado instituto e solicitasse a sua grei a passagem de um ou mais exames —, a estratégia de Campos obriga o estudante a escolher um instituto e se vincular a ele enquanto durasse o ano letivo ou até que fosse possível solicitar a transferência a um outro instituto.

Por sua vez, essa sistemática de transferência escolar remete ao assentamento de um regime escolar único entre os estabelecimentos de ensino, um procedimento inédito até então. Em vista disso, essa inovação pressupõe a imposição de certas datas para a realização do exame de admissão ao curso secundário e para a efetivação de matrículas, bem como determina o tempo de duração das aulas, as datas de início e término de período letivo e, por decorrência, as datas de início e término dos períodos de férias. Os artigos 24, 26 (em seu parágrafo 1º), 29, 30, 31, 32 e 33 do Decreto-lei nº 18.890, de 18 de abril de 1931, dispõem sobre esses assuntos:

Art. 24 A matrícula no curso secundário será processada de 1 a 14 de março.

[...]

Art. 26. É permitida a transferência de alunos de uns para outros estabelecimentos de ensino secundário, oficiais ou sob regime de inspeção permanente ou preliminar.

§ 1º Só se efetuará transferência de alunos no período de férias.

[...]

Art. 29. O ano letivo começará em 15 de março e terminará em 30 de novembro, não podendo haver modificação dessas datas senão por motivo de força maior, mediante autorização do Ministro da Educação e Saúde Pública.

Art. 30. Além dos meses de janeiro e fevereiro será considerada de férias escolares a segunda quinzena do mês de junho.

Art. 31. O horário escolar será organizado pelo diretor antes da abertura dos cursos, fixada em 50 minutos a duração de cada aula, com intervalo obrigatório de 10 minutos, no mínimo, entre uma e outra.

Art. 32. Cada turma não terá menos de 20 nem mais de 28 horas de aula por semana, excluídos desse tempo os exercícios de educação física e as aulas de música.

Art. 33. Será obrigatória a frequência das aulas, não podendo prestar exame, no fim do ano, o aluno cuja frequência não atingir a três quartos da totalidade das aulas da respectiva série.⁴⁹

Esse controle minucioso incide rigorosamente sobre o planejamento do trabalho didático-pedagógico, na medida em que ficam previstas não apenas a seriação das disciplinas, como também a adequação, em distribuição equânime, de seus conteúdos programáticos à duração de cada um dos sete anos letivos que compõem o ensino secundário. A tabela a seguir ilustra a distribuição das disciplinas escolares entre os cinco anos do ciclo fundamental.

Tabela 4 – Disciplinas *versus* séries, ciclo fundamental, Reforma Francisco Campos

Disciplinas	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
Português	X	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X	
Inglês		X	X	X	
Latim				X	X
Alemão (facultativo)				X	X
História da Civilização	X	X	X	X	X
História Natural			X	X	X
Geografia	X	X	X	X	X
Matemática	X	X	X	X	X
Física			X	X	X
Química			X	X	X
Ciências físicas e naturais	X	X			
Desenho	X	X	X	X	X
Música (canto orfeônico)	X	X	X		

Fonte: Decreto-lei nº 18.890, de 18 de abril de 1931⁵⁰

Assinale-se que Francisco Campos indica atividades de sala de aula de tipologias variadas, mas demonstra preocupar-se em igual proporção com a educação do corpo. Inclusive, o artigo 9º do Decreto-lei nº 18.890, ainda apresenta como obrigatórias as aulas de educação física para todas as classes.

Esse projeto de standardização do estudante/cidadão ainda pressupõe o cumprimento de um sistema único de avaliação dos conteúdos programáticos trabalhados que deverá ser cumprido por meio de provas e arguições mensais a fim

⁴⁹ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impressao.htm. Acesso em: 01 jul. 2017.

⁵⁰ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impressao.htm. Acesso em: 01 jul. 2017.

de que cada estudante deva ter ao menos uma nota referente a uma arguição oral ou a um trabalho prático. Além disso, no transcorrer do ano letivo, cada estudante ainda deve ser submetido a quatro provas escritas parciais em cada uma das disciplinas do currículo. Ao final do ano, cada disciplina requer a aplicação de um exame final, composto de uma arguição oral a ser avaliada por uma banca formada por dois professores do próprio instituto e dirigida por um inspetor federal.

Soma-se à severidade da máquina estatal o uso de práticas excludentes: a escola secundária formatada por Francisco Campos também não tolera duas reprovações sequenciais. O artigo 43 revela que “os alunos inhabilitados em dois anos sucessivos [...] não serão novamente admitidos à matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário oficiais nem a exame nos estabelecimentos sob inspeção permanente ou preliminar”⁵¹.

Para assegurar a qualidade do novo projeto para o ensino secundário, o trabalho desenvolvido no seio de todos os institutos secundários brasileiros passa a ser objeto de inspeção regular, posto que o Decreto-lei nº 18.890 cria um serviço de auditoria, a ser desempenhado por inspetores nomeados por concurso público. Com o objetivo de coordenar ações de natureza didático-pedagógica, bem como de natureza técnico-administrativa, essas inspeções explícitas nos artigos 55 e 56 esclarecem que:

Art. 55 O inspetor remeterá mensalmente ao Departamento Nacional do Ensino, em duas vias datilografadas, um relatório minucioso e de caráter confidencial, a respeito dos trabalhos de cada século e cada disciplina da sua secção nos estabelecimentos do distrito.

§ 1º Duas vezes por ano deverá constar do relatório uma apreciação sucinta sobre a qualidade do ensino ministrado, por disciplina em cada série, métodos adotados, assiduidade de professores e alunos, bem como sugestões sobre providências que devam ser tomadas, caso se torne necessária a intervenção do Departamento Nacional do Ensino.

[...]

Art. 56. Incumbe ao inspetor inteirar-se, por meio de visita frequentes, da marcha dos trabalhos de sua secção, devendo para isso, por série e disciplina:

a) assistir a lições de exposição e demonstração pelo menos uma vez por mês;

⁵¹ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impressao.htm. Acesso em : 01 jul. 2017.

- b) assistir, igualmente, pelo menos uma vez por mês, a aulas de exercícios escolares ou de trabalhos práticos dos alunos, cabendo-lhe designar quais destes devam ser arguidos e apreciar o critério de atribuição das notas;
- c) acompanhar a realização das provas parciais, que só poderão ser efetuadas sob sua imediata fiscalização, cabendo-lhe ainda aprovar ou modificar as questões a serem propostas;
- d) assistir às provas finais, sendo-lhe facultado arguir e atribuir nota ao examinando⁵².

Paralelamente ao acompanhamento do trabalho docente e do desenvolvimento discente, a inspeção federal deve verificar as condições de funcionamento de cada instituto. Mesmo que não houvesse restrição para a abertura de unidades de ensino pelos governos estadual ou municipal ou ainda por entidades associativas ou particulares, a permanência de todos os institutos está diretamente atrelada à anuência do Conselho Nacional de Educação, criado em 11/04/1931, pelo Decreto-lei nº 19.850, para ser o órgão consultivo do Ministro da Educação e Saúde Pública, por meio de seu Departamento Nacional de Ensino.

Com a criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, do Conselho Nacional de Educação e a publicação da lei em favor do reordenamento do ensino secundário, o CPII deixa de ser a principal referência⁵³ no âmbito das instituições de ensino secundário no Brasil e parte de seu encantamento se esmaece, porquanto desce à terra dos comuns.

2.1.2.1. A dessacralização do CPII, mas não o fim de sua autoridade moral

Observe-se que quando se abandona o regime de cursos preparatórios e de exames parcelados e se cria um sistema de ensino caracterizado por uma maior fiscalização, rigidez e exigências pedagógicas, não apenas o CPII se modifica, mas também se obriga o estudante a trabalhar mais frequentemente em prol de seu sucesso nos exames e, por conseguinte, de sua entrada e permanência no ensino

⁵² Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impressao.htm. Acesso em: 01 jul. 2017.

⁵³ Entretanto, o assentamento de um sistema educacional para todo o território nacional ao assimilar o CPII como apenas mais uma dentre as inúmeras instituições secundárias existentes — assinala-se que uma vez integrado a uma rede, o colégio também fica submetido aos seus imperativos, dentre os quais o serviço de inspeção em plano didático-pedagógico e técnico-administrativos — pressupõe-se a perda de sua aura — antes o único modelo a ser seguido —, não implica o fim de seu caráter elitista, uma vez que cursar o ensino secundário segundo as condições expostas acima impõe uma preparação e uma dedicação possível apenas para poucos.

secundário, pois, naquela época, galgar e cursar os estudos secundários ainda era algo restrito a poucas parcelas da sociedade brasileira (DALLABRIDA, SOUZA, 2014).

Não obstante, essas restrições de ordem social e econômica não impediram que a força de aplicação do Decreto-lei nº 18.890 não alterasse natureza do público-alvo do CPIL, que assimila uma importante modificação. Assim é que, apesar de ainda restrito, já não se atende mais essencialmente os estudantes originários das camadas influentes, das castas privilegiadas. Subtraídas “as suas ambrosias e as suas quintessências”⁵⁴, a quase secular instituição abre-se a um público mais variado e, em recente pesquisa sobre a trajetória dos uniformes do CPIL, Santos e Andrade (2016) asseveram a mudança de perfil discente identificada nesse período de implementação do Decreto-lei nº 18.890:

[o] Colégio Pedro II, que se manteve nas esferas das elites culturais até o início da década de trinta, teve a sua natureza verdadeiramente alterada, com a entrada maciça de alunos, de ambos os sexos, das camadas urbanas médias e menos favorecidas da população do Rio de Janeiro. (p. 87)

Santos e Andrade (2016) sinalizam que embora passe a integrar o núcleo comum da rede de escolas de seu segmento a partir da Reforma Francisco Campos, o Colégio Pedro II, acima de tudo, permanece “na esfera federal [...] enquanto agente transmissor de um saber sistematizado” (idem, p. 83), aspecto esse que, sem sombra de dúvidas, ainda lhe confere certa autoridade moral sobre os demais colégios do mesmo nível de ensino. Portanto, se sua aura⁵⁵ “escorrega-lhe da cabeça e cai no macadame”⁵⁶, sua importância para o funcionamento do ensino secundário permanece viva, não podendo ser ignorada.

⁵⁴ BAUDELAIRE, Charles. Perda de auréola. In: _____. *Pequenos poemas em prosa*. Traduzido por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 112. A

⁵⁵ A posição do CPIL durante o Governo Provisório é comparável à situação do poeta ante à modernidade. Se o enquadramento na vida moderna, de caos urbano, tira o poeta de sua Torre de Marfim, a instalação do Governo Provisório e seus desdobramentos nulificam, em termos práticos, o tônus social unissonante, a insígnia de superioridade e nobreza que identificam o CPIL. A noção de “modernidade” foi cunhada pelo poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867), no afã de definir a cena parisiense da primeira metade do século XIX, quando se vivia um período de prosperidade sob os auspícios do imperador Napoleão III (1852-187) e um processo de ampla reforma urbana promovido pelo barão de Haussmann (1809-1891), com a construção de bulevares, o lajeamento de ruas um tráfego de movimento frenético. Já o conceito de “aura” foi desenvolvido por Walter Benjamin (1892-1940), com base em estudos sobre a obra de Baudelaire, para tratar da questão da sacralidade da obra de arte. Benjamin pertence à Escola de Frankfurt, um grupo de filósofos e cientistas sociais de inclinação marxista criado em 1924 no interior do Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, na Alemanha (CARACIOLA, 2010).

⁵⁶ BAUDELAIRE, Charles. Op., cit., p. 112.

Nesse caso, basta que se detenha na análise de alguns artigos do Decreto-lei nº 18.890 a seguir: enquanto o artigo 1º estabelece que “o ensino secundário *oficialmente reconhecido*, será ministrado no CPIL e em estabelecimentos sob regime de inspeção oficial”⁵⁷, no parágrafo 2º do artigo 12, explica-se que os programas do ciclo complementar devem reproduzir fielmente os programas do CPIL. Já o artigo 10 reafirma o potencial da Congregação do CPIL: fica estabelecido que seus membros devem participar do processo trienal de avaliação de todos os programas de estudos secundários, assim como de seus métodos de aplicação.

No cotidiano do CPIL, a obrigatoriedade do currículo seriado e as diretrizes de auditoria, mormente as que preceituam sobre os métodos do trabalho pedagógico, influenciam no ordenamento de cadeiras e mesas escolares ao se fixar uma nova geografia para as salas de aula. As atividades didático-pedagógicas, nesse caso, espraariam-se gradativamente entre os estudantes que segundo dessa nova lógica poderiam aumentar, em certa medida, o êxito de seu rendimento na escola. A esse respeito, Santos e Andrade (2016) colocam que:

Em observância à diretriz pedagógica, o ensino passou a ser ministrado em classes divididas por sexo, obedecendo ao princípio dos círculos concêntricos, através dos quais os conteúdos das disciplinas, estabelecidos pelo currículo seriado, eram apresentados de uma maneira mais geral nas primeiras séries do curso e revistos nas séries mais adiantadas, sendo aprofundados no curso complementar: metodologicamente do mais geral para o mais particular / do mais simples para o mais complexo. (p. 93)

Assinale-se que a rígida seriação imposta por Francisco Campos leva o Colégio Pedro II a enveredar-se pelo regime de extensão a partir de 1932, através da criação de cursos livres, abertos à comunidade externa, objetivando “oferecer enriquecimento pedagógico e cultural” (SANTOS, ANDRADE, 2016, p. 94). As mesmas pesquisadoras, Santos e Andrade (2016), têm exemplos dessas atividades extracurriculares:

— ‘Curso de língua e literatura italianas’, mantido pelo governo da Itália com os objetivos de difundir a cultura italiana e estreitar as relações Brasil/Itália; — ‘Curso de literatura francesa’, intercâmbio com a Escola Normal da Sorbonne de Paris; — ‘Curso de grego’, oferecido por iniciativa do professor José de Oiticica; — ‘Curso de música e canto orfeônico’, sob a regência da professora Maria Elisa Freitas, objetivando a formação do Orfeão Escolar e promoção de concertos educativos populares. (p. 94)

⁵⁷ Loc. cit. Grifos nossos.

No que se refere aos parâmetros de trajetória docente⁵⁸, uma grande alteração é imposta: ficam vedadas a prática da livre docência e a manutenção da vitaliciedade dos professores catedráticos no interior do CPIL. A partir desse momento, para atuar no Colégio, os professores precisam ter sido aprovados em concurso público de provas e títulos e, então, nomeados por decreto. Essa nomeação, porém, não impede que na prática a vitaliciedade dos catedráticos permaneça, o que corrobora para que se sustente que o CPIL, mesmo desaturado⁵⁹, conserva um “peso intelectual reconhecido pela sociedade” (SANTOS, ANDRADE, 2016, p. 87).

Destarte, é fato que se a desaturação⁶⁰ do CPIL ocorre no plano da representatividade institucional, ela não atinge a dimensão do seu ensino. Ou seja, o que em verdade ocorre é que a partir da Reforma Francisco Campos o controle do ensino secundário deixa de ter como referência o CPIL. Todavia, o próprio Decreto-lei nº 18.890, segundo os artigos acima expostos, de certa forma ainda reafirma a ascendência do CPIL sobre os demais colégios secundários.

Em uma publicação comemorativa dos 175 de fundação do CPIL, editada no ano de 2013 com o amparo do NUDOM, inclusive, há uma reflexão sobre a perenidade da confiabilidade que emana da instituição, ainda que passadas incontáveis reformas educacionais. A reflexão se faz nos seguintes termos:

Fato singular tem sido observado; o Colégio jamais perdeu a sua credibilidade, didático-pedagógica, haurida, junto ao público e à sociedade brasileira. As fases de penumbra, em nenhum momento, levaram os diversos segmentos da sociedade a deixar de aspirar intensa e continuamente em almejar e propugnar, para que seus filhos pudessem estudar no Colégio. (COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 26)

⁵⁸ Para um estudo aprofundado sobre a trajetória histórica da identidade profissional docente no âmbito do ensino secundário público, recomenda-se consultar a obra de Ana Waleska Pollo Campos Mendonça (1946-2017). Professora Titular na PUC-Rio, ela debruçou-se com muito afinco à problemática do magistério público secundário no Brasil, tomando notadamente o Colégio Pedro II como alvo e recorte institucional.

⁵⁹ Cf. CARACIOLA, 2010, p. 83.

⁶⁰ Op. cit., p. 83.

Note-se, na filigrana do trecho acima, que a Torre de Marfim⁶¹ do CPII enquanto instituição ainda está posta como monumento⁶², como roupagem. A instituição assim é vista mesmo no interior de documentos⁵⁷ que tenham lhe custado a imersão em fases de penumbra, independentemente de seu contexto de fabricação; é, enfim, a sua aura, sua marca de distinção, como a memória que flutua. Dessarte, por mais que tenha sido desconstruída, ainda paira na mente das gentes, como na dos moradores que pleitearam a instalação de uma unidade do Colégio no bairro de Realengo, no início dos anos 2000.

Essa aura é o legado do CPII à memória coletiva (LE GOFF, 2013 [1977]) dos brasileiros.

2.2. O CPII de Realengo: um novo tempo e um novo lugar

Um novo tempo — não mais o Império e a República dos anos de 1930, mas o século XXI do Presidente Lula, que estimula ao nível nacional a democratização da escola básica — e um novo lugar — não mais o das “freguesias de dentro” (MATTOS, 1987), mas o da periferia, onde justamente os anos 2000 queriam erguer escolas, a fim de lapidar o coeficiente de escolaridade do povo brasileiro — são, finalmente, depois de mais de um século de existência, instaurados.

Essa perspectiva de um novo tempo e de um novo lugar refere-se precisamente ao ano de 2006, quando o CPII de Realengo passa a ter uma sede fixa, que é parte do setor 1 da antiga fábrica de cartuchos. A partir desse momento em que a FCE começa a ser transformada em uma escola e essa escola é o CPII, pode-se notar que a transmutação de sua aura herdada, devolve a Realengo o brilho da fábrica abandonada. Ou seja, posto que Realengo reaquista o prédio imperial (cf. figura 8), pomposo⁶³ e dono de uma aura belicista, este, agora que se encontra a serviço da

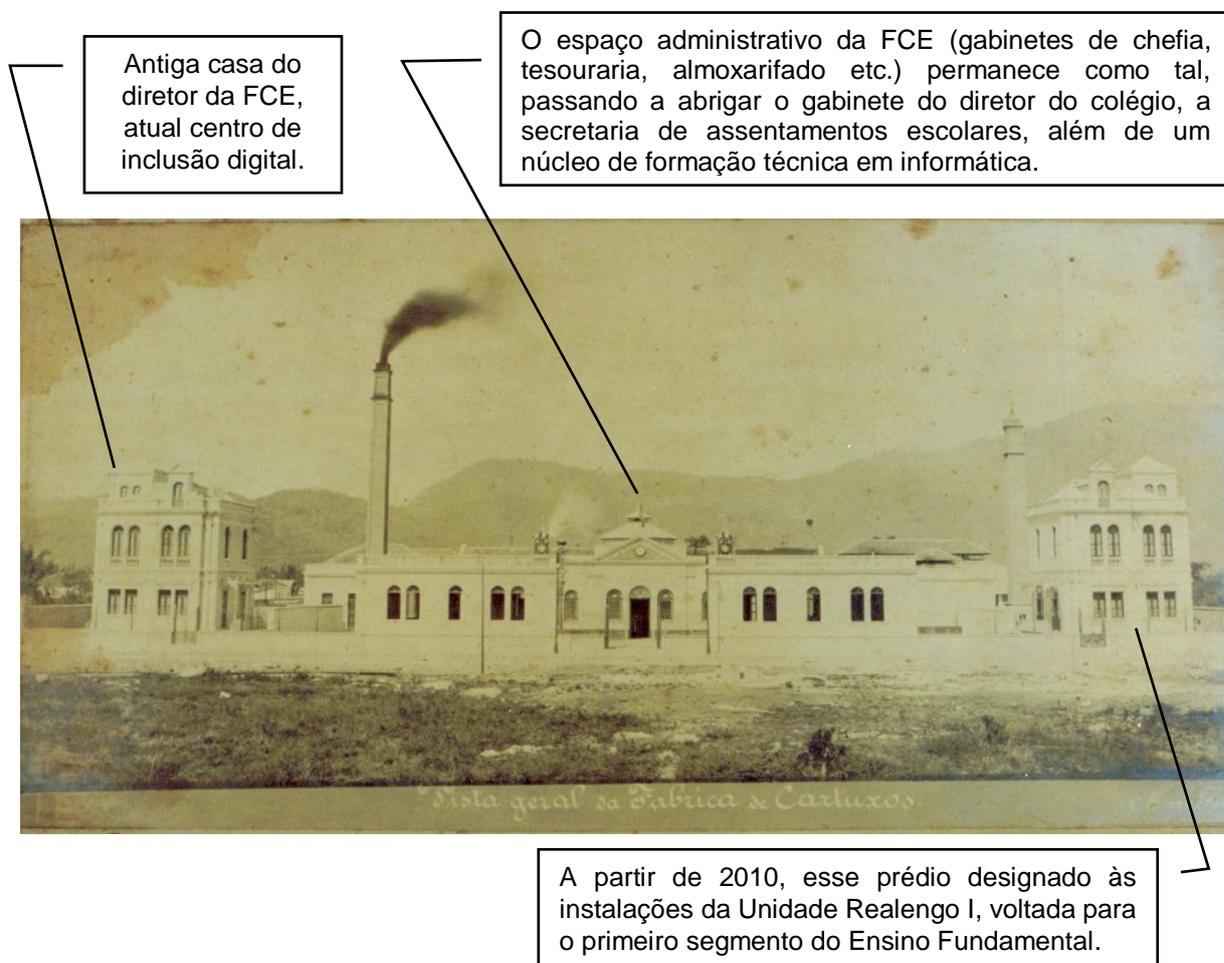
⁶¹ O site Dicionário de Símbolos, mantido pela empresa “7Graus”, acusa que a Torre de Marfim remete a um domínio intelectual, domínio esse que encerra um “mundo dos questionamentos e pensamentos filosóficos mais profundos, afastados das questões práticas do cotidiano banal”. O verbete menciona o livro bíblico “Cântico dos Cânticos”, no qual a Torre de Marfim simboliza o “pescoço”: “a separação entre o que é mundano e o que tem uma importância superior, divina, metafísica”. Por tudo isso, a Torre de Marfim também é insígnia de nobreza e pureza. TORRE de Marfim. Disponível em <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/marfim/>> Acesso em: 03 jul. 2017.

⁶² Tome-se aqui a tensão “documento/monumento” discutida por Jacques Le Goff na obra “História e memória” (2013 [1977]).

⁶³ Na vista geral da *Fábrica de Cartuchos*, o montante de concreto traz uma fachada simétrica, com frontão triangular, colunata e platibanda como recursos formais, de acordo com as características do

democratização da educação básica, concede ao bairro uma aura de colégio padrão da elite — a aura do CPIL.

Figura 8 – Vista geral da Fábrica de Cartuchos do Exército⁶⁴



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital⁶⁵ Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografia de Marc Ferrez digitalizada; 8,15 x 16 cm; s.d.

A criação do CPIL de Realengo, sendo fruto de uma mobilização social coletiva e na medida em que se coaduna com a instalação da política de ampliação e democratização da educação básica promovida pelo governo Lula, faz justiça ao que

estilo neoclássico, cuja aplicação esteve restrita a ambientes oficiais e às camadas mais privilegiadas economicamente (REIS FILHO, 2014). Assim, a fábrica rivaliza com a estrada de terra batida e o descampado gramado, enfeitando o antigo *sertão carioca* de cores e aromas artificiais, completamente diferentes dos de sua vegetação habitual.

⁶⁴ Quando, no ano de 2010, é criada a Unidade Escolar Realengo I, o “CPIL de Realengo” referenciado ao longo desta dissertação recebe a designação de Unidade Escolar Realengo II.

⁶⁵ Trata-se do primeiro espaço do gênero do subúrbio da Cidade do Rio de Janeiro (cf. http://www.cp2.g12.br/campi/realengo_2.html. Acesso em: 01 jun. 2018).

afirmam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) acerca da necessidade da existência de um problema que fustigue a elaboração de um plano de educação:

Um problema nacional, como problema governamental, só existe com uma percepção coletiva. Não basta, assim, somente algumas pessoas terem consciência do problema; é preciso que existam pressões sociais coletivas para que determinado aspecto da realidade seja considerado problema. (p. 175)

O Governo Federal, nesse caso, ao lançar apenas em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação, para robustecer o processo educacional acima criticado, sobretudo, atém-se ao segmento básico. E em se considerando o mote desse programa, segundo o qual a educação seria o veio para a cidadania, é possível compreender como e por que o referido programa encontrou eco na luta travada pelo Movetec desde o início dos anos de 1980, bem como na sua assimilação por parte do CPII, antes mesmo que ele viesse à tona. Enfim, o que se pretendia entre os correligionários de Lula era que a educação básica primasse por um caráter universalizante, pois aí estaria o impulso necessário à elevação da média de escolaridade entre os brasileiros e ao resgate da qualidade do ensino em todos os segmentos. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012),

[para] garantir a educação como direito, o projeto de educação do governo Lula obedeceria a três diretrizes gerais: a) democratização do acesso e garantia de permanência; b) qualidade social da educação; c) instauração do regime de colaboração e da democratização da gestão. (p. 188-189)

Em que pese a aplicação dessa diretriz geral relativa à qualidade social da educação, o CPII de Realengo seguiu à risca os postulados acima, pelo fato de ter permitido que seu primeiro concurso para a 1ª Série do Ensino Médio fosse composto por estudantes cuja faixa etária variava entre 14 e 56 anos (HALAC, 2010?). Ou seja, o CPII, ao fazer essa opção, referenda o ideal governista de se levar até as últimas consequências o lema de que “se faria com que a prática social e a experiência de vida dos alunos fossem incluídas como elementos fundamentais na organização do conhecimento e da cultura” (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012, p. 190) e, surpreendentemente, esquece por algum tempo de seu passado elitista e seletivo. Tal

foi a avaliação emitida pelo depoente José, um dos 11 professores⁶⁶ considerados como “fundadores” da Unidade Realengo, acerca do funcionamento do processo de ensino-aprendizagem envolvendo a primeira leva de estudantes desse novo colégio:

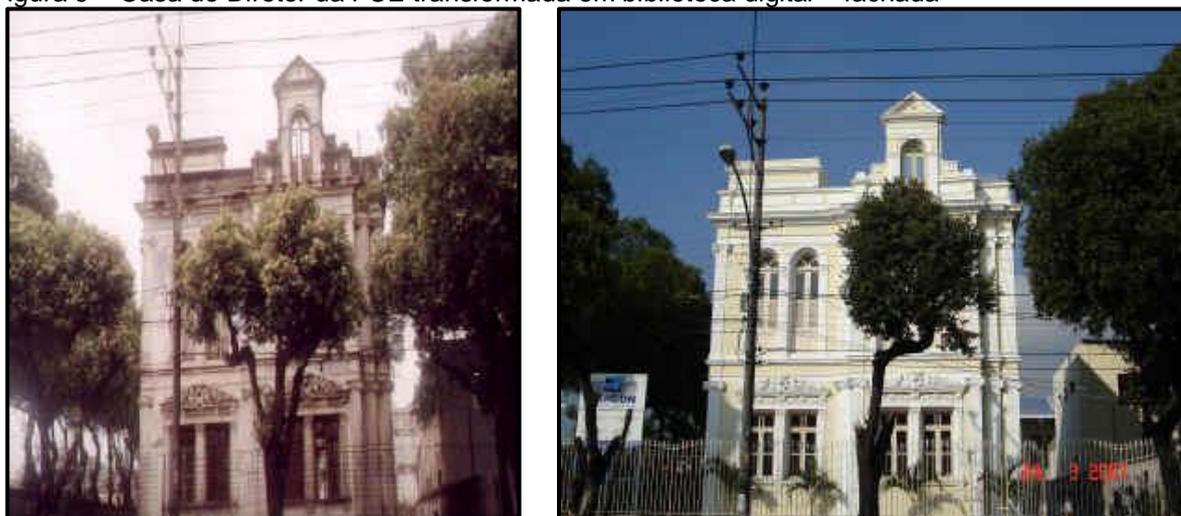
“as turmas eram limitadas na sua formação. [...] Eram alunos que hoje, por exemplo, estariam mais próximos do PROEJA do que os alunos atuais [...] porque eles vinham com uma deficiência pedagógica grande, evidentemente não pela sua incapacidade de compreensão senão pelo seu histórico. E houve, inclusive, uma turma, que eu me lembro, já no 2º ano, uma turma que foi separada e que tinha uma didática especial pra essa turma porque eles não conseguiam realmente acompanhar o desempenho e o grau de exigência do colégio, em relação à formação que eles tinham.” (Entrevista com o Sr. José, professor regente, gravada em 27/09/2017)

Com um público diferenciado e, portanto, um trabalho diferenciado, o projeto do CPII de Realengo, enfim, procura deixar de lado seu passado elitista com o objetivo de poder associar-se às tratativas federais: ao mesmo tempo em que reverencia seu estofo de ações populares, por meio do Movetec, também assimila o anseio expansionista de seus dirigentes em reformar a sua identidade social (POLLAK, 1989; 1992) com tintas mais condizentes com os matizes priorizados pelo cenário educacional nacional.

A presença do Presidente da República e sua comitiva, em 2007, para a inauguração dos quase 19.000 m² da fábrica espacializados pelos passos (CERTEAU, 2013 [1994]) dados pelos moradores de Realengo e pelos funcionários do quadro do Colégio, confirma o CPII de Realengo como um espaço de relações que procura expandir seus horizontes (ELIAS, 1994; 1998; 2008). E será com essa base de construção que a referida escola decalca, em certa medida, a programação educacional do Governo Federal. Efetiva tanto seu objetivo prioritário de melhorar a qualidade da educação básica pública através da inclusão digital — conforme afiançam as figuras 9, 10 e 11, por sua condição textual (MAUAD, 2004) — quanto afirma o compromisso de ensinar a matrícula de estudantes em uma escola próxima de suas residências (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI, 2012; SILVA, J., 2016).

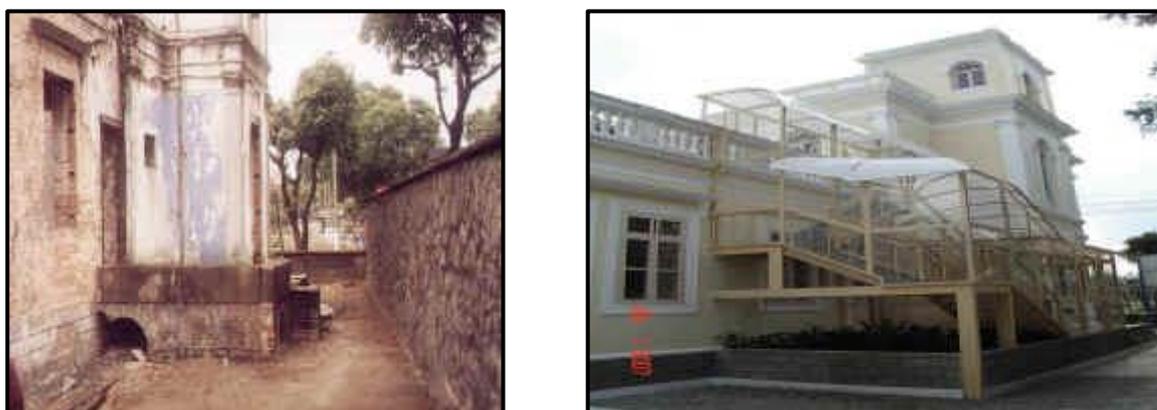
⁶⁶ Segundo Halac (2010?), excetuando-se a disciplina de Francês, a Unidade Realengo contava com docentes de todas as demais disciplinas constantes do currículo regular praticado pela rede de unidades do CPII para o Ensino Médio.

Figura 9 – Casa do Diretor da FCE transformada em biblioteca digital – fachada



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografias digitais: 6,73 x 6,68 cm a esquerda; 6,71 x 8,23 cm; 2007.

Figura 10 – Casa do Diretor da FCE transformada em biblioteca digital – lateral direita



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografias digitais: 5,28 x 6,47 cm a esquerda; 5,81 x 8,29 cm; 2007.

Figura 11 – Casa do Diretor da FCE transformada em biblioteca digital – interior



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografias digitais: 5,46 x 6,7 cm a esquerda; 5,48 x 6,72 cm; 2007.

Além disso, a implantação do CPIL no bairro de Realengo finaliza uma polêmica discussão travada pelo menos desde os anos de 1960, sobre a descredenciamento de certas “seções”, que era a forma pela qual eram denominados os parcelamentos da rede do CPIL — as Unidades Escolares.

No recorte a seguir, extraído do *Diário de Notícias* de 02/07/1961, dá-se conta do quão problemática foi essa opção do CPIL. Tanto há quem enxergue na abertura de novas seções a responsabilidade por uma provável queda no rendimento dos estudantes, bem como por prejuízos à finalidade do CPIL, com sua aura de *colégio padrão da elite*, quanto existe quem seja francamente favorável à expansão do Colégio, como o professor e catedrático de Português Cândido Jucá Filho, também diretor do Externato, que defende que o “Pedro II foi criado para a educação de gente pobre”, falseando, na sequência, a vocação da instituição ao acolhimento exclusivo dos jovens oriundos das camadas de estirpe e de posses: “se fôssemos colégio de ricos não estaríamos por aqui e sim em Petrópolis ou em outra qualquer estância aprazível”. Em um impulso contrário à restrição dos bens culturais aos seletos círculos sociais, mas, principalmente, em uma fala de bom augúrio, o Professor Jucá Filho, inclusive, demonstra compreender que, em se implantando outros anexos pela Cidade, poderiam ser “evitadas viagens longas de alunos que moram em localidades afastadas do centro da cidade” e até cita o bairro de Realengo entre aqueles que mereceriam receber um Colégio Pedro II.

Figura 12 – Discussão sobre a expansão do CPII – Diário de Notícias⁶⁷ de 02/07/1961

Desanexação Das 3 Seções Agita o Colégio Pedro II

NESTES últimos dias, as duas unidades do Colégio Pedro II, estão sendo agitadas pela proposta de desanexação de suas 3 seções, apresentada por um grupo de catedráticos, e por um memorial de protesto que está correndo entre os novos professores da casa, apontados pelo sr. Afrânio Coutinho como incapazes, em sua grande maioria.

Segundo o prof. Coutinho, uma das razões para acabar com os anexos do colégio-padrão seria essa: os alunos nada estão aproveitando em seus estudos, ante a má qualidade das aulas ministradas. A reportagem do «Diário de Notícias», a propósito, ouviu, ontem, alguns professores catedráticos do estabelecimento.

FUNCIONAM BEM

— Foi contra a proposta de desanexação — explicou o professor Paulo Rômulo, catedrático de Francês — porque as três seções do Pedro II estão funcionando magnificamente. Eu mesmo estou trabalhando numa delas — a da zona sul — e conheço o funcionamento

das outras. Por esta razão, sou favorável a que elas continuem como parte do colégio. Nada mais posso adiantar porque a matéria está em discussão na congregação. Quanto ao memorial dos novos professores, desconheço-o.

FAVORÁVEL AOS ANEXOS

O professor Cândido Jucá, Filho, diretor do Externo e catedrático de Português, declarou-nos que essa história de dizer que o gigantismo do Pedro II vem prejudicando a finalidade do Colégio é puro sofisma, porque as seções estão funcionando bem: 10 mil alunos não são gigantismo nenhum. Que deveríamos, então, pensar dos colégios norte-americanos e outros que têm 20, 30 e até mesmo 40 mil alunos? Sou, sim, favorável à criação de novos anexos, na Penha, Realengo e em outros bairros distantes, para que sejam evitadas viagens longas de alunos que moram em localidades afastadas do centro da cidade. E não acabar com as que já existem, numa flagrante manifestação de violência, porque o Pedro II foi criado para a educação de gente pobre. Se fôssemos colégio de ricos não estaríamos por aqui e sim em Petrópolis ou em outra qualquer estância aprazível. O Pedro II, queram ou não, tem que continuar o seu destino: crescer sempre.

CONTRA MUTILAÇÕES

Dize mais ainda o prof. Jucá:

— Desta forma, sou contra quaisquer mutilações que se planejem para o Pedro II. Acha — e este é o grande problema — que devemos lutar para acabar com os 3 turnos. A grande solução para isto é, justamente, criar-se novos anexos para conter a avalanche de alunos, que cresce a cada ano. Aláís, o voto do professor Clóvis do Rêgo Monteiro, na que concerne à desanexação do Colégio, é quase o meu, melhor posto, é bem verdade. Diz ele que em relação de outras seções faz-se mister, e não acabar com as que possuímos, tendo em vista a crucial situação dos três turnos.

SABOTAGEM AO GOVERNO

— Considero ilegal o projeto dos meus colegas Haroldo Lisboa da Cunha, Roberto Acioli e Rocha Lima — acenham o professor Vamick Londeros da Nóbrega, catedrático de Latim — e crego, até, a supor que toda essa confusão tenha (Conclui na 3ª página)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁶⁸

A abertura de uma unidade do CPII em Realengo em 2004, a exemplo do que, de algum modo, previu o referido catedrático de Português contribuiu para que se iniciasse um movimento interinstitucional em favor da dissolução daquela que já seria considerada como bastante indigesta: a tradição elitista do Colégio.

O projeto, agora concreto, de levar o CPII para a zona oeste também ouviu seus detratores, segundo afirma aquele que, entre os funcionários do casa, foi o

⁶⁷ Informação disponibilizada pelo NUDOM em 27/03/2018, por ocasião da gravação da entrevista com a chefe da divisão de ensino da rede de unidades do CPII à época da criação da Unidade de Realengo.

⁶⁸ DESANEXAÇÃO das 3 Seções agita o Colégio Pedro II. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 2 jul. 1961. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&PagFis=15463&Pesq=anexos%20do%20colégio%20pedro%20ii> Acesso em: 05 abr. 2018.

responsável por negociar com o Movetec e avaliar as condições de execução de seu intento. Em resposta à pergunta “como reagiu a comunidade interna do Colégio à ideia da abertura de Realengo?”, o primeiro diretor-geral da nova unidade escolar afirmou:

“Mal, reagiu muito mal! Reagiu muito mal! É... Via de regra, as comunidades, os nichos, sociologicamente falando, são corporativos. Vem daí uma série de consequências, inclusive num patamar mundial [...] É... a ideia inicialmente veio, na ponta, ou na comunidade [...], veio como alguma coisa que iria reduzir os direitos daqueles que já estavam aqui, fundamentalmente falando em termos de número de professores, técnicos e divisão de custeio, orçamento. Tá? Então, inicialmente, o entendimento não fora adequado ao projeto do administrador.” (Entrevista com o Sr. Amaury, diretor-geral do CPII de Realengo, gravada em 24/10/2017)

Assim é que cinquenta e seis anos depois da declaração dada por Jucá Filho, um outro sujeito entrevistado para esta dissertação, igualmente diretor de unidade do CPII, pronuncia-se de modo favorável e com argumentos semelhantes aos de seu Colega não apenas à expansão física da escola, como também à flexibilização de seus critérios de seleção discente:

“o Pedro II era uma escola que, no seu concurso para a seleção de novos alunos, não tinha cota. É uma escola pública de qualidade, então acabava sendo muito elitizada. As pessoas de menor poder aquisitivo não tinham condição de pagar cursinho, de ter uma preparação melhor e tal pra passar nesse concurso. Então, eu acho que aqui a gente recebeu aluno, aquele que, de fato, necessitava mais da escola pública do que o Pedro II normalmente recebia nas outras [...] unidades.” (Entrevista com o Sr. Sebastião, diretor-adjunto do CPII de Realengo, gravada em 04/10/2017)

O concurso a que se refere o entrevistado mencionado acima, sendo a regra máxima para o acesso ao CPII, quando organizado para povoar a unidade de Realengo, vale ressaltar, representa um importante marco no perímetro da tentativa de se requalificar o lastro da instituição, na medida em que não seguiu a mesma sistemática adotada para o concurso voltado para as demais unidades da rede. Além de um modo diferente de avaliar os candidatos, o primeiro concurso para Realengo não foi realizado no período habitual, entre outubro e novembro do ano anterior, mas quase que às vésperas do início do primeiro ano letivo de Realengo. Esse é o tema da última parte deste capítulo.

2.2.1. O primeiro concurso para Realengo e a ressignificação de uma tradição

Os códigos comportamentais referentes ao estabelecimento do CII de Realengo apontam para uma condescendência, uma atitude de compreensão no que toca a algum interesse. Tal condescendência reside no modelo de seleção adotado para formar o corpo docente de primeira hora que, conforme Halac (2010?), à ocasião, optou-se pela realização de um certame extemporâneo e especial, composto unicamente de questões de múltipla escolha, sem o mesmo grau de dificuldade das questões discursivas. Além disso, o certame é balizado por uma média de corte menor do que aquela que é praticada nos certames tradicionais. O que essa condescendência significa?

Uma das entrevistadas para este trabalho, estando à frente da divisão de ensino do Colégio, explica que a tal média de corte menor ainda é rebaixada quando da correção das provas, no momento em que os corretores notam que o número mínimo para o preenchimento de vagas não chega a ser atingido. Ainda se explicita a adoção de um sistema de reserva de vagas, que até então não era praticado na instituição. Cite-se:

“[o] exame de admissão [foi] realizado nos primeiros dias de abril e [...] só constou de uma prova de Português e uma prova de Matemática, provas bem objetivas, de correção rápida, né, e com questões bem, bem fáceis, porque o número de candidatos foi muito pequeno. Nós tínhamos a possibilidade, quer dizer, eram 6 turmas de 35 [estudantes], então nós poderíamos oferecer 210 vagas. E, se não me falha a memória, nós não chegamos a ter 200 candidatos inscritos. [...] Então era praticamente pra aprovar todos. [...] [Na] época eu [...] solicitei [...] [tanto] ao chefe de departamento de Língua Portuguesa quanto ao chefe de departamento de Matemática que formulassem as questões bem simples, bem fáceis, porque o objetivo era aprovar os candidatos. Nós, inclusive, baixamos a média, nós chegamos a admitir com menos do que 4, com 3,5, aproveitando praticamente quase todo mundo. Eu sei que ingressaram, se não me falha a memória, 194 alunos. Quer dizer, ficamos com algumas vagas ociosas e... e também sempre com aquele critério: 50% das vagas pra alunos de rede pública, se não preenchesse todo com rede pública, aí completava com o outro grupo.” (Entrevista com a Sra. Irene, chefe da divisão de ensino⁶⁹ do CII, gravada em 27/03/2018)

⁶⁹ De acordo com o organograma institucional da época em que a Unidade Realengo foi implantada, essa função de chefe da divisão de ensino atingia — como ainda hoje atinge, mas em um patamar diferenciado — todas as unidades da rede do CII, sendo considerada como a função mais importante abaixo da do Diretor-Geral, função essa que após a equiparação do CII aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia voltou a ser identificada pelo termo “Reitor” (cf. Portaria nº 1316, de 05/11/2012. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ocolegio/estatuto/Estatuto_Publicado.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.)

A esse estudo interessa a análise dos sujeitos empíricos no interior de uma dinâmica inter-relacional não consciente e que adentraram aos muros daquela instituição imperial. Nos meandros dessa dinâmica, portanto, é possível supor que a condescendência que norteia esses sujeitos esteja fundada em uma situação de regateio, de troca econômica baseada no uso da língua. Destarte, conforme Bourdieu (2003),

o discurso que produzimos [...] é uma “resultante” da competência do locutor e do mercado no qual se apresenta o seu discurso; o discurso depende numa medida [...] das condições de recepção. Toda a situação linguística funciona como um mercado no qual o locutor coloca os seus produtos e o produto que produz para esse mercado depende da antecipação que ele tem dos preços que os seus produtos vão receber. [...] Toda a situação linguística funciona como um mercado no qual se troca alguma coisa. Estas coisas são evidentemente palavras, mas estas palavras não são feitas só para serem compreendidas; a relação de comunicação não é uma simples relação de comunicação, é também uma relação econômica em que se joga o valor daquele que fala. (p. 104-105)

Posto que o discurso projetivo dos moradores da zona oeste encontra ressonância no discurso reprogramador do CPII, pode-se inferir que esses discursos entremeados concorram para o assentamento da sobredita situação de regateio e o questionamento das regras até então vigentes.

Em outras palavras, no decurso do entrelaçamento desses discursos estabelece-se uma negociação de ordem tácita, fonte de uma condescendência, que termina por alavancar e irisar o soerguimento da Unidade Realengo e que segundo Bourdieu (2003) refere-se a exceções autorizadas, equivalentes ao “discurso professoral comum”. E se no fragmento a seguir, tomando-se “emissor” por “CPII, com a força de sua tradição” e “receptor” por “comunidade de Realengo e o afã de obter uma escola de prestígio”, é fato que a condescendência levada a cabo pelo concurso traz de volta um CPII ressignificado: a possibilidade, por exemplo, de ter estudantes com 56 anos cursando a 1ª Série do Ensino Médio e que adentraram as portas do colégio por meio de um concurso bastante diferente daqueles que até então vinham sendo realizados.

para que o discurso professoral comum, enunciado e recebido como óbvio, funcione, é necessário que exista uma relação autoridade-crença, uma relação entre um emissor autorizado e um receptor pronto a receber o que é dito, a crer que aquilo que é dito merece ser dito. É necessário que um receptor pronto a receber seja produzido. [...] [A] comunicação em

situação de autoridade pedagógica supõe emissores legítimos, uma situação legítima, uma linguagem legítima. (BOURDIEU, 2003, p. 109)

Presume-se que esse fato, inclusive a partir de sua efetivação, passe a constituir parte do âmago da identidade histórica específica do CPII de Realengo, na medida em que se observa o público contemplado pelo primeiro concurso de alunos para unidade de ensino em questão. Nas filigranas dos escritos de Halac (2010?), encontra-se o soquete para tamanha luminosidade: a faixa etária dos primeiros alunos. Tome-se de empréstimo o seu texto:

As turmas foram formadas de acordo com a semelhança de faixa etária dos alunos. Como o Concurso foi para o 3º turno tínhamos alunos de 14 anos a 56 anos. As turmas 3101 e 3102 eram constituídas de alunos de 14 a 16 anos, as turmas 3103, 3104, 3015 com aqueles entre 17 e 21 anos e a turma 3106 com alunos acima de 21 anos. Foi um trabalho árduo concatenar no mesmo espaço físico de um curso noturno um grupo tão heterogêneo e adequar o conteúdo programático a esta diversidade de alunos com diferentes estágios de saber e interesses pessoais. Mesmo assim, em benefício do futuro, foram as seis turmas tratadas como se estivessem no curso diurno de uma das demais Unidades do Colégio. (HALAC, 2010?, p. 46)

A condescendência concedida pelo CPII a Realengo, entretanto, foi abandonada já nos concursos subsequentes ao primeiro, dado que a democratização proposta não incluía a manutenção *ad eternum* de um tipo de concurso/seleção que pressuporia o fim de uma tradição que, em última instância, não se intentava eliminar.

Nesse caso, a situação autorizada que definiu a admissibilidade das primeiras três turmas do CPII da zona oeste fora derrubada pela imposição do modelo oficial de concurso de acesso de alunos, praticado por todas as demais unidades da rede escolar. E, nesse caso, se o padrão acima descrito deveria voltar a ser seguido, o ingresso de alunos à Unidade Realengo não poderia continuar a se pautar em uma exceção, sendo parte de um organismo que prioriza a homogeneidade e defende a manutenção de uma hierarquia hegemônica.

Mesmo que “o conhecimento das realidades [incline] ao realismo”, o CPII e a comunidade da zona oeste tornam-se cúmplices de “uma utopia perigosa” (BOURDIEU, 2003, p. 101; 112), isto é, instável, frágil, rúptil. O CPII, tanto quanto o papel do sociólogo na visão de Bourdieu (2003, p. 101), mostra-se apto a sustentar seus “dois papéis: por um lado o de desmancha-prazeres e, por outro, o de cúmplice da utopia”. À comunidade da zona oeste, se não o papel de “cúmplice da utopia”,

restou o dever de conformar-se com as condições impostas, tendo em vista a concretização de sua principal meta — a de ver funcionar um colégio dito de elite em seus arrabaldes, embora após aquele primeiro concurso de seleção do CPII seus aprovados não serem mais moradores das cercanias do colégio⁷⁰.

O Movetec, por sinal, expressou a sua resignação no que concerne à retomada do modelo oficial de concurso de acesso de alunos:

“É coisa natural, se tornou natural porque, realmente, hoje, a procura é muito maior, que é a única unidade que a procura bate, né, é aqui em Realengo. E a Zona Oeste ela necessita ainda mais. Se tivesse mais uma unidade na nossa região...” (Entrevista com o Sr. Ernesto, membro do Movetec, gravada em 24/03/2018)

Desta forma, acima de tudo, há que levar em conta que a rede de unidades do CPII tem um estatuto⁷¹ que é levado a cabo e se impõe. E, nesse caso, as formalidades desse estatuto definem as regras que norteiam as práticas pedagógicas e culturais que respondem por sua identificação na trama social que, conforme exposto, encontram-se acima de qualquer desejo de democratização.

A flagrante manutenção da organização estrutural e hierárquica do colégio — o secular colégio de elite — torna-se, então, a senha que torna homogênea a presença de sua tradição na formulação de documentos, na definição de práticas políticas e pedagógicas, e também na regulação de seus ritos cotidianos, inclusive na unidade de Realengo.

À luz de Faria Filho (1998a), sopesa-se que o desbaratamento da situação de regateio que marca a criação do CPII de Realengo funciona como uma estratégia de equiparação da nova unidade à trama social formada pelo bloco de unidades da rede que passa a integrar. Em outras palavras, o desmonte do que se pode chamar por mercado linguístico de condescendência atende à necessária guarda do princípio de igualdade que deve prevalecer entre as unidades de ensino do CPII.

⁷⁰ Cabem aqui algumas questões que, a despeito de não serem respondidas nesta dissertação, intrigam: terá sido a luta do Movetec em vão, visto que a maioria de seus descendentes não está usufruindo da aura do CPII? Por que esse público não se encontra matriculado no CPII? Onde estudam?

⁷¹ Pelo Decreto-Lei nº 245, de 28 de fevereiro de 1967, o CPII foi transformado em uma Autarquia Federal, condição essa que lhe permite gozar de plena autonomia no que se refere à sua organização administrativa, o que inclui seu patrimônio e sua receita, além de todo o seu arcabouço didático-pedagógico (cf. Decreto-Lei disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-245-28-fevereiro-1967-376135-norma-pe.html>>. Acesso em: 10 jun. 2018). Em 1988, o segundo parágrafo do artigo 242 da Constituição Federal cita textualmente o CPII, reafirmando-o como parte da órbita federal e mantendo, portanto, sua condição e autoridade autárquicas.

CAPÍTULO 3
O CPII DE REALENGO: A REPRESENTAÇÃO DE UMA COMUNIDADE IMAGINADA

Uma vez estudados os aspectos geográficos e históricos que enleiam as impulsões sociais e políticas vinculadas ao processo de implantação do CPII em Realengo, toma-se como pertinente discutir a apropriação dos espaços escolares por parte de seus atores — moradores, estudantes e funcionários — e, desse modo, analisar de que maneira a identidade histórica da referida instituição afeta Realengo.

É forçoso constatar que embora o problema apresentado acima esteja devidamente avalizado por sua ampla representatividade no âmbito da história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004; 2005; 2007), o escorchar da empiria revelou um terreno fértil à averiguação efetiva dos elementos de base material oferecidos pelo cabedal histórico do CPII de Realengo.

Nessa medida, diante da voga do *espaço* como categoria de análise para a História da Educação (ESCOLANO, 2000; FARIA FILHO, 1998b; WERLE, BRITTO, COLAU, 2007), notou-se que na cena preambular do CPII de Realengo os atores escolares dispuseram de dois endereços provisórios distintos — o prédio da Escola Municipal Gil Vicente em Realengo e as dependências de um dos centros de convivência da Paróquia de São José de Magalhães Bastos — antes de se estabelecerem em seu endereço definitivo — as instalações da FCE convertidas em colégio. A propósito, esse aspecto é considerado como fundamental para a análise sobre o processo de construção do sentimento de pertencimento por parte de parcela dos moradores do bairro que, a partir do resgate do terreno da fábrica abandonada e sua transformação em um colégio tradicional, sentiram-se mais *estabelecidos* e menos *outsiders* (ELIAS, 2010 [1994]).

Nesse caso, em se considerando o CPII de Realengo como uma fabricação histórica e social (RODRÍGUEZ, 2008; VIDAL, FARIA FILHO, 2000) e, portanto, como um espaço de relações (ELIAS, 1994; 2008), este terceiro e último capítulo divide-se em três partes, organizadas da seguinte forma: a) breves considerações a respeito dos conceitos de espaço (CERTEAU, 2014 [1990]) e de identidade (DUBAR, 1997 [1991]); b) decupagem dos endereços do CPII de Realengo a partir das entrevistas gravadas e estudo do assenhoreamento dessas bases materiais por parte de seus atores; c) reflexão sobre o sentimento de pertencimento que emana do uso dos sobreditos espaços a fim de, então, analisar, à luz do conceito de comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1983]), o modo através do qual parte dos moradores de Realengo incorpora à sua identidade (DUBAR, 1997 [1991]) esse novo sentimento de pertencimento.

3.1- Reforçando os pilares e retocando as tintas

Na filigrana deste trabalho, as inter-relações (ELIAS, 1994; 2008), as identidades (DUBAR, 1997 [1991]) e o sentimento de pertencimento são concebidos como fabricações que se materializam por meio de simetrias, assimetrias, consensos e tensões, uma vez que provêm do processo de socialização, processo esse que encerra e aglutina processos de natureza relacional e biográfica. Desse modo, cumpre pensar os espaços aqui contemplados — bairro, escola e fábrica — na sua relação entre si e com os indivíduos — parcela de moradores/militantes e funcionários do CPII — envolvidos nesta história.

Portanto, no exame de códigos de comportamento dos atores do relato preambular do CPII de Realengo — parte dos moradores do referido bairro e membros do Movetec, os funcionários do colégio, os estudantes de primeira hora, os agentes da SME-RJ e os componentes da comunidade eclesial da zona oeste — cada qual na sua função, mas em um mesmo compasso/descompasso, mobiliza o entendimento de Certeau (2013 [1994]) com relação à noção de bairro, consoante o fragmento que se segue:

[o] bairro surge como o domínio onde a relação espaço/tempo é a mais favorável para um usuário que deseja deslocar-se por ele *a pé saindo de sua casa*. Por conseguinte, é o pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma *caminhada*, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência. [...] O bairro é uma noção dinâmica, que necessita de uma progressiva aprendizagem, que vai progredindo mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma apropriação. [...] Pelo fato do seu uso habitual, o bairro pode ser considerado como a privatização progressiva do espaço público. [grifos do autor] (p. 41-42)

A manifestação de cariz enérgico e resolutivo que emerge dessa noção de bairro conduz à seguinte interpretação, em sentido amplo, a respeito da Unidade Realengo enquanto instituição: se todos os atores envolvidos em seu processo de implantação, cada qual ao seu modo e com suas contribuições, engendrou o *seu* bairro de Realengo⁷², esse encontro de contribuições transformou a caçula das unidades do CPII em uma região, conforme se pode constatar no entendimento de

⁷² O segundo endereço ocupado pelo CPII está situado em um logradouro identificado sob um código postal pertencente ao bairro de Magalhães Bastos. Entretanto, pode-se dizer que sua localização pertence à zona fronteira entre esse bairro e aquele em que hoje está assentada a Unidade Realengo.

Miller e Johnson-Laird (apud CERTEAU, 2014 [1990], p. 194): uma região designa “um encontro entre programas de ação. A *região* vem a ser portanto o espaço criado por uma interação. [...] E [...] a determinação de um espaço é [...] relativa a um processo *interlocutório*” [grifos nossos], processo esse que é marcado tanto por consensos quanto por tensões, o que constitui um aspecto do qual não se pode passar ao largo, haja vista que em Realengo há moradores que se encontram do “outro lado dos trilhos”.

Assim, se a Unidade de Realengo está para o que se considera como uma região, porquanto resulta do intercruzamento de interlocuções advindas de, pelo menos, cinco grupos⁷³ de atores, a textualidade de sua matriz institucional pode ser assimilada como um espaço de relações, posto que “sua estrutura não é outra coisa senão a das relações *entre* as diferentes” (ELIAS, 1994, p. 25) [grifo do autor] personagens, cujo percurso interlocutório a conduziu a bom termo.

Por outras palavras, não há como elucubrar sobre o espaço institucional da Unidade Realengo e ignorar que esse espaço foi constituído no decurso tomado pelo somatório das ações interdependentes de cada um dos atores individuais ligados à essa nova parcela da rede de unidades do CPII (ELIAS, 2008).

O sentimento de pertencimento que emerge dos relatos desse espaço de relações — que em se tratando do CPII tem a ver com o que sua identidade social (POLLAK, 1992) encrustou na memória coletiva (LE GOFF, 2013 [1977]) dos atores de Realengo — denota, portanto, um desejo de singularidade, de acordo com o que se aferiu no capítulo 2.

Com esse raciocínio, uma vez que se entende que um sentimento despertado por uma questão de memória coletiva é um estado de espírito partilhado por um grupo, torna-se possível nuançar a presença de um CPII em Realengo através da noção de comunidade imaginada, que fora elaborada por Anderson (2008 [1983]) no intuito de designar todos quantos forem os que tenham assimilado e exercitem uma ligação espiritual e, portanto, intangível acerca da identificação de seu grupo, comunidade ou nação. Essa noção, por ser atravessada pela materialidade das diferenças sociais, econômicas e espaciais determinadas por uma linha de trem, pressupõe o questionamento a respeito de quem — do conjunto dos moradores de Realengo —

⁷³ A saber: parte dos moradores e membros do Movetec, os funcionários do colégio, os estudantes de primeira hora, os agentes da SME-RJ e os componentes da comunidade eclesial da zona oeste.

redesenha seu pertencimento após a criação do CPII no bairro, aspecto esse a ser considerado neste capítulo.

3.2- Sob o signo do improviso: os endereços da Unidade Realengo

Para mapear e, portanto, dimensionar a dinâmica de utilização das bases materiais da Unidade Realengo, após concebê-la como um espaço de relações, conclama-se o pensamento de Chapoulie e Briand (apud WERLE, BRITTO, COLAU, 2007, p. 153), que se explicita no excerto abaixo:

A instituição se constitui de um conjunto de relações sociais, as quais se instauram a partir de uma base material. Sendo assim, a análise do funcionamento da instituição escolar, através dos seus aspectos materiais e administrativos, como também das práticas, dos interesses e das categorias de interpretação dos diversos grupos de agentes, é fundamental para explicar a evolução da escolarização.

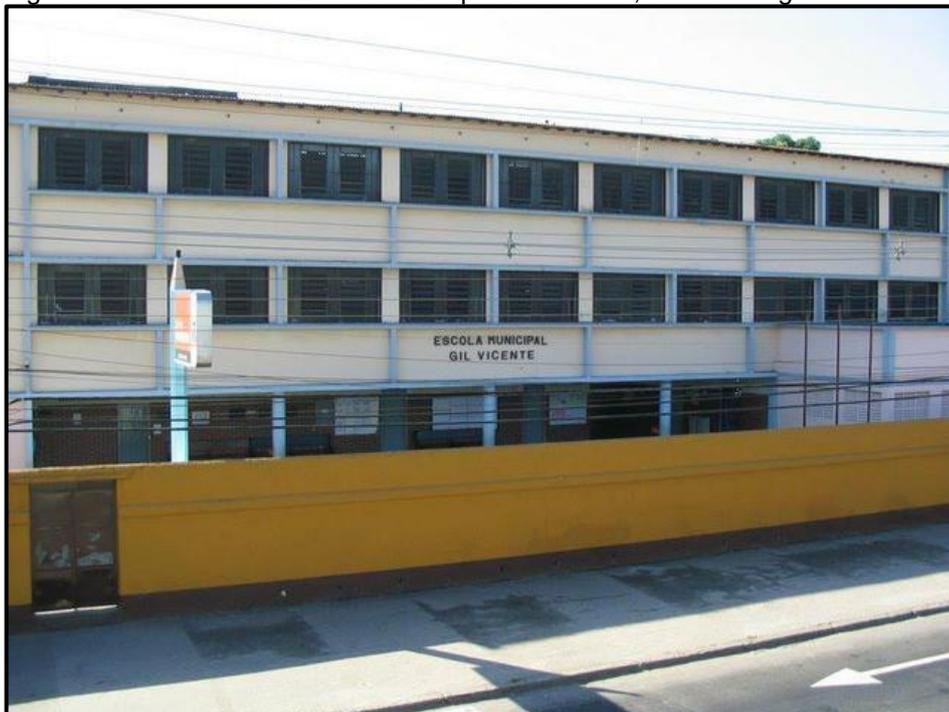
Neste nível, considerados os dois endereços provisórios do colégio — o prédio da Escola Municipal Gil Vicente e as dependências de um dos anexos de uma paróquia circunvizinha — e o endereço tomado como definitivo — a área 1 da FCE convertida em colégio —, partir-se-á das memórias (NORA, 1993; POLLAK, 1989, 1992) dos moradores/membros do Movetec, dos funcionários do CPII e dos estudantes das primeiras turmas de Realengo para, então, examinar a representação das apropriações (WERLE, BRITTO, COLAU, 2007) que configuram esses endereços, com seus limites e metáforas (ESCOLANO, 2000).

3.2.1. Entrando em cena com Gil Vicente

As atividades da então Unidade Experimental Realengo têm início no ano de 2004, no prédio da Escola Municipal Gil Vicente, por força de um convênio com a SME-RJ, de acordo com o que apresentou o capítulo 1. À época, a nova unidade do CPII funcionava somente no terceiro turno e contava com apenas seis turmas, de modo que não ocupava a totalidade das instalações da Escola Gil Vicente — um

prédio de estilo Caixote⁷⁴ (PIMENTEL, 2014), com um padrão de quatro pavimentos, doze salas de aula, pátio coberto e quadra de esportes, com o instrumental correlato básico (cf. figura 13).

Figura 13 – Fachada da Escola Municipal Gil Vicente, em Realengo



Fonte: Acervo do Apontador Busca Local Ltda⁷⁵.

Se entre os relatos de espaço sobre os tempos da Gil Vicente predomina uma atmosfera, de certa forma, alvissareira pelo início de um projeto pretensamente promissor, também são percebidas reminiscências de comportamentos desvelados, porém parcimoniosos, para com o êxito desse projeto. No grupo das lideranças institucionais que formataram a Unidade Realengo, nota-se que no quesito de investimentos o vetor de orientação foi o da adoção de soluções paliativas, haja vista a utilização de um prédio tomado por empréstimo, o que por si só já configurava uma

⁷⁴ De acordo com Pimentel (2014), a arquitetura Caixote data do final dos anos de 1960 e é um desdobramento do projeto de escola do tipo Bologna, de autoria do arquiteto Francisco Bologna, que vinha ser o diretor do Departamento de Prédios e Aparelhamento Escolar da SME-RJ. Com o estilo Bologna, dos anos de 1960 de Carlos Lacerda (1914-1977), as escolas do município do Rio assimilaram um sentido industrial, através da utilização de elementos pré-moldados. O estilo Caixote trouxe algumas adaptações ao estilo Bologna, tais como o acréscimo de um pavimento, mais duas salas de aula e o revestimento dos tijolos aparentes da fachada do prédio.

⁷⁵ Disponível em: <<https://imagesapt.apontador-assets.com/fit-in/640x480/5a680453a9ba48edb7d08cf39701c75a/escola-municipal-gil-vicente-.jpg>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

situação provisória. O trecho a seguir, de Halac (2010?), responde por essa constatação:

[...] ocupávamos todos nós o mesmo banheiro que foi reservado pela Diretora da Escola Municipal. Obtive junto ao então Diretor da Unidade Escolar Engenho Novo II [...], o empréstimo de três jogos de mesas e cadeiras. A [cita o nome da chefe da divisão de ensino da época] cedeu-me o seu próprio computador e o retroprojeter (nunca os devolvi), do mobiliário inservível do Prédio da Direção-Geral levei uma estante de metal (que depois de pintada ficou como nova) e da sala do Diretor-Geral obtive um antigo aparelho de telefax. Ali, em nove metros quadrados, funcionou por um ano letivo a Unidade Experimental Realengo. (p. 44) [grifos nossos]

Entretanto, em se confrontando a citação acima à entrevista do Sr. Sebastião, diretor-adjunto do CPII de Realengo, torna-se mais clara uma particularidade tão relevante quanto o fato de que parte do mobiliário da direção da Unidade Experimental tenha sido retirado do meio de peças descartadas e, aparentemente, sem serventia: o corpo diretor da nova unidade dava expediente em um espaço que outrora funcionara como um banheiro para a Escola Gil Vicente. Em atenção a um questionamento sobre as condições de trabalho no prédio municipal, o entrevistado afirma:

“[As condições de trabalho eram] muito ruins [, porque] a gente reformou um banheiro pra ser Direção, Secretaria, Supervisão e Orientação. As salas da escola municipal eram bem ruinzinhas, né? Tínhamos muito poucos funcionários. Na verdade, a gente usava até servente como inspetora... Um negócio assim, pra começar, mas as condições de trabalho eram muito ruins.” (Entrevista com o Sr. Sebastião, diretor-adjunto do CPII de Realengo, gravada em 04/10/2017)

É simbólico que o espaço de poder do CPII de Realengo — que nas demais unidades é identificado pela garbosa nomenclatura de “gabinete da direção” — tenha iniciado suas atividades em um local outrora destinado ao esgotamento de resíduos humanos. Nesse caso, se por um lado pode-se afirmar que o simbolismo está no ato de despojamento desses funcionários, despojamento esse que se alinha com a pretensão de se criar um CPII — uma escola pública — mais democrático, renovado pelo afastamento de sua condição elitista e, portanto, menos sisudo, por outro essa real situação do Colégio tanto suscita uma possível interrogação sobre o futuro da Unidade em Realengo, quanto reforça a ideia do modo como as políticas públicas são aqui encaminhadas.

Reforçando essas considerações, a chefe da divisão de ensino do Colégio, Sra. Irene, oferece um plano geral eficiente quanto à simplicidade das instalações da Gil Vicente, bem como permite que se pense a respeito das difíceis injunções federal/municipal que devem ter sido travadas:

“Bem difíceis, né, porque eram as salas, né, de uma escola municipal. O colégio, as instalações pra parte administrativa do colégio eram reduzidíssimas, é... foi um ano bastante, é... de sacrifício mesmo pros pioneiros, poucos funcionários administrativos, né, era um diretor, um adjunto, um funcionário, era uma coisa assim bastante de pioneirismo, né. Fomos desbravadores.” (Entrevista com a Sra. Irene, chefe da divisão de ensino do CPII, gravada em 27/03/2018)

Exatamente seis meses antes da Sra. Irene, o Sr. José, professor, endossasse as dificuldades encontradas na primeira base material da Unidade Realengo, mas não as desenha com tintas tão distintas com relação às outras unidades da rede:

“Era uma situação difícil, né? Porque você não tinha um espaço próprio pros professores, pra direção, as salas eram salas modestas, calor, não tinham ar condicionado, mas eram condições, digamos, que não diferiam muito do que eu encontrava, por exemplo, em São Cristóvão, porque vivíamos um período não muito bom pro Colégio. Ficamos 8 anos com verbas congeladas, salário congelado, então não era uma coisa tão diferente do que era São Cristóvão em que havia também toda uma demanda por melhores condições de trabalho. Então, não eram iguais, mas também não eram tão discrepantes assim.” (Entrevista com o Sr. José, professor regente, gravada em 27/09/2017)

Já o então estudante Robson assinala que no espaço constituído para o CPII na Gil Vicente a dimensão dos problemas de ordem material coadunava-se com a dos problemas de ordem pedagógica. Inclusive, torna explícitos conflitos internos do próprio CPII, na medida em que expõe suas diferenças: “professores que não queriam estar ali” e “em relação aos professores, a gente poderia separar o joio do trigo”.

Assim, o estudante, que decidira prestar concurso para o CPII em função da qualidade que emanava da aura imanente do CPII, pondera que quando tomou parte desse CPII (re)democratizado no espaço da Escola Gil Vicente encontrou um arcabouço de algum modo alheado daquilo que considerava como iminente bem-conceituado em termos de trabalho pedagógico.

“Em relação aos professores, a gente poderia separar joio do trigo. Tinham professores que queriam estar ali, que queriam passar isso pra gente, essa oportunidade, e tinham professores que não queriam estar ali, estavam obrigados. E as condições eram as piores possíveis. Eram aulas à noite num

colégio que era próximo de uma favela, então sempre era perigoso, a iluminação na rua era precária, a iluminação no colégio deixava a desejar, ventiladores que ou estavam quebrados ou faziam barulho absurdo dentro da sala de aula e você não conseguia ouvir a voz do professor, você era obrigado a desligar e morrer de calor, cadeiras antigas, quadro de giz, com material faltando, um típico problema que professores e alunos passam em escolas públicas do município. Então, não saía muito do padrão ruim que a gente tem hoje, né?” (Entrevista com Robson, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/01/2018)

O somatório de problemas decorrentes do uso desse espaço improvisado na Gil Vicente, conseqüentemente, trouxe interferências para o processo interlocutório com os funcionários da SME-RJ lotados na referida unidade de ensino. Essas interferências, além da opção da SME pela descontinuidade do convênio com o CPII, marcaram o fim do comodato da Unidade de Realengo com a escola municipal em questão. A esse respeito, tomem-se, à título de ilustração, as falas do Sr. Roberto, o responsável pela coordenação da disciplina do CPII de Realengo de primeira hora:

“[...] nós tínhamos que esperar sair os alunos, pra poder desocupar as salas. Aí havia um certo embate, [...] as pessoas que trabalhavam no Gil Vicente, eles, né, assim, a princípio [...] ficaram satisfeitos quando nós entramos, mas depois aí começou aquele conflito de espaço, aí havia aquele, aquele *climazinho* de [...] insatisfação da parte deles e da nossa parte também [...]” [grifo nosso] (Entrevista com o Sr. Roberto, bedel, gravada em 13/09/2017)

Portanto, é fato que além das possíveis tensões entre o poder federal e municipal, esse momento da implantação do Colégio em Realengo também esteve sujeito aos quiproquós diários devido à convivência dos professores da Gil Vicente e do CPII, que durante os oito meses em que conviveram sob o mesmo teto. Quem diria!

Como se não bastasse ter chegado a uma freguesia de fora (MATTOS, 1987) em um espaço claudicante e periculoso, a estreia do CPII em Realengo através de um prédio pertencente à esfera municipal — considerado menos e até mais depauperado, ainda que equivocadamente, que os prédios das demais unidades da rede — representa realmente a perda de sua aura, por sua queda, provavelmente, no ralo de um banheiro da terra dos homens — nesse caso, a zona oeste, antigo *sertão carioca*, onde vive um significativo coeficiente de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Partindo dessa leitura, cabe uma indagação: teria o CPII, em Realengo, tomado a “barca do inferno⁷⁶” de Gil Vicente?

⁷⁶ Referência ao título da obra *O Auto da Barca do Inferno* (1531), de Gil Vicente (1465-1536) — poeta e dramaturgo português. Trata-se de uma peça teatral de temática religiosa com um tom de moralidade,

Contudo, pode-se afirmar que se o uso da Gil Vicente ainda representa um aceno eficaz com os propósitos de Lula que, recém-chegado à Presidência, pretendia levar a escola básica justamente para perto de quem dela precisa — a periferia —, é pertinente assinalar o modo em que se encontrava o sentimento de conquista/vitória do grupo de moradores que lutou pela implantação do Colégio no bairro.

3.2.2. Por entre poças, goteiras e carolas: as memórias do *quintal do padre*

Segundo relatou o Professor José, para quem trabalhou na Unidade Realengo de primeira hora, o momento “mais difícil foi quando [eles saíram] do Gil Vicente”. Se a precariedade das instalações da escola municipal registrou rebatimentos negativos para o aproveitamento dos conteúdos programáticos, pode-se afirmar que esse quadro se agravou quando a unidade, para não fechar as portas, acordou com o padre de uma paróquia circunvizinha o empréstimo, pelo ano de 2005, das instalações de um de seus centros de atividades comunitárias.

Na sequência de sua entrevista, José é categórico quanto às péssimas condições de trabalho de que dispunha:

“As condições de trabalho caíram. As salas foram construídas em 2 meses, num período de férias, de um ano pro outro. Era precário, um calor insuportável. Havia momentos em que eu paralisava e falava: ‘não há condições de dar aula aqui’. [...] Nós tínhamos ventiladores horríveis, que faziam um barulho terrível, [os] chamados tufões e que não davam conta e às vezes as aulas tinham que ser interrompidas, sim, porque as condições não eram nada favoráveis.” (Entrevista com o Sr. José, professor regente, gravada em 27/09/2017)

A visão de Ronaldo, ex-aluno, corroborou com a de seu professor:

“[...] o professor [*diz o nome do então diretor do CPII de Realengo*] construiu com tijolo, com chapisco na parede, umas saletas, [...] quatro salas de aula mais uma salinha [...] pra ficar os professores e... direção, parte administrativa [...]. As salas eram muito [...] precárias. Tinham [...] paredes divisórias [com] folhas de compensado [...]. Quando chovia, chovia mais dentro do que fora. [...] [Também] tinha um rapaz [...] que [...] molhava o telhado [...] pra ver se diminuía a temperatura dentro da sala, que era [...] alucinante [...]” (Entrevista com Ronaldo, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/12/2017)

através da qual personagens alegóricos, tais como o Anjo e o Diabo, dentre outros, representativos de várias classes sociais, discutem as recompensas e os castigos pelos atos realizados na vida terrena (MIRANDA, 2002).

A Sra. Irene e o Sr. Sebastião, na condição de dirigentes, acrescentam algumas ponderações que permitem avançar tanto no que fundamentam as intercorrências no âmbito da consolidação institucional, quanto propriamente na descrição do espaço que preferiam chamar por Capelinha⁷⁷:

“[...] não era nada luxuoso porque [era] um prédio que tinha sido construído com recursos que o padre recebeu do governo da Irlanda, inclusive [era] pintado com as cores da bandeira da Irlanda, verde e laranja, bem feio. [Havia] [...] sala dos professores e gabinete de diretor tudo era uma área bem [...] acanhadinha, um espaço bem pequeno, mas [...] a gente foi grato pra sempre [ao padre], né?” (Entrevista com a Sra. Irene, chefe da divisão de ensino do CPII, gravada em 27/03/2018)

“E como nós estávamos [...] com medo de a escola acabar, porque [...] o César Maia rompeu o convênio com a gente e já estava reeleito... [...] Porque a gente sentiu, assim, que a escola foi muito bem recebida aqui e a gente tinha que botar mais alunos pra dificultar o término [da Unidade] e a comunidade continuar tendo tempo pra lutar pela doação do terreno [da FCE]. [...] Agora, as condições conseguiam ser piores do que as da escola municipal! Porque a gente construiu, o Padre João emprestou a área lá: ‘você podem construir, tem que me devolver daqui a um ano, que eu vou construir uma igreja’, e aí a gente fez um monte de barracos. Eram barracos mesmo, muita lama, chuva na sala, barulho, bicho dentro da sala, tinha de tudo!” (Entrevista com o Sr. Sebastião, diretor-adjunto do CPII de Realengo, gravada em 04/10/2017)

Com efeito, a ocupação apressada do *quintal do padre*, como metaforicamente (ESCOLANO, 2000) o supradito centro comunitário era chamado pelos estudantes, justificava não somente seu aspecto mambembe, como também embasava as disrupções observadas no uso do tempo escolar. Afinal, não se tratava formalmente de um espaço escolar, conforme, pelo menos, era o da Escola Municipal Gil Vicente. E desse espaço, cuja finalidade primeva indicava a realização de atividades religiosas, dimanou a ingerência espontânea de atores ligados a essas atividades, que agiam como que alheios às especificidades relativas ao fracionamento do tempo e do espaço escolares (FARIA FILHO; VIDAL, 2000).

Nesse sentido, declarou o Sr. Roberto, o bedel:

“foi gerando uns certos [conflitos] devido ao espaço, porque [...] nós [fomos], querendo ou não, [...] tomando o espaço, né? [...] me lembro até às vezes, dia de sábado, ter que tirar uma turma pra deixar dar aula [...] de catolicismo⁷⁸ pra três, quatro [alunos]. E [...] depois que [...] não tinha água

⁷⁷ Referência ao nome do sub-bairro de Magalhães Bastos (SILVA, R., 2017), onde se estabeleceu o CPII de Realengo pelo ano de 2005.

⁷⁸ Supõe-se que o depoente esteja se referindo às reuniões para o ensino da doutrina católica, reuniões essas que são designadas pelo termo “catecismo”.

gelada, a gente usava a geladeira [deles], aí, depois [...] cortaram a geladeira, nós não podíamos usar [mais] [...] no calor [...] infernal de quase 40 graus, [...] os [...] [alunos] [...] reclamavam, quer dizer, era uma coisa difícil de [...] se trabalhar.” (Entrevista com o Sr. Roberto, bedel, gravada em 13/09/2017)

A então estudante Larissa referendou o posicionamento do bedel:

“E em frente ao colégio tinha uma igreja [e] [...] acho que [...] toda sexta-feira tinha muito barulho, então a gente tinha que escolher: ou ficar com calor, ou não escutar a aula; porque se a gente deixasse a janela aberta ficava um batuque, um pessoal gritando, não dava pra prestar atenção na aula, então tinha que ficar com a janela fechada.” (Entrevista com Larissa, ex-aluna do CPlI de Realengo, gravada em 11/09/2017)

Com Halac (2010?), arremata-se essa problemática:

Durante o dia o local recebia dezenas de pessoas em busca de auxílios que eram prestados pelo Centro e mensalmente na última sexta-feira, às 8 horas e trinta minutos, era realizada uma missa comunitária em uma das salas que ocupávamos. As aulas tinham que ser suspensas neste dia. A convivência com as atividades do Centro Comunitário era complicada à medida que o local servia para uma série de eventos da Paróquia, desde a assistência aos desvalidos, passando por festas e até concentração de pessoas para procissões. (p. 54)

Acrescente-se ainda que à medida que a precariedade do *quintal do padre* impunha dificuldades ao desenvolvimento do trabalho escolar — como desviar de goteiras ou fechar as janelas para ouvir melhor o professor, por exemplo —, esses entraves mobilizaram códigos de comportamento que propiciaram o estreitamento de laços interlocutórios, criando regiões de intencionalidade (MILLER; JOHNSON-LAIRD apud CERTEAU, 2014 [1990]) dentro e fora da escola.

Assim estima Halac (2010?), acerca da qualidade das relações discentes:

Defronte ao Centro Cultural havia uma praça, antes vista com reservas pela comunidade local devido a uma frequência não desejada pelos moradores. Após a instalação da Unidade, como que por encanto os frequentadores não desejados sumiram, talvez por ação da vigilância informal que predominava naquela região. Nenhum registro de violência foi realizado durante o período em que lá estivemos. Nenhum furto, nenhuma agressão, nada..., uma tranquilidade! Após os turnos de aulas a pracinha recebia os nossos alunos uniformizados que coalhavam o espaço com suas blusas brancas. Era o *point* dos alunos. Lá discretamente namoravam, jogavam futebol, lanchavam, socializavam-se. Todos juntos e com harmonia, em uma situação muito diferente da que reinava nas comunidades carentes em que residiam e não podiam se visitar ou se relacionar. Bendito Colégio que uniu *inimigos* que assim se consideravam por absoluta falta de se conhecerem. (p. 54-55) [Grifos do autor]

O ex-aluno Ronaldo encorpou a assertiva sobre o funcionamento satisfatório das engrenagens de alteridade e de construção social recíproca:

“Lá eu conheci uma namorada, lá na Capelinha, nos primeiros dias de aula, quando a vi a primeira vez, a [cita o nome da moça], que hoje é professora aqui...” (Entrevista com Ronaldo, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/12/2017).

Pelo exposto, há que se refletir que se o deslocamento e as impulsões dos usuários no interior de um espaço têm incidência por sobre sua conformação física (CERTEAU, 2014 [1990]), o espaço físico que se forma pode igualmente devolver aos usuários notações importantes a respeito de seu uso.

Figura 14 – Capela de N. Sra. Estrela da Evangelização e São João Paulo II (2016)



Em 2005, este espaço abrigou o CPII de Realengo nas condições descritas pelos depoentes aqui citados.

Capela finalizada após a saída do CPII do local.

Fonte: Aplicativo Google Maps⁷⁹

No caso específico da Capelinha (cf. figura 14), é flagrante e muito significativa a coautoria registrada entre o espaço e seus usuários no que se refere à escrita da história do CPII de Realengo. Aqui, o espaço tanto se fazia ver — e, portanto, soerguer — pelos novos usos que lhe eram atribuídos, quanto ditava aos seus novos usuários o ritmo de suas atividades, baseando-se em suas atividades primárias.

Nessa coautoria absolutamente dissonante para a textualidade espacial, as *carolas* mostraram que a propriedade do *quintal do padre* era mesmo indivisível e que, independentemente do tempo do empréstimo pelo vigário, logo seria a hora de o CPII partir dali.

⁷⁹ Disponível em: < https://www.google.com.br/maps/@-22.877624,-43.414519,3a,75y,111.13h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1sm4uJzGPWzIVDNYCROjzb7Q!2e0!6s%2F%2Fgeo1.ggpht.com%2Fcbk%3Fpanoid%3Dm4uJzGPWzIVDNYCROjzb7Q%26output%3Dthumbnail%26cb_client%3Dsearch.TACTILE.gps%26thumb%3D2%26w%3D86%26h%3D86%26yaw%3D111.128975%26pitch%3D0%26thumbfov%3D100!7i13312!8i6656>. Acesso em 24 jun. 2018.

3.2.3. A nova caserna dos Soldados da Ciência e um novo CPII para o Rio de Janeiro

Ao final do ano letivo de 2005, os esforços dos funcionários pioneiros de Realengo voltaram-se para a transferência da unidade para o espaço conquistado da antiga fábrica de cartuchos, onde, além de espessa vegetação, restavam apenas as paredes no desenho dos pavilhões e suas respectivas fachadas⁸⁰. Os quase trinta anos de abandono vilipendiaram severamente as instalações como um todo, dificultando o trabalho dos empreiteiros e conseqüentemente o processo de reforma, que contou com poucos recursos internos e não pôde se prolongar por muito mais de dois meses e meio.

Tal foi o panorama que apresentaram os depoimentos de Sebastião e Irene, que até se põem de acordo quando se trata da celeridade com que se precisou agir para adentrar o terreno da fábrica, bem como quanto à precariedade e, portanto, à ineficiência das soluções tomadas; mas divergem sensivelmente quando são convidados a detalhar a estrutura e o funcionamento do novo e definitivo endereço da Unidade Realengo:

“Bom, ainda que o primeiro pavilhão também fosse um pavilhão, vamos dizer, quase que improvisado, porque foi [...] foi uma coisa feita num tempo recorde, [...] foi a semana seguinte ao Natal até o início do mês de março, quer dizer, em menos de três meses se conseguiu. [...] [Isso] permitiu, inclusive, que o colégio passasse a funcionar nos 3 turnos, [pois] eram 6 salas de aula que eram ocupadas plenamente nos 3 turnos.” (Entrevista com a Sra. Irene, chefe da divisão de ensino do CPII, gravada em 27/03/2018)

“A gente reformou umas ruínas, [...] botamos aí 8 salas de aula, uma biblioteca — passamos a ter até biblioteca —, uma sala de professores e uma sala onde era a Secretaria, SESOP e Direção. O resto era mato. Esse pedaço era fechado, os alunos não tinham acesso ao mato atrás... Então, as condições físicas ainda eram bem ruins.” (Entrevista com o Sr. Sebastião, diretor-adjunto do CPII de Realengo, gravada em 04/10/2017)

Ainda em 2006, eram muito insatisfatórias as condições de trabalho e estudo, conforme assegura a sequência do relato do Sr. Sebastião, sequência essa que uma vez mais permite evidenciar que a combinação de medidas açodadas à inclemência das intempéries interferiu pontual e especificamente no fracionamento do tempo e do espaço típico de uma instituição escolar (FARIA FILHO; VIDAL, 2000):

⁸⁰ Não foi possível ter acesso às fotografias tiradas pelos empreiteiros no acervo do NUDOM. Essa pode ser a motivação necessária para se retomar o assunto em um novo texto para um trabalho futuro.

“Botamos telhas [...] [ecológicas] [...], que eram ecológicas mesmo porque chovia na sala. O aluno abria guarda-chuva na sala, durante a aula de Física; o som de uma sala atrapalhava a outra; no verão, o professor [*cita o nome do docente*], de Física, trouxe um termômetro e aferiu 51 graus dentro da sala [...]; e tinha gente que começava a passar mal. Teve dias que às 4 da tarde eu suspendia as aulas, não tinha mais condições de trabalho. Era aluno passando mal, era professor passando mal... O que tinha na sala era um ventilador em cima do quadro e se ligasse, também, ninguém escutava o que o professor estava falando. Então, assim, as condições eram ainda bem precárias, muito precárias mesmo!” (Entrevista com o Sr. Sebastião, diretor-adjunto do CPIL de Realengo, gravada em 04/10/2017)

José incrementou a problemática da precariedade, mas destacou, da mesma forma que fez Irene, o sentido da incursão do CPIL pelo novo espaço conquistado para o patrimônio do colégio:

“[...] era o nosso próprio local, né, e ali, já com mais espaço, e ainda que fosse, vamos dizer, pra parte administrativa, poucos espaços e salas ainda pequenas, me lembro bem que [...] já tinha um conforto maior do que nas outras duas instalações que tinham sido provisórias, né, então, eu acho que já foi uma evolução.” (Entrevista com a Sra. Irene, chefe da divisão de ensino do CPIL, gravada em 27/03/2018)

“O que mudou é que a gente tinha uma perspectiva mais favorável, né? E evidentemente que as condições foram melhores, sobretudo em relação ao espaço da Capelinha. [...] Havia algumas incertezas em relação à continuidade, dado essa ausência de um território próprio. Havia um grau de incerteza em relação a isso, de a gente continuar. Então, mudar pra cá deu maior segurança, aqui tinha espaço para os professores, espaço para a Direção, havia já esse grupo que iniciou que já estava, digamos assim, se formando e já se sentia parte do Colégio. O Colégio era uma consistência maior [...] E mais tranquilidade. O corpo docente era um corpo já constituído, já com experiência de Realengo, né?” (Entrevista com o Sr. José, professor regente, gravada em 27/09/2017)

Já entre os estudantes, as dificuldades relatadas pelos funcionários pareceram ter servido como vetores de motivação, conquanto também tenham gerado situações incômodas. Em termos de textualidade, o espaço da antiga fábrica assimilou e foi devidamente assimilado pelos estudantes, revocando-lhes a condição de Soldados da Ciência⁸¹ que integra o ethos imanente do CPIL.

⁸¹ Antonomásia para “alunos do CPIL”, extraída do “Hino dos Alunos do Colégio Pedro II”. Trata-se de uma obra cuja letra fora escrita por Hamilton Elia, integrante do rol de alunos eminentes do CPIL, por ocasião das festividades relativas ao centenário do colégio, à 2 de dezembro de 1937. A música do referido hino fora composta pelo maestro Francisco Braga, que também compôs o Hino à Bandeira Nacional (Cf. http://www.cp2.g12.br/cpii/hino_cp2.html. Acesso em: 01 jul 2016).

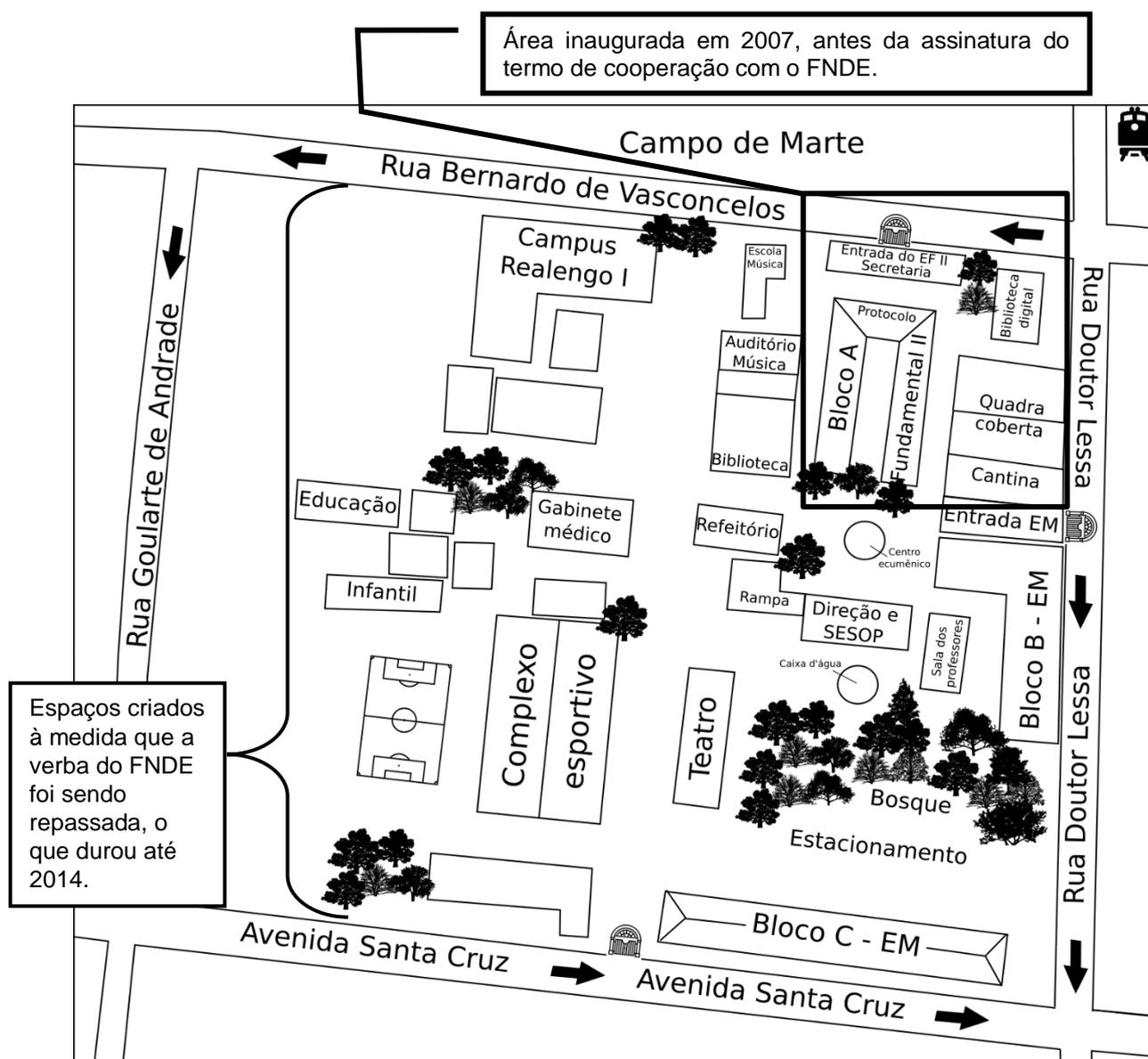
Ronaldo, por exemplo, afirmou ter se posicionado com firmeza ante às dificuldades que tinha o projeto de unidade em Realengo para engrenar:

“Apesar disso, isso deu na gente um sentimento de guerra, né, de *a gente vai estudar e vai mostrar que a gente tem capacidade sim e não precisa ir pra outra unidade, não precisa ir pra outro lugar. A gente vai se esforçar, vai lutar e vai brigar por um lugar que é nosso, [...] a fábrica de cartuchos...*” (Entrevista com Ronaldo, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/12/2017) [Grifos nossos]

“A gente começou a sentir mesmo que a gente fazia parte, [...] do colégio, porque até então nós éramos vistos como *ah, o colégio provisório, o colégio que talvez vá virar colégio*. [...] as outras unidades sempre tiveram um pouco de preconceito com a gente. E quando nós pegamos mesmo aqui e senti que é agora, aqui é a nossa casa, a gente vai ficar, finalmente nós temos um espaço nosso, teve umas dificuldades estruturais no início, [...] mas [...] a gente [...] já começou a sentir que a gente realmente fazia mais parte ainda do colégio.” (Entrevista com Larissa, ex-aluna do CPII de Realengo, gravada em 11/09/2017) [Grifos nossos]

Tanto para os funcionários, quanto para os estudantes, a tomada e o uso do primeiro terço da área 1 da fábrica (cf. figura 14), trouxe, de imediato, a convicção de que seria possível levar adiante o projeto de operar um CPII na zona oeste. Essa convicção está no conforto mencionado como um signo evolutivo e, portanto, como elemento gerador de univocidade e estabilidade para a instituição. Efetivamente, a ocupação de um lugar próprio — por sinal, no lugar de outro próprio —, e a consequente conversão de um espaço inerte e abandonado em um lugar praticado (CERTEAU, 2014 [1990]), com certeza, evocou o sentimento de que, enfim, o projeto de fincar um CPII em Realengo teve êxito, pois havia se realizado conforme o esperado. E, nesse caso, tanto o sentimento de pertencimento como o de identidade puderam, enfim, deslanchar nas almas da parcela dos moradores que lutaram por essa escola e quiçá até nas almas dos professores que a priori não queriam estar ali.

Figura 15 – Planta baixa ilustrada da FCE transformada em escola



Fonte: Fonte: LIMA, Simone da Costa. *Guia Prático para o 6º Ano*. 2017. 1 unidade física: preto e branco; 14,34 x 16 cm. – Acervo do NUPPI.

Enquanto a antiga fábrica é o que se considera como um espaço de afirmação institucional, sua ocupação ainda não pôde assegurar que houvesse reconhecimento por parte dos funcionários da demais unidades da rede. José explicou que os funcionários com quem ele mantinha contato não pareciam apoiá-lo em sua opção⁸² de trabalhar em Realengo, tampouco demonstravam o desejo de abonar o projeto de

⁸² Tanto quanto o professor José, eu também ouvi pilhérias sobre ser enviado a Realengo como uma forma de me penalizar, caso fosse visto em um quadro de mau desempenho docente. Conforme indicado na introdução a este trabalho, eu tive um contrato de professor substituto com o CPII entre os anos de 2003 e 2004.

expansão do colégio ou os benefícios que isso podia vir a acarretar aos estudantes oriundos daquela região da Cidade.

Sem ter pisado o chão desse projeto e, assim, sem ter vivido o fulcro de suas ações, os referidos funcionários não poderiam ser capazes de responder pela escrita e pela importância de seus espaços em sua multidimensionalidade. Desse modo, entende-se que a nova unidade ainda levaria tempo para instaurar junto à rede o imaginário de um CPII que pretendia se renovar, desconstruindo a insígnia de “padrão de elite”.

E é interessante porque havia algumas críticas e algumas dúvidas a Realengo e uma brincadeira, [...] que tinha seu grau de verdade, que toda punição pra docente era mandar pra Realengo [...] [pela] distância e pelas condições de trabalho, talvez, que achavam que eram muito ruins e pelo alunado, que [...] tinha uma formação não semelhante às demais [...]. Então, seria uma espécie de punição: *vou mandar você pra Realengo!* [...]”. (Entrevista com o Sr. José, professor regente, gravada em 27/09/2017) [Grifos nossos]

E se no interior da rede do CPII estar em Realengo seria uma punição, fora dela a representatividade da nova unidade crescia na mesma proporção que aumentava o quantitativo de alunos que buscava usufruir de suas potencialidades, como apontara a própria diretora Irene, do alto de sua base no centro nevrálgico do colégio. Em vista disso, a definição de um endereço fixo para Realengo suplantou as impressões de Sebastião que, na qualidade de diretor local, compreendeu somente que estando no almejado terreno da fábrica a unidade deixou de ser “sem-teto” ou “nômade”.

Todavia, a relevância do episódio do endereçamento definitivo do colégio está justamente no entendimento de que a partir do momento em que pôde ser identificada pelo número 941 da rua Bernardo de Vasconcellos, a Unidade Realengo despiu-se da condição de invisibilidade que lhe conferiram suas passagens momentâneas pela Gil Vicente e a Capelinha e, mesmo estando em uma freguesia de fora, atingiu finalmente a conspicuidade ideal para a Cidade do Rio de Janeiro, com seu centro decisório circundado pelas chamadas freguesias de dentro (MATTOS, 1987).

3.3- A irradiação do sentimento de pertencimento ao Colégio Pedro II

Como é no espaço da antiga fábrica de cartuchos que a Unidade Realengo resplandece enquanto instituição, esse é o espaço em cuja textualidade eclode o sentimento de pertencimento junto aos atores que o fabricaram.

Essa consciência sobre o privilégio de pertencer ao CPIL, irradiado quando da conquista de um endereço definitivo, fora forjado a partir da identidade social (POLLAK, 1992) pertencente à rede do CPIL, sendo, então, fermentado pelo Movetec, em suas ações de campanha, e maturado pelo próprio CPIL, através de seus múltiplos sujeitos, desde o início de suas atividades em Realengo. Todo o processo de fabricação desse sentimento — forja, fermentação, maturação e irradiação — foi viabilizado e costurado pela memória, ou seja, pelo conjunto de conhecimentos adquiridos pelos atores de Realengo, o qual é traspassado por variáveis temporais, topográficas, individuais e coletivas (LE GOFF, 2013 [1977]).

Assim sendo, todos os dez indivíduos entrevistados para o desenvolvimento desta dissertação demonstraram franco contentamento quando inquiridos sobre o assentamento, agora incontestado, do CPIL no terreno da antiga FCE. Mas para os membros do Movetec, as expressões esfuziantes tinham um motivo a mais: eles não apenas conquistaram um CPIL, como também atingiram uma meta traçada cerca de vinte anos antes, o que incluía a revitalização da fábrica de cartuchos.

Tratou-se, pois, de um reacender de luzes, através da recuperação de um lugar de memória (NORA, 1993) de extrema relevância para o bairro. E quem sabe o Movetec, conforme supõe este trabalho, não tenha reconstruído uma nova relação de pertencimento com o próprio bairro que, no passado, integrara uma freguesia de fora (MATTOS, 1987)?

Através das falas do Sr. Álvaro e do Sr. Ernesto, depreende-se que era, de fato, preciso que a fábrica voltasse a se escorar no binômio de formação e desenvolvimento, a fim de que se fizesse jus à história de Realengo:

“...ela [a fábrica] ajudou [no] desenvolvimento de Realengo, [e a] fazer [com] que Realengo seja conhecido. [...] Então pra zona oeste, percebo que *foi*, à época, *um ícone de desenvolvimento*. Tanto trazendo os militares pra lá quanto fazendo com que os civis, também, que não tinham nada, não tinham emprego perto das suas casas, por ali, tivessem a oportunidade de trabalhar ali dentro.” (Entrevista com o Sr. Álvaro, membro do Movetec, gravada em 24/10/2017) [Grifos nossos]

“A fábrica foi a vida de Realengo. Ela deu vida. [...] trabalhavam famílias aqui dentro. [...] A fábrica tinha um colégio. O filho do operariado estudava nesse colégio [...], era obrigado. [A fábrica] cobrava as famílias a colocar os seus filhos [...], uma coisa que me chamava muita atenção mesmo, conversando com os trabalhadores, com os moradores que trabalharam aqui [...]. Era duro, [...] mas tinha [...] a força de crescer, *fazer acontecer e fazer o bairro, a localidade, crescer também.*” (Entrevista com o Sr. Ernesto, membro do Movetec, gravada em 24/03/2018) [Grifos nossos]

Para os estudantes, estar em um espaço próprio trouxe muitos benefícios, como o de poder viver a escola de fato e agora por direito:

“...a gente não podia fazer tantas coisas, porque a gente estava no espaço dos outros. Então a gente não [...] organizar certos tipos de coisas fora do horário, porque [...] tava acontecendo alguma outra coisa, então a gente não tinha a escola, assim, 24 horas [...] pra poder organizar, fazer o que a gente quisesse, né...” (Entrevista com Larissa, ex-aluna do CPII de Realengo, gravada em 11/09/2017)

Ainda entre os estudantes, vivenciar a escola em sua plenitude também significou contestar a luta dos professores por melhores salários e condições de trabalho, tentando evitar que Realengo aderisse à greve deliberada para toda a rede de unidades:

“Eu lembro que o pessoal do sindicato veio aqui uma vez e os alunos botaram eles pra correr porque queriam ter aula, não queriam parar [...]: *Fora! Fora! A gente vai estudar, os professores vão dar aula, eles querem dar aula* [...]. Aí a gente já estava totalmente contaminado pelo vírus apaixonante do Pedro II, né? A gente já tinha entendido o que era ser aluno do Pedro II [...]. Era [...] se entender como parte de alguma coisa, de não ser só um jovem, não só mais um, [...]. O Pedro II tem essa capacidade de formar cidadãos, formar gente que pensa, gente com pensamento crítico, gente que consegue enxergar o mundo de um outro jeito...” (Entrevista com Ronaldo, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/12/2017) [Grifos nossos]

Na avaliação dos diretores, bem como a do funcionário responsável pela disciplina, o vírus mencionado acima produziu um conjunto discente bastante diferenciado, se comparado ao das outras unidades do Pedro II. Entre esses dois segmentos de funcionários prevaleceu a ideia de que os estudantes sustentavam uma visão positiva sobre as normas da escola, o que redundou em um aproveitamento coeso e eficiente das mesmas:

“...eu trabalhei 20 anos na unidade Tijuca, aí vim pra cá, até [...] os próprios [colegas] me recriminaram: *poxa, você vai sair daqui, de uma unidade formada, pra ir pra uma unidade que você nem sabe se vai existir ou não.* Não, pô, pra mim é um desafio, eu vou aceitar o desafio. Aí [...] o material

humano em si, que nós tínhamos aqui, é totalmente, até hoje, ainda, [...] do aluno lá de baixo, como se diz.” (Entrevista com o Sr. Roberto, bedel, gravada em 13/09/2017) [Grifos nossos]

“nós mantivemos o uniforme impecável, mesmo à noite, mantivemos as regras de conduta, mesmo com os alunos, alguns, adultos, bastante adultos. [...] Havia alguma distinção. [...] Todos [...] os ritos foram mantidos...” (Entrevista com o Sr. Amaury, diretor-geral do CPII de Realengo, gravada em 24/10/2017)

“...a gente se sentia assim meio numa volta ao passado, porque nos impressionou muito, positivamente, a educação dos alunos. A gente percebia que estávamos lidando ali com, isso era geral, isso eu ouvia dos professores, dos chefes de departamento, [...] um aluno mais educado, mais respeitoso, [...] como a gente via lá nos anos 60 e 70, quando o aluno se levantava pra cumprimentar o professor que entrava na sala de aula, [e] isso foi se perdendo com o tempo. A questão do uniforme, os alunos, de um modo geral, [...] vão relaxando muito [...], querendo usar adereço, uma série de coisa, e lá não, eles usavam o uniforme, assim, com muito, muito capricho, né, isso se sentiu.” (Entrevista com a Sra. Irene, chefe da divisão de ensino do CPII, gravada em 27/03/2018)

Entretanto, os mesmos aspectos atitudinais discentes analisados a partir da opinião do professor entrevistado evidenciam que pelo menos uma parte do corpo docente não aceitou de imediato que a proposta de ressignificação institucional veiculada pela abertura de um CPII em Realengo fosse perpassada por imposições disciplinares. Ocorre que não parecia fazer sentido democratizar o acesso ao colégio, através de um concurso premeditadamente facilitado, e engessar os ingressantes no entorno de normas de conduta obsoletas e, possivelmente, tão indigestas quanto a tradição elitista que acompanha a instituição ao longo de sua existência.

Com essa indagação e se mostrando, a priori, contrário ao rigor disciplinar que se impingia aos estudantes, José afirmou:

“Então, me parece que houve essa ideia de ir começando de maneira bastante cautelosa e bastante disciplinar. Eu acho que havia uma ideia da Direção, [...] na época, de trazer algumas tradições do Colégio, como levantar quando o professor ou alguma outra pessoa, que não um aluno, entra em sala de aula, né? De cantar hino, de formação... Então havia uma ideia de resgatar um certo colégio que [...] não existia mais nas outras [...] Unidades. [...] Inclusive eu tive uma conversa com [...] o primeiro diretor, e eu falava que não concordava com essa dinâmica de rigor [...] que não havia, pelo menos em São Cristóvão, onde eu trabalhei durante 10 anos, antes de vir pra cá. [...] E [...] ele disse algo assim: ‘nós não podemos correr o perigo de perder o colégio’. Ou seja, a minha interpretação é a seguinte: nós não conhecemos essa clientela, não conhecemos esses meninos e meninas, então nós temos que ter um certo rigor em relação à uma possível indisciplina da origem desses meninos e meninas. E funcionou! Funcionou! Hoje, uma das marcas do colégio, não com o mesmo rigor que se tinha no início, é a ideia de que aqui é mais fácil dar aula do que em outros lugares, pelo reconhecimento, de alguma maneira, da importância do Colégio de Realengo

na vida dessas pessoas.” (Entrevista com o Sr. José, professor regente, gravada em 27/09/2017)

Com efeito, se o esqueleto pomposo da fábrica de cartuchos, um dos símbolos da Coroa que ora se vê transformado em escola, veiculou a materialização da grandiloquência da proposta pedagógica do CPII, a magnanimidade da aura dessa escola, agora atrelada a uma freguesia de fora (MATTOS, 1987), insuflou os estudantes e seus familiares a cultivarem os valores da escola como o meio de integrarem o estofo social de forma participativa. No caso específico do bairro de Realengo, por sua geografia e história, os estudantes, talvez por se sentirem marginalizados, mostraram franca e genuína predisposição no que se refere à adesão às regras da escola, sobretudo quando se trata da assimilação de uma de suas mais notáveis formas de reconhecimento e poder — o uniforme⁸³. Para a Unidade Realengo enquanto parte de uma rede institucional, conforme o relato do professor acima destacado, o comportamento proativo dos estudantes — sendo alguns já em situação de flagrante distorção série-idade — transformou-se em garantia de continuidade e permanência.

3.3.1. A Unidade Realengo e a comunidade imaginada do centro — o centro do Brasil

A discussão aqui apresentada estabelece um diálogo com a reflexão de Anderson (2008 [1983]), na medida em que mostra que a relação dos estudantes e dos funcionários com o endereço definitivo do CPII de Realengo — a fábrica de cartuchos reformada em um terço de seu potencial — apresenta um alinhamento com a formulação da expressão da nacionalidade e do nacionalismo e seu papel preponderante na constituição dos Estados-nação.

Para Anderson (2008 [1983]), quer a condição nacional, quer o sentimento de pertencimento a uma nação são fabricações de ordem cultural. Como tal, fazem-se notar ou sentir por intermédio das formas de expressão social, pelas quais os

⁸³ Santos e Andrade (2016) destrincharam com muita propriedade o assunto em seu livro intitulado “Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade”.

indivíduos e, portanto, compatriotas, mostram-se irmanados em torno da ideia de patriotismo.

Neste nível, situa-se a imaginação — imaginação no sentido de invenção — de comunidades, cujos membros se reconhecem finamente — ainda que não possam se conhecer de modo efetivo — em prol de um sentido espiritual, incorpóreo, que “constituem objetos de desejos e projeções”⁸⁴, baseiam-se em “uma profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008 [1983], p. 34) e, por essa razão, compartilham posições, funções e/ou símbolos.

Para uma freguesia de fora (MATTOS, 1987), cuja posição periférica dificulta o acesso aos bens culturais pertencentes ao circuito não-comercial, escamoteados nas zonas central e sul do Rio de Janeiro, a conquista de um CPII significa poder equiparar-se a uma comunidade imaginada que tem como ponto nuclear o centro do Brasil, qual seja o centro decisório em sentido amplo, de onde vem o CPII, haja vista as razões para a sua criação, em 1837, e todos os rebatimentos que se espraiaram para a identidade nacional.

Então, pela chamada *comunidade imaginada do centro*, parte dos moradores de Realengo, através do Movetec, bem como os estudantes do CPII, quando na presença física de um de seus patrimônios, recuperados por seu próprio ímpeto — a fábrica de cartuchos — não apenas se entendem como partícipes da rede de unidades de uma escola federal, dona de um lastro que responde pela organização sistemática de seu segmento máximo, o ensino secundário, como se imaginam capazes de emparelhar-se aos grandes líderes que se formaram em seus bancos e, assim, representam a chamada “boa sociedade” — a sociedade dos estabelecidos, dos “grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder” (ELIAS, 2010 [1994], p. 7).

Por outras palavras, Realengo ganha uma nova ambiência por intermédio dessa comunidade imaginada, sendo, então, ressocializado por ela. Assim sendo, uma vez que o sentimento de pertencimento ao CPII concorre para a noção de identidade (DUBAR, 1997 [1991]), que é fruto das inter-relações (ELIAS, 1994; 2008) estabelecidas e já avalizadas no interior de um processo de socialização, o meio ambiente simbólico — que, nesse caso, é representado pelo espaço da fábrica convertido em uma escola pública federal de renome — funciona como a ação

⁸⁴ Lília Moritz Schwarcz, na apresentação à obra de Anderson (2008 [1983], p. 10).

pedagógica que ressocializa seus atores — os estudantes, a parcela dos moradores de Realengo contemplada pelo CPII. É por essa perspectiva que se faz jus à concepção de Dubar (1997 [1991], p. 104) de que a “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável”.

Por fim, a comunidade imaginada a partir da criação do CPII de Realengo conseguiu recriar o elo perdido entre parcela dos moradores com o seu bairro, isto é, reavivou a justaposição com uma comunidade imaginada bem maior — mas tão abstrata quanto àquela que emana do colégio/fábrica e que se reporta ao centro do Brasil —, que é aquela que revela a ideia de não pertencer ao próprio centro nevrálgico do bairro de Realengo, por estar do “outro lado dos trilhos”. Essa direção deixa uma questão, a saber: o que pode ser dito sobre a natureza do sentimento de pertencimento daqueles que se encontram fora do lugar de pertencimento instaurado pelo CPII em Realengo? Como se veem aqueles que estão defronte ao CPII, mas alijados pela linha férrea que, conforme palavras do ex-aluno Robson, margeia o “lado que é mais pobre e com mais favelas” e o aparta do “lado que é um pouco mais bem desenvolvido”⁸⁵?

⁸⁵ Entrevista com Robson, ex-aluno do CPII de Realengo, gravada em 11/01/2018

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de referências e a atividade de pesquisa entabulados para esta dissertação revelam que ainda é bastante significativo o número de trabalhos sobre o CPII que se reportam à sua aurora, quer para investigar o processo de sistematização dos estudos secundários, quer para delinear e/ou nortear a operação de categorias que compõem a estrutura organizacional da escola enquanto instituição, como, por exemplo, o espaço, o tempo, as diversas disciplinas do currículo escolar ou a trajetória docente. As condições de criação do CPII, no século XIX — um período que desenhava a mãos pesadas e dedos rígidos traçados de eminente relevância para a educação brasileira —, alçam-no à uma posição privilegiada para todos quantos forem os pesquisadores que precisarem, de alguma forma, passar pelo processo de constituição da escola de ensino secundário no Brasil.

O trabalho que ora chega ao fim pode ser reputado como um dos poucos que interpelam o CPII, no âmbito da História das Instituições Educativas, por sua expressão e desenvolvimento no século XXI, o que não significa que o século XX tenha sido prodigioso nesse sentido. E se esta dissertação vem a ser o segundo trabalho que interroga a criação da Unidade Escolar, hoje *Campus Realengo*, ela é somente a primeira que aborda essa questão consoante uma proposta genuinamente historiográfica. Por esse ângulo, cumpre afirmar que é possível ir adiante com o caso da história da criação do CPII de Realengo: são os ventos revisionistas, que há cerca de trinta anos refrigeraram a História da Educação, que o asseguram. O problema que aqui se buscou resolver ainda tem estofo, que pode ser desfraldado e desfiado e, assim, ensejar novas análises, quiçá preleções. Afinal, estas linhas arrematam somente uma leitura sobre seu objeto, leitura essa que se baseou em um quantitativo modesto de fontes escritas, bem como em uma empiria rarefeita, atarefada e, por vezes, fugidia.

Se as antessalas e entressafras de entrevistas atestam a afluência analítica sobre os meandros das ações do Movetec quanto à abertura do CPII de Realengo, some-se a essa constatação que em 2009 e, portanto, cinco anos após a chegada da insígnia do *Imperial Collegio de Pedro II* a Realengo, o movimento, finalmente, conseguiu emplacar, através de recursos federais, a instalação de uma escola técnica em seu bairro, em outra parte, também ociosa, do conjunto de prédios que outrora pertenceu à fábrica de cartuchos (FONTAN, 2012; VIANA 2016).

A concretização do objetivo inicial do Movetec — a aquisição de uma escola voltada para a formação técnica e profissionalizante — suscita algumas indagações

relevantes e que até apresentam alguma intercessão com a problemática da criação da Unidade Realengo do CPII. São elas: terá a abertura dessa escola técnica sido capaz de prosseguir com a ressignificação dos valores identitários de Realengo e cercanias? E os *outsiders* (ELIAS, 2010 [1994]) do bairro: terão sido assimilados ou enfeitados do outro lado da margem dos trilhos, conforme averiguou o estudo sobre a cena preambular do CPII de Realengo? Terá a população local se dado conta sobre a proporção de sua inserção nesses dois empreendimentos do Movetec, o CPII e a escola técnica?

A propósito do trabalho do Movetec enquanto movimento de bairro, considera-se pertinente refletir: há novas campanhas em vista ou já em andamento? Embora esta dissertação não tenha se preocupado em aferir a continuidade do movimento, a arguição da empiria torna forçoso tomar como pálidas as possíveis indicações nesse sentido, mormente se for observado — a partir de aspectos biográficos salpicados pelos contextos de gravação das entrevistas — que um de seus principais articuladores passou a desempenhar uma função de confiança no organograma do CPII. Em que pese a eloquência de sua atuação dentro do Movetec, diante dos demais membros — o empenho pelo tombamento do espaço da fábrica de cartuchos, a corrida pelo diálogo com autoridades, as estratégias de convencimento da comunidade local, além do amparo ao CPII no imprevisto de seus primeiros passos no bairro — e, portanto, para a materialização do projeto da Unidade Realengo, sua desassociação do movimento pode ter impactado as ações subsequentes ao seu recuo.

Sendo assim, importa refletir que se para sobredito reivindicante o seu ingresso nos quadros do CPII — como convidado e não como concursado — possa representar uma herança das inter-relações estabelecidas com o projeto de Realengo, para os outros membros do Movetec essa adesão voluntária ao clã dos *estabelecidos* não evocaria a sensação de pertencimento a uma região de *outsiders* (ELIAS, 2010 [1994])? Mesmo que Realengo, há bastante tempo, não seja mais nem tão *sertão*, mas já bem *carioca* — agora com um CPII cravado no espaço de um lugar de memória restaurado, a FCE — e esteja devidamente identificado com a tal *comunidade imaginada do centro do Brasil*, a deserção de uma importante liderança comunitária, nas condições já descritas é um bom indício de que o Movetec, apesar de seu fausto lastro, pode, de fato, não ter representado Realengo e adjacências com a plenitude

que indicava seu nome. Então, seria o Movetec, enquanto marca, um produto midiático e literário tanto quanto foi, um dia, a chancela do *sertão carioca*?

Igualmente, a problemática acima descrita enseja uma reflexão sobre a proposta do CPII de revigorar-se, em alguma medida, construindo uma tradição que fosse mais democrática e menos sisuda, por meio da assimilação de Realengo e, por extensão, das periferias visadas pelo Governo Federal. Ressalte-se, pois, que transformar um convidado em funcionário, mesmo que talvez fosse por um tempo limitado, é um ato monárquico tão representativo da perenidade da *aura de colégio padrão de elite* quanto a revogação quase que imediata do modelo especial de concurso adotado para povoar a então Unidade Experimental Realengo. Além disso, também é a prova do tipo de campanha empreendida pelo Movetec, cuja liderança deixa de lado a luta, na medida em que assume uma confortável posição que lhe permite estar acima da hierarquia direta do colégio recém-inaugurado.

Nesse caso, cabe perguntar: que sentido tem a atitude de implantar uma unidade em Realengo, sendo esse um bairro situado em uma região cuja história não se pautou em preponderâncias físicas e/ou superioridades de influência? Teria sido o projeto de renovação identitária do CPII — projeto esse que fora acoplado ao caso da formatação da Unidade Realengo — transformado em uma peça de mobília inservível, a exemplo dos primeiros móveis levados para a Escola Municipal Gil Vicente? Ou seja, as discussões que o desenvolvimento do CPII de Realengo, com suas intercorrências e idiossincrasias, por certo suscitou na cabeça e nas demais unidades da rede teriam sido dissipadas após a sacramentação do termo de cooperação com o FNDE? A priori, pode-se afirmar que sim.

Se após a integração da Unidade Realengo à rede do CPII, através da FCE reconvertida em escola, a caçula da zona oeste abandona todas as concessões que lhe deram concretude — o reconhecimento de que sua larga tradição elitista está obsoleta, a disposição para inscrever na raia do possível a revisão de seus métodos de seleção, bem como o despojamento, pela utilização de espaços deficientes que se revertem em parâmetros ineficazes para o ensino-aprendizagem — sua continuidade pelo perfeito alinhamento com as demais unidades esvazia de sentido, pelo menos, as falas condenatórias referentes à sua marca de singularidade.

À guisa de se respeitar as imposições de seu estatuto — estatuto esse que se acha rubricado pela condição de autarquia da instituição —, pelo abandono da condescendência ofertada aos primeiros concursistas de Realengo, o CPII reafirma o

caráter inquebrantável da expressão de sua identidade social e esclarece que até pode questionar e/ou titubear ante essa aura, mas, no fundo, não pretende lança-la ao calabouço de sua Torre de Marfim.

Na medida em que não se vislumbra a possibilidade de se falar em um CPIL que seja verdadeiramente democrático e popular, como a escola pública e de massa que é, a história da abertura da Unidade Realengo mostra que quando se coloca como necessário manter um dispositivo máximo de seleção discente baseado em rígidos critérios conteudistas, registra-se como normal que o *lado de fora continue fora* — tal como os habitantes de Realengo e cercanias que ainda não foram agraciados com uma vaga no CPIL —, e, assim, que sob a ótica das inter-relações aqueles que entram para o *colégio*, como desejou o estudante Ronaldo, passem a figurar entre os *estabelecidos*, enquanto que aqueles que não consigam ser aprovados para os seus bancos permaneçam entre os *outsiders*.

Nesses termos, o sentimento de pertencimento aqui avaliado, bem como a comunidade imaginada que se viu formar seriam privilégios de alguns e não de todos. Em Realengo, por exemplo, a comunidade que mora à direita do Campo de Marte, do outro lado dos trilhos de trem, está e deve continuar alijada do benefício de estudar e se formar pelo colégio que formou presidentes e profissionais de renome.

Se os imperativos institucionais não foram capazes de fabricar *um CPIL do tamanho de Realengo*, estima-se que para que a rede de unidades tenha, pelo menos, *o tamanho do Rio de Janeiro*, sua Cidade-sede — segundo o nome do projeto político que lhe assegurou a continuidade e propiciou o seu ingresso no rol dos institutos federais de ensino — seria preciso que fosse abolida em caráter irrevogável a prática de se realizar concursos para o ingresso de estudantes. Assim, a instituição faria justiça a uma máxima à qual frequentemente se recorre nos mais variados contextos da rotina pedagógica, para legitimar concessões pretensamente voluntárias: a de que o CPIL é um colégio público de massa.

REFERÊNCIAS

ABREU, Geysa Spitz Alcoforaro de. A homogeneização do ensino secundário na década de 1930: estratégias de eficiência racionalidade e controle. **Educar em Revista**, Curitiba, PR, Editora UFPR, n. especial 2, p. 191-302, 2010.

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no *Manual de história oral*. **História Oral**, v. 15, n. 2, p. 159-166, jul.-dez. 2012

_____. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Traduzido por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II**: um lugar de memória. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BAUDELAIRE, Charles. Perda de auréola. In: _____. **Pequenos poemas em prosa**. Traduzido por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 112.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Traduzido por Francisco de Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre, RS: Zouk, 2014.

BRASIL, Bruno. **Correio da Manhã**. 17 nov. 2014. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____. **O Paiz**. 02 abr. 2015. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931 In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19890impressao.htm. Acesso em: 01 jul. 2017.

BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada: as condições sociais da eficácia do discurso ritual. In: _____. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 81-96.

_____. O que quer dizer falar. In: _____. **Questões de sociologia**. Traduzido por Miguel Serras Pereira. Lisboa, Portugal: Fim de Século, 2003. p. 101-117.

_____. O mercado linguístico. In: _____. **Questões de sociologia**. Traduzido por Miguel Serras Pereira. Lisboa, Portugal: Fim de Século, 2003. p. 127-143.

_____. **O poder simbólico**. Traduzido por Fernando Tomaz. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2016.

CARACIOLA, Carolina Boari. A desaturização da obra de arte e a auratização da mercadoria. **Revista Pensamento & Realidade**, São Paulo, ano XIII, v. 25, n. 2, p. 75-95, 2010.

CATANI, Denice Barbara. A memória como questão no campo da produção educacional: uma reflexão. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (4), p. 119-129, set. 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Traduzido por Ephraim Ferreira Alves. v. 1, 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Traduzido por Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. v. 2, 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARTIER, Roger. Introdução: por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A história cultural: entre práticas e representações**. Traduzido por Maria Manoela Galhardo. 2. ed. Lisboa, Portugal: Difel, 2002. p. 13-28.

CHAVES, Miriam Waidenfeld. A *Revista Escola Argentina*: reflexões sobre um periódico escolar nos anos 20 e 30. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v.3, n.2, p. 59-85, jul./dez. 2003.

_____. *A Vitória Colegial*: registros de sucesso escolar nos anos 1950. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v.10, n.2, p. 197-223, maio/ago. 2010.

_____. História da Educação Escolar e Sociologia: uma relação promissora. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, MG, v.30, n.02, p. 95-116, abr.-jun. 2014.

_____. O ensino secundário católico no Rio de Janeiro na década de 1950: clássico ou científico?. In: DALLABRIDA, Norberto; SOUZA, Rosa Fátima (Org.). **Entre o ginásio de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. 1ed. Uberlândia, MG: EDUFU, 2014, v. 5, p. 161-186.

CHOERI, Wilson. **O Colégio Pedro II de ontem, hoje e futuro: uma visão e análise crítica e prospectiva**. [s.l.: s.n., 20?]. 140p.

COLÉGIO PEDRO II. Contribuição Histórica aos 175 anos de sua fundação. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.

CONTEMPLAR. In: BECHARA, Evanildo. **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. p. 228.

CORRÊA, Magalhães. O Sertão Carioca. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1932. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=Sertão Carioca>. Acesso em: 16 ago. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.44, n.154, p. 912-933, out./dez. 2014.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, RS, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010.

_____; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, São Paulo, v.2, n.4, p. 19-34, dez. 2013.

DE LUCCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

DORIA, Escragnole. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)**. 2. ed. Brasília: INEP, 1997.

DUBAR, Claude. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 19-50.

_____. O conceito de configuração. In: _____. **Introdução à sociologia**. Traduzido por Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008. p. 140-145.

_____. **Sobre o tempo**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____; SCHRÖTER, Michael (Org.). **A sociedade dos indivíduos**. Traduzido por Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 13-36.

ESCOLANO, Agustín Benito. El espacio escolar como escenario y como representación. In: _____. **Tiempos y espacios para la escuela**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2000.

FARIA, Fernando Antonio. Companhia Progresso Industrial do Brasil: empresa e empreendedores. **História Revista**, Goiânia, GO, v.4, n.1/2, p. 37-64, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____ (Org.) et al. **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1998a. p. 89-125.

_____. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.24, n.1, p. 141-159, jan./jun. 1998b.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, maio/jun./jul./ago. 2000.

FENERICK, José Adriano. A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos. **Mneme – Revista de Humanidades**, Rio Grande do Norte, v.05. n.10, p. 11-32, abr./jun. 2004.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Diário de Notícias (Rio de Janeiro)**. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

FONSECA, Francisco. O conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v.09, n.02, p.73-92, out. 2003.

FONTAN, Ivonilton Alves. **Do CTQI ao IFRJ: a história completa**. Joinville, SC: Clube dos Autores, 2012.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A educação brasileira em seu contexto histórico**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2013.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.12, n.3, p. 1033-59, set./dez. 2005.

FREITAS, Adriana Oliveira de. **Abalou Bangu! A Fábrica Bangu e a República nascente (1889-1914)**. 2005. 131p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.

FRIDMAN, Fania. Rio de Janeiro Imperial: a propriedade fundiária nas freguesias rurais. In: _____. **Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999. p. 125-232.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.16, n.46, p. 235-274, jan./abr. 2011.

GATTI JÚNIOR, Décio. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. **Revista Educação em Questão**, Natal, RN, v.28, n.14, p. 172-191, jan./jun. 2007.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Aspectos da geografia agrária do Sertão Carioca. In: _____. **Percursos geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina, PPGG/UFRJ, 2009. p. 181-202.

GONZAGA JUNIOR, Luiz. Redescobrir. Produzido por Guti e Cesar Camargo Mariano. In: REGINA, Elis. **Elis Regina: 25 anos da Warner Music Brasil**. Rio de Janeiro: Warner Music Brasil, 2002. 1 CD (4min08seg). Remasterizado em digital. Faixa 9.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário público na Corte: o Colégio de Pedro II, padrão ideal. In: _____. **O ensino secundário no Brasil Império**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 93-149.

HALAC, Oscar. **A expansão do Colégio Pedro II**. [s.l.: s.n., 2010?]. 140p.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.1, n.3, fev. 1987.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. **História e memória**. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 485-499.

LIBÂN EO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. As reformas educacionais e os planos de educação. In: _____. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 173-229.

MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005. p. 91-103.

_____. A construção de um objecto do conhecimento histórico. Do arquivo ao texto — a investigação em história das instituições educativas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 2, n. 11, p. 69-74, maio/ago. 2007.

MANSUR, André Luis. **O velho oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba), do século XVI aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2008. v. 1.

_____. **O velho oeste carioca: mais histórias da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba), do século XVI ao XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2011. v. 2.

_____. **O velho oeste carioca: outras histórias da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba), do século XVI ao XXI**. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2016. v. 3.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: a grande escola prática da nascente Engenharia Civil no Brasil oitocentista. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 203-233, jan./jun. 2015.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília, DF: INL, 1987.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e histórias, possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social**: história, comunicação e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 19-36.

MENDONÇA et al. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

MIRANDA, Iraildes Dantas de. Gil Vicente e o teatro medieval: a carnavalização em *O Auto da Barca do Inferno*. **Acta Scientiarum**, Maringá, PR, v. 24, n. 1, p. 059-066, 2002.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e Política nos Anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 73, n. 174, p. 291-321, maio/ago. 1992.

NAGLE, Jorge. Iniciativas e reformas do Governo Federal. In: _____. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974. p. 125-157.

NEEDEL, Jeffrey D. Instituições formais da elite. In: _____. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Traduzido por Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 74-105.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, jul./dez. 1993.

NUNES, Sátiro Ferreira; MAZZOTTI, Tarso. Colégio de Pedro II: símbolo de educação. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, PB, v. 20/21, n. 1/2, p. 106-118, jan.-dez. 2011/2012.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 ago. 2006, v. 10, n. 218 (51). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-51.htm>> [ISSN: 1138-9788]. Acesso em: 23 abr. 2018.

PIMENTEL, Márcia. Arquitetura das escolas municipais: modernismo e pedagogia. Rio de Janeiro, 9 out. 2014. **MultiRio**. Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/902-modernismo-e-pedagogia-entre-a-qualidade-e-a-quantidade>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Traduzido por Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. Traduzido por Monique Augras. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. Traduzido por Maria Therezinha Janine Ribeiro. **Projeto História**. São Paulo, v. 14, p. 25-39, jan./jun. 1997.

REALENGO. In: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. p. 548.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. Solenidade de inauguração do Complexo Escolar Realengo do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 04 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/atos_administrativos/98-comunicacaodestaques/destaques2012/192-discurso-da-professora-vera-maria-ferreira-rodrigues,-diretora-geral-docol%C3%A9gio-pedro-ii.html>. Acesso em: 29 ago. 2014.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. História e memória: contribuições dos estudos das Instituições Escolares para a História da Educação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, MS, n. 25, p. 21-29, jan./jun. 2008.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro. A trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, Faperj, 2016.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, MG, v. 13, n. 2, p. 31-48, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. O projeto fascista de Francisco Campos. In: _____. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 79-84.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVA, Jane Santos da. **Relações de força e políticas educacionais no Brasil: a caixa de Pandora brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

SILVA, Rogério Ferreira da. **A história de Padre João Cribbin**. Disponível em: <<http://www.magalhaesbastos.com.br/padre-joao-cribbin-fez-muito-por-sua-paroquia-e-por-magalhaes-bastos/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. De Asilo de Órfãos a Colégio das Elites: a gênese e a trajetória do Imperial Collegio de Pedro II. **Faculty Publications**, Paper 7, Fairfield, Estados Unidos, Jan. 2003. Disponível em: <http://digitalcommons.sacredheart.edu/ced_fac/7/>. Acesso em: 26 jul. 2014.

_____. O Collegio de Pedro II e a formação da mocidade brasileira (1838-1889). **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 1, p. 19-37, jan./abr. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre Sociologia e História da Educação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e História da Educação**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2005. p. 139-166.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. **História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo**. 2010. 176p. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

_____. A Fábrica de Cartuchos do Realengo (1898-1977). **Revista Digital Simonsen**. Rio de Janeiro, n. 4, Jun. 2016. Disponível em: <http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2016/06/47-RevistaSimonsen_N4-Claudius-Viana.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.

VISITA ao sertão carioca. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 30 abr. 1933. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=16296&Pesq=Sert%c3%a3o+Carioca>. Acesso em: 25 fev. 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU, Cinthia Merlo. Espaço escolar e História das Instituições Escolares. **Diálogo Educacional**. Curitiba, PR, v.7, n.22, p. 147-163, set./dez. 2007.

XAVIER, Libânia. Matrizes interpretativas da história da educação no Brasil republicano. In: _____; TAMBARA, Elomar; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira (Orgs.). **História da educação no Brasil: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI**. Vitória, ES: EDUFES, 2011. p. 19-43.

ZAGO, Nadir. A entrevista em seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: _____; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 287-309.

ZOTTI, Solange Aparecida. O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II. **Revista HISTEDBR Online**. Campinas, SP, n.18, p. 29-44, jun. 2005.

APÊNDICES

Apêndice A
Registro de Consentimento Livre e Esclarecido
Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa
nº. 2.263.323, em 06/09/2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**POR ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS ESQUECIDAS, A CRIAÇÃO DA UNIDADE DE
 REALENGO DO COLÉGIO PEDRO II (2001-2008)**

Coordenador da Pesquisa: Daniel Vilaça dos Santos – CPF: 081.920.527-37
E-mail: dvilaca@hotmail.com – Telefones: 2113-0030 / 98844-3222

Eu, _____, nacionalidade
 _____, idade _____, estado civil
 _____, portador da carteira de identidade nº.
 _____, emitida pelo _____ em ____/____/____, inscrito no
 Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº. _____,
 residente e domiciliado no endereço _____

_____,
 bairro, _____, cidade _____, estado
 _____, aceito participar, na qualidade de depoente, da pesquisa **Por**

entre memórias e histórias esquecidas, a criação da Unidade de Realengo do Colégio Pedro II (2001-2008). Tal pesquisa legitima-se na ausência de produção acadêmica que contemple as condições históricas relativas ao processo de implementação da referida unidade de ensino do Colégio Pedro II (CPII). O objetivo geral desta pesquisa é compreender a história da criação da Unidade de Realengo do CPII entre os anos 2001 e 2008 a partir dos sujeitos que dela participaram — moradores de Realengo, professores, diretores —, sem ao mesmo tempo desconsiderar a documentação já escrita sobre essa mesma história. Como objetivos específicos, esta pesquisa visa: a) captar as injunções e os aspectos conjunturais que orientaram a criação do colégio investigado; b) mapear a oferta escolar relativa ao Ensino Médio em Realengo, a fim de que se entenda as razões que levaram seus moradores a pleitear uma unidade do Pedro II no bairro; c) verificar as marcas da Fábrica ainda presentes no Colégio, bem como as transformações realizadas pelo próprio Colégio no complexo da Fábrica a fim de que se fossem criadas as condições necessárias para que uma escola emergisse daquele espaço de caserna; d) mapear o passo a passo da trajetória do Colégio, desde a sua fixação na Escola Municipal Gil Vicente, sua mudança para o centro comunitário da Paróquia São José e, finalmente, sua ida para as dependências da Fábrica de Cartuchos do Exército; e) esmiuçar a estruturação do primeiro concurso de admissão de alunos para o CPII de Realengo, destinado à 1ª Série do Ensino Médio Regular, comparando-o ao concurso praticado pela rede de unidades no âmbito do mesmo segmento de ensino com o objetivo de verificar se houve alguma condescendência aos primeiros alunos concursados para a Unidade de Realengo por parte do CPII. Como benefícios, essa pesquisa contribuirá para a atualização da memória histórica, como também para a atualização, a ampliação e a diversificação da produção de conhecimento científico sobre o CPII, a primeira instituição de ensino secundário a ser estruturada no Brasil.

Baseada em um questionário semi-estruturado, essa entrevista será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita conforme a metodologia de história oral. Eu acuso ciência de que receberei uma cópia dessa transcrição, bem como de que poderei solicitar a alteração e/ou a exclusão de qualquer informação que venha a prestar. Estou igualmente ciente de que minha identidade será preservada em todas as fases da pesquisa, de que não estou obrigado a responder a todas as perguntas que me forem feitas, bem como de que posso desistir a qualquer momento de participar

dessa pesquisa, com a certeza de que minha decisão não me trará nenhuma espécie de penalidade, constrangimento, prejuízo moral ou material. Todas os custos resultantes dessa pesquisa ficarão a cargo de seu coordenador.

Nesses termos, autorizo o uso de minha imagem e do som da minha voz em depoimento pessoal concedido, além de todo e qualquer material, entre fotografias e documentos correlatos, que eu considere como úteis ao desenvolvimento dessa pesquisa. Os resultados dessa pesquisa poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas. Esses resultados podem ser ainda utilizados para formação de acervo histórico sobre o assunto estudado.

A presente autorização abrange os usos acima indicados tanto em mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros) como também em mídia eletrônica (programas de rádio, podcasts, vídeos e filmes para televisão aberta e/ou fechada, documentários para cinema ou televisão, entre outros), Internet, Banco de Dados Informatizado Multimídia, "home video", DVD ("digital video disc"), suportes de computação gráfica em geral e/ou divulgação científica de pesquisas e relatórios para arquivamento e formação de acervo sem qualquer ônus ao coordenador da pesquisa ou à UFRJ.

Em caso de dúvida, posso estabelecer contato com o coordenador da pesquisa pelos telefones (21) 98844-3222, (21) 2113-0030, pelo endereço de e-mail dvilaca@hotmail.com, ou ainda no seguinte endereço: Rua Ivan de Oliveira Lima, n.º 80, Bloco 07, Apartamento 101 – Pilares – Rio de Janeiro, RJ, e/ou com a Prof.^a Dr.^a Miriam Waidenfeld Chaves, orientadora da pesquisa, no Departamento de Didática da Faculdade de Educação da UFRJ, pelo telefone 2245-4246, pelo endereço de e-mail miriamfeld@globomail.com, ou no seguinte endereço: Avenida Pasteur, 250 – Praia Vermelha – Rio de Janeiro, RJ – Palácio Universitário – 2º andar – Faculdade de Educação – Sala 242. Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos a minha imagem ou som de voz, ou a qualquer outro. Declaro ainda que recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido, o qual tive a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Toda pesquisa científica que conta com a participação de seres humanos envolve riscos, ainda que mínimos, conforme orientam as Resoluções 466 e 510 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Ressalte-se que a pesquisa aqui descrita considera o respeito pela dignidade humana, engajando-se de forma ética pelo desenvolvimento e o progresso da pesquisa científica e tecnológica. Assim, requer a ação consciente, responsável e livre de todo participante, o que lhe assegura o pleno exercício de todos os seus direitos. Não serão subestimados os riscos e desconfortos, mesmo que mínimos. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o coordenador da pesquisa desconsiderará a entrevista e assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Depoente

Assinatura do Coordenador da Pesquisa

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Av. Pasteur, nº. 250 – Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: Urca – Rio de Janeiro/RJ – CEP.: 22.290-240
Telefone: (21) 3938-5167 E-mail: cep.cfch@gmail.com

Apêndice B

Questionários para as entrevistas temáticas

❖ Questionário “Membros do Movetec”:

- 1) Por que se decidiu lutar pela abertura de uma escola?
- 2) Quando isso aconteceu?
- 3) A intenção de vocês era que seus filhos estudassem nessa escola?
- 4) Por que optaram por uma escola técnica?
- 5) Por que se escolheu o Colégio Pedro II, que não é uma escola técnica?
- 6) Conte-me como foi a concretização dessa luta.
- 7) Qual a importância da Fábrica de Cartuchos para Realengo? Apesar de abandonada, ela sempre se fez presente?
- 8) Qual é o sentido de o Colégio Pedro II se encontrar hoje no espaço da Fábrica de Cartuchos? O que isso significa para vocês?

Observação: As Figuras 6 e 7 desta dissertação foram utilizadas como mementos durante as entrevistas com os membros do Movetec.

❖ Questionário “Ex-alunos”:

- 1) Em que bairro você mora?
- 2) O que você sabe sobre a instalação do Colégio Pedro II em Realengo? Como você tomou conhecimento dessa novidade?
- 3) Por que você decidiu prestar o concurso para estudar no Colégio Pedro II? Esse era o desejo de sua família?
- 4) Como foi o concurso de acesso? Você se lembra de seu resultado?
- 5) Foi a primeira vez que você prestou esse concurso?
- 6) Quantos anos você tinha nessa época?
- 7) Se você não tivesse sido aprovada, em que escola você cursaria o Ensino Médio? Onde fica essa escola?
- 8) Quais são suas lembranças sobre o período em que o Colégio Pedro II esteve instalado no prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- 9) Quais são suas lembranças do período do Centro Comunitário da Capelinha?
- 10) E sobre o atual espaço do colégio? De que você se lembra?
- 11) Essas mudanças de espaço foram positivas ou negativas? Por quê?

❖ Questionário “Bedel”:

- 1) Você sabe de onde surgiu a ideia de criar a Unidade de Realengo? O que você ouviu dizer sobre isso?
- 2) Você trabalha na Unidade de Realengo desde a sua fundação. Você desempenhou sempre a mesma função?
- 3) O Colégio Pedro II que você viu nascer em Realengo era diferente daquele que você conhecia antes? Por quê? (*Em caso de resposta positiva, pode-se perguntar: que diferença era essa?*)
- 4) Quais eram as condições de trabalho na época em que o colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- 5) E no Centro Comunitário da Capelinha? Houve alguma mudança?
- 6) Ainda em termos de condições de trabalho, o que você acha que mudou com a transferência do colégio para o espaço da Fábrica de Cartuchos?

❖ Questionário “Professores”:

- 1) Como surgiu a ideia de criar a Unidade de Realengo? Quando isso aconteceu?
- 2) O local destinado à instalação da nova unidade do Colégio Pedro II sempre foi um dos espaços da Fábrica de Cartuchos do Exército?
- 3) O Colégio poderia ter sido instalado em Santa Cruz? Em que local ele seria instalado? Por que essa ideia não se concretizou?
- 4) Como as primeiras turmas da Unidade de Realengo foram formadas?
- 5) Por que se optou por um concurso especial, diferente do concurso da rede?
- 6) Qual era a estrutura das provas desse concurso? Qual foi a média de corte estabelecida?

- 7) Quantos candidatos foram aprovados? Qual era a faixa etária desses alunos? Você tem referência sobre o bairro de origem desses alunos?
- 8) O Colégio Pedro II que você viu nascer em Realengo era diferente daquele que você conhecia antes? Por quê? (*Em caso de resposta positiva, pode-se perguntar: que diferença era essa?*)
- 9) Quais eram as condições de trabalho na época em que o colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- 10) E no Centro Comunitário da Capelinha? Houve alguma mudança?
- 11) Por que o Colégio se transfere para esse Centro Comunitário?
- 12) Ainda em termos de condições de trabalho, o que você acha que mudou com a transferência do colégio para o espaço da Fábrica de Cartuchos?

❖ **Questionário “Diretores”:**

- 1) Como surgiu a ideia de criar a Unidade de Realengo? Quando isso aconteceu?
- 2) O que poderia representar a criação de uma nova unidade escolar para a rede de unidades existente?
- 3) Como reagiu a comunidade interna do Colégio à notícia da abertura de uma nova unidade?
- 4) Nos anos de 1980, foi formulado um plano diretor de longo prazo que previa a oxigenação das atividades relativas ao ensino e a inserção do Colégio Pedro II por entre as atividades de pesquisa, extensão e cultura. O lema desse plano diretor era “O Futuro Velho Colégio Pedro II”. Qual a relação entre o projeto de unidade para Realengo e esse plano diretor?
- 5) O local destinado à instalação da nova unidade do Colégio Pedro II sempre foi um dos espaços da Fábrica de Cartuchos do Exército?
- 6) O Colégio poderia ter sido instalado em Santa Cruz? Em que local ele seria instalado? Por que essa ideia não se concretizou?
- 7) Quais critérios foram empregados para o provimento da então unidade experimental em termos de recursos humanos?
- 8) Como as primeiras turmas da Unidade de Realengo foram formadas?
- 9) Por que se optou por um concurso especial, diferente do concurso da rede?
- 10) Qual era a estrutura das provas desse concurso? Qual foi a média de corte estabelecida?
- 11) Quantos candidatos foram aprovados? Qual era a faixa etária desses alunos? Você tem referência sobre o bairro de origem desses alunos?
- 12) O Colégio Pedro II que você viu nascer em Realengo era diferente daquele que você conhecia antes? Por quê? (*Em caso de resposta positiva, pode-se perguntar: que diferença era essa?*)
- 13) Quais eram as condições de trabalho na época em que o colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- 14) E no Centro Comunitário da Capelinha? Houve alguma mudança?
- 15) Por que o Colégio se transfere para esse Centro Comunitário? Por que motivos o convênio com a Prefeitura do Rio foi descontinuado?
- 16) Ainda em termos de condições de trabalho, o que você acha que mudou com a transferência do colégio para o espaço da Fábrica de Cartuchos?

Apêndice C

Transcrições das entrevistas

1) Entrevista com Sr. Álvaro (Movetec) – 24/10/2017 – 37'05”

- Sr. [...], bom dia.
- Bom dia.
- Por que se decidiu lutar pela abertura de uma escola?
- 8 de agosto de 1983. Existia um movimento ainda na época do prefeito Saturnino Braga, que começou a montar na prefeitura... na regional da prefeitura lá de Bangu, uns conselhos comunitários para tentar verificar em cada segmento: educação, saúde e saneamento básico, convocou as comunidades, a associação de moradores lá para que... falar dos seus pleitos, eles queriam fazer um projeto para a Zona Oeste, de recuperação. E, naquela época, eu ainda trabalhava na Petrobrás, e tinha sido formado pela Petrobrás para trabalhar aqui na operação industrial da Reduc, da Petroflex, Nitriflex, e um pensamento particular meu, naquela época, dizendo o seguinte: “olha só, eu passei mais de 1 ano estudando essa tecnologia de Petrobrás, por que que esse negócio não pode se expandir na Zona Oeste também?”. Maior dificuldade de se entrar numa escola técnica – a gente chamava de escola técnica, né? – antes de se transformar... Os IFs são agora de 2008, né? A lei dos IFs, mas lá atrás eram escolas técnicas, pouquíssimas, concentradas do Maracanã pra baixo. Escola Técnica de Química e o CEFET, no Maracanã, e o restante ou vem pra cá, na região, não tinha nada lá em cima, naquela região que pegava o Campo dos Afonsos até Santa Cruz. E aí, já pensando no polo petroquímico, tão falado naquela época, de Itaguaí, que ia acontecer e hoje é uma realidade, várias empresas estão no polo petroquímico. Então, eu pensando essa história: “por que que esse povo lá de cima – eu ainda morava em Realengo – não pode ter a mesma facilidade”, pensando como cidadão, “de ter escolas aqui em cima que não precisasse sair dessa região, estudasse nessa região e fosse trabalhar aonde que o Brasil chamasse, cada um tomar seu”... E nisso, com essas reuniões, que se tratava ainda de esgoto, de luz, de iluminação pública, de educação municipal, aquela coisa toda, nós começamos a juntar pessoas daquela área de Realengo que estivessem interessadas em fazer um projeto para dar uma alavancada nessa história de aumentar os postos de saúde, aumentar o número de escolas municipais. E, em 1983, nós fizemos o primeiro documento para a prefeitura, perguntando se havia a possibilidade da prefeitura instalar escolas, ajudar a aumentar o número de escolas de ensino médio. A gente nem pensava ainda nessa história de escolas técnicas e tudo, mas apontamos, já naquela documentação, se não teria condições de ir até o governo federal, a prefeitura, e dizer: “olha, naquela região...”, que na época tinha 1 milhão e 200 mil pessoas, hoje já está com mais de 2 milhões, voltando ao Campo dos Afonsos e Santa Cruz, são os dados quem tem da prefeitura, mais de 2 milhões de pessoas, o que fazer com essa garotada? Então daí começou a surgir a ideia da gente visitar a Escola Técnica Federal de Química, que ainda é aqui no Maracanã, e dizer pra eles: “olha, nós temos uma fábrica de cartuchos que foi desativada, tá lá cheia de mato, tem uma proposta de fazer apartamentos...”, esta área ela era composta por uma fábrica de 3 blocos. Hoje, onde está o Colégio Pedro II é a área 1, na área 2 foram construídos os apartamentos na Avenida Santa Cruz, pela Pouplex, e a área 3, também abandonada, nós estávamos naquela época mirando um pedaço da área 3 para colocar uma escola técnica lá. Passou por vários diretores da Escola de Química, né? Nem se pensava em Pedro II naquela época. Aí, na Escola de Química, nós tivemos um diretor lá, professor Virgílio, que fomos a ele, formamos uma comissão de moradores, fomos até ele e dissemos: “professor, haveria a possibilidade da gente começar a estudar uma proposta de levar uma escola pra lá? Porque nós estamos vislumbrando essa possibilidade de ter um polo petroquímico naquela região, ele vai aumentar muito e a gente gostaria de ter uma escola de Química para que os alunos da Zona Oeste pudessem aprender e a mão de obra deles ser colocada lá no fundão de Santa Cruz, Campo Grande, Santa Cruz, por aí afora. Ele disse: “olha, a ideia é muito boa. Então, eu proponho a vocês que... Qual é a área?”. E nós dissemos: “tem uma área do Exército, que a gente não sabe qual o fim que vai dar lá, mas os rumores são que eles vão fazer apartamentos também. Haveria a possibilidade de a gente ir a Brasília, perguntar ao Ministro – da época -, tanto o Ministro do Exército quanto o Ministério da Educação, a possibilidade de autorizar o senhor a expandir pra Zona Oeste?”. Então, tudo começou, com relação à Zona Oeste, a gente foi perguntando na Escola de Química, aqui no Maracanã. E os anos foram passando, a gente foi aprimorando essa história, juntando gente, chegamos a juntar 72 associações de moradores,

do Campo dos Afonsos e Sulacap até Santa Cruz, e esse movimento, através de abaixo-assinados, de mídia, de deputados federais, estaduais e da Câmara de Vereadores, né? Nós conseguimos o tombamento da fábrica. Porque... Como um todo! Aquela fábrica toda é tombada. Apesar de ter movimentos dizendo que... o decreto regulamentando a lei, mas um decreto não suplanta a lei, ele regulamenta, então, toda a área, tanto a do Pedro II, onde que está hoje a Praça do Canhão, até a área lá atrás, onde está a Escola de Química, ela é tombada pelo município e está gravado lá o tombamento dela no IRPH do município, se pegar o livro lá, está lá dizendo que essa área é tombada por uma lei de 1993 e essa lei foi assinada pelo Cesar Maia. A partir disso aí, começou a questão toda: a gente quer fazer escola, tinha uma prévia autorização do MEC pra Escola de Química, mas não tinha o terreno. E... Consta... Aí nós fomos ao Exército. Quando chegou no Exército, o Exército disse: eu não posso ceder a área toda, posso ceder uma parte. Aí já estava na diretoria da professora Maria Célia na Escola de Química. E então nós pedimos... Ela foi a Brasília com a deputada federal lá da Zona Oeste, que nós não sabíamos dessa história, e consegui lá 21 mil metros quadrados e dali teve todo um trâmite dentro do Patrimônio da União, resumidamente. E aí conseguiu-se o seguinte: o Exército cede a área, aí começou a questão do orçamento. Não tinha orçamento. Tinha a área cedida, mas não tinha orçamento. Aí o Exército começou a pedir a área de volta. Bom, com isso tudo ainda, a população continuou reunida, reuniu os parlamentares, reuniu o Congresso Nacional, a base parlamentar do Rio de Janeiro daquela época e fortaleceu a ideia de que precisava realmente ter uma escola lá em cima. Só que chegou num determinado momento que o MEC falou o seguinte: "olha só, a gente já tem a Escola de Química no Centro do Rio de Janeiro, temos o CEFET e não tem como botar outra Escola de Química lá em cima". E o professor Virgílio, lá na época, tinha falado pra gente: "olha só, se vocês não entrarem na área de saúde, a gente não consegue levar essa escola lá pra cima". "Mas, professor, nós sonhamos tanto em ter a Escola de Química lá em cima!", e o professor: "mas, é a única cadeira que está tendo, da grade do MEC, que ninguém quis botar a mão. E se a gente colocar a mão, a gente vai levar". E não deu outra: a gente teve que rever os nossos posicionamentos, mas também procuramos saber com o governo do estado como seria, qual era a proposta do governo do estado da época com relação... e com o município, principalmente na área de saúde, qual era o plano de expansão das clínicas e dos hospitais lá pra cima. Então, já tínhamos ali historicamente o Albert Schweitzer, o Rocha Faria e o Hospital Pedro II, lá em Santa Cruz, e o governo tinha alguns postos de saúde municipais. Então, ele disse: "Não, nós vamos expandir, se vai ter uma escola dessa vai ser muito bem-vinda porque com essa escola nós teremos mão de obra pra colocar nessas unidades". Só que o que nós tivemos que fazer? Conseguimos e: "tá bom, a região topa ter essa escola de saúde". Estou falando isso tudo pra ver como é que nós chegamos ao Colégio Pedro II. Então isso começou lá em 83, quer dizer, nós viemos até 2010 pra montar essa escola, começar a construção e começou lá em 2010. O Colégio Pedro II começou em 2004. Aí a montagem dessa... nós tivemos a montagem da grade curricular, depois, no finalzinho do tempo do governo do FHC, praticamente novembro e dezembro, nós tivemos uma assinatura, ainda com o então Ministro Paulo Renato, que era do FHC, ele esteve aqui no Palácio Capanema, aqui no Rio de Janeiro, teve um ato com sacerdote, com todo mundo, com a sociedade toda lá e fez um ato autorizando a construção da Escola Técnica aqui em Realengo. Só que, no apagar das luzes, o orçamento era muito escasso, aí com a entrada do governo Lula é que houve, realmente, o seguinte: "Não. Vamos fazer!". Só que na hora de "vamos fazer", e o governo Lula também queria fazer escolas técnicas no país, nós tivemos que levantar a questão seguinte: "mas, olha só, infelizmente, no governo FHC, colocaram uma cláusula lá que estava proibido fazer novas escolas técnicas no país. E aí nós avisamos o diretor que então da Escola de Química, que era o professor Edmundo, e o professor Edmundo... "professor, você vai ter que fazer um trabalho dentro do governo Lula, pra mudar a lei, nesse artigo que está aqui, se não a gente não consegue colocar nem Realengo nem escola nenhuma no país porque a lei ela é... a lei proíbe novas escolas técnicas no país". Naquela época nós tínhamos 140 escolas. Aí, por iniciativa da comunidade, também nós tivemos que entrar nessa história, saiu um projeto de lei, do Executivo, mandou pra Câmara e aprovou a mudança da autorização para fazer novas escolas técnicas no país. Então, você vê que a sutileza e a participação inteligente da comunidade, profissionais de Administração, Engenharia, professores, médicos, pessoas sem instrução, mas que queriam também participar... Então se reuniu todas essas ideias e vamos fazer uma escola aqui. Por quê? Nós temos 2 milhões de pessoas pros seus filhos aqui dentro, inclusive os militares, que não têm onde botar essas crianças. Vamos começar por essas. Então, aí demos a partida. O governo Lula, realmente, com a participação do professor Edmundo, nós conseguimos a verba pra

construir a escola e chegamos ao ponto seguinte: está autorizado a fazer a escola, mas pelo... Voltando um pouquinho atrás, antes do governo Lula, tinha um programa chamado PROEP. PROEP era um programa que incentivava as escolas técnicas no Brasil. E agora, como vamos fazer com esse programa? Não tinha dinheiro, não tinha uma certa situação dentro da Escola de Química, aí nós tivemos que falar com o MEC, a Escola de Química conseguiu, uma jovem que estava fazendo Arquitetura na UFRJ chegou perto do grupo e disse: “olha só, nós temos que defender uma tese dentro da UFRJ e a gente poderia escrever alguma coisa ou desenhar – arquitetar – essa escola técnica de vocês? O que vocês acham? A fábrica que virou escola”. Perfeitamente! Então, toda a parte de arquitetura da Escola de Química lá foi arquitetada por pessoas da comunidade que também se juntaram e desenharam. E depois veio uma outra jovem também, de outro grupo que... O grupo anterior tinha feito o projeto pra Escola de Química, mas veio uma outra jovem que fez “A Fábrica que Virou Escola”. Esse projeto está em algum lugar aí e a gente tem que descobrir onde que ele está porque ela fez, ela desenhou o Pedro II. A Fábrica que Virou Escola, ela fez todo um projeto lá, antes da gente conhecer o Pedro II. Ela queria que a Escola de Química viesse também para a área 1, mas aí a Escola de Química decidiu ficar lá na área 3, naquele pedacinho de 21 mil metros quadrados. Então, essa foi a primeira fase. Quando chegou nos anos 2000, vai a Brasília, vem de Brasília, começou a perceber o seguinte: “mas, vem cá, lá em São Cristóvão tem o colégio também, o Pedro II. Por que que a gente não pode bater na porta do Pedro II e perguntar se também não tem interesse?”. Já que a Escola de Química conseguiu um pedaço de terra, mas tem uma outra fábrica aqui na frente que a tendência é virar apartamento, alguma coisa, nós estamos lutando para que não aconteça isso. Aí batemos à porta do professor Choeri. E aí o professor Choeri pediu pro professor Rui March que dissesse pra comunidade o seguinte: “olha só, é muito bem-vinda a ideia, mas infelizmente nesse momento a gente não pode atender vocês porque a gente não tem a terra. E, tendo a terra, a gente pode até discutir”. Tá bom! Pegamos aquela informação, aquela carta e espalhamos aquela carta por tudo quanto é lugar que a gente poderia.

- Que carta era essa?
- Era uma carta do Colégio Pedro II, respondendo a carta da comunidade e dizendo que se tivesse a terra, a ideia era muito bem-vinda, e se tivesse a terra eles topariam estudar um projeto lá pra cima.
- O senhor tem esses dois documentos?
- Teria que verificar onde que essa carta está, mas essa carta existe ainda, é uma carta muito bacana, foi assinada pelo professor, que era o chefe de gabinete dele, Rui March. E aí nós partimos pra cima dos parlamentares da época, nos três níveis, tanto municipal, estadual e federal, sabendo que o federal que tinha que mandar dinheiro - agora já tô entrando na questão do Pedro II, né? – pra fazer com que tivesse uma reversão da área, que estava na mão do Exército, para o Patrimônio da União, para entregar para o Colégio Pedro II. E aí, num belo dia, depois de muita negociação da comunidade junto ao governo federal, ao comandante do Exército da época lá, decidiram... e o presidente da República, decidiram fazer a reversão pro... Em 2000 já era o finalzinho do governo FHC, né? Aí decidiram ceder a área para o Colégio Pedro II.
- Por que o Colégio Pedro II? O que motivou essa escolha?
- Qualidade! A Zona Oeste ela tinha um... do Campo dos Afonsos pra cima tinha uma cortina que não deixava aquele alunado ver o que tinha de bom aqui pra baixo. E por que que esse aluno não pode abrir essa cortina e por que... a falta de mobilidade, a dificuldade... Era 1, 2 ou 3 alunos que você conhecia que podiam ter condição de vir de São Cristóvão, Engenho Novo ou alguma coisa. Por que que não pode ter a mesma escola aqui em cima? Sempre aquela pergunta: por que que esses alunos não podem ser contemplados? Aí começamos a estudar o Colégio Pedro II, o que era o Colégio Pedro II? A gente não sabia. A gente só pensava em Escola de Química. Escola técnica, escola técnica, escola técnica, né? Aí esse grupo começou a se aprofundar e disse: “olha só, vamos partir realmente pra conseguir o terreno, depois a gente vê o que acontece lá dentro”. Porque a nossa ideia era a seguinte: levar colégios de qualidade, federais, pra áreas federais, que ficaria mais fácil a negociação do espaço, né? Espaço físico, né? E deparamos com a possibilidade do Colégio Pedro II. Então, é esse o óbice? Então vamos atrás da área! E num belo dia veio a resposta, antes de terminar o governo FHC: “olha, o Exército vai reverter a área, sim”. Aí, demorou um pouco, mas... “ah, vamos voltar ao professor Choeri”. Aí isso já tinha... começamos em 2000, perguntando, quando chegou mais ou menos em 2003, acho que foi a reversão, em 2004, mas em 2003, acho que foi em 2003, nós entregamos... É, começamos a entregar a área para o Colégio Pedro II. Um belo dia

eu apareci aqui e “gostaria de conversar com o professor Choeri e tal, marquei uma reunião com o professor Choeri: “olha só, tá aqui uma proposta do Exército porque ele quer saber se realmente o senhor topa fazer lá porque eles estão a fim de reverter a área”. Ele ficou meio branco, né? Aí colocou o professor Oscar na jogada: “Oscar, veja o que é isso aí, essa comunidade, eu acho que eles vão conseguir a área, fiz o desafio pra eles e eles foram atrás”. Então, a proposta de levar as escolas federais lá pra cima era justamente isso. Só se falava em ensino médio nas escolas estaduais. Poucas escolas estaduais naquela região ali. E por que que não pode ter a federal? Então, nós fomos atrás da Escola de Química, fomos atrás do Colégio Pedro II, a comunidade mostrou pra essas duas instituições que ela tinha uma força política suprapartidária de fazer com que a região não só ficasse com as indústrias lá no final, mas que a área também tivesse condições de fornecer essa mão de obra. Apesar das escolas ser universal, né? Pode ter alunos de qualquer canto do Brasil, mas o que fazer com aquela população lá? E a população dali deu uma resposta, conseguiu fazer com que... mudar a cabeça dessas instituições pra ir pra lá e dizer o seguinte: “olha só, nós não vamos ficar satisfeitos com essa história, não. Nós só temos escolas estaduais aqui e escolas particulares. E ter a universidade aqui dentro. Nós queremos ter também universidades a nível federal. A nossa universidade mais próxima é lá na Rural. Tá muito longe!”. Então, uma história resumida desse acontecimento foi justamente isso: que a gente percebendo... A gente que eu digo, o grupo, né? Pessoas, né? Que se reuniam lá junto com a igreja católica, igreja evangélica, tinha o padre João Cribbin que incentivava muito. Dizia: “ó, gente, se fosse na minha terra, a gente deitava no trilho e a gente conseguiria essa escola, mas aqui são outros 500, vocês têm que se reunir, têm que fazer associação de moradores, mesmo, e vão atrás disso aí que vocês vão conseguir”. Então, sem coloração partidária nem coloração religiosa, nós juntamos um povo e dissemos: “olha, saúde e educação vai ser a nossa prioridade”. Então esse grupo partiu, ajudou a [ininteligível] região.

- O senhor poderia comentar esses documentos aqui?
- Isso foi na Câmara dos Vereadores.
- O senhor se lembra quando foi?
- Esse aqui foi na época do... que nós estávamos pedindo o tombamento da fábrica de cartuchos.
- Você reconhece seus colegas aí?
- Sim. Aqui, o [...]. E aqui, esse já faleceu, que é o esposo da [...], o [...]. Aqui eram alunos, que a gente ia nas escolas municipais e dizia: “olha só, gente, vocês estão terminando o ensino fundamental, daqui a pouco vão entrar no ensino médio e não tem escola pra todo mundo, não”. Então, algumas professoras da região, elas aderiram também a esse movimento e incentivavam os alunos, iam com os alunos pra dentro dos locais que nós iríamos fazer aquelas reuniões, seja com o poder público estadual, municipal ou federal. Nesse caso, aqui, foi uma manifestação na Câmara, onde o pessoal pediu o tombamento da fábrica de cartuchos.
- O senhor ia dizer a data, mas eu acabei lhe cortando...
- Isso aí foi em 1993. 1993.
- Certo! E essa outra imagem aqui? O que o senhor tem a dizer a respeito dela?
- Isso aqui era um trabalho que a gente sempre fazia, através de documentos. Aqui está o [...]. Ele, certamente, deveria estar entregando alguma coisa do movimento, pedindo a criação de uma escola na Zona Oeste, que era a Escola Técnica de Química. Tanto é que está aqui o FHC, o Marcello Alencar... Então, a gente aproveitava todas as oportunidades, onde estava a presidência, onde estava o governador, alguma coisa, e panfletávamos, dizendo o seguinte: “isso aqui é a proposta para a Zona Oeste”.
- Certo! Qual a importância da fábrica de cartuchos pra Realengo?
- Bom, eu não tenho aqui as datas precisas da inauguração e da finalização dela, mas a única história que a gente sabe é que essa fábrica de cartuchos teria sido montada para ajudar na confecção do armamento pra guerra, ainda. 1945, por aí afora. Então, a importância foi que, na época em que ela estava viva, ela tinha mão de obra de pessoas civis, inclusive tem pessoas vivas ainda que trabalharam lá. E ela ajudou o desenvolvimento de Realengo, fazer que Realengo seja conhecido. Inclusive, do lado dela nós temos a antiga AMAN, que é a 9ª brigada. Aquilo ali foi AMAN, escola de militares, presidentes, foram formados 2 ali, né? Foram formados ali dentro. Tanto é que se você olhar, da 9ª brigada, olhar pro Campo de Marte, vai ver que tem alguns totens lá no fundo, perto do viaduto, que são exatamente... Os da AMAN, lá em Resende, são réplicas daqueles ali. A escola militar começou ali onde é o Museu Histórico, ali perto do Santos Dumont, depois passou pra Realengo, escola militar. E depois de Realengo ela passou lá pra AMAN, é o que a gente sabe. Agora, esses dois eventos, tanto a escola militar como a fábrica de cartuchos, empregou muita gente daquela região ali. Então pra Zona Oeste,

- percebo que foi, à época, um ícone de desenvolvimento. Tanto trazendo os militares pra lá quanto fazendo com que os civis, também, que não tinham nada, não tinham emprego perto das suas casas, por ali, tivessem a oportunidade de trabalhar ali dentro.
- Certo! E, apesar de abandonada, ela sempre se fez presente?
 - Sim. Houve um período que a IMBEL, que era a empresa que ficava lá dentro, ela saiu, parece que foi pra Itajubá, se não me falha a memória, em Minas Gerais. Então, o patrimônio continuou nas mãos do Exército e a gente viu que ao longo do tempo com as mudanças de comando do Exército a tendência era fazer tudo aquilo ali virar apartamento de fora a fora. Eles conseguiram na área 2. Mas aí, o povo: “ôpa, espera aí! Se tem uma área pública federal aqui, por que que vai deixar isso ser vendido e ficar apenas pra um grupo seletivo de pessoas, não que a gente menosprezou as pessoas, mas por que que não pode se transformar numa escola ou hospital?”. Então, esse movimento foi criado em cima disso: levar a educação e a saúde pra aquela região. E, realmente, se você for notar, no final das contas, quando a gente faz o resumo dessa história, você tem a educação e a educação de saúde na escola técnica de saúde do outro lado, lá. Então... E essa mão de obra toda tá sendo pulverizada aqui nos hospitais. Com dificuldades, porque os hospitais estão com dificuldades [ininteligível] saúde funcionando, mas o povo que é formado ali naquela região eles têm a oportunidade de fazer o seu crescimento naquelas áreas industriais ou na área de Humanas ou da Saúde.
 - Certo! E qual é o sentido de o Colégio Pedro II se encontrar, hoje, no espaço da fábrica de cartuchos? O que isso significa pra vocês?
 - Nós tínhamos uma dificuldade muito grande no ensino fundamental, nas prefeituras anteriores, que as crianças entravam lá, estudavam, e quando chegava na hora de fazer o vestibular, o ensino médio... onde está a escola? E não passavam! Não passavam, não passavam, não passavam. Uma conversa desses encontros com os parlamentares na rua, eu tive oportunidade de estar numa dessas conversas, passar pelo prefeito Cesar Maia, no 1º mandato... “Prefeito, hoje nós temos uma dificuldade muito grande naquelas escolas municipais lá porque os pais ficam perguntando o seguinte: meu filho fica x anos aqui dentro - 8 anos, ainda, na época, agora é 9 - e depois não consegue passar numa escola técnica, num Colégio Pedro II. O senhor não acha que a gente poderia fazer alguma coisa, levar uma dessas unidades lá pra Zona Oeste e com isso colocar como se fosse uma estaca de qualidade ali naquele local, onde os pais começariam a pressionar as escolas municipais, dizendo o seguinte: por que que meu filho fica 8 anos aí dentro e não passa pro Pedro II?”. O prefeito ficou olhando, olhando, olhando... “O que está passando na sua cabeça?”. No meio da rua! “O que está passando pela sua cabeça?”. Eu disse: “Prefeito, o seguinte: nós estamos nos aproximando do Colégio Pedro II. Por que o senhor não convida o professor Choeri pra vim conversar com ele? Nós temos uma escola municipal, chamada Gil Vicente, que ela à noite não tem nada. Por que o senhor não faz uma experiência lá? Cede a escola à noite e vê se o professor topa isso”. Aí ele falou assim: “vai, marca com o Choeri, diz pra ele ir lá, pede pra ligar pra mim”. Aí o Choeri, resumidamente, convocou o Oscar também e disse: “olha, o prefeito quer falar com a gente, Palmeira, que história é essa?”. “O prefeito quer falar com o senhor porque está com uma proposta, já que o senhor está começando a receber a área do Exército, ele tem uma proposta de antecipar essa ida do Colégio lá pra cima. Tem uma escola à noite que está vazia e ele vai propor isso pro senhor, mas tem que ser oficial”. “Então, marca lá que nós vamos lá”. E chegou lá, aconteceu isso. O professor Choeri fez todo o seu discurso e tudo: “se o senhor me ceder a área lá do Gil Vicente, a gente começa com algumas turmas (isso foi em 2004) e, em seguida, nesse ínterim, o Exército está pra passar o imóvel, depois eu saio de lá e vou pra fábrica de cartuchos”. E assim aconteceu. Chegando lá, o prefeito, nessa reunião, chamou a secretária, Sonia Mograbi, da época e disse: “secretária, eu estou decidindo aqui com o Colégio Pedro II, a senhora providencia lá, que a prefeitura vai ceder o Gil Vicente pra eles trabalharem lá à noite. Ela ficou meio surpresa com aquela história toda, mas o prefeito naquele momento ali percebeu a importância de ter um colégio do naipe desse, de estar lá na Zona Oeste pra fazer exatamente o que a comunidade tinha sugerido. E coloque um [ininteligível] aqui pra que todo mundo pergunte por que o meu filho não passa pra lá. Isso realmente foi fantástico porque todas as escolas municipais, do Campo dos Afonsos até Santa Cruz, começaram a perceber isso. E nós fizemos um trabalho, na primeira vez que ia ter o concurso pra entrar no Pedro II, foi tudo concurso, eram preciso 196 alunos, da primeira vez, tivemos que catar aluno praticamente a laço, até porque não tinha a característica “que escola é essa? Muito pesada! Não me interessa isso. Eu tô acostumado com uma escola mais ou menos... Eu passo... Tô em casa, o pessoal acha que eu vou pra escola e fico por aqui... Aluno de ensino médio... Pra que que eu vou... Tá bom demais”. Aí, a escola foi colocada naquele lugar, começaram, repito,

- começaram a questionar, os pais começaram a questionar: “eu quero que o meu filho passe no Pedro II, eu quero que meu filho passe na escola técnica...”. E essa pressão popular, o prefeito percebeu isso, ajudou a ida do Colégio Pedro II. Porque... O que que nós fizemos? Na primeira vez que o professor Choeri “então vamos fazer lá, vamos receber, fazer o convênio, tal. Agora, vocês têm que ajudar a botar aluno lá dentro porque a gente não conhecia direito a Zona Oeste”. O que que nós fizemos? Saímos de Campo dos Afonsos, de todas as escolas municipais, montamos uma força-tarefa até Santa Cruz, batemos em todas as escolas municipais, dizendo que ia ter um Colégio Pedro II, pra que os alunos pudessem se inscrever. Então, espalhamos a notícia. E, dessa parte foi o professor Oscar que participou, essa parte pedagógica. Tivemos dificuldade pra botar aqueles alunos lá porque: “o que que é isso? Pra que que eu quero isso? O que que o Colégio Pedro II vai me dar? O que que a escola técnica vai me dar? A minha realidade é outra, eu nunca consegui chegar lá em cima...”. Não, vamos tentar! Vamos tentar. E hoje a gente vê a beleza que é aquilo lá, que todo mundo... É uma disputa violenta! Quiséramos nós que tivesse mais áreas pra fazer mais Colégios Pedro II, mais escolas técnicas, mais pro fundão, chegamos até a... o professor Choeri teve a oportunidade de ser chamado pela Casa da Moeda. Lá tem 10 salas de aula que estavam...
- Onde fica esse espaço?
 - Dentro da Casa da Moeda, lá em Santa Cruz. Nós chegamos a cogitar, fizemos um grupo aqui, fomos lá, pegamos a antiga van que tinha aqui, o professor Choeri foi lá, chegou quase – já era no governo Lula – chegou quase a um acordo, que era justamente para que o Colégio, além de Realengo, implantasse um núcleo lá também pra ajudar aqueles trabalhadores, porque os caras, segundo informações, que fazem a cunhagem lá das moedas, são pessoas analfabetas. Então, o Colégio ia dar essa... ia dar o propedêutico lá pra eles, mas acabou que não vingou essa escola em Santa Cruz.
 - O senhor não sabe por que não vingou?
 - Não. Eu não sei. Aí é questão de dentro, eu não estava aqui ainda, né? Então... Alguma coisa aconteceu aí no meio do caminho que não deu pra fazer, lá com o diretor, pedagogicamente, não sei. Mas o Choeri disse o seguinte: “vou botar uma escola em Realengo e vou ver se consigo botar um núcleo em Campo Grande e outro lá em Santa Cruz”.
 - Em Campo Grande seria onde?
 - Em Campo Grande era uma área do Exército, do outro lado do primeiro viaduto, quando você chega em Campo Grande... Chegou logo em Campo Grande, no primeiro viaduto você passa pro outro lado, na Estrada do Caroba. Tinha uma área do Exército sendo vendida ali, abandonada. E o Choeri chegou a fazer uma carta pro Patrimônio da União, pedindo que aquela área passasse pra ele, mas o Exército não abriu mão e vendeu pra uma madeireira. Estrada do Caroba, bem embaixo do viaduto. Então, a ideia dele era justamente isso: fazer Realengo, Campo Grande e Santa Cruz. Em Santa Cruz ele fez uma minuta de convênio lá que não foi à frente; Campo Grande ele fez o documento pro Patrimônio da União, que também não teve resposta. Teve resposta só de Realengo.
 - Sr. [...], muito obrigado pela sua entrevista.
 - Foi um prazer.
 - Obrigado.
 - Espero que você tenha bastante sorte lá, e já te falei que lá em cima nós temos documentos que podem ser vistos por vocês lá. Talvez tenha alguma coisa que interesse, uns papéis... Inclusive eu tenho o primeiro documento de pedido de tombamento que nós fizemos pra prefeitura. Tenho [ininteligível] dele, uma série de reportagens mostrando que a fábrica de cartucho era cheia de mato, tinha um monte de coisa lá, vários relatos. Posso, não posso, não tem como te dar, a prefeitura falando, o governo do estado falando. A gente não tinha noção, vai pedir a quem, né? Começou com a prefeitura. Aí tinha aquela história de que não é do escopo da prefeitura fazer isso, peça ao estado, não é do estado, até que nós chegamos na federal e tive um verdadeiro milagre aquilo ali acontecer porque eles iam vender. A União, através do Exército, ia vender aquilo tudo, ia ser apartamento de fora a fora até lá atrás. E vou dizer uma coisa pra você: se o Colégio entrasse de cabeça, hoje, em 2017, com relação à área 3, nós poderíamos botar uma baita de uma escola lá atrás, porque aquilo lá está em litígio ainda.
 - É... Obrigado, Sr. [...], muito obrigado mesmo. Obrigado.

2) Entrevista com Sr. Ernesto (Movetec) – 24/03/2018 – 43'01”

— Sr. [...], bom dia.

— Bom dia.

— Por que se decidiu lutar pela abertura de uma escola?

— Meu querido, eu fiz parte da associação, ao longo da minha vida, comecei com 19 pra 20 anos, vivendo, morando aqui, no Jardim Novo, junto com minha avó. Viemos da Leopoldina, em Olaria, passamos a morar como quinta casa do Jardim Novo, Realengo. Era tipo um brejo. Um brejo que eu podia falar que era uma fazenda porque eu pegava as coisas no meio da rua: uma abóbora, tá, as árvores plantadas, chuchu na rua, [ininteligível]. Tinha essa coisa gostosa que na grande cidade, hoje, sente falta. E realmente era dificuldade, pra muita família, passar do tempo, que começaram a habitar ali, tendo seus filhos, seus netos, e não tinha proximidade de escola nenhuma, era tudo longe. Muito longe! Eu praticamente fui... continuei estudando na zona da Leopoldina, em Olaria e Bonsucesso, depois passei a estudar em Niterói, na UFF. Né? Não tinha nada por perto. E dali encontrei vários colegas também, na mesma situação, no mesmo pensamento. Né? Um trabalhava em Furnas, em Botafogo, outro já era professor também, dava aula muito longe, enfrentava a mesma dificuldade da nossa região. Aí, tentamos a discutir profundamente e eu falei: "cara, eu tenho que lutar pra Educação, não tem escola aqui na nossa região". Aí, tinha um campo de futebol que no final de semana eu gostava de brincar com os amigos. E realmente dei uma parada, chamei todo mundo: "me desculpa, o futebol... vai ser a última vez que nós vamos brincar nesse campinho aqui. Porque tem outro campo ali perto. Aqui vamos lutar pra construir uma escola pros nossos filhos, dos nossos amigos, nossos sobrinhos, até os nossos netos". E realmente foi uma obrigação, comecei a escrever, pegar abaixo-assinado dos moradores, cobrar do prefeito... Tá? E realmente foi construída uma escola, um morador que era aposentado ficou como coordenador do trabalho, daquela obra, e ficou tão emocionado que morreu, teve um enfarte com a emoção, vendo aquela escola em pé, que ele participou ativamente e hoje o nome dessa escola leva o nome dele: Eduardo Almeida Cardoso, que fica ao lado da Escola Azul e Branco. Tá? A partir dessa luta e das outras muito mais... que este é um problema diário, de transporte, eu disse: "não, é pouco!". O pessoal terminava o primeiro grau e não tinha o segundo grau, ensino médio, na nossa região da Zona Oeste. Aí eu comecei a fazer levantamento. Tá? E deu que a nossa região tinha, aproximadamente, 2 milhões de habitantes, constituídos por milhares de jovens com idade entre 14 a 18 anos. Quem concluía o primeiro grau, quase 70% para de estudar por falta de vaga, na região, do ensino público do segundo grau. De acordo a estatística da secretaria estadual, que naquela época eu consegui pegar, oferecia na Zona Oeste, em 1992, 5 mil vagas para 17 mil candidatos. E isso, praticamente, você vê, que o dobro lá de fora de jovens na beira da marginalização já. Tá? Em 92! Em 1993, ele oferece 7 mil vagas, só aumentaram, praticamente, duas mil, mas num crescente de jovens que estava terminando o primeiro grau, que era 20 mil candidatos, ou seja, mais de 10 mil jovens atualmente fica sem acesso à escola. Esse fator contribuiu de forma direta para o crescimento do índice da violência nessa nossa região, em 1993. Nós [ininteligível], hoje, estamos em mil... 2918! Tá? Então, eu fazendo parte da associação, em 72 associações de moradores, que eu era um dos coordenadores delas também, e... muito carente a nossa regiões, brigando, lutando, cobrando a implantação de uma escola técnica, de uma implantação do Colégio Pedro II para a nossa região. Isso tudo na antiga fábrica de cartuchos do Exército, num terreno, aproximadamente, com 220 mil metros quadrados, em Bernardo de Vasconcelos, avenida Santa Cruz, área 3. E a área 1, hoje, é Bernardo de Vasconcelos também... Troquei.

— Certo!

— Desculpa, eu troquei.

— Não, não, imagina! Por que que vocês optaram por uma escola técnica?

— Nós, eu, praticamente, essa ideia, eu coloquei pro grupo da coordenação da luta, do movimento. Eu falei: "cara, eu fui aluno do Senai, no Maracanã, também, fiz um curso no Senai. Tá? Saía daqui pro Senai. E dentro desse padrão, aqui na nossa região, muito jovem sem oportunidade de ensino médio e também não tinha oportunidade de emprego, não era mão qualificada, não estava pronto para o mercado de trabalho. Então, junto dessa discussão, eu lutava por uma escola técnica federal para a nossa região. Tá? A partir dessa luta, também vimos uma necessidade também, junto nesse bojo, nesse terreno... nessa medida do nosso terreno, 220 mil metros quadrados, é maior que o da UERJ, nós falamos: "não pode ficar vazio, não pode ficar abandonado. Vam'bora lutar por Colégio Pedro II".

— E por que que se escolheu o Colégio Pedro II, que não é uma escola técnica?

- *Pelo ensino de qualidade. Ela não é uma escola técnica, mas prepara o jovem para enfrentar o mercado de trabalho. Tá? O ensino é diferenciado sim. Ensino público diferenciado, de qualidade.*
- *Certo! Conte-me um pouco mais como foi a concretização dessa luta de vocês, do movimento pró-escola.*
- *Posso dizer, realmente, eu acho que foi uma luta muito dura. E muitos colegas que estavam nessa coordenação desistiram mesmo. Abriram mão e algumas associações de moradores, muitos falaram que não ia conseguir. Eu realmente falei “não, me desculpe, eu vou continuar lutando”. É uma coisa que... Eu olhava nos olhos das mães, uma senhora, Dona Maria, analfabeta, ela lavando a roupa das casas onde moram os vizinhos, das outras pessoas e tinha, na época, realmente, 3 filho - duas menina, um menino. Mais velha uma menina. E ela sendo mãe e pai ao mesmo tempo. E na hora que ela me encontrava na rua, me abraçava e ela falava: “eu confio em você, Joel, tu vai conseguir”. Uma senhora negra, baixinha, uma lavadeira que botava aquela trouxa de roupa na cabeça, lembrava muito a minha falecida avó, que era negra. A minha bisavó foi da última geração de escravos. Tá? Então, eu falei: “não, realmente eu não vou desistir”. Eu prometi a ela que eu ia lutar até o fim, ver essa escola realmente funcionando, ver os netos dela ter oportunidade de entrar e estudar. E realmente foi, e eu mantive essa chama acesa, tá, dessa luta, e consegui um abaixo-assinado, colhemos 20 mil assinaturas, isso com o apoio muito grande do padre João, tá, na paróquia da Vila Militar, que ajudou muito. E nessa caminhada entreguei muito documento. Naquela época não tinha internet, não tinha nada, era o telefone vermelhinho, pretinho, escrevia, mandava pro Itamarati, que funciona ali, antigamente, na Marechal Floriano. Tá? Mandava pro Banco Mundial, pro BID, pra ONU, entreguei ali, tem um departamento que funcionava ali a ONU, na época. Entreguei muito documento denunciando a marginalização da nossa juventude aquele momento. Praticamente de 2002 a 2003, praticamente nós temos mais de 15 a 20 mil jovens na beira da marginalização, naquele período, tá, em que eu questionava o número, o índice muito mais alto de marginalização daquele tempo. Nós estamos em 2018! E de lá nós podemos contar nos dedos quanta escola foram construída, se for mais de 5 foi muita! Tá? Então, hoje, falando de hoje, falando da violência, é muito maior porque o governante, a autoridade nunca olhava pra Educação. Nunca tiveram paciência ou tiveram consciência de Educação transformando uma vida, um jovem, um cidadão e transformar um país. Nunca fizeram isso.*
- *Ok. Vamos comentar um pouquinho... Vamos comentar esses documentos aqui. O que que o senhor tem a me dizer a respeito dessa fotografia?*
- *Cara, uma coisa muito bonita e gostosa, cara. A espontaneidade das crianças da nossa região, tá, e praticamente aqui mais de 900 crianças, não contando com os professores e moradores que estiveram presentes ali também. Então, contando com os professores e mães, chega a mais ou menos mil e poucas pessoas na escadaria, na Câmara dos Vereadores, na nossa manifestação, mobilizamos sim e organizamos, dissemos não à violência e não à marginalidade, queremos educação, escola técnica, educação de qualidade na nossa região. E porque essa caminhada que nós fizemos e cobramos do prefeito um documento para tomar o prédio da antiga fábrica de cartuchos, onde se encontra o Colégio Pedro II. E aí nós levamos um documento também para a Câmara dos Vereadores, né, nós pressionamos os vereadores, cobramos dos vereadores e a imprensa deu o maior apoio, tá, nessa caminhada. E os vereadores assinaram aprovando o tombamento do prédio, que é um prédio arquitetônico, histórico, né? É uma coisa muito bonita. E nós denunciávamos a marginalização e morte dos jovens que naquele momento estava acontecendo na nossa região, indo pro tráfico. Tá? Essa caminhada que trouxe também muitos soldados, muito do pessoal que estava servindo lá na Vila Militar, nos quartéis, na [ininteligível], não via expectativa nenhuma de vida, de esperança. Aí, a luta pra trazer a escola técnica era pra dar oportunidade pra esses jovens também que sabia armar, pegar arma, que vai ser um grande soldado no meio do mundo do tráfico. Eu já estava com essa visão pra evitar uma coisa pior. Realmente autoridades demoraram, mas foi nessa caminhada, nessa mobilização para fazer o tombamento do prédio onde se encontra o Colégio Pedro II.*
- *E esse outro documento aqui?*
- *Ah, esse documento aí foi antes da mobilização lá da escadaria do Colégio Pedro II, que hoje funciona dentro do prédio. Daí a gente fez um dossiê mostrando a preocupação, a carta da população, que tá escrita aqui, do movimento da Zona Oeste, mostrando a preocupação com o crescimento da marginalização, com o número de jovens fora de sala de aula, tá, e a quantidade... da estatística através da Secretaria Estadual de Educação, que eles não esconderam, foi muito transparente. A Secretaria Estadual de Educação foi uma coisa*

transparente mesmo, ele mostrou a realidade do que estava acontecendo dentro do estado, principalmente dentro da Zona Oeste. Tá? Isso ele mostrou a preocupação também, que ele estava preocupado a trazer esses jovens. Né? Então, eu, na hora que o Fernando Henrique teve no Rio de Janeiro para inaugurar o Centro Cultural Banco do Brasil, que fica instalado na 1º de Março, tá, eu preparei um documento [ininteligível], mostrando a carta da população junto à assinatura de algumas autoridades também, alguns ministros anterior a ele, que já tinham respondido que era favorável, o Exército também era favorável, mas estavam esperando uma resposta do presidente, alguma autoridade maior. Então, eu não perdi oportunidade. Eu invadi a segurança, antes de ele entrar no carro, na saída dele com o governador, invadi, rompi a segurança, corri ao encontro dele, a Polícia Federal me prendeu, me tirou dali, mas eu consegui entregar na mão dele, gritei, entreguei na mão dele e conseguiu pegar, e dali foi uma nova etapa de luta.

— Que etapa foi essa?

— Em cima do governo dele. Dentro do governo dele, uma pura coincidência ou não, só tenho que agradecer a Deus. Tá? Eu entreguei muito documento através do Itamarati, pra ONU e o Banco Mundial, a carta fechada, tudo bonitinho, e consulado norte-americano. Eu não sabia, só fui dar por esse conhecimento no dia que eu vi a reportagem com o diretor, o nome do diretor do Banco Mundial, que era o Paulo Renato. Eu denunciei tudo isso, o Paulo Renato foi convidado por ele pra ser ministro da Educação. Nessa caminhada, nessa etapa de entrega do documento pro presidente, esse caminho não deslanchou. [Ininteligível] ficou lá na gaveta, ficou com assessor e assim foi, mas logo que o Paulo Renato assumiu, nós pedimos uma audiência, eu fui na audiência com o Paulo Renato. Né? Aí ele lembrou das documentações, entendeu? Ele falou que ia dar, realmente, um prosseguimento. Tá? Foi aí que foi a... que comecei a amarrar a discussão, o fechamento da construção da escola, a vinda da escola. Comecei em ver a finalização.

— Entendi. E qual é a importância da fábrica de cartuchos pra Realengo?

— Cara, é uma coisa bonita, uma coisa, outra coisa gostosa, cara. Eu falo assim... Uma criatura que é cantora, conhecida nacionalmente, internacionalmente, e ela trabalhou aqui na fábrica de cartuchos e andava de pé descalço, e ela não tinha condição, a família dela pobre. Tá? Aí, andando dentro de Realengo, Realengo já bem organizado, encontro famílias que tiveram... trabalharam na fábrica de cartuchos. Aí, conversa daqui, conversa dali, começa a perguntar, vou na casa de um, tomo um café, vou na casa do outro, assim vai, aí uma menina, uma senhora, né, que chegou pra mim:

- Eu tenho uma amiga que trabalhou comigo.

- Quem?

- É famosa, cantora.

Eu falei: Quem? Quem? Eu fiquei... Me chamou muita atenção. Quem?

- Leci Brandão.

- Leci Brandão trabalhou na fábrica de cartuchos! Pô, ela fala que é de Mangueira...

- Não! Ela fala de Mangueira e tudo... Ela nasceu em Realengo, família pobre!

- Pô, não brinca! Eu vou procurar ela.

- Pode procurar ela sim, ela vai conversar com você, vai sim. Pode conversar com ela lá.

Hoje eu não lembro o nome dessa senhora que conversei e tomei um café na casa dela, peço até perdão, mas uma coisa, que é essa coisa gostosa, né, pode falar que é pura coincidência, mas tem coisa que só Deus mesmo, só tem que agradecer. Aí, eu: "Tá, ok, obrigado". Aí eu fui lá procurar a Leci, mas fui lá no barracão da Mangueira, que era véspera de Carnaval, janeiro pra fevereiro, desculpa, janeiro, barracão a todo vapor, ali na Central do Brasil, ali atrás o barracão da Mangueira e eu estive lá, fui lá e encontrei a assessora dela, a secretária dela. E eu falei. A secretária na mesma hora ligou pra ela e ela falou, realmente, trabalhou lá e realmente... O chefe dela vendia faisão, criava faisão e vendia faisão para poder levar um dinheirinho a mais pra casa. Tá? E ela andava descalça, não tinha condições nenhuma. Tá? Não tinha condições. E realmente... E ela falou que se precisasse dela, se colocou à disposição, tá, desse trabalho, eu gostei, dei os parabéns, fiquei feliz porque ela não se escondeu, ela não negou a raiz de onde ela veio. Tá? Muito feliz! E a outra artista também é a Neuza Borges, que morou aqui em Realengo, e ela participou de uma caminhada conosco, né, de mobilização, de cobrança da construção do colégio aqui na nossa região. Ela morou, foi criada aqui, ela trabalhava na Globo e pegava o trem e o pessoal questionava porque ela pegava trem. Nesse bate papo que eu tive com ela, ela relatando... Hoje mora lá embaixo, tudo bem, mas eu fico feliz porque elas também não negaram a origem delas.

- Certo! Apesar de ter ficado abandonada, de ter passado alguns anos abandonada, a fábrica sempre se fez presente aqui em Realengo?
- Sim. A fábrica foi a vida de Realengo. Ela deu vida. Famílias, trabalhavam famílias aqui dentro. E tinha uma coisa gostosa aqui dentro, era um colégio. A fábrica tinha um colégio. O filho do operariado estudava nesse colégio dentro da fábrica, era obrigado. Cobrava as famílias a colocar os seus filhos aqui dentro, uma coisa que me chamava muita atenção mesmo, conversando com os trabalhadores, com os moradores que trabalharam aqui, também tinha uma coisa gostosa. Era duro, trabalhava, mas tinha uma coisa gostosa, era a força de crescer, fazer acontecer e fazer o bairro, a localidade, crescer também. Muitas famílias vieram [ininteligível] aqui. E tiveram seus filhos. A fábrica deu uma sustentação muito grande pra essa família. E a escola aqui dentro da fábrica, a escolinha, que ajudava o filho do operariado e também aprendia uma profissão dentro da fábrica e dá uma continuidade do pai ou do tio e assim vai sucessivamente.
- Certo! E, uma vez abandonada, em que se transformou esse local?
- Esse local foi o pior local da nossa região. Né? A fábrica abandonada, né, realmente era desova. Era... era roubo, prostituição em volta dela e, volta e meia, tinha um cadáver aqui dentro, tá? E era um ponto de assalto, era muito escuro, o Exército não dava conta não. Tá? Era triste, muito triste mesmo, cara. O pessoal tinha medo de passar aqui em qualquer hora. Tá? Naquela... Pra você ver aí... Esses anos todos lá atrás. Tá? Porque não tinha... A fábrica... E falta de escola. A fábrica era a sustentação de família porque tinha escola. Não é porque a escola... a fábrica botou a escola. E não tinha uma escola técnica ou de ensino médio aqui na nossa região. E a tendência foi piorando. A tendência no ano de 2002, 2003. Perdão, 1992, 1993, aí sucessivamente, um número crescente de jovens fora de sala de aula e a violência. Essa que foi a tristeza maior. Foi nesse momento, na discussão com todas as associações de moradores da nossa região, da Zona Oeste, da Sulacap, de Santa Cruz ou Sepetiba, mais de cento e poucas associações de moradores, nós nos reunimos num encontro, um encontrão que nós fizemos em Campo Grande, na igreja Nossa Senhora do Desterro. Tá? Lá dentro da igreja nós dividimos: educação, transporte, asfalto e água. E como já tava, por exemplo, a educação já há bastante tempo, eu fiquei na coordenação da educação, e ali que discutimos profundamente, todo mundo tava preocupado com a situação educacional na nossa região, que não tava havendo expectativa nenhuma. Aí, eu falei que tinha um terreno, a propor, um terreno muito bom que era a antiga fábrica, que tava abandonado. Aí que surgiu a coordenação da luta do movimento da escola na educação da Zona Oeste, do movimento pra escola técnica e veio, no bojo, o Pedro II junto. Aí que eu vim com essa coordenação, vim traçando, chamando as pessoas pra endossar essa coordenação, essa luta e a passar do tempo, como já falei, desistiram, não acreditaram, a passar do tempo desistiram da luta, eu continuei. Tá? Com os outros colegas que faleceram também, que continuaram a falecer no meio do caminho, tá, então, essa fábrica aqui era um lugar muito triste, abandonado. Tá? E tinha outro terreno, João XXIII, em Santa Cruz, perto da comunidade, era... E tinha ali a comunidade, uma plantação de laranja, uma coisa assim, nós vimos que ficava longe, porque o ponto estratégico da fábrica, que tinha a malha ferroviária, certo, e a malha rodoviária, subindo e descendo ao mesmo tempo, passando em volta do terreno. Se é... Se é... [ininteligível] olhei e mostrei a construção, ali, né, a fábrica, é um ponto fundamental, porque tinha ali, ali tava plantado já a malha rodoviária e ferroviária, pra facilitar a vinda e ida das crianças e dos professores.
- Certo! E qual é o sentido de o Colégio Pedro II se encontrar hoje no espaço da fábrica de cartuchos, o que isso significa pra vocês?
- Rapaz... É muita coisa, é muita boa, cara. Valorizou muito a região e... Uma vinda, né, não foi o mal, engraçado, não é que tem luz que não existe escuridão, que a escola é uma luz e aqui era uma escuridão, aonde era a fábrica tava abandonada, não tinha nada. No que a escola veio, clareou. Uma expectativa de vida, educacional também, pro jovem, e da população também, família, do comportamento, e influenciou, tá influenciando, também, o comportamento humano. A transformação da sociedade da nossa região, é uma coisa fundamental. E, é... Então, a vinda do Pedro II, da escola tá funcionando é fundamental, uma coisa, assim, de luz mesmo. Luz. É uma coisa, se uma criança estuda aqui e mora numa comunidade carente, a mãe vê aquela criança ali, com o uniforme do Pedro II, todo mundo olha, assim; "meu filho!", o povo fala assim, olha com prazer, é a coisa diferenciada, coisa boa.
- Certo! Vamos falar um pouco sobre o público atendido pelo colégio. Com o tempo, o movimento percebeu que os estudantes deixaram de ser exclusivamente do entorno?
- Sim. Antes de entrar nessa preocupação, esse momento também tem que colocar aqui um parênteses, uma situação que hoje virou lei, virou lei, mas essa discussão partiu da minha

peessoa, como coordenador, Joel, eu, tá, ali na Tijuca, numa reunião que tava sendo realizada, uma assembleia, com o diretor Choeri, tá, o Oscar como assessor dele, tá, uma situação muito pesada, sem dinheiro, o governo não tava mandando dinheiro e a situação muito pesada e, naquele momento já tinha, uma semana antes, tinha encaminhado um documento pedindo uma audiência, tá, e nesse dia que tava marcado tava acontecendo uma assembleia com os professores e a mãe dos alunos, com a direção toda, tá? E, só tem que agradecer mesmo, cara, eu vou falar isso, tem que agradecer muito à Deus por isso, tá? Naquele momento, tava marcado às 11 horas da manhã, e a assembleia tava rolando, chegando lá, a secretária pediu pra esperar, e ficamos esperando. A assembleia só foi terminar às 16 horas da tarde. Eu e outro colega, o Palmeira, ali presente, ficamos na espera, nós não saímos dali, nós não almoçamos, esperando a assembleia terminar. Na hora que terminou a assembleia, aí a secretária chega, "olha, já terminou a assembleia, o diretor já tá na sala". "Então fala com ele que nós tamos aqui desde as 11 horas da manhã, nós não saímos daqui". Aí, ele atende. E ele realmente abre o gabinete, foi lá, convidou, sentou, ofereceu água, café, água, aí pergunta, não, aí ele falou assim para, para nós, "eu tô desde 10 horas nessa reunião, até agora não almocei", aí foi que nós respondemos pra ele, "nós também não, nós não almoçamos também, não, esperamos, tava aguardando o senhor", tá? "Se você tem comida pra um, dois, ou três ou quatro, nós podemos almoçar na mesma mesa." Aí ele olhou, ele olhou assim, e disse "almoça aqui comigo?", "almoço, então, podemos almoçar". Realmente foi oferecido a comida, almoçamos no gabinete dele, e ele nervoso, e começou a relatar o fato da assembleia, falou que o dinheiro, não tinha dinheiro, e tava pronto pra fechar determinada unidade, o governo tava fazendo força pra isso, né? Aí, olhamos pra ele e falamos: "a solução somos nós". Ele olhou pra aquilo, "a solução são vocês?" E ele começou... Deu um nó na cabeça do Choeri, com o Oscar presente...

- A solução são vocês?

- São. Nós podemos trazer dinheiro, botar dinheiro no colégio.

- Como?

E ele gritou... Ele começou, assim, parou de comer! A fome dele foi embora!

- E nós podemos botar dinheiro no colégio, vamos bater de porta em porta nos gabinetes parlamentares, todos federais do Rio de Janeiro, e fora do Rio, nós vamos pedir ao ministro. Porque nós tamos caminhando aqui, nós tamos pedindo ao ministro há bastante tempo, aqui ó. Olha a resposta aqui.

E mostramos um documento, que tá aqui, né, e assinado pelo Ministro do Exército, Indústria e Comércio, é, a Educação... era favorável. Né? E através disso, com o terreno aqui. Nós demonstramos que se colocasse uma unidade em Realengo, o dinheiro ia entrar pro Colégio Pedro II. Porque o Pedro II não ia ficar sem dinheiro.

De que forma esse dinheiro ia entrar?

Através do orçamento público, através da Educação. E ali, na hora que você passa, confia, começa a cobrar e a autoridade é favorável, como o Ministro da Educação Paulo Renato, né? O da Indústria e Comércio. E aí, é... O Indústria e Comércio, Educação e o Exército, pra liberação do terreno, ali enviaram um [ininteligível] do lado, era um tripé. Na hora que eu mostrando... E também tinha um Parlamentar que foi aluno do Pedro II, Ronaldo Cesar Coelho, que foi um aluno do Pedro II. Então, ele olhou realmente, ele disse, ele realmente confirmou, o Choeri confirmou, realmente ele foi aluno do Pedro II. Ele era federal. Então vamos bater na porta dessa gente [ininteligível] o senhor tem que ir junto, também. E nós fomos pra Brasília. Fomos pra Brasília. Eu e o Choeri lá, frequentamos, conversamos com Educação, conversamos com todo mundo, ele ficou animadíssimo, tá? Animadíssimo. Então dentro da, dessa caminhada... Eu peço perdão... Antes, ali no almoço, no gabinete, com o Choeri (eu peço desculpa), eu falei pro Choeri: "Choeri, é o seguinte, nós queremos escola, sim, de qualidade, mas não queremos essa classe média que tem um poder aquisitivo, que tem uma instrução melhor, que tem uma estrutura melhor, que bota uma escola particular, bota isso e bota aquilo, que o filho do trabalhador, operário, não consegue fazer; não tem como confrontar, enfrentar uma criança bem estruturada, bem alimentada também! Não tem condições! Agora, eu quero, eu quero ser aqui, mas vamos lutar pra colocar dinheiro e fazer o Pedro II crescer. Agora, queremos sim, eu quero sim, uma coisa que fica registrada, meio a meio: meio pra escola pública, meio pra escola particular. Porque escola pública tem pessoas negra, branca, não interessa, mas são pobre, pessoal que luta e não tem muita condição pra confrontar o pessoal da particular, uma estrutura bem alimentada". Ele parou, falou e gritou na hora, "meu sonho, Joel, meu sonho, que eu nasci na Zona Oeste. Eu vim de lá", tá? "Eu vim de lá, então é o meu sonho. Eu vou aprovar e nós vamos fazer o laboratório lá em Realengo, vamos começar pelo Realengo!". Eu falei, "Tá ok!".

Então, aí a vinda funcionou no Colégio Gil Vicente, ali à noite, nós pedimos ao prefeito, cobramos o terreno, garantimos o terreno, fomos pra Brasília, o ministro do Exército cedeu, o ministro da Educação abraçou, mas não entramos de imediato, não. Mas nos instalamos, então, no Colégio Municipal Gil Vicente à noite, tá, com uma turma do segundo grau. E, para iniciar uma turma, a gente abriu concurso. E o que que nós fizemos com medo de perder essas vagas pra turma da escola particular? Nós começamos a chamar os alunos das escola pública, ninguém sabia, passamos [ininteligível] de propaganda, panfleto, em porta em porta, e inscrição. Através da inscrição, nós abrimos uma turma quando começamos dar aula, com essa turma da escola pública, em São Cristóvão, numa sala, aí o Choeri abriu uma sala lá, para nós, e os professores do próprio Pedro II que eram próximos do Choeri, administrar aula, e nós fizemos isso. Conclusão, no dia, no dia da prova do concurso, foi uma coisa maravilhosa, o primeiro colocado foi uma menina de uma escola pública, e segundo da escola particular, terceiro da escola particular e o quarto da escola pública e quinto da escola pública, nós pulamos de alegria, mostramos que realmente nós estávamos no caminho certo, que ali foi por diante.

- *Então esse preparatório, ele foi, ele funcionou dentro...*
- *Dentro lá do Pedro II.*
- *Mas ele foi organizado pelo Movimento Pró-Escola, né?*
- *Pelo Movimento Pró-Escola, nós cobramos, nós pedimos. Né? Então nós preparamos pra não fazer, porque não tinha a escola, a escola pública em si, as crianças sem estrutura nenhuma. Ninguém tava querendo perder aquela oportunidade que tava acontecendo na nossa região, mas principalmente as escolas particulares, eram muitas escolas particulares, tá? E então nós fizemos e deu certo. Nós fizemos mais ou menos dois anos, dois anos seguidos, né? Pra concluir realmente o fato. A vinda, por isso, essa divisão que nós fizemos, não foi pela cor. Pela necessidade de uma escola pública, os melhores da escola pública, tá, os melhores das escolas particulares, juntos. Isso que é uma democracia muito mais transparente, tá? Não é pela cor, como Martin Luther King, quando fala, ninguém vai julgar pela cor, pela capacidade.*
- *Certo! Mas, vamos... retomemos a questão, com o tempo o Movimento percebeu que os estudantes do colégio deixaram de ser exclusivamente do entorno?*
- *Sim. Sim.*
- *E qual foi a reação do Movimento ao se dar conta de que o colégio que vocês ajudaram a fundar não estava mais atendendo somente à região?*
- *É coisa natural, se tornou natural porque, realmente, hoje, a procura é muito maior, que é a única unidade que a procura bate, né, é aqui em Realengo. E a Zona Oeste ela necessita ainda mais. Se tivesse mais uma unidade na nossa região... Isso tem um terreno que nós perdemos, né, e a autoridade, nós cobramos, uma construção em Campo Grande, que o terreno tava liberado para isso...*
- *Que terreno era esse?*
- *É da União, né, da União, que o Exército e um determinado grupo pegaram e venderam, tá? Na estrada Rio-São Paulo, tá? Que ali estava indicado pra construir uma unidade, um outro, uma unidade do Pedro II para atender a mesma instância da Zona Oeste, no caso Campo Grande e Santa Cruz, com Angra dos Reis, Itaguaí, tá? Então, você ia dar condições aqui em Realengo de pegar Bangu, a nossa região, Senador Camará, próximo, Padre Miguel e Magalhães, Sulacap, que tá perto da nossa região. Agora, não, vem o pessoal de Campo Grande e Santa Cruz, mesmo, pra cá, o número de inscrição aqui é louco, tá, uma disputa grande, até do sorteio do Pedrinho!*
- *E é por isso que a luta do Movimento continua?*
- *Continua. Eu continuo lutando, eu continuo sonhando, tá? E, não só o Colégio Pedro II, hoje, tá, não tem só o Colégio Pedro II; tem o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, tá, que era pra ser construído aqui ao lado, pra fazer uma ponte e fazer a integração com o colégio, o único Colégio Pedro II, mas eu tive a oportunidade de trazer a diretora Vera, do Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Laranjeiras, ela veio aqui, viu o terreno, viu a unidade do Pedro II funcionando, ela chorou, chorou, falou que era meu sonho, tá? Realmente, então vale a pena brigar, então, e quem atrapalhou ali, que não deu o prosseguimento foi o William Campos, representante do PT naquela época, que o cara é diretor de escola, dono de escola particular da Barra da Tijuca, depois que eu fui descobrir. É uma vaidade, briga de vaidade, achando que ele que iria ser uma situação, não, não o Movimento; não o Movimento. Deu uma vontade de pegar um porrete e partir pra cima dele, por incrível que pareça. E eu senti uma tristeza profunda com essa situação toda. E, dentro do Movimento, você pensa que não tem adversário, que luta contra, joga pro pior? Muito! Muito! Dentro desse Movimento, uma luta, mobilização, entrevista na rádio, na TV, debate, né, alguns grupos políticos, tá, que existia determinado*

partido chamado oposição de esquerda, lutou contra esse Movimento, lutou a vinda do Colégio, e vários deles, muitos deles até, e colocaram abertamente que ia acabar com a qualidade do ensino do Colégio Pedro II. Chegaram a fechar a Via Oeste, lá no Maracanã, tá, ele, usando os funcionários, a mãe dos alunos e os alunos junto, fechando contra a vinda do Colégio Pedro II pra nossa região, tá? Hoje, continua sendo de esquerda, hoje um deles é professor, muitos deles são professores no Pedro II, tá? Então é uma tristeza, tá? E tem jornal publicado isso, essa reportagem deles, tá? Fazia parte de um partido, saíram depois e passaram a formar um outro partido, todo contra essa vinda. Você não tem noção.

3) Entrevista com Larissa (Ex-aluna) – 11/09/2017 – 15'10"

- [...] ex-aluna, boa tarde.
- Boa tarde.
- Em que bairro você mora?
- Aqui em Realengo, mesmo.
- O que você sabe sobre a instalação do Colégio Pedro II em Realengo?
- Bom, é... nós começamos [defeito de áudio] Gil Vicente, que já era um projeto antigo, é... ter a instalação, né, era um sonho antigo do Oscar, ter mais uma unidade, né, do Colégio Pedro II, e eu sei que foi, eu não lembro assim, exatamente, de todos os detalhes, mas eu sei que ele fez algumas parcerias com... com alguns políticos, tudo o mais, pra poder tentar trazer. E eu lembro que a gente começou no Gil Vicente, porque nós não tínhamos ainda, né, nenhum lugar fixo. Tava previsto pra vir pra cá, tava previsto pra ser, é... numa outra instalação aqui também do Exército, que eu não lembro o nome, que é aqui atrás, perto do Bombeiro, e tava meio, meio confuso ainda, se ia ter, tava como uma unidade ainda experimental.
- Certo. E como é que você tomou conhecimento dessas informações?
- FP: Eu lembro que a minha tia, ela trabalhava, na época, na Associação de Moradores, ela ficou ciente de que ia ter a prova e ela conversou com a minha mãe, e a minha mãe conversou comigo, pediu pra fazer a prova.
- A sua tia trabalhava na Associação de Moradores de Realengo?
- De Realengo.
- Certo. E por que, exatamente, você decidiu prestar o concurso pra estudar no Colégio Pedro II?
- Eu conhecia muito só de nome, mas a minha família já conhecia o colégio já há mais tempo e eles conversaram comigo, falaram que era um colégio bom, que ia ser muito bom pro meu futuro, aí eu resolvi fazer.
- E como é que foi o concurso de acesso, você se lembra do seu resultado?
- Não lembro. Eu lembro que foi só a prova de Português e Matemática, mas, assim, a nota eu não lembro.
- Você se lembra como era que a prova era estruturada?
- Não lembro.
- Certo. Foi a primeira vez que você prestou esse concurso?
- Pro Colégio Pedro II, sim.
- Quantos anos você tinha na época?
- Eu tinha... Acho que 15 anos, 15, é, 15 ou 16 anos.
- Então, você concluiu com... entre 18 e 19 anos?
- Isso. É, eu terminei com 19, porque eu faço aniversário no final do ano, e terminei com 19.
- Certo. Se você não tivesse sido aprovada, em que escola você cursaria o ensino médio?
- Eu tava tentando, na verdade, prova pra FAETEC, inclusive eu nem cheguei a estudar pra cá, pra fazer concurso pra cá, porque eu já estava estudando pra fazer prova pra FAETEC.
- E onde é que fica essa escola?
- No Mauá, ali na... Eu esqueci o nome agora. Em Marechal.
- Certo. Quais são as suas lembranças sobre o período em que o Colégio Pedro II esteve instalado no prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- Nossa... Era, era bacana porque, como era pouca, poucas pessoas, né, a gente tinha um envolvimento maior, mas ao mesmo tempo era muito complicado porque nós não tínhamos ventiladores, assim, decente, o ventilador fazia muito barulho, então era... Fazia muito calor dentro das salas, porque era aquela parede que só tinha uns buraquinhos, então não tinha circulação de ar, mas no todo era, era bacana porque... É... Eram pessoas novas e todo mundo tava ali mesmo, mesmo com todas as dificuldades todo mundo tava empenhado, os professores e... Somos amigos, assim, dos professores, graças a isso também, porque, por ser

- um colégio muito pequeno, na época, é... A gente sentava no intervalo pra conversar, os professores sentavam junto com a gente, pra tocar música... Então era, era bem bacana.
- Você falou que as pessoas eram novas, quem eram essas pessoas novas?
 - Os alunos, mesmo. Era um ambiente novo. Algumas pessoas já se conheciam, porque como é... A maioria das pessoas moram mesmo em Realengo, então algumas já tinham estudado em outro colégio, eu mesmo já estudei com... Já tinha estudado antes com várias outras pessoas, em outros colégios.
 - Então, os componentes dessas turmas eram de moradores daqui de Realengo.
 - Isso, de Realengo, de Magalhães...
 - Realengo e adjacências.
 - Isso.
 - Certo. Quais são suas lembranças do período do Centro Comunitário da Capelinha?
 - Do Centro Comunitário da Cap... Muito calor! Muito calor. Porque lá nem ventilador não tinha, porque quando nós começamos, é... tinha só o prédio, mesmo, deles, e era umas, umas salas bem pequenininhas e aí tinha uma janela que era até relativamente grande, mas ali não tinha ventilador e os bancos eram de madeira, então com o calor a gente manchava a blusa, é... Depois o Oscar acho, é... fez uma obra e ele colocou, se eu não me engano, três salas do lado de fora e ali tinha, chegou a ter ventilador, mas quando chovia, é... alagava tudo ali no meio... Tinha muita... Era tudo de terra... E mato... Então era, era complicado. E em frente ao colégio tinha uma igreja, que, acho que era, se não me engano, acho que era toda sexta-feira tinha muito barulho, então a gente tinha que escolher: ou ficar com calor, ou não escutar a aula; porque se a gente deixasse a janela aberta ficava um batuque, um pessoal gritando, não dava pra prestar atenção na aula, então tinha que ficar com a janela fechada.
 - Certo. E sobre o atual espaço do colégio, o que você se lembra?
 - Quando nós viemos pra cá, é... Foi tudo assim, foi, não sei assim... É... A gente começou a sentir mesmo que a gente fazia parte, né, do colégio, porque até então nós éramos vistos como "ah, o colégio provisório", "o colégio que talvez vá virar colégio". Então a gente sempre teve um pouco de preconceito com, com, com as outras unidades, né? Aliás, as outras unidades sempre tiveram um pouco de preconceito com a gente. E quando nós pegamos mesmo aqui e sentiu que é agora, aqui é a nossa casa, a gente vai ficar, finalmente nós temos um espaço nosso, teve umas dificuldades estruturais no início, falta de telha, de... de vazamento e tudo, mas, é, a gente começou a se sentir mais confortável, já começou a sentir que a gente realmente fazia mais parte ainda do colégio.
 - Entendi. Essas mudanças de espaço foram positivas ou negativas, na sua opinião?
 - Olha, teria sido mais bacana se a gente já tivesse chegado e ter, e ter já o nosso espaço pra ficar, porque, é, é, esse vai, vai pra um lado, vai pro outro, ficou meio, meio confuso, né, e a gente não tinha, a gente não podia fazer tantas coisas, porque a gente estava no espaço dos outros. Então a gente não, não podia é... organizar certos tipos de coisas fora do horário, porque fora do horário nosso tinha, tava acontecendo alguma outra coisa, então a gente não tinha a escola, assim, 24 horas, entre aspas, pra, pra poder organizar, fazer o que a gente quisesse, né, fosse, fosse, é... alguma confraternização, qualquer coisa, é, então, se a gente já tivesse esse espaço teria sido muito melhor.
 - Certo. [...], muito obrigado.
 - Eu que agradeço.

4) Entrevista com Robson (Ex-aluno) – 11/01/2018 – 19'49"

- Boa tarde, [...]. Em que bairro você mora?
- Boa tarde. Eu acabei de me mudar. Eu antes era morador de Realengo e agora eu moro no Recreio dos Bandeirantes.
- Onde é que você morava, em Realengo?
- Morava bem próximo à unidade do Colégio Pedro II. Atravessando o viaduto de Realengo, no bairro do... no Complexo de Apartamento do Coletivo.
- Com relação...
- Realengo é um bairro dividido, não é? Tem a linha férrea que divide o espaço onde está o colégio desse outro espaço.
- Você faria uma comparação entre esses dois espaços divididos pela linha férrea? Como você vê esses espaços?
- São espaços totalmente diferentes: o espaço que é o lado do colégio é um lado bem mais beneficiado por transporte, n linhas de ônibus passam por lá, a maioria das lojas são

- encontradas desse lado também. Já o outro lado, que era o lado em que eu morava, você não tem quase linha de ônibus, é um bairro muito mais residencial, você encontra muitas poucas lojas, tem poucos supermercados, só tem 2 supermercados grandes perto de onde eu morava e é onde estão localizadas mais as favelas. Não tem como definir isso. Tem favela do outro lado? Tem, mas é uma definição bem direta, você tem um lado que é mais pobre e com mais favelas e um lado que é um pouco mais bem desenvolvido. Seria bem assim a definição.
- Certo! O que que você sabe sobre a instalação do Colégio Pedro II em Realengo?
 - Eu não sabia, antes de entrar no Colégio, que o Colégio seria implementado em Realengo. Eu fiz prova pro Pedro II quando acabei meu 8º... 8ª série, né? Antiga 8ª série. E eu passei pro Pedro II do Engenho Novo, só que eu passei pra noite e minha mãe não gostava muito da ideia de eu ir estudar tão longe, estudar à noite. Então eu acabei ingressando num colégio particular pra fazer o 1º ano do 2º grau. E nisso eu recebi um convite. Eu recebi um convite, não. Eu recebi a possibilidade de fazer a prova do Pedro II. Eu fiz a prova pra Realengo de novo. E eu passei.
 - Como é que você tomou conhecimento dessa novidade?
 - Era uma coisa muito pequena, não eram todos que sabiam. Foi algo bem fechado, não foi tão divulgado. Uns amigos meus iam fazer a prova e eles me contaram, então a gente foi, todo mundo, fazer a prova. Então eu sei que eu fiz a prova com 6 amigos meus e todos passaram, na época. Entendeu? Eu não lembro de onde surgiu a informação de fazer... que ia fazer a prova, mas um amigo me contou e então a gente foi fazer junto. Mas eu não fazia a mínima ideia de que eles queriam abrir o Pedro II em Realengo, muito menos que teria lugar pra isso. Então eu fiz a prova, passei, foi um primeiro ano de tensões que a gente não sabia onde seria, como seria, se ia vingar, se não ia, porque o governo não liberou a construção. Liberava a construção... Então a gente acabou se aproximando muito do processo de instalação do Pedro II durante o primeiro ano porque a gente tinha curiosidade e vontade de saber como isso ia ser feito. Era o nosso destino que tava ali, né? Era o nosso 2º grau em jogo, então a gente acabou se aproximando muito do Oscar, que estava à frente nisso e perguntava, todos os dias, como tava, como ia ser, então a gente já começou a aprender um pouco sobre como foi o processo de instalação, como foi o processo de professores indo pra Realengo, de onde surgiu a ideia, que foi uma ideia do Oscar com parceria do professor Choeri... Então, a gente começou a ter interesse nisso pra saber o que que ia acontecer com a gente. E, no final das contas, acabou que deu tudo certo, né? Mas foi um período de incerteza até a gente ter certeza do que ia acontecer.
 - Entendi. Vamos voltar um pouco, no período em que você prestou o concurso pra estudar no Pedro II do Engenho Novo. Por que que você decidiu prestar esse concurso?
 - Pela excelência que é o Pedro II. Um colégio antigo, muito bem fundamentado, sempre ouvi bem sobre o colégio e o ensino... é um ensino de primeira linha, sendo um colégio público, que é uma coisa das mais raras no Rio de Janeiro. Então, na época era ou fazia uma escola técnica – CEFET, FAETEC – ou seguir um 2º grau regular no Pedro II. Nunca tive vontade ou pretensão de fazer Colégio Militar e sempre estudei com bolsa em colégio particular. Então era procurar um lugar e conseguir uma bolsa nesse lugar ou tentar uma escola pública. Então eu tentei uma escola pública e a minha primeira opção era o Pedro II.
 - Esse era o desejo também da sua família?
 - Ah... Minha mãe, ela queria que eu tentasse o Colégio Militar, mas eu nunca fui muito familiarizado nem a fim de militarismo. Então nunca gostei muito dessa parte. Então prefiro o Pedro II. Minha mãe gostou da ideia do Pedro II, apesar de querer o Colégio Militar.
 - Entendi. E como é que foi o concurso de acesso para o Colégio Pedro II de Realengo?
 - É... Foi um concurso não muito divulgado, que eu soube por amigos, e foi uma prova com não muitos candidatos. Tinha muito mais gente do que foi aprovado, com certeza, mas não tinham tantas pessoas assim como um concurso normal que você vê milhares. Foi uma prova relativamente tranquila. Eu senti que era uma prova que você... eles precisavam dos alunos dentro do colégio pra poder fixar uma unidade, então foi um nível diferente das outras provas.
 - Você se lembra do seu resultado?
 - Acho que eu fiquei em 3º lugar.
 - Entendi.
 - 3º lugar, uma amiga minha, que estudou comigo também desde a 4ª série, ficou em primeiro, e era dividido na época, eu lembro disso, colocações das escolas públicas e colocações das escolas particulares. Então, eu fiquei em 3º lugar das escolas particulares e tive primeiros e terceiros lugares das escolas públicas.

- Entendi. Não foi a primeira vez que você prestou esse concurso. Você traçaria uma comparação entre o primeiro concurso que você prestou, que te aprovou pro campus Engenho Novo e esse concurso que você prestou, que te aprovou pra unidade de Realengo?
- Sim, como eu disse, a prova de Realengo parecia uma prova um pouco mais fácil. Não era tão simples, mas era um pouco mais fácil.
- Qual era a estrutura dessa prova de Realengo?
- Português, Matemática e uma Redação, talvez, eu não me recordo. Mas era de Português e Matemática, e eu lembro da Matemática ser bem mais simples.
- Mais simples com relação...
- À prova do Engenho Novo que eu fiz também.
- Entendi.
- Dos outros concursos todos para o 2º grau, na época.
- Que outros concursos eram esses?
- Eu fiz a prova do Pedro II, eu fiz a prova do CEFET, se não me engano fiz a prova da FAETEC também.
- Entendi. Vamos voltar à estrutura da prova do concurso pra Realengo. Você se lembra que tipo de questões pediram pra você? Que tipo de questões eram propostas?
- Eram questões normais, como qualquer outro concurso. Matemática, Português, Ortografia, Interpretação de Texto... Era uma prova normal, de qualquer outro concurso, não tinha diferença alguma entre elas. Talvez, com perguntas um pouco mais simples. Mas era uma prova com a mesma estrutura física das outras.
- Entendi. Quantos anos você tinha nessa época?
- Eu entrei no Pedro II... Eu fiz essa prova quando eu tinha 14 anos.
- Certo! Se você não tivesse sido aprovado, em que escola você cursaria o ensino médio?
- Não sei te dizer, eu tava inscrito numa escola particular, na época. Eu cheguei a começar o ensino nela.
- Onde fica essa escola?
- No Valqueire. Era um colégio chamado Colégio Veríssimo, não sei se ele existe mais. Mas era uma escola particular que eu tinha bolsa e que eu fiz até a 8ª série lá. Então, eu talvez continuasse lá ou então faria uma prova, de novo, e provavelmente seria um colégio público.
- Certo! Quais são as suas lembranças sobre o período em que o Colégio Pedro II esteve instalado no prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- Em relação aos alunos eram sempre lembranças boas porque eu estava com amigos que eu já conhecia e amigos que eu passei a conhecer lá, amigos que eu tenho até hoje, inclusive padrinhos do meu casamento. É... Em relação aos professores, a gente poderia separar joio do trigo. Tinham professores que queriam estar ali, que queriam passar isso pra gente, essa oportunidade, e tinham professores que não queriam estar ali, estavam obrigados. E as condições eram as piores possíveis. Eram aulas à noite num colégio que era próximo de uma favela, então sempre era perigoso, a iluminação na rua era precária, a iluminação no colégio deixava a desejar, ventiladores que ou estavam quebrados ou faziam barulho absurdo dentro da sala de aula e você não conseguia ouvir a voz do professor, você era obrigado a desligar e morrer de calor, cadeiras antigas, quadro de giz, com material faltando, um típico problema que professores e alunos passam em escolas públicas do município. Então, não saía muito do padrão ruim que a gente tem hoje, né?
- Entendi. Quais são as suas lembranças do período do Centro Comunitário da Capelinha?
- São boas lembranças também. É... era uma área que eu era muito familiarizado porque era do lado da casa da minha avó, então eu fui criado ali, eu já conhecia o tal padre, já conhecia o lugar onde ficava... onde foi cedido pra gente poder implementar o colégio naquele ano, as pessoas ali eu já conhecia também, ao redor do colégio, e eram os mesmos funcionários, alguns professores mudaram, eu senti certa melhora nisso porque parece que quanto mais o colégio se desenvolvia, mais chamava a atenção dos outros, então parece que alguns professores começaram a mudar de ideia e querer ir pro colégio e então algumas coisas melhoraram, os professores que a gente tinha sentimento de não querer dar aula acabaram por sair e outros entraram. E a infraestrutura continuava a ser precária, mas foi algo que foi emprestado pra gente, a gente não podia reclamar muito. Era um prédio onde tinham algumas aulas e tinha um prédio em anexo, pequeno, de um andar só, aonde era só as paredes e telha, direto. Então, as aulas ali durante a tarde eram bem quentes, e as aulas à noite, às vezes, a gente tinha que lidar com chuva e goteiras dentro da sala de aula. Então era um pouco precário a infraestrutura, o jardim também alagava quando chovia, não se conseguia transitar naquilo, entre um bloco e outro, mas, foi o que eu disse, era emprestado. O Oscar chegou a colocar um

- pouco da verba que ele tinha lá, pra poder melhorar a infraestrutura pra gente, construiu esse bloco em anexo e... mas não era suficiente, a gente não tinha verba de um colégio ainda. A gente não tinha meios pra lidar com a situação e tudo que a gente tinha tava sendo empregado na construção da primeira parte do Pedro II – Realengo, que é a parte que existe até hoje, daquele bloco central onde, se não me engano, é o ensino fundamental. Aquele foi onde começou tudo. Então a verba tava sendo distribuída pra lá e o pouco que a gente tinha seria pra tentar manter a manutenção e o pouco que a gente tinha ali no – como a gente chamava – quintal do padre, né? E... tava dando certo, chegou a dar certo durante o ano que era necessário pra gente.*
- *E você sabe por que o colégio foi pra esse centro comunitário?*
 - *Eu... se eu não me engano, pelo que eu soube na época, era que o espaço cedido pra gente pelo município... - era município ou estado? Município, né? - não seria mais cedido pra gente, que houve uma revogação do acordo feito e então, junto da prefeitura, e então a gente acabou tendo que deixar de ficar naquele local. E o projeto Pedro II de Realengo, se não me engano, iria acabar ali, estava por um fio, se não fosse o acordo do Oscar com o padre, a gente não teria continuado esse projeto. Foi o que eu soube na época. Não sei, assim, os trâmites legais pra isso.*
 - *Certo! E sobre o atual espaço do colégio, do que que você se lembra?*
 - *Bastante coisa. É... Quando a gente foi pra lá, não era nada do que é hoje. Hoje é um colégio absolutamente bem estruturado, uma boa infraestrutura, onde professores e funcionários são mais. Antigamente eram 6 salas de aula, aonde se dividia o turno da manhã, o turno da tarde e o turno da noite. E, pela primeira vez, com todos os anos do segundo grau: 1º, 2º e 3º ano. Na parte da manhã, se eu não me engano, a gente trabalhava com 3º e 2º ano, na parte da tarde a gente tinha o 1º ano e o 2º... Não, acho que era só o 1º ano. E na parte da noite a gente tinha o pessoal do 2º e do 3º ano e tinha já a inserção do PROEJA, que era um projeto de educação para – educação técnica – para adultos. Então, já tinha uma infraestrutura melhor pra isso. As salas de aula eram bem melhores, cadeiras novas, banheiros novos, afinal tinha acabado de ser construído aquilo, ventiladores de boa qualidade e a gente tinha uma parte que era a sala dos professores, aonde eles conseguiam se reunir e ter um tempo pra relaxar entre as aulas, e a parte da administração do colégio, que era tudo junto: Direção, Administração, Secretaria, era tudo ali. E tinham poucos funcionários na época, mas que davam conta do que a gente precisava e conseguiam tocar o colégio. E o resto do terreno inteiro ainda era uma grande floresta abandonada. Era uma fábrica com mato, escombros e mais nada. Só tinha isso. E a gente tinha só aquele pedacinho ali da frente pra isso, mais nada. A gente tinha até, quando acabava as aulas, eu e alguns amigos a gente até se aventurava saindo daquele pedaço ali e explorando um pouco aquele matagal que tinha lá.*
 - *Que que vocês descobriram nessas explorações?*
 - *Bom, era uma fábrica de cartuchos, então resto de projéteis, de cápsulas de projéteis no chão era o que não faltava. Se era da fábrica ou de algum outro tipo de atividade eu não sei, mas tinha bastante coisa. A gente conseguia explorar os prédios antigos que tinham, que estavam lá inteiros ainda, muitos deles foram reaproveitados pra construir o colégio, né? Túneis escondidos, que a gente não conseguia entrar, mas que a gente sabia que ligava um ponto ao outro, coisa de criança explorando terreno novo, uma aventurazinha particular, mas era bem interessante fazer isso, conhecer aquele pedaço inexplorado ali.*
 - *Certo! Essas mudanças de espaço, na sua opinião, foram positivas ou negativas?*
 - *Foram positivas, por um ponto, porque... você diz as mudanças entre o 1º, 2º e 3º ano...*
 - *Não, não, não. As mudanças de espaço propriamente ditas: primeiramente na Escola Municipal Gil Vicente, depois no Centro Comunitário da Capelinha e, por fim, no primeiro terço da fábrica de cartuchos do Exército.*
 - *Eu vejo isso como positivas, por um ponto, porque se não a gente não teria dado continuidade ao projeto, e negativas pela necessidade que a gente teve na época. Se a gente tivesse o lugar já estruturado do colégio pra poder começar essas aulas e continuar lá, ia ser o melhor dos mundos, mesmo que a obra continuasse, o colégio fosse crescendo ao redor da gente, mas a gente não tinha nada, então era bem difícil lidar com a infraestrutura precária. Entendeu? Era bem difícil lidar com aquela incerteza do que ainda iria acontecer. Mas sair do Gil Vicente e ir pro terreno cedido pelo padre depois ir pra fábrica de cartuchos foi positivo porque todo mundo que tava ali acabou se unindo cada vez mais. Então, éramos poucas pessoas que se consideravam uma família e a gente ajudava os funcionários a cumprir o objetivo que era fixar o colégio.*
 - *O que é estudar no Colégio Pedro II, [...]?*

- *Eu não sei o que é estudar no Colégio Pedro II como um todo, eu posso dizer o que é estudar no Colégio Pedro II de Realengo, que pra mim foi um dos mais influenciáveis da minha vida, foi o que me fez abrir a mente pro que acontecia fora do meu ambiente particular, me fez abrir a mente pra outras pessoas que eu passei a conhecer, que eu passei a respeitar e entender, me fez crescer muito como pessoa e me fez querer algo mais, batalhar pelo que eu quero, onde eu quero chegar. Porque todo o tempo que a gente foi lá foram tempos difíceis que a gente sempre teve que batalhar por algo melhor. Então eu guardei muito disso pra minha vida. Se você quer chegar a um objetivo você tem que batalhar pra isso. E foi o que a gente conseguiu fazer fixando um colégio de renome numa área esquecida do Rio de Janeiro, que é o caso da Zona Oeste.*
- *Certo! [...], muito obrigado pela sua entrevista.*
- *Obrigado.*

5) Entrevista com Ronaldo (Ex-aluno) – 11/12/2017 – 34'59"

- *[...], boa tarde.*
- *Boa tarde.*
- *Em que bairro você mora?*
- *Moro aqui em Realengo, mesmo.*
- *O que você sabe sobre a instalação do Colégio Pedro II em Realengo?*
- *Bom, eu sou ex-aluno, né? E enquanto eu estudava aqui, na época de quando a gente começou a estudar, o professor Oscar e o professor Choeri tinham sido, pelo menos é o que contaram pra gente, que eles tinham sido contatados pelo... Miguel Palmeiras, acho que é Miguel Palmeiras, acho que era esse o nome do rapaz... Acho que era Palmeiras, alguma coisa Palmeiras. Ele era de um movimento social aqui da região, né, e ele falou, chegou pro professor Oscar e professor Choeri, que tinha o desejo de implantar um Pedro II aqui em Realengo, que tinha conseguido o espaço, tinha um espaço bom na fábrica de cartuchos, não sei quê... Mas, por algum motivo, tinha dado um problema e o... e o..., depois de ter sido... é... o professor Choeri ter facilitado isso pro professor Oscar, que na época acho que era Secretário de Ensino. O professor Choeri era o diretor-geral. Eles... não conseguiram o terreno e aí o professor Choeri falou pro professor Oscar conseguir, de alguma forma, um local pra que se implantasse uma unidade experimental do Pedro II aqui em Realengo, né, e a gente conseguiu que fosse lá na Capelinha, né, na Gil Vicente. Aqui na Bernardo de Vasconcelos, ali embaixo... E em convênio com a prefeitura do Rio, o Cesar Maia cedeu o espaço lá e a gente começou a estudar, finalmente. Essa é a história que se contava, que esse senhor Palmeiras, ele estava lutando por isso aqui, que ia trazer uma escola técnica pra região, né? E aí depois ele entrou em contato com muita gente, ele viu o Pedro II e tentou trazer, fez esse pedido, né, pelo menos é o que constava pra gente, eles vieram e implementaram uma unidade descentralizada do Colégio Pedro II em Realengo. Era assim até que ficava nos documentos, nas provas: Unidade Descentralizada... Nas nossas provas era assim que ficava. É... e aí foi assim. Era isso, né? A pergunta que você fez foi como eu soube da implementação do Pedro II aqui, né? Que eu lembre foi mais ou menos isso... Não tenho precisão de datas, né, não sei quando que foi feito esse pedido, durante quanto tempo eles lutaram, né? Mas o que eu me lembro, que... é... o professor Oscar veio, a pedido do professor Choeri, né, e tentou implementar, aí conseguiram esse espaço da Gil Vicente. Como o prefeito não foi reeleito, o contrato acabou e a gente ia ter que se mudar ali da Gil Vicente depois. A princípio foi isso.*
- *Por que você decidiu prestar o concurso para estudar no Colégio Pedro II?*
- *É engraçado porque é... eu nem sabia da existência do Pedro II, né, na 8ª série, a gente, aqui em Realengo, pelo menos os meus amigos, a gente não tinha conhecimento do que era o Pedro II, nada disso. E aí, depois de ter tentado concurso pra diversos lugares e... até ter sido aprovado pra outros, por conta de crise no estado, não sei quê... é... meu pai me acordou de manhã cedo e falou assim... 7 horas da manhã, ele viu uma notinha no jornal de... dois e meio por três centímetros, assim, uma notinha pequenininha, falando que iam abrir um Colégio Pedro II em Realengo. 7 horas da manhã meu pai me acordou: "Pedro, Pedro, vão abrir um Pedro II em Realengo!" "O que que é Pedro II, pai?". Meu pai, meu pai já era idoso, né, eu sou o filho mais... mais novo, temporão... ele... ele falou "Não, Pedro II é um colégião, é um colégio muito antigo no Rio de Janeiro, o melhor colégio do Brasil, não sei quê, você tem que fazer, tem que fazer"! Aí isso era uma 5ª feira, a prova ia ser domingo, no caso a gente tinha que ir lá se inscrever, pagar, voltar lá e a prova já era no domingo, o resultado sairia na 2ª e as aulas começariam na 3ª, né? É... E aí eu fiz, mas sem muita esperança, sem muita expectativa, eu*

fiz a prova. Eu não sabia o que era o Pedro II, mas meu pai disse que era um colégio maravilhoso, não sei quê, e aí eu fiz. Não tinha, assim, é... nenhuma ânsia, até porque eu não imaginava, não tinha essa fama o Pedro II aqui na Zona Oeste, aqui em Realengo, Bangu, Padre Miguel, Campo Grande... Nem passava pela nossa cabeça, do pessoal da minha geração, da minha época, sem imaginar o que que era o Pedro II. Foi uma novidade, não foi: “ah, é o Pedro II, vou fazer a prova, vou me preparar...” Foi rápido, eu não esperava de passar. Quando vi que meu nome estava na lista de aprovados, foi caindo a ficha. Mas, não foi nada por fama ou nada disso, foi meu pai que me indicou, né...

- *E como foi o concurso de acesso?*
- *Então... É... Ao meu ver foi uma prova relativamente fácil, né? É... A prova foi num domingo lá em São Cristóvão, como eu falei, foi um domingo subsequente a essa 5ª feira da inscrição, né. A inscrição foi feita na Gil Vicente e a prova foi lá no Campus São Cristóvão. É... Era uma prova de múltipla escolha, de 20 questões. É... Se não me engano, errei uma ou duas porque... rasurei. O cartão de resposta era uma... era um... cartãozinho aí, pequenininho, que tinha que pintar de lápis, não sei por que motivo, mas era a técnica da época, né, e eu rasurei uma ou outra questão, de nervoso, sabe, mas eu achei a prova relativamente fácil. Nos anos seguintes a prova foi tendo mais dificuldade, apesar de eu achar que agora tá já no nível da exigência da prova, né, que tinha caído, né, e na minha época foi uma prova razoavelmente fácil, não foi extremamente fácil. Eu lembro, por exemplo, que... estudei em escola do município e no município eu não tive PA, PG, nada disso, e caiu. Não foi, sinceramente, fácil, eu acertei porque eu fiz na munheca, eu fiz na mão, as questões de PA e PG, por exemplo, eu fui fazendo as contas na mão e acertei, mas eu nem sabia o que que era, né. Eu era melhor em Português, né, por isso que fiz Letras, mas é... das de Português eu acertei todas. Eu errei uma ou duas de Matemática mesmo. As questões de Matemática tinham uma certa dificuldade, um tempo maior, é... Eu achei elas... não eram extremamente fáceis, mas não eram tão absurdas, não eram tão difíceis, entendeu?*
- *Foi a primeira vez que você prestou esse concurso?*
- *Pro Pedro II, sim.*
- *Quantos anos você tinha nessa época?*
- *Acho que eu tinha 16 anos.*
- *Se você não tivesse sido aprovado, em que escola você cursaria o ensino médio?*
- *Provavelmente em alguma escola do estado, porque deu um problema na... na... no concurso que eu fiz da FAETEC, meu nome desapareceu da lista, deu uma loucura lá, né. É... eu com a prova em casa... A prova impressa. Meu pai... eu queria entrar na justiça, mas meu pai é muito xucro, muito... muito... muito simples, né, ele não tinha o entendimento de entrar na justiça, fazer alguma coisa, né. Eu lembro que eu já estava desgostoso porque tinha feito a prova, tinha acertado quarenta e tantas questões, mas meu nome tinha desaparecido da lista, não estava nem nos reprovados, não estava em lugar nenhum, a gente não sabia como recorrer, e aí eu tinha até me matriculado numa escola... do... do estado, né. Mas era lá em... lá em... lá no Catiri. Não tinha ônibus, não tinha condução, não tinha acesso, não tinha nada. Eu estava estudando lá quando veio essa prova, né, pro Pedro II, que foi em março. Em março saiu a... Em março saiu a notícia, e a prova foi no início de abril. Finalzinho de março, início de abril. Aí eu estava estudando nessa escola do estado e vim pra cá. Provavelmente eu estaria continuando lá.*
- *Quais são as suas lembranças sobre o período em que o Colégio Pedro II esteve instalado no prédio da Escola Municipal Gil Vicente?*
- *Lembranças em que sentido? Lembranças afetivas, lembranças acadêmicas?*
- *Lembranças de uma maneira geral. O que vem à sua cabeça quando você lembra desse período.*
- *Eu vou te dizer que foi um período feliz. Né? Conheci muita gente nova, muita gente... é... tinha gente que tinha uma realidade completamente diversa da que eu estava acostumado, né, assim... que eu estudava no município e era uma realidade social como a minha, né, e de repente eu estava ali estudando com gente de tudo quanto era tipo de realidade social, classe social, todo mundo ali junto, não tinha mais distinção de pessoas, todo mundo se dava com todo mundo, não tinha... é... não havia preconceito, eu não via arrogância, via gente estudando junto, independente do que... “ah, meu pai era auxiliar de serviços gerais, meu pai era juiz, meu pai é advogado, meu pai é médico”... todo mundo ali junto, não tinha, né, eu vi gente com... uma coisa que me faltava no cotidiano era ver gente com desejo de crescer, gente que, assim como eu, não tinha, não queria continuar pro resto da vida morando na Vila Vintém, morando na favela, né, passando os apertos que viver numa comunidade te traz, pessoas querendo*

progredir social, mas sobretudo intelectualmente, gente querendo crescer. Isso foi uma novidade, não era comum, as pessoas com quem eu convivía tinham sempre essa mentalidade de ficar sempre ali, naquele mesmo [ininteligível], né, é... não sei se por desinformação ou por preguiça ou os dois, ou se uma coisa causava a outra, se a desinformação causava esse tipo de letargia nas pessoas, né, mas não tinha. E de repente, ali, no Pedro II, tinha todo mundo junto, todo mundo estudando, passando as mesmas dificuldades, né, as mesmas matérias, é... Você tinha gente... era dividida em escola particular e pública, não estava dividido em salas separadas, mas você via, assim, que tinha umas pessoas que vieram da pública e outras do particular, até por uma questão de postura, né, uma questão é... de... [ininteligível] assim. Assim, você via que apesar de ter vindo de uma escola particular, algumas pessoas foram reprovadas e os alunos de escolas públicas foram aprovados, né. Uma amiga minha que foi pena de ouro veio de escola pública, do governo, né, e foi a pena de ouro da escola, foi pena de ouro. E... essas pessoas que até tinham melhor condição financeira, algumas delas, né, ficaram reprovadas. Isso era uma coisa que... é... espantava a gente. A gente dividia um espaço pequeno, né, que a gente ficava nas salinhas ali. Eram 5 turmas no primeiro andar e uma última turma lá em cima no segundo, né. É... Primeiro andar era o térreo, né. Acima do térreo, o segundo andar. Segundo e terceiro, né. É... Era turma do pessoal mais velho, pessoal que tinha mais de 18 anos, tinha gente com 40 anos estudando, né? E esse pessoal mais velho, não sei por que motivo, mas foi saindo, [ininteligível] continuou na escola. Pessoal bem mais velho. É... Ali a gente conheceu a professora Katia Halac, que era irmã do professor Oscar, né. É uma pessoa maravilhosa, ela cuidava da gente, tratava a gente com cuidado. Lá na Gil Vicente a gente formou o primeiro coral da escola, a gente formou esse coral da professora Aziléia, extremamente competente e exigente, mas talentosíssima. A gente formou o primeiro pelotão da bandeira, né, da escola, também lá na Escola Gil Vicente, com a professora Denise Matos, acho que ela já saiu do colégio. É... Tenho lembranças boas, a gente foi... fomos os primeiros do processo seletivo pro PROVOC, na FioCruz, né, e as atividades... é... que mostravam pra gente essa questão dessa realidade mais ampla que a gente não conhecia, né? Muita gente, como eu, não tinha noção nem do Pedro II quanto mais das possibilidades que o Pedro II dava, né. A gente teve amigos que foram pro CEFET, um amigo meu, André, ele foi daqui e fez uma prova interna pra fazer um técnico no CEFET. Então ele fazia o técnico no CEFET ou pela manhã ou pela tarde, no 3º ano ele fez à noite, e aí fazia o técnico no CEFET. Depois ele veio pra... pra tarde, depois continuou à noite, né, e fazia o técnico de tarde. No terceiro ano ele estava de manhã, então ele fazia o técnico à tarde. Isso eram dimensões que a gente não tinha, era uma realidade... É lembrança feliz porque ampliou nossos horizontes, né, ampliou a nossa forma de enxergar isso, de enxergar as possibilidades. Um pessoal de uma região tão carente.

- Quais são as suas lembranças do período do Centro Comunitário da Capelinha?
- Bom... Não foi... Eu não vou dizer que foi mais difícil, mas foi diferente porque o... é... a gente ficou triste, né, porque o prefeito cancelou o contrato, a gente ia se dividir entre as unidades do colégio e a gente já tinha criado um laço, né, de amizade, a gente já tinha enfrentado esse primeiro ano de dificuldade ali e essas lutas fizeram a gente ficar... tem um grupo no whatsapp, até hoje, né, que é dos fundadores. Doze, treze anos depois ainda está ali, se falando, tentando se encontrar... E ali na... na... na Capelinha foi o... o... um fôlego, né, que a gente teve assim de "ah, não, vai ser lá na Capelinha, a gente conseguiu com o padre João Cribbin"... é... esse espaço lá da... era uma capela mesmo, onde foi construída a capela, as missas eram realizadas é... numa salinha, era a sala do 1º ano, da 2101. Não, 1201. Não, acho que é 2101, 2101. O milhar é o turno, né? É 2101. [ininteligível] Era uma sala que era a maior sala que tinha, aí tinha umas cadeiras lá do padre e as missas eram celebradas ali. E quando acabavam as aulas, à noite, no dia que ia ter missa ali ficavam separadas pra ter a missa ali, a gente afastava as cadeiras e tal. [ininteligível] noite, mas os alunos da noite foram pra outra ali. Lá eles construíram... é... é... o professor Oscar construiu com tijolo, com chapisco na parede, umas saletas, né, construiu duas... quatro... construiu quatro salas de aula mais uma salinha de... pra ficar os professores e... direção, parte administrativa, né, [ininteligível] as salas foram demolidas, hoje, porque foi construída a capela, a verdadeira capela, né, [ininteligível] evangelização e... eu estudava nesse prédio antigo, o primeiro prédio que tinha... que era do Centro mesmo, né, antes de mudar pra uma dessas salinhas que foram construídas depois. As salas eram muito, muito precárias. Tinham paredes de tijolo e as paredes divisórias eram folhas de compensado, assim, de uma sala pra outra. Quando chovia, chovia mais dentro do que fora. Quando os professores davam aula a gente ouvia onde quer que estivesse, as paredes não seguravam nada, né. Teve greve, então a gente teve aula em dezembro, janeiro, fevereiro

inteiro, né, e eram aulas de Português e Matemática, quer dizer, de segunda a sábado a gente tinha que estar lá de qualquer forma, era um calor, um calor escaldante. Tinha um rapaz, Marcelo, chamado Marcelo, que ele... ele molhava o telhado, a telha era de amianto, ele molhava com uma mangueira o telhado pra ver se diminuía a temperatura dentro da sala, que era... era alucinante, de tão quente que é aquilo, né. É... Mas ao mesmo tempo que a gente estava triste com essa questão do... de ter sido traído - minha primeira decepção política que eu consigo me lembrar -, não que eu tivesse expectativa com o Cesar Maia, né, mas eu passei a enxergar como o jogo de interesses é muito latente na política, né. É... Apesar disso, isso deu na gente um sentimento de guerra, né, de "a gente vai estudar e vai mostrar que a gente tem capacidade sim e não precisa ir pra outra unidade, não precisa ir pra outro lugar. A gente vai se esforçar, vai lutar e vai brigar por um lugar que é nosso, tem lá a fábrica de cartuchos, um dia aquilo lá vai ser nosso, mesmo que não seja a gente, pros outros que entrarem, aquilo vai..." a gente tinha esse desejo, né. É... Lá eu conheci uma namorada, lá na Capelinha, nos primeiros dias de aula, quando a vi a primeira vez, a Bruna, que hoje é professora aqui, contratada, é... lá é... a gente... passava uns perrengues assim, né, de... de... dificuldade estrutural, se chovesse era impossível passar pelo pátio, que era um lamaçal tremendo, afundava o pé... o tênis inteiro afundava na lama, era nesse nível, né, se chovesse. A gente não tinha biblioteca, a gente não tinha livro didático. Eu não tinha internet em casa, pra estudar era um horror. Quem tinha dinheiro comprava o livro que os professores indicavam, e quem não tinha? Não tinha internet, não tinha nada, eu estudava como dava, quando desse, pegava emprestado com alguém, tirava uma cópia, mas, apesar das dificuldades, a gente tinha esse desejo, né, de uma formação, a gente tinha... estava sendo inculturado na gente esse pensamento de... é... de cidadania, uma cultura de cidadania, uma cultura de se enxergar como elemento gerador de uma sociedade, de se enxergar como uma peça de um tabuleiro de xadrez, mesmo, né, você faz parte de alguma coisa, você não é só mais um número, você está fazendo parte de alguma coisa. A gente era... Isso foi ficando cada vez mais latente na gente, né, lá na Capelinha. E, aos trancos e barrancos, em fevereiro, a gente conseguiu passar de ano. Muitos conseguiram. Acho que saíram... Das seis turmas iniciais, quatro ainda estávamos de pé, lutando, né. E... [ininteligível] tinha gente no PROVOC, tinha gente no CEFET, tinha gente fazendo... na Fiocruz, tinha as saídas do coral, a gente ia pras unidades... é... é... e as pessoas perguntavam se a gente sabia ler e escrever, professores me perguntaram isso. Eu era representante de turma, a gente ia em reuniões em São Cristóvão, aí: "você sabem ler e escrever direitinho?". Qual aluno do 2º ano no Colégio Pedro II não sabe ler e escrever? Tinha esse preconceito com Realengo, tinha sim porque eu senti na pele. Não era mimizento, não me fazia de vítima nem chorava por causa disso, eu respondia à altura, né. Eu nunca tive medo de professor, sempre tive respeito ao professor, mas nunca tive medo de ninguém. Não ia ser de um professor abusado que eu ia ter, né? É... E o professor Oscar fazia questão de mostrar a gente, de levar a gente pros eventos, né. Eventos na Fiocruz, eventos no próprio campus, unidade à época, né, São Cristóvão, né. E a gente foi. Essas coisas... Ao invés de nos limitarem, essas coisas nos fortaleceram. Essa é a impressão que eu tenho ali da... da... da Capelinha.

- Certo! E sobre o atual espaço do colégio, do que você se lembra? Em 2006, então, o colégio se transferiu pra cá.
- Isso.
- O que você se lembra dessa época de 2006?
- Olha, eu... até antes de 2006 eu lembro que a gente veio fazer uma visita, né, no espaço que, então, tinha sido cedido. Aí... a gente teve uma aula magna, a gente não, os alunos do 1º ano, lá na... lá na... na... na igreja de São José, lá em Magalhães Bastos, aula magna de alunos da terceira turma. E o professor Oscar explicou pra gente que, com o dinheiro que tinha entrado do concurso, ele conseguiu não sei quantos mil reais e construiu seis saletas aqui no espaço onde é, hoje, o fundamental, e aquelas salas iam abrigar os alunos é... manhã, tarde e noite, né. Quando a gente [ininteligível] estava tudo destruído [ininteligível]. Quando a gente entrou aqui a primeira vez, eu vim até com um amigo, Renan, visitar esse espaço que estava em obra, né, mas, depois, quando a gente veio, era inacreditável, era a sensação de... valeu a pena, de dever cumprido, né. A gente olhou pro espaço e disse assim: "é nosso! Ninguém tira mais a gente daqui", né. Quando a gente viu, assim, pela primeira vez, a sala, sala, ventilador, sala de telha, não sei se ainda tem telha, acho que ainda tem telha ali, pelo menos, fizeram rebaixamento, né. [ininteligível] mas eram seis salinhas, a minha era a primeira do lado de lá, minha turma era 1301, é... ficaram quatro salas pra aula, com dois banheiros aqui e onde hoje é a DGP era a sala dos professores e onde hoje é aquela parte da inspetoria, do lado de lá,

onde fica a Márcia, à noite, ali era a Bedelaria, SESOP, a Direção, Secretaria, era tudo ali. Era tudo ali. É... Foi nessa época que a Rita chegou, a Rita que hoje está na direção, né, é... que era do SESOP, ela entrou pro SESOP, tinha o Marcelo [ininteligível], e era... ali era a... a diferença é que era um lugar que era nosso. A gente tinha a sensação de que valeu a pena, a gente era vacinado, já estava fortalecido, né, de tudo que a gente tinha passado, de todas as situações que a gente já tinha enfrentado, as incertezas... “agora é nosso”. E é muito legal a gente poder ver chegar a turma do 1º ano e tendo já... é... não tendo que passar pelo que a gente passou, né. A gente sentiu um sentimento paternalista, de poder receber esses alunos. Não tinha trote, a gente não fazia trote, né, a gente recebia todo mundo. É... tivemos... é... pela primeira vez os três... os três... as três séries do ensino médio, convivendo junto. A 1ª série, se não me engano, ficava à tarde, acho que tinham duas ou três turmas de 1ª série, o resto era o 2º e o 3º anos, que ficavam pela manhã, tinha o pessoal da tarde e ainda tinha o pessoal à noite. Acho que nessa época começou o PROEJA, mais ou menos nessa época, não sei se foi em 2006 ou 2007 que começou o PROEJA. É... muita gente que era da nossa turma foi pro PROEJA, o pessoal que era mais velho, à noite, foi pro PROEJA, né. E aí é mais calmo, né. Eu lembro que a gente já tinha [ininteligível] consolidado, Realengo quase não entrava em greve, né. Eu lembro que o pessoal do sindicato veio aqui uma vez e os alunos botaram eles pra correr pq queriam ter aula, não queriam parar, a gente botou eles pra correr, brigando: “Fora! Fora! A gente vai estudar, os professores vão dar aula, eles querem dar aula, não sei o quê”. É... E aí... Aí, pronto. Aí a gente já estava totalmente contaminado pelo vírus apaixonante do Pedro II, né? A gente já tinha entendido o que era ser aluno do Pedro II, né. Era fazer parte de... era se entender como parte de alguma coisa, de não ser só um jovem, não só mais um, né. Não tô falando com contexto de mobilização social, contexto de... de... de viés ideológico, porque eu sou completamente contrário a isso, mas, é... é... é um entendimento enquanto cidadão. O Pedro II tem essa capacidade de formar cidadãos, formar gente que pensa, gente com pensamento crítico, gente que consegue enxergar o mundo de um outro jeito, né. Pedro II me deu as melhores coisas da minha vida, né. Me deu os meus melhores amigos, me deu a minha namorada, futura esposa, me deu um emprego, né, me deu uma universidade, tô fazendo outra universidade, outra faculdade, outro curso. Enfim, é... Pedro II, aqui, começou essa... terminou o processo de... de.. de conscientização humana, de formação humana, de que se é membro de uma sociedade. [ininteligível] Lembro de uma vez, tinha um projeto chamado Olhar para o Futuro, que a gente dava aulas pra alunos vindos das escolas públicas, né. Alunos de escolas públicas, aliás, e a gente dava aula como se fosse um pré-técnico, um pré-militar, pré-alguma coisa. E a gente dava aulas dessas disciplinas, as disciplinas todas que tivessem, as que você fosse mais forte... Então eu dei aula de Química, de Português, principalmente, de Geografia... É... Até Biologia eu me meti a explicar alguma coisa que eu sabia, né. E a gente ia no contraturno. E uma vez eu fui dar uma aula lá na Tijuca, lá no campus Tijuca, né, e aí estava eu e um amigo, ele foi dar aula de Física e eu fui dar aula de Português e quando a gente estava voltando, no ônibus, cansado de um dia inteiro de aula, a gente voltou, era sábado, e a gente sentou na parte de trás do ônibus, no degrau da... no primeiro degrau da janela, assim, né. E aí, passados alguns instantes, [ininteligível], assim, no ombro, aí eu não sabia o que era, quem estava me batendo. E aí um senhor falou assim:

- Você está maluco?

- Por quê?

- Vocês dois estão malucos?

- Não!

E ele:

- Você quer acabar com a sua vida?

- Não!

- Então porque você está sentado aí?

- Porque eu tô cansado.

- Não! Um aluno do Pedro II não pode sentar na escada do ônibus, não. Já pensou se essa porta abre e você morre? Va ser o maior desperdício desse país. Um aluno do Pedro II morrer de uma forma imbecil como essa é um desperdício pra esse país. Mil pessoas tentaram a sua vaga e você conseguiu. Eu não posso admitir que um aluno do Pedro II...

— Brigando sério! Um senhor dos seus 60 anos, brigando sério comigo:

— -Eu fui aluno do Pedro II, os meus filhos foram alunos, a minha neta é aluna do Pedro II, hoje. Você vai sentar aqui no meu lugar.

Eu falei:

- Não, não precisa, pode continuar sentado.

- Não, eu faço questão que você sente!
- [ininteligível] Como é que pode, né. Sou só um aluno de escola pública sentado ali e... você vai entend... você vai... as peças vão se encaixando na sua cabeça. Você faz parte de uma coisa muito maior do que simplesmente ser um aluno secundarista.
- [...], muito obrigado pela sua entrevista.
- De nada!

6) Entrevista com Irene (Diretora de Ensino) – 27/03/2018 – 38'08"

- Professora [...], boa noite. Como surgiu a ideia de criar a unidade Realengo?
- A ideia de Realengo foi, vamos dizer, não surgiu espontaneamente no Colégio Pedro II, ela veio da comunidade de Realengo que, inconformada com o fato de não ter uma escola pública de qualidade no bairro e, depois, que tinha sido desativado a fábrica de cartuchos do Exército, é... o Exército, uma das áreas eles chegaram a, a vender para, é... imóvel, para construir imóveis particulares. E houve um grupo que se organizou com um movimento chamado "Movimento Pró-Escola Técnica em Realengo", e esse grupo, é... tentaram levar a escola técnica pra lá, mas não tiveram êxito e, em 2001, representantes desse grupo chegaram ao professor Oscar Halac, que na época era o diretor de São Cristóvão III do Colégio Pedro II e também era secretário do diretor geral do Colégio, professor Wilson Choeri. Nessa ocasião não dava pro Colégio pensar em qualquer expansão, porque a política governamental não era de expansão, era de, de contração, mas aí passou um tempo, quando foi em 2003 ocorreu eleição para diretor-geral, professor Choeri foi reeleito e havia... o governo tinha mudado, é... tinha assumido o Presidente Lula, o Ministro era o Cristovam Buarque, e esse grupo voltou a fazer contato com o professor Choeri e também começaram a chegar até o Ministro da Educação. O professor Choeri disse que o Colégio Pedro II não tomaria a iniciativa, mas que se eles conseguissem que aquela área que outrora fora a fábrica de cartucho, viesse para o Colégio Pedro II, que o Colégio aceitaria o desafio. E isso, a eleição pra diretor-geral ocorreu em dezembro de 2003, ele foi, é... o mais votado, foi nomeado em janeiro de 2004 e logo depois, ah... já tinham evoluído esses contatos, foi firmado um convênio entre o Ministério da Educação, o Colégio Pedro II e a Prefeitura, que a essa altura também tinha se envolvido a Prefeitura do Rio de Janeiro. E aí pra que o Colégio já começasse a funcionar em março de 2004, foi meio, por meio desse convênio, a Prefeitura cedeu uma escola municipal, a Escola Gil Vicente, que fica situada na Rua Bernardo de Vasconcelos, pouco adiante, né, de onde, é... da área que, que seria cedido. E aí, o Colégio, nós fizemos em um tempo recorde, abrimos um concurso específico pra Realengo, pela primeira vez foi um concurso com 50% das vagas destinadas a alunos provenientes da rede municipal, porque justamente tinha um convênio com a prefeitura, e realizamos o concurso nos primeiros dias de abril, e no dia 6 de abril foi então oficialmente assinado esse convênio, lá na Escola Gil Vicente, com a presença do prefeito, do professor Choeri, do professor William Campos, que era o representante do Ministério da Educação no Rio de Janeiro, de forma que... e o professor Oscar Halac, que foi designado, então, o diretor, é... para fazer uma unidade escolar experimental de Realengo. E funcionamos, então, nesse ano de 2004, enquanto ia tramitando a questão do... de passar a área, oficialmente, para o Colégio Pedro II, pois só depois que fosse publicado no Diário Oficial, que aquela área nos era entregue, é que se poderia pensar em qualquer obra nessa área do... é... da antiga fábrica de cartucho. É assim que foi que o Colégio Pedro II foi parar em Realengo, pra felicidade da comunidade da Zona Oeste, mas nossa também.
- E... O que poderia representar a criação de uma nova unidade para a rede de unidades existentes?
- Do Colégio Pedro II?
- Isso.
- É, o Pedro II, quer dizer, ele, ele veio em, em ciclos, né? Isso quer dizer, durante cerca de cem anos, só existiu o externato e o internato. Só na década de 50 que surgem as sessões, primeiro a Norte e a Sul, depois a Tijuca: 5 anos depois, em 1952, e em 57, a Tijuca. Sempre essa expansão do Pedro II, em todas elas, vão sendo provocada pela demanda das comunidades, né, locais e a procura do... né, da população pelo Colégio Pedro II, e lá nos anos 80 se deu uma expansão, vamos dizer, pra um outro segmento escolar, né, que foi a criação dos Pedrin..., do que a gente chama de Pedrinho, e parecia que o colégio estaria, é... né, já consolidado com aquelas dimensões, mas o professor Choeri, ele que foi um grande dirigente da casa e um cérebro privilegiado, ele percebia, é... ele teve a sensibilidade de sentir o momento. A política governamental era de expansão, foi quando começou a expansão da rede federal de educação

- profissional e tecnológica, que result... que resultaram, em dezembro de 2008, com a criação dos Institutos Federais. E ele, sentindo essa política favorável de expansão, é... ele sent... e por outro lado, também, o Pedro II, de tempos em tempos, ele passava pela ameaça de... alguém querer estadualizar, de querer fechar, e ele, corretamente, mas já sentiu que se tornasse o Pedro II maior, ficaria mais difícil de se pensar nessa questão, então pra consolidar o colégio, né? Então acho que... E pra comunidade local, quer dizer... Durante, né, décadas, as opções que eles tinham pra estudar no Pedro II era vir pra cá ou pra São Cristóvão, eram as duas opções principais, né? E as pessoas têm que se deslocar, né, 50 quilômetros, quer dizer, uma coisa extremamente cansativa. O fato do Pedro II ir ao encontro da população nessa região, eu acho que foi uma coisa, assim, de suma importância, e em uma região que é bem deficiente, né, de boas escolas, de escolas, é... só tinham algumas escolas particulares e rede de escolas municipais, a própria rede pública estadual acho que deixava, também, a desejar.
- Certo! E como reagiu a comunidade interna do Colégio Pedro II à notícia da abertura de uma nova unidade?
 - Não reagiu com satisfação, não. Houve muita oposição, porque o colégio, é... vinha enfrentando, já estava enfrentando problemas, é... de falta de professores, ah... tendo que recorrer a professores contratados temporários, professores substitutos... Então, a possibilidade de criar mais uma, mais um local, e por outro lado também, é... a preocupação de que professores e técnicos já antigos da casa, mas que residentes dessa região [interferência externa] é... quisessem pedir, como de fato aconteceu, pedir transferência pra, pra esse local, e aí traria algum tipo de esvaziamento na... Então, realmente não foi bem recebido, não, pelo colegiado ali do... do Conselho Pedagógico, né, constituído pelos diretores e chefes de departamento, houve muita reação contrária.
 - Certo! Nos anos de 1980 foi formulado um plano diretor, de longo prazo, que prevê a oxigenação das atividades relativas ao ensino e a inserção do Colégio Pedro II por entre as atividades de pesquisa, extensão e cultura. O lema desse plano diretor era "o futuro velho Colégio Pedro II". Existe uma relação entre esse... entre o projeto da unidade de... pra Realengo e esse plano diretor?
 - Há, sim. Claro que... é... esse, esse projeto do... dos anos 80, "o futuro velho Pedro II", é... foi idealizado pelo professor Wilson Choeri, que foi o secretário de ensino durante toda a década de 80 e parte da década de 90. E aí, ele, como diretor geral, teve a oportunidade, então, de desenvolver aquilo que ele havia idealizado para o Colégio, quer dizer, é um desdobramento, né, desse... desse plano diretor. Agora, claro que... eu acho que na... na... nos planos dele, pelo menos ele, eu não me... não me recordo que ele, nos anos 80, falasse disso. Agora, o curioso é que nós encontramos, é... um documento, se não me engano, de anos 60, é... recorte de jornal, em que numa das crises que o Colégio passa, passou, né, é... há uma entrevista com o professor Cândido Jucá Filho, que foi diretor do externato, né, no... no... em 61. Jucá foi diretor quando... na época que quem foi Presidente da República foi Jânio Quadros, e... ele, é... discussões da congregação, ele ali diz que o Colégio Pedro II deveria ir para a Zona Oeste, para ir ao encontro da população mais pobre, etc. Eu fiquei impressionada de ver esse recorte de jornal antigo, que nós temos aqui - nesse momento eu não saberia localizar -, mas nós vimos, em fazendo a pesquisa pra escrever o livro institucional, nós tivemos acesso a esse... esse recorte de jornal, quer dizer, é... isso 50 anos, praticamente, antes, já havia uma ideia de um diretor de externato pensando nisso, né, isso pouco tempo depois da criação das sessões, que foi nos anos 50.
 - Certo! O local destinado à instalação da nova unidade do Colégio Pedro II sempre foi um dos espaços da fábrica de cartuchos do Exército?
 - É, pra Realengo, Realengo foi, sim, foi. Agora, nós não... Quer dizer, nós passamos dois anos sem poder, é... ocupar a própria fábrica de cartucho. No primeiro ano, provisoriamente, foi na escola municipal que, ao final do ano, com concurso já realizado para em 2005 recebermos alunos para estudarem tarde e noite, e havia uma promessa de ser sempre uma escola municipal mais ampla que poderia... Posteriormente às eleições municipais, o prefeito, uma vez reeleito, a Secretária de Educação ligou na primeira semana do ano para o professor Choeri para dizer que não poderia mais emprestar nenhuma escola. Rompeu o convênio, tinha prometido muita coisa e rompeu, e aí...
 - E qual foi a alegação pra esse rompimento?
 - Que não podiam dispor da escola. Aí, o professor Choeri encarregou o professor Oscar de tentar localizar algum imóvel que pudesse ser alugado para o Pedro II funcionar enquanto não cumprisse a questão da publicação do Diário Oficial da passagem da área para o Colégio. Acontece que não estavam conseguindo, e existiu um grande líder nessa comunidade que foi

- o Padre João Cribbin, que era um padre irlandês que vinha a ser pároco da igreja da Paróquia de São José e o responsável por várias capelas, inclusive, pelo presídio. E, esse padre, eu tive a oportunidade de conhecê-lo pessoalmente, hoje ele é homenageado numa das estações da transolímpica, o BRT transolímpico, que se chama Padre João Cribbin, e eu até me emocionei, a primeira vez que eu passei e eu vi, porque ele realmente foi uma pessoa assim, é... que pensou muito naquela comunidade. E ele, então, cedeu uma da, um dos centros sociais deles, chamado Centro Social de Capelinha. Ele cedeu as instalações do Centro, ele modificou o horário dos cursos que eles ofereciam pra comunidade, ali, e para... cederam ao Colégio, tarde e noite, para o Pedro II funcionar ali. E sem cobrar qualquer aluguel. Pro Colégio, a única coisa que aconteceu foi que o professor Choeri mandou instalar um medidor de energia elétrica, pra pagar a energia elétrica que consumia. Então, e se comprometeu com o padre que ao final de um ano ele teria, ele sairia pra liberar as salas, e assim aconteceu. E durante esses dois anos que o Colégio não teve a sua sede própria, as aulas inaugurais eram no salão paroquial da... cedido pelo padre lá na Paróquia de São José, um apoio muito, assim, importante, tanto que, depois, o Colégio, quando nós inauguramos, ele foi lá, deu uma bênção, e nós temos um prédio, é um orquidário, que fica situado embaixo de uma... uma cisterna, né, é... e que ali nós demos o nome de Espaço Padre João Cribbin, que ele foi, faleceu, vitimado por um câncer, então ele não chegou a ver todo o complexo restaurado, mas ele ainda viu até uma certa etapa.*
- *Certo! E quais são os cri... Quais foram os critérios empregados para o provimento da então unidade experimental em termos de recursos humanos?*
 - *Recursos humanos, é... Através dos departamentos, né, foram deslocados alguns professores que tinham, vamos dizer, interesse, poucos professores efetivos e muitos professores contratados, né. Realizamos um processo seletivo pra contratação de professores substitutos, em fevereiro, pra algumas disciplinas. Quando estávamos para realizar um segundo processo para as outras disciplinas, em abril, é... houve um, uma ação na justiça, movida por um grupo de professores que tinham prestado concurso para professor efetivo, em 2012, e que não tinham sido chamados, e a justiça nos embargou, proibindo de realizar qualquer processo seletivo. Então, nós passamos aquele restante de ano tendo que administrar com o que nós tínhamos conseguido selecionar e deslocando professores, que como a unidade começou funcionando com 6 turmas à noite, 6 turmas de primeira série, então as cargas horárias de muitos professores, de disciplinas que têm cargas horárias de dois tempos semanais, por exemplo, só têm ao todo 12 tempos, então muitos professores pra trabalhar lá tinham a situação de ser divididos entre lá e uma outra unidade escolar.*
 - *Certo! Falando sobre as primeiras turmas, primeiras turmas de alunos, como é que elas foram formadas?*
 - *Foi pro... foi no exame de admissão realizado nos primeiros dias de abril, e que só constou de uma prova de Português e uma prova de Matemática, provas bem objetivas, de correção rápida, né, e com questões bem, bem fáceis, porque o número de candidatos foi muito pequeno. Nós tínhamos a possibilidade, quer dizer, eram 6 turmas de 35, então nós poderíamos oferecer 210 vagas. E, se não me falha a memória, nós não chegamos a ter 200 candidatos inscritos. [ininteligível] então era praticamente pra aprovar todos. Então, na época eu era secretária de ensino, né, e solicitei aos dois professores, tanto ao coord..., ao chefe de departamento de Língua Portuguesa quanto ao chefe de departamento de Matemática que formulassem as questões bem simples, bem fáceis, porque o objetivo era aprovar os candidatos. Nós, inclusive, baixamos a média, nós chegamos a admitir com menos do que 4, com 3,5, aproveitando praticamente quase todo mundo. Eu sei que ingressaram, se não me falha a memória, 194 alunos. Quer dizer, ficamos com algumas vagas ociosas e... e também sempre com aquele critério: 50% das vagas pra alunos de rede pública, se não preenchesse todo com rede pública, aí completava com o outro grupo.*
 - *E qual era a faixa etária desses alunos?*
 - *Aí, era um... Mais ou menos a idade de... de... mais variável. Tinha alunos que estavam dentro da idade normal para aquela série, mas tinha, como era pra curso noturno, não tinha limite máximo. Não vou garantir, mas acho, talvez até, nesse ponto, o professor Oscar, não sei se você fez essa pergunta pra ele, é... eu acho que ele sabe melhor, porque como ele foi o primeiro diretor, mas me parece que tinham alguns alunos com mais de 20 anos, alunos mais velhos um pouco.*
 - *E a senhora tem referências sobre o bairro de origem desses alunos?*
 - *Olha... Aí... tinha de lá, mas tinha de vários outros bairros. Agora, esses dados aí já... já 14 anos se passaram, é um pouco difícil. Talvez lá ainda existam nos arquivos da... da que foi secretaria de ensino, que hoje é a pró-reitoria de ensino.*

- Certo! O Colégio Pedro II que a senhora viu nascer em Realengo era diferente daquele Pedro II que a senhora conhecia antes?
- Em alguns aspectos, sim, em outros, não. Né? É, em alguns aspectos, a gente se sentia assim meio numa volta ao passado, porque nos impressionou muito, positivamente, a educação dos alunos. A gente percebia que estávamos lidando ali com, isso era geral, isso eu ouvia dos professores, dos chefes de departamento, e... um aluno mais educado, mais respeitoso, né, como a gente via lá nos anos 60 e 70, quando o aluno se levantava pra cumprimentar o professor que entrava na sala de aula, isso foi se perdendo com o tempo. A questão do uniforme, os alunos, de um modo geral, né, vão relaxando muito com o uniforme, querendo usar adereço, uma série de coisa, e lá não, eles usavam o uniforme, assim, com muito, muito capricho, né, isso se sentiu. Agora, essa primeira turma, tendo em vista a forma como a prova foi feita, muito fácil, eram alunos muito fracos, houve um índice muito grande de reprovação, porque eles, eles não, realmente, não estavam preparados pra enfrentar aquele ensino médio do Colégio Pedro II, com as exigências, que nós procuramos não baixar o nosso nível de ensino, baixamos no processo seletivo, porém o nível de ensino, o programa era o mesmo de todas as outras unidades. Mas, também, isso só aconteceu no primeiro ano. Já de 2004 pra 2005, quando se fez o exame de seleção já foi a mesma prova de todos, e a quantidade foi crescendo que... que chegou a ser lá a relação candidato-vaga maior, muito mais elevada do que em outros locais, tal o interesse da população pelo Colégio.
- E quais eram as condições de trabalho na época em que o Colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- Bem difíceis, né, porque eram as salas, né, de uma escola municipal. O colégio, as instalações pra parte administrativa do colégio eram reduzidíssimas, é... foi um ano bastante, é... de sacrifício mesmo pros pioneiros, poucos funcionários administrativos, né, era um diretor, um adjunto, um funcionário, era uma coisa assim bastante de pioneirismo, né. Fomos desbravadores.
- E no Centro Comunitário da Capelinha? Houve alguma mudança em termos de condições de trabalho?
- Bom, melhorou, vamos dizer, as salas eram mais... não era nada luxuoso porque é uma... é um prédio que tinha sido construído com recursos que o padre recebeu do governo da Irlanda, inclusive com as cores, pintado com as cores da bandeira da Irlanda, verde e laranja, bem feio. [ininteligível] de sala dos professores e gabinete de diretor tudo era uma área bem, bem ainda, bem acanhadinha, um espaço bem pequeno, mas as salas de aula eram boas e... e realmente, assim, vamos dizer, a boa vontade, né, desse... Isso a gente foi grato pra sempre a ele, né?
- Certo! E por que o Colégio se transfere pra esse Centro Comunitário? Eu acho que a senhora de certa forma já respondeu a essa pergunta...
- Já respondi, é. É quando nós nos vimos numa situação desesperadora, praticamente, chegou a se pensar até em... em ter que transferir aqueles alunos, que já tinham cursado o primeiro ano lá, pras nossas unidades antigas, seria a última instância. Que o Oscar chegou a dizer, se eu bem me lembro dele dizendo, que eles chegaram a pensar que ele trabalhava com corporação imobiliária, de tanta casa que ele foi visitar pra ver se conseguia uma casa pra alugar, pra que... o Colégio ficar aquele período. E vendo se aproximar o início do ano letivo, né, os alunos já selecionados, com alunos pra cursarem tarde e noite, e a gente ali, naquele... naquele impasse, quer dizer, esse... foi uma bênção dos Céus, foi uma coisa que a vida inteira o Colégio Pedro II tem que ser grato à memória do Padre João Cribbin, que foi ele quem permitiu que funcionasse, que o colégio continuasse, é... era em Magalhães Bastos, em Realengo, mas fica em Magalhães Bastos. Mas foi a forma como o colégio pôde permanecer, deu um fôlego pra que se resolvesse a situação de publicação no Diário Oficial, que aconteceu, se não me engano, foi lá pra outubro, por aí, da passagem oficial da área do patrimônio do Exército Brasileiro para o Colégio Pedro II.
- Certo! Ainda em termos de condições de trabalho, o que a senhora acha que mudou com a transferência do colégio para o espaço da fábrica de cartuchos em 2006?
- Bom, ainda que o primeiro pavilhão também fosse um pavilhão, vamos dizer, quase que improvisado, porque foi constr... foi uma coisa feita num tempo recorde de... de Natal, é... foi a semana seguinte ao Natal até o início do mês de março, quer dizer, em menos de três meses se conseguiu. Mas, já... primeiro que já era nossa, o nosso próprio local, né, e ali, já com mais espaço, e ainda que fosse, vamos dizer, pra parte administrativa, poucos espaços e salas ainda pequenas, me lembro bem que para o Oscar [ininteligível] reduzidinho, mas já... já tinha um conforto maior do que nas outras duas instalações que tinham sido provisórias, né, então, eu acho que já foi uma evolução. E a... e a felicidade de estar no... no seu... seu próprio... e

permitted, inclusive, that the school passed to function in 3 shifts, we had the power, there were 6 classrooms that were fully occupied in 3 shifts. We made a library, whether to say, they had the basic installations to function, this was during the year of 2006, already in 2006 for 2007 it was recovered more an area, that is for the street Doutor Lessa, in which it was possible to make a covered area, for sports, um... uma... uma área de refeitório, né, e mais um espaço comunitário, que depois, hoje em dia, é ocupado pela mediateca de Espanhol, que foi mediateca de líng... de línguas estrangeiras, né, e hoje é de Espanhol. E na frente, a casa, uma belíssima construção de inic... de final do século XIX, início de século XX, que foi a casa do comandante, ela foi toda restaurada e ali foi criado, na época, foi batizada de Biblioteca Digital, mas depois foi adequadamente renomeada como Centro de Inclusão Digital. E isso teve um impacto enorme, porque o colégio instalou ali um laboratório de informática com 60 computadores dotados de teclado braile, tem computador com baia pra cadeirante, foi instalada a primeira, e acho que... não sei se já existe alguma outra, durante muito tempo foi a única, impressora braile da Zona Oeste e... e ainda, em cima, um espaço pra exposições de... artísticas, pra criações. E... e essa, desde o princípio, o professor Choeri foi até draconiano numa... havia uma certa restrição de acesso a esse espaço por parte do aluno, porque isso foi feito pra atender a comunidade externa. Então, era uma forma de agradecimento do Colégio Pedro II àquela comunidade que o recebeu com tanto carinho, de braços abertos. Depois, até, foi quando, já com o novo diretor geral, que justamente, em acordo com o professor Miguel, que é... que era o diretor, já diretor da unidade, dos campus, nós abrimos a comunicação justamente do colégio, a comunicação interna entre o colégio e o Centro de Inclusão Digital e passamos a permitir que também os alunos utilizassem aquela [ininteligível]. Foram oferecidos, ali, cursos de primeiros conhecimentos de informática para a população, cursos gratuitos. Aí as pessoas iam lá, corriam pra fazer seus... seus trabalhos de informática, as pessoas que não tinham em casa, né, seu... seu computador podiam utilizar, como também a questão de alunos cegos da rede municipal eram acompanhados por professores, iam lá. Existe também uma pessoa inesquecível, Vanessa, aluna, do... né, aluna do colégio, desde... desde o princípio, e aluna deficiente visual, e ela se tornou é... professora, instrutora, muito inteligente, era um prazer enorme, não sei até por onde ela andar, mas era muito agradável chegar lá e cumprimentá-la. E todo mundo que ia lá a gente apresentava à Vanessa, e as pessoas ficavam encantadas. Ela, se não me engano, [ininteligível] ela fez Pedagogia, depois não sei mais, ela... ela trabalhou como contratada pela empresa ali que... que administrou, um tempo, a gente teve que fazer uma terceirização para a administração desse laboratório de... de informática, desse Centro de Inclusão, depois, bom, depois o Colégio, à medida que foi realizando um concurso para professores de Ciência da Computação, professor de Informática Educativa e técnico mesmo, né, de... de informática, isso foi permitindo que o colégio assumisse inteiramente esse Centro de Inclusão Digital.

— Certo!

— E aí, o professor Choeri conseguiu, em agosto de 2007, dia 16 de agosto de 2007, ele conseguiu que o Presidente Lula, com uma numerosa comitiva, com governador, prefeito, ministro, deputado federal, etc, fosse lá para inaugurar, justamente, essa área que, vamos dizer, correspondia aproximadamente a um quarto do... da área total, porque a área total são 45 mil metros quadrados, o terreno todo. E eles foram lá pra inaugurar, e ficou todo mundo muito bem impressionado com essa... esse Centro de Inclusão Digital, com... com tudo o que viram, e impressionados com o fato que o colégio tinha feito, como o professor Choeri declarou, nessa ocasião, que até ali o colégio tinha feito tudo com recurso próprio, boa parte foi feito com a verba da... é... provindas dos exames de admissão, da taxa paga pelos candidatos. O professor Choeri investiu isso na... nessas obras. E ele ali lançou o desafio pro... pro Governo, né, que até ali o colégio tinha ido por conta própria, que se dessem a ele os recursos, tudo, ele garantia que o Pedro II iria recuperar aquela área toda. Eu confesso que eu sou uma pessoa muito otimista, é... mas, no dia 6 de abril de 2004, quando pela primeira vez nós entramos naquele terreno, o mato era praticamente da... da minha altura, boa parte a gente não podia nem chegar, era impraticável de se alcançar, prédios que não... que não tinham teto, telhado nenhum deles tinham, escadas que não tinha os degraus, foi uma coisa assim, é... surreal, quase que, eu brincava que era a materialização da música do Vinícius de Moraes, era uma casa que não tinha nada, não tinha teto, era isso. A primeira vez que eu entrei ali, me senti, assim, quase que num desânimo, de pensar "meu Deus do Céu, quanto tempo a gente vai precisar pra recuperar tudo isso?", essa... E graças a essa... tenho certeza, eu acredito nisso, essa ida do Presidente da República com o Ministro da Educação e autoridades viram, e a confiança que o professor Choeri transmitia, o respeito, que, né, que a figura dele impunha no...

no colegiado dos dirigentes da rede federal, garantiram que saísse do papel em tempo recorde, porque isso foi agosto de 2007, exatamente um ano depois, é... Eu... eu sou, eu fui empossada como diretora... eleita, empossada diretora-geral em Brasília, no dia 27 de agosto, no dia 8 de setembro eu já estava em Brasília, indo ao FNDE pra assinar um convênio garantindo um... uma verba de dois milhões e alguma coisa a mais, destinado, exatamente, a investir lá, em obra. E ali, durante... eu fui 4 anos diretora-geral, um ano depois, nos 5 anos em que eu dirigi o colégio, todo ano que eu renegociava com o Ministério da Educação o orçamento do Colégio Pedro II para o ano seguinte, tinha sempre uma... um valor já estipulado no orçamento, que foi da ordem, vamos dizer, quase sempre, a cada ano, de cerca de 8 milhões. Eu sei que, em 5 anos, nós, praticamente, recuperamos tudo, só não posso dizer tudo porque ficou um pavilhão, que desde o primeiro dia que nós entramos, que nós vimos aquele pavilhão, assim, imponente, com uma escadaria, era a antiga subestação de energia elétrica, de 1918, é um prédio centenário, nós ainda dissemos "aqui cabe um teatro", e até porque ele tá localizado bem próximo à entrada da Avenida Santa Cruz, o que permite poder abrir esse teatro pra população local, sem precisar transitar por dentro da escola. Então, essa ideia do teatro ficou fixa, mas, eu me impus como meta o seguinte: que não... que não partiria para a construção do teatro enquanto não tivesse concluído toda, todos os pavilhões, a área, a biblioteca, etc, do colégio, que aí, ao longo desses 5 anos, nós evoluímos de uma escola que era só de ensino médio, nós passamos a ter o ensino médio, o ensino fundamental, é... primeiro nós tivemos o 6º e o 7º ano, né, do 2º segmento e, na mesma ocasião, nós criamos o 1º e o 2º ano do 1º segmento, que é o atual anos iniciais, né, o Pedrinho. E depois, ainda mais, em 2012, nós criamos a Educação Infantil, é o único campus do Colégio Pedro II que tem um pavilhão de Educação Infantil, é... que começou comigo, com crianças de 4 e 5 anos e hoje estendeu até 3 anos. Então, lá, a gente... nós começamos com cento e poucos alunos e hoje a gente tem acho que perto de 3 mil ou mais de 3 mil alunos. Em 12... eu sei que no dia 4 de maio de 2012... nós tentamos várias vezes que o Presidente Lula retornasse, mesmo já como ex-presidente, tentamos levar a presidente Dilma lá, não conseguimos, mas em maio de 2012, o Ministro Aloísio Mercadante foi lá pra, oficialmente, inaugurar o complexo. Criamos lá uma escola de música, que é, né... o único campus que tem... – tem o espaço musical em São Cristóvão -, mas uma Escola de Música do Colégio Pedro II só tem lá em Realengo, quer dizer, a área, que ele se prestou a isso, e nós conseguimos recuperar, aquele... aquele parque de ruínas, abandonado, matagal, uma coisa assim tenebrosa, num lugar que dizem até que teve vítimas, né, fatais, ali, em uma... um centro que irradia, né, educação, cultura e tudo, isso, durante os meus 5 anos, eu sei porque eu tive que fazer esse levantamento pra inauguração, foi cerca de 50 milhões de reais, que nós recebemos do governo, que garantiram a gente recuperar tudo aquilo, construir aquilo tudo. E foram obras de restauração, porque nós... a área é tombada pelo patrimônio municipal, então nós não descaracterizamos os prédios lá, nós fizemos questão de manter toda... claro que internamente, sim, modernizamos, mas externamente nós mantivemos as características de todos aqueles pavilhões e, realmente, é uma coisa que a gente se orgulha e fica... agradece a Deus ter tido a oportunidade de fazer isso por uma comunidade, que eu acredito que até hoje seja reconhecida ao Colégio Pedro II pela ida do Pedro II, e isso foi também um diferencial, e essa ida pra Realengo, em 2004, suscitou o interesse de vários municípios querendo ter um campus do Pedro II. Se eu não tivesse me imposto um compromisso com a comunidade, né, que quando o professor Choeri, depois de Realengo foi Niterói, depois Caxias, e quando eu assumi, eleita, eu disse que eu não abriria nenhum campus novo enquanto não tivesse dotado todos esses locais de instalações à altura do Colégio Pedro II. E a gente, praticamente, conseguiu. Niterói é que foi o mais difícil, que só mesmo já na gestão do Oscar é que consegui construir um prédio próprio, né, que a gente funcionou em prédio cedido que não tinha as condições ideais, mas, em função disso, eu recusei pedidos de vários municípios que quiseram ter um campus do Pedro II, pra, né, é um colégio que é uma referência nacional.

- Professora [...], muito obrigado, boa noite.
- Boa noite. Um prazer de colaborar com a sua pesquisa.
- Obrigado.
- Nada...

7) Entrevista com Sebastião (Diretor-adjunto) – 04/10/2017 – 13'54"

- [...], boa tarde.
- Boa tarde.

- *Como surgiu a ideia de criar a Unidade Realengo?*
- *Na verdade, a ideia surgiu a partir da comunidade externa. Existia uma associação que desejava trazer para Realengo, para ocupar esse espaço da fábrica de cartuchos, que estava abandonada, e ela foi procurar o Colégio Pedro II para ver se o Pedro II podia abrir uma Unidade aqui. Então, ela partiu desta procura da comunidade, através dessa associação. O Colégio, então, começou a desenvolver, veio visitar o espaço, gostou da área, viu que é uma área que, de fato, necessitava principalmente de uma escola pública de qualidade, de nível médio, e então a gente fez o convênio com a prefeitura e abriu a Unidade Experimental Realengo em... Que começou a funcionar no dia 6 de abril de 2004.*
- *Certo! Mas essa ideia de trazer o Pedro II pra cá, vinda da comunidade externa, quando ela aconteceu, quando ela surgiu? Quando? Em termos de marco temporal.*
- *Se eu não me engano, o professor Oscar Halac, que hoje é o reitor, ele foi procurado por esse grupo em 2003. Ou foi, mais ou menos, no final de 2002, início de 2003. Acredito que em 2003. Foi uma coisa muito rápida.*
- *Certo! O local destinado à instalação da nova Unidade sempre foi um dos espaços da fábrica de cartuchos do Exército?*
- *É, pelo que eu sei da história, sim. Inclusive era um pedaço desta fábrica, porque ela continuava mais lá pro fundo, inclusive onde tem o Instituto Federal também, onde tem esse conjunto residencial aqui. Isso tudo fazia parte da fábrica.*
- *Certo! O Colégio poderia ter sido instalado em Campo Grande?*
- *Não, não teve essa proposta. A gente esteve... Eu estive visitando uma área na Casa da Moeda, em Santa Cruz, mas o lugar é muito ermo, pra levar o estudante pra lá era bastante complicado.*
- *De onde veio essa ideia da Casa da Moeda, em Santa Cruz?*
- *Essa não sei dizer bem, eu sei que o professor Choeri, em contato, acredito que com essa mesma comunidade. E era um desejo lá de alguém da Casa da Moeda, mas a gente analisou na época lá... O espaço era legal, o problema era que, em volta, você praticamente não tinha população e o acesso do estudante, também, à escola ia ser muito complicado, porque entrar na área da Casa da Moeda é uma coisa complicada.*
- *Entendi. Como as primeiras turmas da Unidade Realengo foram formadas?*
- *Nós fizemos um concurso. Foi o primeiro concurso que teve cotas: metade para escola pública e metade pra rede... Pro geral. Até porque quando a gente veio, que não tinha ainda o terreno doado, havia a proposta de brigar por essa doação. Nós fizemos um convênio com a prefeitura do Rio de Janeiro e a gente usava a instalação da Escola Municipal Gil Vicente, à noite. E esse convênio dizia que a gente teria a metade das vagas para os estudantes das escolas municipais do Rio de Janeiro. Depois a gente ampliou, mesmo antes da lei das costas, a gente manteve 50% para as escolas públicas, independente de ser municipal ou estadual.*
- *Certo! E por que se optou por um concurso especial, diferente do concurso da rede?*
- *Porque a gente tinha pouco tempo pra começar isso. Foi o primeiro concurso... Esse concurso foi de múltipla escolha, num domingo. Na segunda-feira a gente liberou o resultado e na quarta-feira a gente teve a aula inaugural no Campus Centro do Colégio. Foi a primeira aula, proferida pelo professor Rui March, que era chefe de gabinete do professor Choeri, na época.*
- *Certo! E qual era a estrutura... Você falou que as provas eram de múltipla escolha, né? Fala um pouquinho...*
- *Português e Matemática.*
- *Eram Português e Matemática, e qual foi a média de corte estabelecida?*
- *Bom... É... Como 90%, talvez, dos estudantes, desta vez, eram estudantes da rede municipal, e eu tinha que montar turmas e também queria começar o projeto, a média de corte era 5,0, mas a gente deu uma forçada de barra pra eu ter uma quantidade de alunos que desse pra formar 6 turmas do Colégio. Mas a média de corte era média 5,0. Média final: 5,0.*
- *Quantos candidatos foram aprovados?*
- *196. Eu tinha duzentos e poucos candidatos, então...*
- *Certo! E qual era a faixa etária desses alunos?*
- *Bom, a maioria deles na faixa etária de 16 anos, 15 anos. Nessa faixa. Tinha até pessoas mais velhas, mas a maioria tinha 15, 16 anos. Ensino médio regular.*
- *Essas pessoas mais velhas, você se lembra a faixa de idade delas?*
- *Eu não lembro. Tinha uma senhora que já devia ter mais de 20, 25, 26. E foi muito engraçado porque ela fazia muita questão, né? Porque tinha uniforme e ela ficava toda feliz com o uniforme, mas a gente nem estava acostumada a ver o uniforme numa pessoa com mais idade. Mas ela devia ter, vamos dizer, uns 30 anos, por aí...*

- Certo! Você tem referência sobre o bairro de origem desses alunos?
- Na época, a maioria era de Realengo, nesse primeiro concurso a maioria era de Realengo, Padre Miguel, Bangu, Sulacap... Da região. Das escolas municipais da região.
- Certo! O Colégio Pedro II que você viu nascer em Realengo era diferente daquele que você conhecia antes?
- Muito!
- Por quê?
- Primeiro porque o Pedro II era uma escola que, no seu concurso para a seleção de novos alunos, não tinha cota. É uma escola pública de qualidade, então acabava sendo muito elitizada. As pessoas de menor poder aquisitivo não tinham condição de pagar cursinho, de ter uma preparação melhor e tal pra passar nesse concurso. Então, eu acho que aqui a gente recebeu aluno, aquele que, de fato, necessitava mais da escola pública do que o Pedro II normalmente recebia nas outras – na época – Unidades. Hoje são campus.
- Certo! Quais eram as condições de trabalho na época em que o Colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente?
- Muito ruins. Porque a gente reformou um banheiro pra ser Direção, Secretaria, Supervisão e Orientação. As salas da escola municipal eram bem ruinzinhas, né? Tínhamos muito poucos funcionários. Na verdade, a gente usava até servente como inspetora... Um negócio assim, pra começar, mas as condições de trabalho eram muito ruins.
- E, no Centro Comunitário da Capelinha, houve alguma mudança?
- Houve uma mudança porque... É interessante que a procura pelo Colégio começou a aumentar. Então, dos duzentos e poucos que a gente teve, já teve mais de 500 candidatos. E como nós estávamos preocupados, com medo de a escola acabar, porque era pra ter acabado quando o César Maia rompeu o convênio com a gente e já estava reeleito... É... Eu e o professor Oscar, que estávamos à frente do projeto, a gente resolveu abrir tarde e noite. Só funcionava à noite. Porque a gente sentiu, assim, que a escola foi muito bem recebida aqui e a gente tinha que botar mais alunos pra dificultar o término do campus e a comunidade continuar tendo tempo pra lutar pela doação do terreno. Então, isso foi uma coisa. A seleção continua tendo cotas, mas os alunos que chegaram na segunda leva já foram mais bem selecionados, vamos dizer assim, tá? Em termos do concurso e tal... É... Agora, as condições conseguiam ser piores do que as da escola municipal! Porque a gente construiu, o Padre João emprestou a área lá: “vocês podem construir, têm que me devolver daqui a um ano, que eu vou construir uma igreja”, e aí a gente fez um monte de barracos. Eram barracos mesmo, muita lama, chuva na sala, barulho, bicho dentro da sala, tinha de tudo! Então, a condição era muito ruim, mas os alunos eram muito interessados e todos aqueles que trabalharam com a gente naquela época eram, de fato, pessoas muito envolvidas com o projeto. Porque há mais de 40 anos que o Pedro II não expandia. E quem veio acompanhando a gente – a mim e ao Oscar – veio aceitando um desafio, não veio pensando em ter alguma vantagem ou ficar perto de casa, porque a maioria nem morava por aqui. Veio, assim, aceitando um desafio. Eu acho que isso tudo deu muita garra pra que o trabalho pudesse acontecer com a mesma qualidade, apesar das condições – físicas, principalmente – serem muito ruins.
- Certo! Vamos voltar um pouco à questão do convênio com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Por que o Colégio se transfere para esse Centro Comunitário da Capelinha?
- Porque o prefeito rompeu o convênio. Ele já tinha sido reeleito. Ele usou, na verdade, a instituição, esse convênio, como campanha eleitoral, numa região da Zona Oeste do Rio de Janeiro, uma região com alto número de eleitores, a população é muito grande. Então, ele... Não interessava mais e ele deu um pontapé no bumbum da gente. Quase que acabou a Unidade Realengo.
- Certo! Bom, e ainda em termos de condições de trabalho, o que você acha que mudou com a transferência do Colégio para o espaço da fábrica de cartuchos?
- Ah, nós, primeiro, deixamos de ser sem-teto, né? Porque a gente era uma escola nômade: em 2004 funcionava num lugar, em 2005 funcionamos em outro e finalmente a gente chegou num lugar que ia ser nosso. Acho que o fator mais importante é esse: daqui, agora, a gente não sai mais! E abrimos, aqui, o turno da manhã também. Ficou manhã, tarde e noite. E... É... Até esqueci o processo da pergunta...
- É sobre condições de trabalho, o que que você acha que mudou quando a escola se transferiu pra cá pro espaço da fábrica de cartuchos.
- [ininteligível] realmente do que tinha lá. Agora, as condições, ainda, físicas... A gente reformou umas ruínas, que tinha um pedacinho, botamos aí 8 salas de aula, uma biblioteca – passamos

a ter até biblioteca -, uma sala de professores e uma sala onde era a Secretaria, SESOP e Direção. O resto era mato. Esse pedaço era fechado, os alunos não tinham acesso ao mato atrás... Então, as condições físicas ainda eram bem ruins. Fizemos uma... Botamos telhas que eles diziam que era telha ecológica [ininteligível] que eram ecológicas mesmo porque chovia na sala. O aluno abria guarda-chuva na sala, durante a aula de Física; o som de uma sala atrapalhava a outra; no verão, o professor Alexandre, de Física, trouxe um termômetro e aferiu 51 graus dentro da sala, de temperatura; e tinha gente que começava a passar mal. Teve dias que às 4 da tarde eu suspendia as aulas, não tinha mais condições de trabalho. Era aluno passando mal, era professor passando mal... O que tinha na sala era um ventilador em cima do quadro e se ligasse, também, ninguém escutava o que o professor estava falando. Então, assim, as condições eram ainda bem precárias, muito precárias mesmo!

- Tá certo! Professor [...], obrigado por sua entrevista.
- De nada!

8) Entrevista com Amaury (Diretor-geral de unidade) – 24/10/2017 – 44’52”

- Professor [...], bom dia. Professor, como surgiu a ideia de criar a Unidade Realengo?
- Na época, o governo Lula iniciou um programa nacional de desenvolvimento, fazendo com que os institutos federais realizassem a tarefa de interiorizar a Educação. Então, nesse momento, os institutos federais ficam sob uma mesma égide. É criado, então, a rede federal, e agrotécnicas, escolas técnicas e CEFETs se aglutinaram por regiões geopedagógicas, com o objetivo claro de expandir o atendimento de educação pública de qualidade. E, como eu disse que eles se constituíram numa rede, naquela época, ficava de fora o Colégio Pedro II, o IBC – Benjamin Constant – e o instituto dos surdos, que estão na égide do Ministério da Educação. E o professor Choeri entendeu, naquela época, que nós deveríamos fazer... não deveríamos fazer parte da rede. É um depoimento pessoal que lhe dou porque eu lidava diretamente com ele. Ele, na época, entendia, e você sabe que o pensamento, ele é muito influenciado pela conjuntura e pelo momento, talvez hoje ele pensasse diferente, mas não vamos poder consultá-lo, infelizmente. Mas, na época, ele não acreditava que deveríamos fazer parte. Ele fazia parte de uma corrente que pensava no Pedro II tradicional, histórico, enfim. Mas, *pari passu* a isso, ele também entendia que a escola precisava crescer para não ser reduzida por ser pequena. Parece dicotômico, mas não é. Para que não fosse reduzida, por ser pequena, ele acreditava que a escola deveria crescer, dentro de uma mesma visão política do governo daquela época. Então, ele entendia que a escola deveria atender à periferia ou às comunidades mais distantes do Centro, enfim. Ele entendia tudo isso, mas tudo isso também foi provocado, o entendimento dele foi provocado por um grupo de moradores da região de Realengo que se apropriou da legislação da política nacional e solicitou ao Colégio Pedro II a abertura de uma unidade naquela região. Então, você somando a intenção dele e a motivação recebida, você se depara, então, com a vontade política de expandir, já que ele chamou esse procedimento de expansão. E essa expansão aconteceu toda durante um período intervalado de 3 anos, 2 anos. Então, ele chamou alguém que ele acreditava que poderia cumprir o procedimento, por ele assim estipulado, tanto o convite quanto o procedimento em si e, dessa maneira, o restante você tem nos livros, inauguramos uma unidade chamada de descentralizada, que é um termo usado à época, para todas as novas unidades instaladas. Usou-se o termo descentralizado, e isso significava que era fora do reduto da sede. E está na lei isso, do inicial, está fora do reduto da sede porque vai interiorizar. Não chegava a ser uma grande verdade isso, aqui no Rio de Janeiro, dado o tamanho do estado, dado a aglomeração populacional aqui na cidade, dado a facilidade de transporte nos municípios mais perto, enfim. Mas, de qualquer maneira, foi a primeira intenção dada, mesmo o professor Choeri não acreditando, de modo algum, que nós devêssemos integrar a rede. Mas, como eu lhe disse, *pari passu* ele entendia que era preciso crescer o atendimento, como forma de crescimento da importância e do comprometimento do MEC com o financiamento do Colégio Pedro II. E, nesse momento, em 2004, o professor Choeri, através desse preposto, inicia a implantação do campus. Muito próximo a 2004, inicia um tratativo, uma demanda advinda do município de Niterói, que teve também a inserção de São Gonçalo, e teve de Itaboraí, e esse preposto buscou verificar qual seria o melhor local. O local escolhido para a implantação da segunda unidade descentralizada foi um bairro de Niterói, vizinho – muito vizinho, muito. A divisão do município de Niterói para São Gonçalo, é o bairro do Barreto, e nesta rua, que não me recordo o nome agora, mas que você vai achar nos compêndios, ficava a escolinha. Escolinha mesmo! Era uma escola de ensino fundamental inicial, teto baixo, porque as crianças são pequeninas, né, portinhas baixas, enfim, foi a primeira

manifestação da unidade descentralizada de Niterói. Dali passou para um CIEP cedido pelo estado e tudo isso com esse preposto desenvolvendo o trabalho. Eu já te disse que, nesse momento, já tinha a descentralizada de Realengo, onde, após um ano, esse preposto, que fora o seu diretor-geral, seu diretor da unidade, colocou o vice dele, ou adjunto dele, pra gerenciar, já que ele estava fazendo essa inserção em Niterói. No momento que se implanta Niterói, surge uma demanda da Baixada Fluminense, de vários municípios. Novamente esse preposto deixa a implantação, deixa a unidade implantada em Niterói, lá também entrega o gerenciamento ao seu adjunto, à sua adjunta, era uma jovem senhora, e vai, então, à Baixada Fluminense em busca de ampliar, estender o Pedro II pra essa região. O fato curioso é que não seria em Caxias. O primeiro alvo era Nova Iguaçu. E eu lhe digo que esses alvos surgiam por uma demanda principalmente de políticos. Que não era, não era ilegítima ou ilegítimo esse anseio, mas eu entendia – porque eu era o preposto – eu entendia que, apesar de não ser ilegítimo o anseio, havia um processo eivado de interesse eleitoral e eleitoreiro em todas essas demandas. E aí o pesquisador me perdoe esse juízo de valor do seu depoente. Então lhe falo como juízo de valor. Então, dessa maneira, em 2006, também, cria-se a unidade descentralizada de Duque de Caxias. Todos os inícios ocorreram de forma precária, porque o grande interesse do administrador Wilson Choeri era deixar o legado da expansão, como se acreditasse – e o seu credo se realizou – de que após a implantação andaria-se ou as pessoas andariam para tornar a situação cristalizada, que é o que o meu entrevistador conhece do complexo de Realengo, conhece do campus Caxias e conhece do campus Niterói. Muito há de se contar, muito há de se dizer, mas creio que não caiba nessa entrevista agora. Mas o depoente permanece à sua disposição.

- Certo! Como é que reagiu a comunidade interna do Colégio no dia da abertura de Realengo?
- Mal, reagiu muito mal! Reagiu muito mal! É... Via de regra, as comunidades, os nichos, sociologicamente falando, são corporativos. Vem daí uma série de consequências, inclusive num patamar mundial que você conhece, né? É... a ideia inicialmente veio, na ponta, ou na comunidade, como você me questionou, veio como alguma coisa que iria reduzir os direitos daqueles que já estavam aqui, fundamentalmente falando em termos de número de professores, técnicos e divisão de custeio, orçamento. Tá? Então, inicialmente, o entendimento não fora adequado ao projeto do administrador. É bom lembrar o meu jovem entrevistador, que quando aqui foi criado os campi I, assim chamados atualmente e outrora chamado de Pedrinhos, a lógica foi a mesma: foram implantados precariamente, vindo somar ao que já existia e com uma grande desconfiança da comunidade escolar, seja pelo novo segmento inaugurado, implantado, inserido, que é – ou que eram, né? - os anos iniciais do ensino fundamental – é a terminologia de hoje -, seja pelos mesmos motivos que 20 anos depois eu pude – eu, o seu entrevistado – eu pude observar o ato corporativo da criação de mais alguma coisa que poderia diminuir, reduzir os direitos já conquistados por aquelas comunidades. Foi assim que eu vi e eu gostaria que você sempre considerasse a perspectiva do seu entrevistado. Na verdade, o que eu lhe dou é uma visão do entrevistado acerca da problemática. Também não sei outra maneira de ser feito, mas queria lhe alertar que esta é a percepção do entrevistado. Mas estou aberto a contraditórios, mas essa é a minha percepção.
- Certo! Nos anos de 1980, foi formulado um plano diretor de longo prazo que previa a oxigenação das atividades relativas ao ensino e a inserção do Colégio Pedro II por entre as atividades de pesquisa, extensão e cultura. O lema desse plano diretor era “o futuro velho Colégio Pedro II”. Qual a relação entre o plano, entre o projeto de unidade pra Realengo e esse plano diretor?
- Nenhum. É... Essa escola teve, no final da década de 70, por se extinguir. Essa escola chegou a ter, no máximo, 2 mil e poucos alunos. Ninguém queria estudar no Pedro II. Extremamente vilipendiado. Isso foi no período pós-ditadura, isso foi num período pós-governo de exceção. É... Qualquer semelhança com a conjuntura atual não é mera coincidência, a não ser quem tomou o poder. Passamos, hoje, por um golpe parlamentar, onde notícias de pequenos desvios éticos são tratados – ou grandes desvios éticos – são tratados pela mídia como se naturais fossem. Eu vos digo, em verdade, como sendo a compra de votos amplamente divulgada e parece que faz parte do contexto, mas não faz. Nesse momento surge, nessa escola vilipendiada, a figura de Tito Urbano da Silveira, que traz da UERJ um pensador, um administrador de grande monta, um intelectual que é, ou que foi, Wilson Choeri. Juntos, mas com a perspectiva intelectual do Wilson Choeri, a escola teve uma... teve uma reforma, foi alavancada, passou desses quase 3 mil para 12, 13 mil alunos. O corpo docente vilipendiado, grande parte sem cumprir suas obrigações docentes, liberados de aulas, é instado – esse corpo docente – a voltar ao trabalho e começar a desenvolver um plano pedagógico da época. Porque

o plano ao qual você se refere talvez seja o terceiro. Nem o primeiro nem o segundo. Vale a pena o entrevistador conferir. Parece-me que houve outros projetos pedagógicos. Esse administrador do qual eu falo, ele era tão brilhante e tão avançado para a época, que ele anteviu o que hoje chamamos de PPPI – Plano Político-Pedagógico e Institucional –, constante da legislação, inclusive. Tão brilhante, entrevistador, que ele foi o primeiro a propor o sistema de cotas, através daqueles que estudam em escola pública e o que estuda em escola privada, entre outras centenas de ações. E quem fala pra você isso é alguém que esteve ao lado dele esse tempo quase todo, não é? Talvez por isso eu tenha merecido a confiança de ser o preposto nessas expansões ou nesta expansão, se você preferir tratar como um projeto só. Mas quero te dizer que não era um projeto só. Wilson Choeri tinha em mente... Antes disso: filho de libaneses. Todo oriental, todo... todo... pelo menos o libanês, todo libanês é muito transcendental, e ele traçou 3 vértices, e você, como bom pesquisador, já que você estuda aí a história aí das... deve saber o que significa um triângulo, inclusive na teoria dos senhores dos templários ou dos senhores templários. Sabe do que eu falo?

[O depoente pede que o gravador seja desligado]

- Com a criação de Realengo, muitos políticos se interessaram – eu devo ter citado aí que, apesar de não ser ilegítimo, todas elas foram eivadas de interesses eleitorais dos prefeitos que... E aí ele disse assim: “olha, eu gostaria que a próxima fosse em Niterói”. [Ininteligível] Eu falei: “professor, mas São Gonçalo é uma região em que a escola melhor se adaptaria”. “Não, mas São Gonçalo não me serve”. Ele não tinha me revelado isso. Como *pari passu* surgiu Caxias... Mas nós não fomos buscar, tá bem? É isso que eu quero que você saiba. Não se foi buscar isto. Ele disse assim: “bom, se a terceira se concretizar eu quero que você tenha a implantação assim. Assim é o seguinte, aqui: Zona Oeste do Rio assim, você atravessa a ponte, você está em Niterói, você sabe que realmente é quase que uma linha reta, ok? Você sai de Barreto, Ponte Rio-Niterói, Avenida Brasil, é que você não consegue fazer isso, você segue a Avenida Brasil pra chegar lá onde você tá. E a outra cai na Baixada. A Baixada é muito perto de Realengo, tá? E a Baixada que ele queria, a ideia que ele tinha, era uma Baixada que não podia ser lá, porque várias prefeituras sendo tratadas ou tratando comigo, e eu escolhia sempre pela... aonde o campus ia ficar, que não era campus, a unidade ia ficar, o que que atenderia, atenderia melhor a comunidade mais carente. Realengo ficou próximo à Vila Vintém, à... à... Vila Vintém, que bom que eu já esqueci aquela outra, perto de vocês... [ininteligível] Eu vou lembrar. Três comunidades carentes ali, que dão fundos pra Avenida Brasil. Niterói ficou no Barreto, que é São Gonçalo basicamente, como eu – eu podia dar pitaco, ok? – e ali você atende uma das sociedades mais carentes do Rio, tá, que é São Gonçalo. E a outra ficou em Caxias porque Caxias é o terminal rodoviário de todos os municípios em Nova Iguaçu. Ficou em Caxias. E nós botamos Caxias, em frente à Favela da Mangueirinha. Então, esses campus têm algo em comum: com a morte do Choeri, só eu posso te dar esse depoimento. Aqui ficou na Favela da Mangueirinha, aqui ficou na Vila Vintém – já vou lembrar a outra favela que é mais perto ainda, a Vila Vintém é mais afastada – e aqui ficou em São Gonçalo, cujas comunidades carentes são, assim, numerosíssimas. Isso foi o ideário dele, ok? O que você tem que frisar é que ele não tinha planos pras outras duas. Nem 4, nem 5, nem 6. Ele teve um insight para Realengo. A expansão, pra ele, já era bastante uma escola tradicional como essa indo pra Baixada, indo pra Zona Oeste, uma nova unidade. E com muita gritaria geral por causa de professor, técnico... Como eu disse, o Pedro II não estava na lei, ok, entrevistador? Se não estava na lei, não recebia as benesses da lei. Dentre as benesses da lei havia a recomposição de corpo docente cada vez que criava um campus, havia a reposição do quadro de referência de técnicos, quando criava um campus, havia um incremento de custeio, quando criava um campus, nada mais natural, ia ter mais aluno pra cuidar, ele fez e fê-lo sem a autorização do MEC. Fez, arguindo a autonomia didático-pedagógica do Colégio Pedro II. Abriu porque quis, por causa da... de ser um visionário. Não havia nenhuma indicação do MEC pra isso acontecer. Ele anteviu. Isto não o livrou das críticas temporais, mas você, como jovem, meu entrevistador, observa que essas críticas todas ficaram na poeira da estrada porque, hoje, quem aqui trabalha enxerga isso como avanço, como desenvolvimento institucional. Ele, na época, também, o preposto dele também, mas não era verdade no entorno. Eu, pra implantar essas casas, e acabei falando em primeira pessoa, que eu não gosto, eu tive que me juntar a pessoas que tinham uma tendência ao livre pensamento, como seu diretor-adjunto, como a professora Denise e como outros poucos que se somaram naquele momento.
- Quem eram esses outros poucos?
- Tá no livro, tá? Se eu esquecer alguém... tá no livro. Todos os nomes você vai retirar de lá. E aí, esse depoimento só podia ter sido colhido pelo Choeri, mas sendo impossível, a não ser

numa mesa espírita, você tá colhendo de mim. É... Considere como sendo ele falando com um grande [ininteligível]. Eu estou falando sobre ele, ele não colocaria algumas coisas. Quero deixar pra você que ele desconfiava da criação da segunda e da terceira por estar muito próxima da criação da primeira. Quero lhe dar um depoimento: ele estava certo. Eu é que tive um insight de que se não fosse naquele momento, não seria mais. Tá a conjuntura pra você ver que não seria mais. Era preciso aproveitar aquela onda, mesmo o governo não autorizando, ele não desautorava. Por quê? Porque era uma ideia similar àquela que estava sendo implementada pelo governo. Não autorizou, até porque o Pedro II não estava na lei, mas não desautorou ou em momento algum pressionou. Ficou sendo, digamos, um esforço próprio praticado por ele. Claro! Considerando aquele todo, aquele molho das pessoas contrárias. Frases típicas. Vou falar! “Essas crianças aqui da Baixada não vão conseguir acompanhar o Colégio Pedro II”. Por quê? Também ainda era uma época forte, ainda mais forte do que hoje, de pré-conceitos, muito forte. Naquela época seria impossível, não a época do [ininteligível] do Colégio Pedro II. Época época, onde o Colégio estava inserido. Seria impossível dizer que a escola reconhecia os travestis e transexuais, como, nesse momento, pôde ser feito. Porque houve um aprimoramento do pensamento nesse tempo, apesar dos esforços de retrocessos, houve. Então, é preciso que você trabalhe, e daqui não vai nenhum ar professoral, trabalhe com os aspectos temporais de cada declaração. Ele não pensou a segunda nem a terceira. Vieram no bojo da primeira, com uma interveniência forte do preposto, e aí surge na cabeça dele a ideia do triângulo e ele se autoconforma em passar mais uma vez e mais outra pelas críticas que houvera passado quando da implantação de Realengo. Porque as 3 foram criadas sem contrapartida de docentes, de técnicos e de custeio, mas... Isso é um trabalho escrito que você vai fazer?

- É a minha dissertação do mestrado.
- Ótimo. A administração central, não que boicotasse, mas, instada por esse momento que você vai ter que localizar, não considerava isso aqui genuinamente Pedro II - não ele, Choeri -, e dificultava mais ainda a implantação não disponibilizando técnico, não disponibilizando professor, não fazendo as obras de manutenção necessárias. A implantação de Realengo, ela foi extremamente doméstica. Eu pedi a ele – Wilson Choeri – que requisitasse minha irmã no município. Então, portanto, minha irmã, tá? (tá escrito o nome dela lá), eu e professor Miguel, que vai comigo aonde eu vou. Se eu vou [ininteligível] ele vai. Os três, primeiro. Desses 3, a gente conseguiu angariar 3 técnicos. Foi assim que começou, com 3 técnicos e um grupo de professores novos, a maioria, contratados e mais alguns que entenderam que era uma boa... era uma boa... era uma boa tarefa. O livro diz os nomes. É... Isso sem a sede de Niterói, já que foi tudo muito junto, tá bom? 2004, 2005 pra 2006, 2006 pra 2007. Tudo foi muito junto, o que corrobora o que estou te dizendo. Ele não [ininteligível], ele [ininteligível]. Além da motivação que eu já lhe disse antes. As outras têm muita influ..., sofreu muita influência do preposto, que pela primeira eu vi que aquilo seria fantástico. Você, já que é docente de lá, observa que aquilo é fantástico! Que mais não seja, pelo atendimento que ele dá à população perto de sua casa, o que é, hoje, em termos de mobilidade, uma grande sacada. Não ter que viajar uma hora e meia, duas horas, isso é uma boa ação já. Fora outros fatos. É um dos campi que mais se destaca. Esse, o de Niterói e de Caxias. E esse destaque é um destaque que eu não quero dizer que é melhor do que os outros, quero dizer que eles são nivelados com os outros. Não como vaticinavam na época, que as crianças de lá, talvez por serem lá, não tivessem a mesma capacidade cognitiva. É... É isso.
- Bom, professor, eu até tenho outras perguntas...
- Pode fazer.
- O local destinado à instalação da nova unidade do Pedro II sempre foi um dos espaços da fábrica de cartuchos do Exército?
- Não, nunca foi. O inicialmente destinado?
- É.
- O inicialmente destinado seria. 1º) era uma área tombada; 2) era de posse do Ministério do Exército; 3) a área tem, ao todo, 54 mil metros quadrados. Como eu lhe disse, não havia um input, uma entrada, um aditamento de custeio. Então, mesmo que você vencesse o patrimonialismo, a cessão, mesmo que você vencesse o tombamento... Mesmo que você vencesse a resistência ou não – não me lembro que tenha tido tanta – cessão da área do Ministério do Exército para o Ministério da Educação, restava o seguinte: como fazer nesses imensos 54 mil metros quadrados? Então haviam 3 óbices com intensidade de transposição crescente, mas mesmo que fossem vencidos de imediato você não conseguia construir rapidamente. Então, de início, a escola, veja bem, é tão legal contar essa história, o Colégio

Pedro II, o Imperial Colégio de Dom Pedro II se instalou numa escola municipal, no turno da noite, porque o Choeri tinha pressa. Ele queria aproveitar o momento. Não esquece que eu te disse que essa seria a única, tá? A comunidade que veio requerer a unidade em Realengo, a comunidade local, andou para quebrar o tombamento. Era municipal o tombamento, mas tinha uma dificuldade, era um tombamento de ruínas, o que mais tarde implicou que elas deveriam ser preservadas. E você há de convir que encarece por demais o projeto. Quebrou-se o tombamento pra facilitar a cessão, mas foi mantida a necessidade da manutenção, desculpe a cacofonia, da arquitetura. Então, se você andar lá, na maioria dos [ininteligível], você vai notar essa manutenção. O teatro, o prédio que o Miguelzinho – que o professor Miguel ocupa, é tudo original. O prédio lá de Santa Cruz é original, o prédio do Realengo I é original, o prédio da biblioteca é original. A chaminé é original. A chaminé é tombada. Então, venceram isso aqui, né? Vencemos. E o dinheiro acabou vindo. No segundo governo Lula, se não me engano, ou final do primeiro ele é convidado para inaugurar a primeira manifestação física lá naquele terreno lá que você trabalha hoje. Essa primeira manifestação física é aquele pedaço que o Miguel coloca hoje o ensino fundamental, que foi feito com esforço próprio. Só tinha... Só tinha... Feito... Eu fiz [Ininteligível] Feito com dinheiro, feito com dinheiro do Colégio Pedro II. E eu vou declarar, eu acho importante: feito com dinheiro do concurso de aluno do Colégio Pedro II. O Choeri está morto, mas que eu renda-lhe uma homenagem dizendo que ele cometeu uma heterodoxia, mas que foi uma heterodoxia para o bem. Na verdade, meu entrevistador, ele não poderia fazê-la, mas ele fez pra botar a criança lá dentro. E foi isso que o Lula foi inaugurar. O Lula foi inaugurar um protótipo. E, se você se localizar temporalmente, o Lula era unanimidade. Aquilo ficou coalhado de gente, mas muito coalhado de gente! E ele foi lá inaugurar. E nesse momento físico, de contato físico, eu, ele e Choeri. O Choeri falou pra ele: se o senhor me der condições, eu construo o resto da área. Ele chamou o Haddad, Fernando Haddad: “Haddad, estou autorizando a construção da escola”. E ele honrou. O dinheiro veio carimbado pra isso. E ele honrou. Depois Vera Maria, ex-diretora-geral, complementou todo o complexo, mas ele, Choeri, com esse dinheiro, é... fez a... Ele fez ou a Vera fez, não me lembro bem, mas ele... É, carimbado, só podia ser praquilo dali. E bom orçamento, muito bom. É só você ver o que que tá construído lá. Então, não seria lá, ou melhor, seria, mas num ponto futuro, então primeiro foi nessa escola, depois foi nessa coisa improvisada, nesse meio tempo a gente foi pra um quintal de uma paróquia. E lá também foi feita uma pequena obra. O telhado era de telha de amianto. Dia de chuva, as crianças tinham que passar pelo gramado encharcado pra fazer xixi do outro lado. Enfim, mas essa história eu conto lá. Faz outra pergunta.

- *Bom, é... Como as primeiras turmas de Realengo foram formadas?*
- *Então, todos os preceitos praticados na autarquia foram preservados, mantidos e praticados no campus, na unidade. Então, o rito do concurso foi mantido. Entraram 196 alunos. O curso era noturno porque a cessão era pra de noite, tá bom?*
- *Sim.*
- *Optar por noturno, na verdade não foi a primeira opção, era a única que restava, mas mesmo noturno, e esse homem é responsável por isso, e acho que ele deve ser entrevistado, nós mantivemos o uniforme impecável, mesmo à noite, mantivemos as regras de conduta, mesmo com os alunos, alguns, adultos, bastante adultos.*
- *O senhor se lembra da faixa etária desses alunos?*
- *Sim. 3 turmas foram destinadas a alunos após vinte e poucos anos. E 3 para adolescentes que se inscreveram, acreditaram na escola, mesmo sendo à noite. A gente sabia que ia sair de lá, e essas 3 turmas seriam as turmas diurnas. Eram meninos e meninas de 14, 16, 15 anos. 3 e 3. As aulas seguiam tacitamente os conteúdos do Colégio Pedro II, com adaptações que o professor Miguel fazia na equipe docente. Claro! 3 turmas de adultos e 3 de adolescentes, tinha que haver uma adaptação. Seria burrice, cegueira pedagógica a gente não enxergar isso e tratar igualmente. Havia alguma distinção. Estratégias de ensino. Afinal de contas, [ininteligível] um colégio. Todos os ritos. Inclusive, você sabe, você depois pode procurar por aí que todos os ritos foram mantidos. Minha irmã e Miguel eram os dois que conduziam. Eu, como já disse, eu era o preposto dele e a mim cabia caminhar com essa situação. É... Faz outra.*
- *O senhor pode falar sobre a estrutura das provas desse primeiro concurso? Como é que as provas eram estruturadas, eram provas de quais disciplinas. Nesse primeiro concurso pra provimento de alunos de Realengo.*
- *[Há, aqui, a fala de uma terceira pessoa que diz: provas de múltipla escolha que a gente ficou corrigindo. Eu, você e o Sidney Drago corrigindo.] Por causa do início do ano letivo se atrasando, essas provas foram feitas com questões objetivas de Português e Matemática. Por sinal, como era no restante da escola. A diferenciação estava no fato de que no restante da*

escola essas provas eram discursivas e lá foi obj... foram objetivas. Fato esse interessante, já que atualmente nós temos isto em institucionalização, ok? E acho que vale a citação. O que fora exceção, hoje é regra. E foram utilizados cartões-respostas comprados na papelaria, corrigidos por mim, pelo Sidney, pelo Miguel e pela Vera. Não foi? [Uma terceira pessoa responde: Não, só nós 3.] Só nós 3.

- E qual foi a média de corte desse concurso?
- Não fizemos média de corte. Houve uma média de corte porque havia no restante da escola. Com a média de corte, o número de aprovados era extremamente pequeno. Essa média de corte, ela era, que você talvez tenha conhecido, 4 em Matemática. Esta média de corte, durante muitos anos, foi a responsável pela burla do sistema de cotas, que lá é que começou a existir, em Realengo, por causa desse detalhe, quando nós viemos pedir autorização pra quebrar esse artigo do edital, eliminando a nota de corte para favorecer o ingresso pra que o curso, o ano letivo acontecesse. O professor Choeri, dali pra frente, intitulou 2 segmentos: os que vêm da escola pública e os que vêm da escola privada, 50% pra lá, 50% pra cá. Foi a primeira manifestação de cota no Colégio Pedro II. Vale o registro (esqueci seu nome), Daniel! Vale o registro, Daniel. O que antes foi exceção, hoje é regra. Em algum momento aqui, na gestão que já terminou, foi extinta a nota de corte. O aluno da privada disputa entre 8 e 9 a vaga do colégio, o aluno da escola pública não atingia a média 4 e ficava de fora. Com a extinção desse requisito, os 50% destinados ao universo da escola pública passou a ser atendido e a gente passou a praticar, de verdade, uma das missões de uma escola pública que funciona 100% com o erário público, de atender as famílias que precisam da educação e não têm renda pra pagar uma educação considerada digna. Houve críticas também quando isso tornou, quando isso tornou norma na escola. Houve críticas, mas as críticas ficaram, novamente, na poeira da estrada. Sabe por quê? Porque o aluno da escola pública inicialmente mostra uma dificuldade, mas lá na frente iguala. Iguala com aquele outro. É quando se comprova que basta que você oportunize a todos as mesmas condições pra que todos respondam na mesma intensidade. Claro, resguardando-se aqueles com necessidades específicas, aqueles com algum comprometimento mental, mas, fora isto, a cor da pele, o gênero, a renda familiar não se relacionam com a capacidade cognitiva, relacionam-se com a capacidade de inserção, com a capacidade de participação e com a capacidade de apropriação de cultura e de saberes. No momento que você disponibiliza cultura e saber, você observa que todos eles se igualam. Se você puder dar um jeitinho pra que ele não deixe de ir pra escola porque não tem dinheiro pra passagem, se der o cartão que querem derrubar hoje, se você conseguir dar alimentação pra esse moleque, que é hoje a assistência estudantil implementando a merenda, se você puder comprar os livros pra ele, um tênis... Com dinheiro público. É público! O dinheiro é público! Se você puder fazer, você vai permanecer ele na escola. Isso é política pública, que já foi e começa agora a ser vilipendiada, numa noção, numa visão neo-liberal onde se prioriza e remunera-se o capital em detrimento do trabalho. Que é todo o cenário que você está vendo e não faz parte da nossa entrevista, desculpa ter colocado.
- Bom, finalizamos, agradeço ao professor [...]. Muito obrigado, professor.
- Você é do departamento de quê?
- Francês.

9) Entrevista com Roberto (Bedel) – 13/09/2017 – 08'57"

- Bom dia.
- Bom dia.
- Você sabe de onde surgiu a ideia de criar a unidade Realengo?
- Essa ideia surgiu do professor Oscar, que pegou essa, essa vontade de expandir a escola, aí ele... Inclusive, essa unidade aqui, ela não seria aqui, ela seria lá em Santa Cruz na... próximo à Casa da Moeda, acho que era um espaço dentro da Casa da Moeda. É que aí ele sugeriu até que [ininteligível] escolher alguns funcionário que poderia comprar, ajudar ele a comprar, pra comprar essa ideia de ir pra Casa da Moeda. Até uma vez ele tinha como me chamado, me fez a proposta, não, tudo bem até, pra mim seria até ótimo, porque seria coisas nova, né? Aí, depois surgiu o fato de que... outros meio aí de trazer aqui pra Realengo.
- E que meios seriam esses, de trazer aqui pra Realengo?
- Não entendi.
- Que meios seriam esses, de trazer aqui pra Realengo?
- Foi um deputado, um deputado que ele teve um conhecimento, acho que as pessoas que apresentaram ele, aí, é... facilitou vir pra Realengo.

- *Entendi. Você trabalha na unidade de Realengo desde a sua fundação.*
- *Positivo.*
- *Você desempenhou sempre a mesma função?*
- *Não, sempre... aquele tipo "faz tudo", né? Como havia uma deficiência de servidor, então, quer dizer, que a gente tinha que cobrir diversos setores. Ao mesmo tempo eu vim fazer a função de inspetor, às vezes ajudava na secretaria, às vezes ajudava, que era, nós éramos, é... 3 funcionários, que era o Fernando, que fazia a secretaria, o Marcelo Bald que fazia, tipo, o SESOP, e eu na inspeção, mas só que às vezes, digamos, na falta de um, pra ajudar o colega, ajudar o Fernando na secretaria, eu ia pra secretaria e fazia assim, ficava nesse, como se diz, pra fazer tudo em termo, mas ajudando mais, mais a ajudar o colega e suprir a falta de outros servidores que n[os] não tínhamos.*
- *Certo! O Colégio Pedro II que você viu nascer em Realengo era diferente daquele que você conhecia antes?*
- *Realmente era muito diferente.*
- *Por quê?*
- *Até próprio pra nós, funcionário, quanto pra professor, porque era, eu trabalhei 20 anos na unidade Tijuca, aí vim pra cá, até os próprios colega, quando eu saí de lá pra vir pra cá, os próprios colega me recriminaram, "poxa, você vai sair daqui, de uma unidade formada, pra ir pra uma unidade que você nem sabe se vai existir ou não". Não, pô, pra mim é um desafio, eu vou aceitar o desafio. Aí [ininteligível] o material humano em si, que nós tínhamos aqui, é totalmente, até hoje, ainda, prevalece, é totalmente diferente do aluno lá de baixo, como se diz.*
- *Ele é diferente em que?*
- *Comportamento, no comportamento, até no simples fato da educação de se dirigir às pessoas, é totalmente diferente. É tanto que eu às vezes eu falo até pros colegas assim, poxa, aqui, em relação às outras unidades, aqui é um paraíso. Que eu que vi, pô, eu trabalhei 20 anos na Tijuca e sei, pô, como é que é. É falta de respeito, os aluno não respeitam, quer dizer, se acham muito acima da... das pessoas, quer dizer, tratam as pessoas como, assim, com falta de educação e outras coisas mais.*
- *Entendo. É... quais eram as condições de trabalho na época em que o colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente?*
- *Era uma luta cada dia de trabalho porque nós dividíamos o espaço com o Colégio Gil Vicente, e o... o Pedro II só tinha aula à noite, então, nós tínhamos que esperar sair os aluno, pra poder desocupar as sala. Aí havia um certo embate, que as pessoas que trabalhava no Gil Vicente, eles, né, assim, a princípio ficou, ficaram satisfeitos quando nós entramos, mas depois aí começou aquele conflito de espaço, aí havia aquele, aquele climazinho de, poxa, de insatisfação da parte deles e da nossa parte também, que [ininteligível] era muito bem recebido, aí havia esse problemazinho.*
- *Entendi. E no Centro Comunitário da Capelinha, houve alguma mudança?*
- *Houve, sim. Porque lá era um, foi um espaço assim de... de... de imediato, de... de... de... assim... Nós não tínhamos perspectiva de espaço, aí o padre lá, o padre cedeu aquele espaço lá da... nós chamava de Capelinha, e nós íamos pra lá. Aí, chegando lá, quer dizer, de início foi também a mesma coisa, foi aí, a comunidade em si era uma coisa, é... como se diz, assim, de extrema necessidade, mas só que foi gerando uns certos conflito devido ao espaço, porque lá tinha um espaço que eles usavam pra fazer lá os trabalho dele, de catolicismo e tal, quer dizer, e nós fomo, querendo ou não, fomo tomando o espaço, né? E como era pequeno, quer dizer, aí, inclusive, até o professor Oscar fez um... fez um lá que nós chamava de... de umas sala de meia água, criou acho que foi 4 salas que... que a escola começou a tomar nome, criar... criar... a comunidade se passou a se interessar, aí o espaço se tornou pequeno, aí havia certos conflito que, me lembro até às vezes, dia de sábado, ter que tirar uma turma pra deixar dar aula, pô, aula de catolicismo pra três, quatro aluno. E assim aí até [ininteligível], depois que nós tínhamos uma... não tínhamos geladeira, não tinha água gelada, a gente usava a geladeira, aí, depois, tipo, cortaram a geladeira, nós não podíamos usar a geladeira, quer dizer, no calor, calor infernal de quase 40 graus, quer dizer, pra os próprios aluno em si reclamavam, quer dizer, era uma coisa difícil de, de se trabalhar.*
- *Entendi. E ainda em termos de condições de trabalho, o que você acha que mudou com a transferência do colégio pro espaço da fábrica de cartuchos?*
- *Poxa, eu, pra mim, melhorou pra caramba em vista do que nós tínhamos lá, ao vir pra cá, tudo bem que no início foi difícil, aqui também não foi mar de maravilha, não, foi difícil. Foi coisa de... de nós chegarmos pra trabalhar tendo até de já vim desanimado sabendo que ia encontrar*

uma pedreira pela frente, né. Foi difícil, mas ao longo do tempo as coisa foi se adequando, né, se adequando, aí, poxa, graças a Deus, hoje em dia tá no nível que tá, mas à princípio não foi fácil, não.

- *E qual era essa dificuldade do início?*
- *Era [ininteligível] do espaço em si, que era, ainda que se, que se tornou maior do que era a Capelinha, mas mesmo assim ficou pequeno, porque o número de aluno aumentou, aumentou o número de aluno, aumentou o número de turma, aí, quer dizer, o espaço em si era só aquela parte ali do... do ensino fundamental, do bloco A, quer dizer, que ali com... com, tinha a... toda ali a biblioteca, tinha a sala dos professores, a sala do... da direção, quer dizer, e ficou pequeno, quer dizer, e aí na... em torno da... daquilo tudo, não podia fazer nada porque era tudo mato, era tudo ainda um espaço que não podia ser usado, aí se tornava pequeno, né?*
- *Tá certo! Obrigado [...].*
- *Nada...*

10) Entrevista com José (Professor) – 27/09/2017 – 27'33"

- *[...], boa tarde.*
- *Boa tarde.*
- *Como surgiu a ideia de criar a Unidade de Realengo?*
- *Pelo que eu sei, foi um grupo de moradores daqui da redondeza, ligado à associação de moradores daqui de Realengo, que tinha essa ideia, pleiteava essa... que o Colégio Pedro II viesse pra Zona Oeste, sobretudo alegando a carência de escolas de nível médio, e o Colégio surge como uma escola de nível médio, de ensino médio. Então, esse grupo de moradores procurou, algumas vezes, a Direção Geral, hoje Reitoria, e lá quem estava presente era o professor Choeri, que acolheu a demanda, mas que não tinha, segundo ele, condições financeiras de levar adiante esse projeto. Houve aí um processo de alguns anos que esse grupo de moradores daqui de Realengo ia lá conversar com a Direção Geral.*
- *Você se lembra quando, exatamente, isso começou?*
- *Eu entrei na chefia por volta de 2000, mas acho que um pouco antes, a partir de 98, por aí, já havia essa ideia de expansão do Colégio pra cá, pra Realengo, mas eu não tenho certeza. Com certeza, a partir do início dos anos 2000 essa demanda se tornou mais frequente. E isso começa a ser pensado na Direção Geral, discutido entre alguns diretores e chefes de departamentos nas reuniões pedagógicas, essa possibilidade de expansão. E o Choeri, o diretor, então, ele era simpático à ideia, ele não desprezava a ideia e alegava uma limitação orçamentária. Mas a iniciativa é a iniciativa de moradores daqui da região. E isso aqui, eles apontavam o lugar, inclusive, eles, que eu saiba, negociaram com o Comando aqui do Exército e o Comando do Exército foi... se interessou também pela ideia de doar esse terreno da antiga fábrica de cartuchos para o Colégio, se o Colégio tivesse condições de levar adiante esse processo. Então, o que eu sei são esses elementos assim. Agora, a iniciativa não foi do Colégio, a iniciativa foi dos moradores daqui.*
- *Certo! Então, o local destinado à instalação da nova Unidade do Colégio Pedro II sempre foi um dos espaços da fábrica de cartuchos do Exército?*
- *Sim, sim. Houve essa negociação entre o Colégio, o Comando do Exército local, que tinha o interesse de doar esse espaço, eles não queriam fazer uso desse espaço. Então, essa era uma ideia que ele tinha. E era um espaço que estava abandonado, diziam que havia venda de drogas por aqui, era um espaço muito deteriorado, prostituição, tal, essas coisas assim. Então, era uma coisa que incomodava também, acho que muito provavelmente, ao Comando do Exército e certamente às pessoas que aqui moravam.*
- *Certo! O Colégio poderia ter sido instalado em Campo Grande?*
- *Eu nunca soube disso, nunca soube que havia essa ideia de levar o Colégio a Campo Grande. Essa informação eu desconheço totalmente.*
- *Certo! E como é que as primeiras turmas da Unidade de Realengo foram formadas?*
- *É interessante que houve uma costura muito bem feita, certamente pelo diretor à época, que o diretor Choeri sempre foi um diretor bastante articulado politicamente. E ele conseguiu costurar com o Comando do Exército daqui e com a prefeitura do Rio de Janeiro, ele assinou um contrato com a prefeitura e aí também tem o dedo do atual reitor, cuja irmã estava ligada à Secretaria de Educação da prefeitura do Rio de Janeiro, inclusive foi uma das primeiras diretoras do Colégio, vice-diretora, e aí o Colégio assinou um contrato com a prefeitura do Rio e a prefeitura do Rio cederia uma escola municipal, as salas dessa escola, e pagaria os primeiros professores, que seriam professores contratados. Então, o primeiro dinheiro que*

- entra, isso lá pra 2004, por aí, no início logo da primeira turma, foi um dinheiro da prefeitura. Esse contrato durou alguns anos, não sei quantos, até que o governo federal, na gestão petista, começa a liberar recursos para o colégio. Então, a primeira turma do Colégio foram 6 turmas de alunos do 1º ano, egressos... com vínculo com a escola pública, formados no município também e nós ocupamos um colégio - que agora eu não me lembro o nome - aqui em Realengo, à noite, com parte dos professores concursados, efetivos, que aceitaram e quiseram vir pra cá e outros professores contratados nesse acordo feito entre o Colégio e a prefeitura do Rio, que me parece que o prefeito era o César Maia, me parece, eu não me lembro. E aí houve esse início muito precário, aliás. E como não havia o conhecimento, não havia muita informação sobre esse início, no Colégio, as turmas eram limitadas na sua formação.*
- *Limitadas em que sentido?*
 - *Limitadas em formação. Eram alunos que hoje, por exemplo, estariam mais próximos do PROEJA do que os alunos atuais.*
 - *Por que mais próximos do PROEJA?*
 - *Pela formação. Pela formação, porque eles vinham com uma deficiência pedagógica grande, evidentemente não pela sua incapacidade de compreensão senão pelo seu histórico. E houve, inclusive, uma turma, que eu me lembro, já no 2º ano, uma turma que foi separada e que tinha uma didática especial pra essa turma porque eles não conseguiam realmente acompanhar o desempenho e o grau de exigência do colégio, em relação à formação que eles tinham. E era uma turma predominantemente de negros, então houve esse momento muito... Foi difícil, não foi um trabalho fácil. Inclusive a própria gestão foi uma gestão muito rigorosa [ininteligível] e tal... Então, o início não foi muito tranquilo. Inclusive a gente ficou só um ano nesse colégio e fomos pra chamada Capelinha, que não é nem Realengo ali, é... Como é o nome daquele lugar ali? [ininteligível]... E na Capelinha, lá as condições eram muito precárias mesmo, porque as salas eram muito... As condições materiais, salas, um calor imenso, ali foi terrível dar aula naquele espaço. Foi um ato assim de bravura, né? E expandiu também, né? Expandiu com novas turmas e o colégio foi crescendo nesse momento.*
 - *Certo! Voltando à composição das primeiras turmas, por que se optou por um concurso especial, diferente do concurso da rede?*
 - *Eu acho que por esse início, de não ter uma divulgação, de não ter, é... de ser um projeto piloto ainda, não se sabia exatamente se ia funcionar, se não ia funcionar, então se fez um concurso distinto, específico. E, aliás, havia uma crítica, que pelo menos eu fazia e algumas pessoas ligadas a uma ala mais de oposição ao Colégio, à Direção Geral então, de que os alunos eram discriminados com o seu emblema escrito embaixo, que hoje ainda tem, que aliás é o único que tem, eu não sei se Caxias tem isso: Realengo. E havia toda uma manifestação contrária a isso, ou seja, eram alunos que eram vistos como alunos não ainda integrados, digamos assim, às turmas “normais” do Colégio Pedro II. Havia, assim, uma certa dúvida, inclusive – inclusive – das diretorias, dos chefes de departamentos – alguns chefes de departamentos – sobre a possibilidade de o Colégio vir a ser integrado, de fato, à dinâmica do Colégio Pedro II. Então, me parece que houve essa ideia de ir começando de maneira bastante cautelosa e bastante disciplinar. Eu acho que havia uma ideia da Direção, então, e o primeiro diretor foi o Oscar, que era Secretário Geral da Direção Geral, na época, de trazer algumas tradições do Colégio, como levantar quando o professor ou alguma outra pessoa, que não um aluno, entra em sala de aula, né? De cantar hino, de formação... Então havia uma ideia de resgatar um certo colégio que não poderia, não existia mais nas outras chamadas Unidades. Então, havia uma ideia de resgate de um Pedro II mais originário, mais disciplinar. E funcionou inicialmente, pelo menos com os alunos.*
 - *Certo! Ainda sobre o concurso, qual era a estrutura das provas desse concurso?*
 - *Eu não estive presente, não acompanhei o processo, mas eram Português, Redação e Matemática, como era assim, mas eu não acompanhei esse processo, então não sei muita informação sobre isso, não.*
 - *Certo! Você sabe dizer quantos candidatos foram aprovados?*
 - *Não sei exatamente. Mas foram 6 turmas de 30, mais ou menos. Havia 6 turmas de mais ou menos 30 alunos.*
 - *E qual era a faixa de idade desses alunos?*
 - *Entre 15 e 17. Havia alunos que, inclusive, já tinham cursado o 1º ano do ensino médio, numa faixa um pouco mais avançada. E depois ele vai se adequando, ao longo dos 3 ou 4 primeiros anos é que o Colégio Realengo vai entrando no mesmo ritmo das outras Unidades.*
 - *Certo! Você tem referência sobre o bairro de origem desses alunos?*

- *Algumas poucas referências. Alguns aqui de Realengo, mas você tinha gente de Caxias, tinha gente de Xerém, tinha gente de Campo Grande, Baixada, Anchieta, Nova Iguaçu, São João de Meriti... Então era muito periférico mesmo e congregava alunos de uma faixa econômica, assim, bem... eu diria uma faixa baixa mesmo. Inclusive houve todo um trabalho que o Vinicius fez, de resgate do antigo SOE, que ajudava... que ajuda... como é o nome dessa coisa que ajuda, o setor que ajuda alunos carentes, né? Então havia essa ideia de resgatar, de ter uniforme, inclusive alguns com alimentação que não tinham, então era uma faixa bastante economicamente desfavorecida. Hoje, talvez não seja tanto assim. Mudou esse perfil inicial.*
- *Certo! Vamos retornar um pouco um ponto que você tocou, que é a questão do resgate atribuído à essa Unidade, o resgate de um Pedro II de outrora. Você pode afirmar que o Colégio Pedro II que você viu nascer em Realengo era diferente daquele que você conhecia antes?*
- *Era. Era diferente. Tinha uma dinâmica disciplinar muito... querendo ser uma dinâmica disciplinar bastante rigorosa. Inclusive eu tive uma conversa com o Oscar, o diretor, o primeiro diretor, e eu falava que não concordava com essa dinâmica de rigor, de cobrança do uniforme, aquela coisa toda de formação, do respeito aos professores, dessa ideia de hierarquia, de disciplina mesmo, que não havia, pelo menos em São Cristóvão, onde eu trabalhei durante 10 anos, antes de vir pra cá. Havia uma dinâmica absolutamente diferente. No Centro também era muito diferente. Então havia um rigor disciplinar muito grande. E eu me lembro de uma conversa que eu tive com o Oscar e ele disse algo assim: “nós não podemos correr o perigo de perder o colégio”. Ou seja, a minha interpretação é a seguinte: nós não conhecemos essa clientela, não conhecemos esses meninos e meninas, então nós temos que ter um certo rigor em relação à uma possível indisciplina da origem desses meninos e meninas. E funcionou! Funcionou! Hoje, uma das marcas do colégio, não com o mesmo rigor que se tinha no início, é a ideia de que aqui é mais fácil dar aula do que em outros lugares, pelo reconhecimento, de alguma maneira, da importância do Colégio de Realengo na vida dessas pessoas. Então, funcionou naquele momento e vem funcionando ao longo desses anos. É uma coisa que foi interessante que, apesar de eu ter sido um opositor... Por falar nisso, agora que eu lembrei que numa dessas turmas tinha um cara com uma faixa etária bem elevada, que era um PM. Agora que fui lembrar.*
- *Sabe quantos anos ele tinha?*
- *Devia ter uns 30 anos. Agora eu me lembro sim. Tinham alguns com uma faixa maior.*
- *Nessa faixa dos 30 anos?*
- *É... Esse eu me lembro, com certeza. Inclusive saiu do curso, não continuou. Talvez até você possa resgatar essa informação. Eu me lembro que eu dei uma aula e dizia que o pensamento é rebeldia e ele disse que não concordava com isso. Então, foi sim, foi um pouco de um resgate do Pedro II com essa ideia de levantar para o professor, por exemplo, que eu nunca concordei, desconhecia essa informação, e quando eu vi isso pela primeira vez, na primeira semana aqui do Colégio, falei “O que que é isso?”. E a turma me falou que era uma tradição do Colégio. Eu falei: “não, não é uma tradição do Colégio porque eu trabalhei tanto tempo em São Cristóvão e nunca aconteceu isso, trabalhei em outras Unidades e nunca havia acontecido isso, não me parece que essa seja uma justificativa”. E aí, logo depois da aula, no recreio, um grupo de alunos se dirigiu à Direção - e a Direção era a sala dos professores com a Direção, não havia uma Direção separada - e onde esse grupo falou: “o professor de Filosofia falou que isso não é uma tradição”. E aí o Diretor, Miguel, que é o vice-diretor, falou que era uma tradição e... “mas ele falou que não é”. E aí ele falou assim: “mas na Tijuca é”. E eu falei: “Na Tijuca, onde o diretor é o mesmo daqui”. Então, foi o primeiro atrito que houve, inicialmente, com relação a isso. Mas o interessante é que não há uma posição fechada dos alunos em relação a esse gesto, digamos assim, de... não sei se de submissão, mas de reconhecimento da autoridade do professor. E... Houve uma pauta de reivindicação no ano passado, com a ocupação, e esse ponto não entrou na pauta de reivindicação: “não queremos mais essa regra!”. Parece que há aí um certo reconhecimento da importância dessa regra ou da autoridade que se atribui ao professor.*
- *Certo! Voltando às condições de trabalho nesse recorte de tempo abordado pela pesquisa, eu gostaria que você falasse um pouco mais sobre as condições de trabalho na época em que o Colégio ocupava o prédio da Escola Municipal Gil Vicente.*
- *Ah, sim, é Gil Vicente, é verdade, ali do outro lado, perto da delegacia, né? Era uma situação difícil, né? Porque você não tinha um espaço próprio pros professores, pra direção, as salas eram salas modestas, calor, não tinham ar condicionado, mas eram condições, digamos, que não diferiam muito do que eu encontrava, por exemplo, em São Cristóvão, porque vivíamos um período não muito bom pro Colégio. Ficamos 8 anos com verbas congeladas, salário*

- congelado, então não era uma coisa tão diferente do que era São Cristóvão em que havia também toda uma demanda por melhores condições de trabalho. Então, não eram iguais, mas também não eram tão discrepantes assim. Agora, o mais difícil foi quando a gente saiu do Gil Vicente.
- Porque aí vocês passaram pro Centro Comunitário da Capelinha. Houve alguma mudança?
 - As condições de trabalho caíram. As salas foram construídas em 2 meses, num período de férias, de um ano pro outro. Era precário, um calor insuportável. Havia momentos em que eu paralisava e falava: “não há condições de dar aula aqui”. Sem ventilador! Nós tínhamos ventiladores horríveis, que faziam um barulho terrível, chamados tufões e que não davam conta e às vezes as aulas tinham que ser interrompidas, sim, porque as condições não eram nada favoráveis. E o clima não era muito interessante, o clima da convivência não era muito interessante entre aqueles que faziam parte do espaço, que era um espaço religioso, social e religioso, daqueles moradores dali, daquela [ininteligível] - eu ainda vou lembrar o nome daquele lugar - e a Direção. Então, a Direção fez muitas mudanças no ambiente, no espaço, sem consultar esses moradores dali desse grupo social e era um espaço meio de conflito, a gente achava um pouco indevidas algumas posições da Direção, outras coisas... Havia acordos, de a gente deixar material, deixar isso, deixar aquilo outro. Inclusive o contrato não foi assinado, foi quase que um contrato de boca... Porque, na verdade, esse terreno pertence a uma igreja ali da Vila Militar que eu não sei o nome. E havia um contrato e esse contrato não foi assinado. Um contrato, inclusive de deixar determinadas construções pra eles e tal. No final, que eu saiba, esse contrato não foi assinado e não foi cumprido pelo Colégio, mas aí é uma [ininteligível] entre eles ali. Mas não era... foi o ano mais difícil de se trabalhar, foi esse ano. Com muita dificuldade, realmente. E, sobretudo, pra aprendizagem.
 - Mas por que o Colégio se transfere lá pra esse centro comunitário?
 - Porque não foi renovado o contrato da cessão desse colégio Gil Vicente. A informação que eu tive é que não poderia ficar nesse lugar e a gente teria que, então, sair. E a solução foi sair pra esse espaço cedido por essa igreja.
 - Certo! Ainda em termos de condições de trabalho, o que você acha que mudou com a transferência do Colégio para o espaço da fábrica de cartuchos?
 - O que mudou é que a gente tinha uma perspectiva mais favorável, né? E evidentemente que as condições foram melhores, sobretudo em relação ao espaço da Capelinha. E a gente tinha a ideia... Havia algumas incertezas em relação à continuidade, dado essa ausência de um território próprio. Havia um grau de incerteza em relação a isso, de a gente continuar. Então, mudar pra cá deu maior segurança, aqui tinha espaço para os professores, espaço para a Direção, havia já esse grupo que iniciou que já estava, digamos assim, se formando e já se sentia parte do Colégio. O Colégio era uma consistência maior, uma segurança maior de estar neste lugar aqui. E mais tranquilidade. O corpo docente era um corpo já constituído, já com experiência de Realengo, né? E é interessante porque havia algumas críticas e algumas dúvidas a Realengo e uma brincadeira, uma brincadeira que tinha seu grau de verdade, que toda punição pra docente era mandar pra Realengo.
 - Por quê?
 - Pela distância e pelas condições de trabalho, talvez, que achavam que eram muito ruins e pelo alunado, que era um alunado, digamos assim, que tinha uma formação não semelhante às demais ou achava-se que não tinham uma formação semelhante aos demais alunos. Então, seria uma espécie de punição: “vou mandar você pra Realengo!”, “Qualquer coisa ele te manda pra Realengo”.
 - Mas permanece?
 - Não, isso foi superado. Foi superado! É claro que no início tinha essa história, e eu era chefe de departamento então, antes de começar, mas tinha um convívio ali com eles e tinha todo um discurso, depois do Oscar, achando que reproduzia esse discurso, que era visto como uma Unidade menor, com desempenho abaixo, que os professores facilitavam... E isso era verdade, sim. Nós tínhamos que, no início dessa primeira turma, diminuir o nosso grau de exigência, se não, não tinha como. Mas isso foi até um certo período, depois a gente mantém e a procura aumentou. Na verdade, a entrada de novos alunos, o conhecimento do colégio modificou o perfil do aluno, que era diferente do perfil daqueles alunos que entraram na primeira turma. Então houve uma mudança significativa em relação a isso. E o Colégio, logo depois, manteve uma posição igual de desempenho em relação às demais Unidades do Colégio Pedro II. Nivelou e hoje é uma das melhores, né? Um dos melhores colégios, dentre os outros em que há um desempenho muito bom. Mas no início tinha uma diferença sim. E tinha esse preconceito com relação aos alunos e a própria Unidade Realengo, que foi superado. Aos poucos foram

sendo superados e fomos, cada vez mais, professores concursados quiseram vir trabalhar no Colégio e se inverte essa relação, porque o Colégio é muito bom de trabalhar, que há o respeito, que há um reconhecimento do professor, diferentemente de outros lugares e tal.

- *Certo! [...], muito obrigado.*
- *De nada, foi um prazer.*

ANEXOS

Anexo A

Figura 16 – “Sertões Municipaes”, artigo de O Paiz, de 15/07/1909

Edição proprio
 AVENIDA CENTRAL
 28, 130, 132

O PAIZ

ASSIGNATURA
 Doze mezes . . . 30\$000
 Seis mezes . . . 16\$000
 Um mez . . . 3\$000
 NUMERO AVULSO 100 RS

ANNO XXV — N.º 9050
RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1909
Journal Independente, politico,
literario e noticioso.

SERTÕES MUNICIPAES

Uma nota curiosa de solicitude administrativa explodiu nas colunas da imprensa diaria, logo aos primeiros dias desta semana. Era o relatório, a narração fria e seca das coisas vistas em uma excursão de intendentes aos recantos deste glorioso e embelezado Distrito Federal.

Não se percebe muito claramente a origem politica deste movimento burocratico de governo, que se impoza quasi toda applausida como signal de uma nova época, uma nova phase de regeneração e progresso nos serviços publicos das regiões suburbanas da opulenta cidade, que se fez capital do Brazil desde o anno de 1763.

Em verdade, repetimos, qual seria a origem politica de semelhante exame?

Os illustres senhores intendentes constituem o ramo legislativo do governo municipal. São os organizadores das leis e posturas de caracter urbano, são os verdadeiros autores e responsáveis dos orçamentos em que se descrevem a receita e despeza dos innumeros serviços publicos e competentes da sua execução, do funcionamento regular e perfeito de todos esses e outros instrumentos e aparelhos de administração.

Sendo, pois, a politica a arte de governar e sendo os intendentes auctoridade e organo legitimo do governo municipal, é claro que o fim e intuito, o objectivo final, a sua conta a razão de ser desta recente inspecção, cheia de inconvenientes e de tristezas divulgadas pelos jornais, não podiam deixar de ter o caracter politico, isto é, o desejo de melhorar o governo de coisas que se acham em grande parte, á iniciativa e á vigilancia das illustres representantias da população e das classes de trabalho no Distrito Federal.

Se assim é, portanto, se a origem do bem movimento applaudido pela imprensa tem no bom sentido da politica, o caracter politico, não se comprehende como, simente agora no fim da presente legislatura, sejam patençados os vicios da nossa administração urbana, o abandono em que se acham as zonas remotas desta capital. O relatório da excursão de intendentes não revela novidades, máis decommodos, delicias criminosas, enfim, sobre as quaes a nossa imprensa desta capital não haja lançado as suas vistas atentas de regeneração e progresso.

Apenas, neste instante, a publicação desses factos tristissimos assumem aspectos máis evidentes de realidade, vistos, reconhecidos e solemnemente condemnados pelas individualidades respeitadas de funcões officiaes. No inicio de uma legislatura tem o significado de um programma de trabalho, de colaboração esportiva com o poder executivo do municipio. No fim, no spagar das luzes, perdido o tempo em uma série de leis sem uniformidade, sem plano, sem objectivo geral, que caracterizam e caracterizam as sessões do nosso Conselho Municipal, a recente excursão de intendentes não significa outra coisa máis do que um movimento de *spor* pelas estradas tortuosas dos subúrbios, especie de sertão carioca, onde o espirito decanado da vida urbana intensa, onde pôde gozar a amplitude de ares máis refrigerantes, abarbar o appetite para um almoco tardio, entre as arvores galeras da nossa decandada Tijuca.

Parece que, entre as illustres representantias legislativas da symphatica comitiva excursionista, havia um intendente filio e amigo sincero dos sertões cariocas, o Sr. Fomosa Telles, que se revelava o máis entendido na penetração dos invios canibales, diante dos quaes, não raro, recuavam os modernos automóveis da garage Belloz, que de certo tempo trouxeram carne de luxo, máis propicias para a superficie máis das applausidas, quer fosse, das avoas e rias brulhantes no cortejo da cidade.

Era este, o litter-leve suburbanito, que imprudentemente queria introduzir o rico mobiliario da sala de visitas no chão rudo e bruto da cozinha sem pavimentos, esburacada, feia e triste. Era elle, talvez, desde o começo da excursão, silmmentaria o innocente filio de terra-mar pelos subúrbios os restos da mesa opulenta das luzes fúnebres, dos melancolicos castigos ora realizados e gloriosamente servidos á população dos bairros nobres.

Era elle, acaso, que melhor conhecia as escolas descurriculadas de material escolar, onde o castino vegetal, em contraste com os novos predios pedagogicos do centro urbano. Era elle, ainda, o unido que pôde dirigir os emilentes excursionistas por uma longa região de tres leguas, a partir dessa estrada sinuosa de Calandú, cujo só nome parece ter desconhecido no relatório, em suas lugubres descrições, região, todavia, bastante povoada e onde existe uma população escolar de 1.200 crianças... sem uma escola.

O leitor innocente dessas e de outras coisas, da mesma descripção das escolas que funcionam como se existissem, localizadas no legitimo e verdaderamente abarbaradas, afinal, comprehendendo como havia sido difficil ao illustre intendente Dr. Fomosa Telles conseguir dos seus dignos colegas a definitiva aquiescencia a esta viagem laboriosa. Teria sido uma obra iniciada desde o primeiro dia das sessões legislativas municipaes,

a catibete das opiniões, as hesitações frequentes, os desatinos, a insistencia obstinada e patriótica e, afinal, a organização dessa nova bandeira de penetração aos desconhecidos e abandonados sertões cariocas.

Fim da caravana spor. A obra, em summa, foi curiosa de certo, porque se realizou a excursão. E o que sabemos de informações imperimentales, pelo vasto noticiario dos jornais especialmente dedicado ás necessidades suburbanas, pelos mesmos periodicos que a esse mister exclusivamente se votam, sabemos agora de informações officiaes, com a dignidade politica e representativa necessaria, assim de que não sejam mais duvidosas e suspensas, podendo traçar-se em um plano novo de administração sollicita e regeneradora.

Apenas — é designação horrida e contrariada otera a que nomeo votados — apenas, segundo outras informações publicadas nesta mesma semana, a situação economica da nossa Municipalidade é presentemente bastante precaria e incapaz de melhoramentos novos e enervos.

O magisterio primario, sobre o qual as apparencias derramam grande parte das responsabilidades pela incuria do ensino publico nas zonas suburbanas, o magisterio primario, agora mesmo, e desde longo tempo, vê-se privado de remunerções que lhe competem por varias leis, como sejam as gratificações addicionales, unica compensação justissima, em face das outras classes do funcionalismo publico á quese se abtem necessarias profunções e accessos como premio a serviços valiosos e a merecimentos de alto relevo. De outro lado, a reorganização do ensino, onde se deveria tratar definitivamente de curar essa chaga sempre aberta no serviço pedagogico dos subúrbios, tem sido de todo e de todo descurada pelos illustres intendentes das nossas legislaturas. Leis de trabalho, leis causticas, movidas e perambuladoras, constituem as suas unicas e derradeiras tentativas de esforço pelo ensino.

No vergonhoso descabro dos subúrbios, não lhes cabem, pois, dimissimas responsabilidades. A laboriosa excursão de intendentes revela esta verdade, inconcomoda: máis não ha prazer algum em commentar, se não em denegar, com esperanca e sinceridade, uma nova acção regeneradora e energica, que ponha em tudo dependente de novas disposições cammentarias.

Curvello de Mendonça

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁸⁶

⁸⁶ MENDONÇA, Curvello de. Sertões Municipaes. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 15 jul. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_03&pesq=Sertão Carioca&pasta=ano 190> Acesso em: 16 set. 2017.

ANEXO C**Fotografias digitalizadas da Fábrica de Cartuchos do Exército**

Figura 19 – Oficina de fundição



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografia de Marc Ferrez digitalizada; 10,27 x 13,17 cm; s.d.

Figura 20 – Sala de forja



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografia de Marc Ferrez digitalizada; 9,9 x 12,57 cm; s.d.

Figura 21 – Operários da Fábrica



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografia de Marc Ferrez digitalizada; 8,24 x 15,83 cm; s.d.

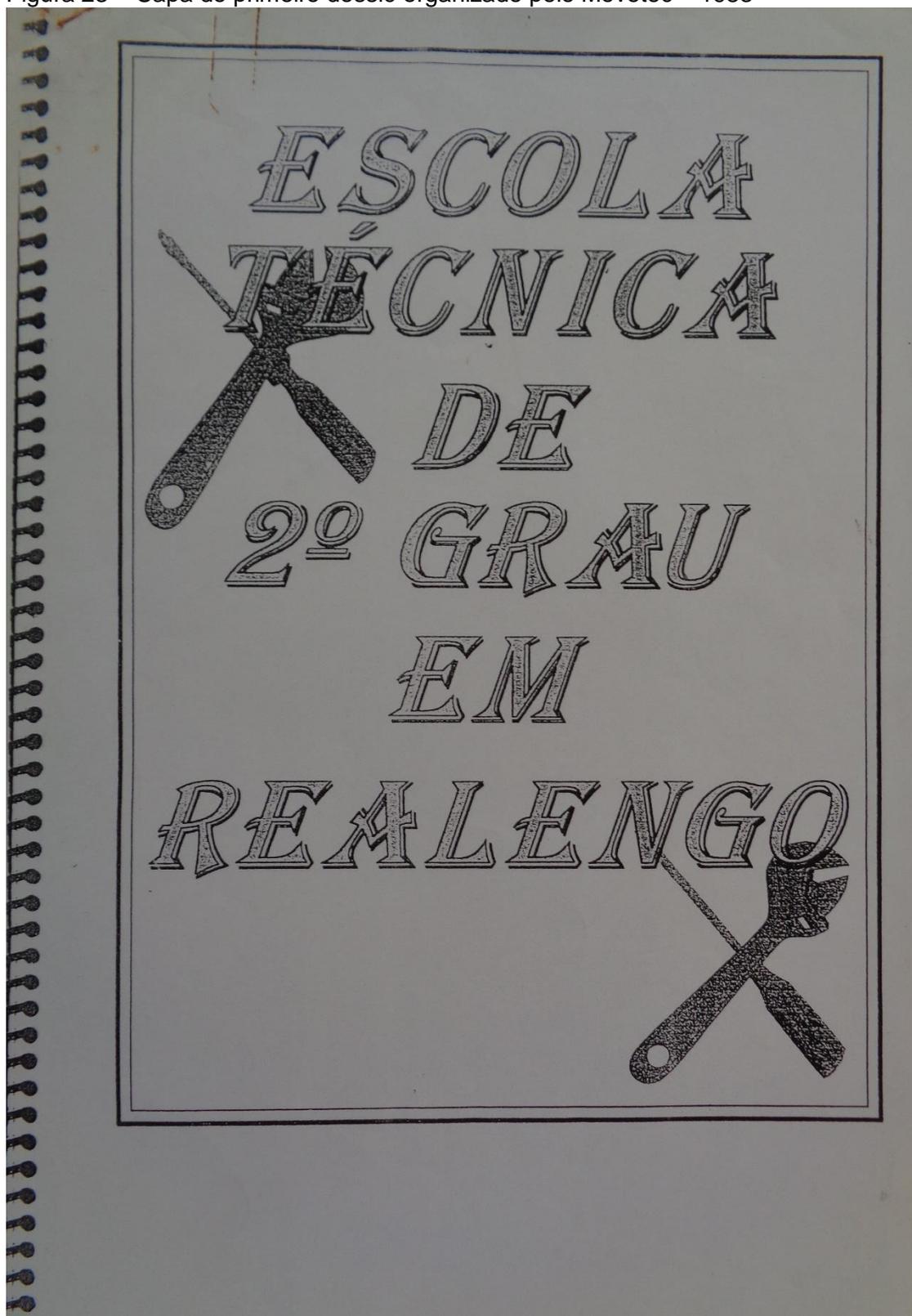
Figura 22 – Construção da usina termoelétrica – Anos de 1910



Fonte: Acervo do Centro de Inclusão Digital Professor Wilson Choeri, Colégio Pedro II, Complexo de Realengo. Fotografia de Marc Ferrez digitalizada; 11,78 x 15,17 cm; s.d.

Anexo D
Documentos elaborados pelo Movetec

Figura 23 – Capa do primeiro dossiê organizado pelo Movetec – 1983



Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.

Figura 24 – Página de petição com assinaturas de representantes de associações

REIVINDICAÇÃO POPULAR PARA INSTALAÇÃO DE UM POLO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE DE ALTA TECNOLOGIA NAS ÁREAS 1 E 3 DA ANTIGA E DESATIVADA FÁBRICA DE CARTUCHOS DO EXÉRCITO, EM REALENGO - RJ, NA RUA BERNARDO DE VASCONCELOS E AV. Santa CRUZ E NA RUA OLIVEIRA BRAGA.

"SUBSCREVEMOS A PROPOSTA APRESENTADA":

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO BOQUEIRÃO

ENDEREÇO: RUA ROBERTO CHARRA NETO BAIRRO: PAIENCI CEP: 23500
RIO DE JANEIRO - RJ

REPRESENTANTE LEGAL: ELIZABELLO DE ANDRADE *Elizabello de Andrade*
Nome legível Assinatura

ENTIDADE: Associação de Mulheres de Iguacema

ENDEREÇO: Rua S.º Marcin Barboza BAIRRO: Santa Cruz CEP: 23370
RIO DE JANEIRO - RJ

REPRESENTANTE LEGAL: Maria José Perceval de Bultr *Maria José Perceval de Bultr*
Nome legível Assinatura

ENTIDADE: Associação de Mulheres e Amigas do Bairro

ENDEREÇO: Rua S.º nº 14 Paqueta II BAIRRO: Paqueta CEP: 23055
RIO DE JANEIRO - RJ

REPRESENTANTE LEGAL: Sandra Rabello da Silva *Sandra Rabello da Silva*
Nome legível Assinatura

ENTIDADE: Associação de Vendedores e Amigos do Pólo

ENDEREÇO: Rua S.º nº 147 BAIRRO: Paqueta CEP: 23055
RIO DE JANEIRO - RJ

REPRESENTANTE LEGAL: Afonso Maria da Costa *Afonso Maria da Costa*
Nome legível Assinatura

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS DA ZONA OESTE (ASSOCIARTS)

ENDEREÇO: Rua Fátima Redondo, 02 BAIRRO: V. Kennedy CEP:
RIO DE JANEIRO - RJ

REPRESENTANTE LEGAL: LAURENOR MARTINS DE SILVA *Laurenor Martins de Silva*
Nome legível Assinatura

ENTIDADE: ASS. DE MULHERES E AMIGOS DA PIRAGUARA

ENDEREÇO: RUA PRINCESA IMPERIAL BAIRRO: REALENGO CEP:
RIO DE JANEIRO - RJ

REPRESENTANTE LEGAL: MARINEIDE FERREIRA SILVA *Marineide Ferreira Silva*
Nome legível Assinatura

Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.

Figura 25 – Carta à população: balanço das conquistas do Movetec – Anos de 1990

MOVIMENTO PRO-ESCOLA TÉCNICA FEDERAL
Rua Prof. Mário Brant, nº 20 Cep 21.760-120 - Realengo-RJ-Tel p/favor (021) 332-7921/157-5357 (021) 332-4437

CARTA À POPULAÇÃO

ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DA ZONA OESTE JÁ!

A Zona Oeste do Rio (aprox. 2 milhões de habitantes) é constituída por milhares de jovens com idade entre 14 e 18 anos. Dos que concluem o 1º grau, quase 60% param de estudar por falta de vagas na Rede de Ensino Público de 2º grau.

De acordo com as estatísticas da Secretaria Estadual de Educação, foram oferecidas na Zona Oeste/Rio, em 1992, 5.611 vagas para 16.490 candidatos, em 1993, 7.155 para 18.602 candidatos, ou seja, mais de dez mil jovens, anualmente, ficam sem acesso às escolas. Este fator contribui, de forma direta, para o crescimento do índice de violência nessa região.

As Associações de Moradores (72), e algumas entidades populares e governamentais, cientes dessa carência, vêm, a 6 (seis) anos, tentando junto ao governo federal, a implantação de uma escola técnica federal nesta região (curso de química, biotecnologia, alimentos, saúde, eletrônica, mecânica, informática, construção civil e outros), em uma área de fácil acesso pelos seus alunos.

Segundo as entidades envolvidas nessa luta, as áreas ideais são as da antiga e desativada Fábrica de Cartuchos do Exército, com aproximadamente 220mil m², em Realengo-RJ (área 1 entre a Rua Bernardo de Vasconcelos e a Av. Santa Cruz, a área 3, na Rua Oliveira Braga), áreas próximas à estação ferroviária e malha viária.

Quais os avanços obtidos até então pelo Movimento Pró-Escola Técnica?

- 1- Manter-se num trabalho "supra partidário", ou seja, todos são chamados a colaborar e o Movimento é conduzido pelas Associações de Moradores da região;
- 2- Apoio total dos estudantes;
- 3- Apoio total a família civil;
- 4- Apoio total a família militar;
- 5- Compromisso atualizado do Ministério da Educação e de esporte, reafirmando que tão logo o Ministério do Exército ceda a Fábrica começará a implantar a Escola Técnica Federal;
- 6- Apoio do Ministério da Saúde para a implantação da Escola Técnica de Saúde;
- 7- Apoio total da Escola Técnica de Química/RJ, UFF, UFRJ, Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação e outras entidades educacionais;
- 8- Abaixo-assinado inicial com mais de 13 mil assinaturas;
- 9- Apoio da Imprensa;
- 10- Apoio do Senado Federal/RJ, Câmara dos Deputados Federais/RJ, Assembléia Legislativa/RJ e Câmara dos Vereadores/RJ;
- 11- Aprovação de verba no orçamento da união, através de emenda dos Deputados/RJ, no valor de Cr\$ 27 bilhões;
- 12- Tombamento da Fábrica de Cartuchos do Exército com Patrimônio Histórico da cidade, em 19/10/92, por Decreto nº 11.302, assinado pelo Sr. ex-Prefeito/RJ;
- 13- Tombamento da Fábrica de Cartuchos com patrimônio Histórico da cidade, em 13/04/93, por Projeto de Lei nº 2033/92, aprovado pela Câmara de Vereadores/RJ, por unanimidade;
- 14- Tombamento da Fábrica de Cartuchos do Exército como patrimônio histórico da cidade, em 07/05/93, pela Lei nº 1962, assinada pelo atual Sr. Prefeito/RJ;
- 15- Inúmeras reuniões no Rio em Brasília com autoridades na tentativa de resolver a questão;
- 16- Hoje o abaixo-assinado possui 20 mil assinaturas e devem chegar a 40 mil.

Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.

Figura 26 – Carta ao sociólogo Herbert de Souza (1935-1997), o Betinho (1993)

Rio de Janeiro, RJ, 22 de julho de 1993.

Ao
 Ilmo. Sr. Herbert de Souza (Betinho)
 Nesta

Ref.: Implantação da Escola Técnica Federal na Zona Oeste/Realengo/RJ

Cumprimentando-o cordialmente, anexamos um resumo das atividades até
 então desenvolvidas pelas Associações de Moradores da Zona Oeste do
 Rio de Janeiro, em torno de 72, para que o Governo Federal construa
 uma Escola Técnica na região.

Acreditamos que 20 mil jovens serão beneficiados, porém o local apen-
 tado como ideal para a construção encontra-se sob a responsabilidade
 do Ministério do Exército que reluta em cedê-lo ao Ministério da Edu-
 cação e de Desporto, desde 1987.

Pertanto, apreciariámo-nos encontrar com V.Sa. bem como incluir es-
 sa construção de grande cunho social no seu projeto de combate a fe-
 me e a miséria na nossa Município.

Desde já agradecemos a atenção dispensada e nos colocamos à disposi-
 ção para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

MOVIMENTO PRÓ-ESCOLA TÉCNICA FEDERAL NA ZONA OESTE/RJ

Coordenação

Antônio Palindira - Nelson de Lima - Garcia Garcia - Joel Costa -
 Francisco Tabosa

Rua Tabelaço Luis Guarani, 168 - Cep 21798-000 - Realengo - RJ
 Tel. p/favor: (021) 397-5357 - 332-4427

Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.

Figura 27 – Min. da Educação declara apoio à abertura de escola em Realengo (1994)

AVISO Nº 957

Brasília, 01 de Agosto de 1994

Senhor Ministro,

Venho a presença de Vossa Excelência para relatar a difícil situação em que se encontra a Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro, conceituada instituição de ensino da Rede Federal de Educação Tecnológica, que conta atualmente com 1.700 alunos matriculados.

Os prédios da referida Escola foram condenados pela Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e COPPE, devido à salinização em suas estruturas, situação para a qual este Ministério da Educação e do Desporto adotou medidas emergenciais, de recuperação e escoramento, que representam um paliativo para que as atividades escolares não sofram solução de continuidade, até que novos prédios sejam construídos, em outro terreno.

Assim, faz-se oportuno reiterar a Vossa Excelência o interesse deste Ministério da Educação e do Desporto pela área de terras sob a jurisdição desse Ministério do Exército, no bairro de Realengo, para onde poderá ser transferida a Escola Técnica Federal de Química do Rio de Janeiro, com a construção de novos prédios.

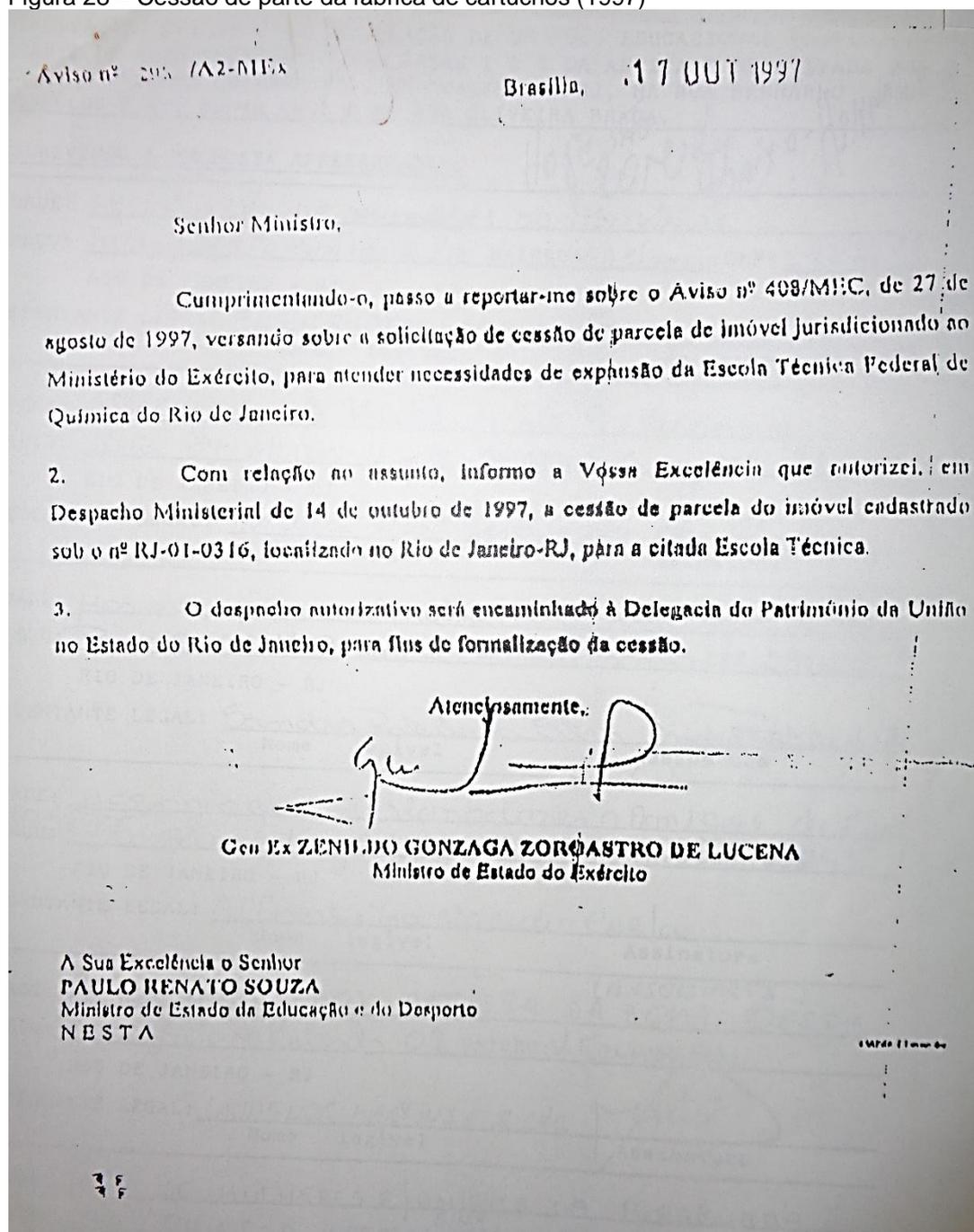
Atenciosamente,


MURÍLIO DE AVELLAR HINGEL
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

A Sua Excelência o Senhor
General-de-Exército ZENILDO ZOROASTRO DE LUCENA
Ministro do Exército
Brasília - DF

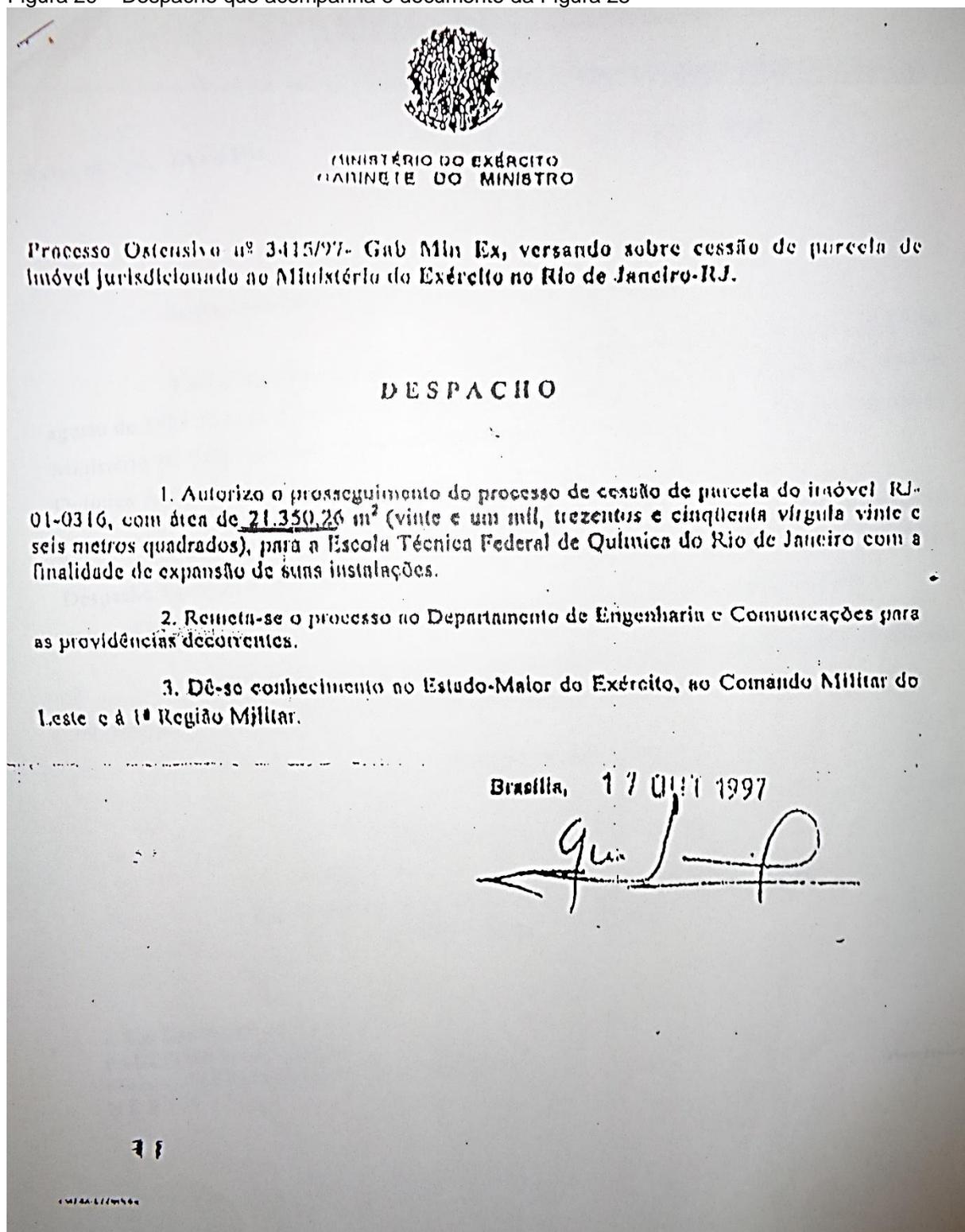
Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.

Figura 28 – Cessão de parte da fábrica de cartuchos (1997)



Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.

Figura 29 – Despacho que acompanha o documento da Figura 28



Fonte: Acervo pessoal do depoente Ernesto, membro do Movetec, apresentado após entrevista concedida e gravada em 24/03/2018.